

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS**  
**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**  
**NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – NPGeo**

**VILOMAR SANDES SAMPAIO**

**TRABALHO FAMILIAR E FRUTICULTURA NO PERÍMETRO IRRIGADO DE  
LIVRAMENTO DO BRUMADO- BA**

**São Cristóvão – Sergipe**

**2013**

**VILOMAR SANDES SAMPAIO**

**TRABALHO FAMILIAR E FRUTICULTURA NO PERÍMETRO IRRIGADO DE  
LIVRAMENTO DO BRUMADO- BA**

**Tese de Doutorado apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe como pré-requisito para obtenção do título de doutor em Geografia.**

**Orientadora: Profª Drª Sc. Vera Lúcia Alves França**

**São Cristóvão – Sergipe**

**2013**

**TRABALHO FAMILIAR E FRUTICULTURA NO PERÍMETRO IRRIGADO DE  
LIVRAMENTO DO BRUMADO- BA**

**VILOMAR SANDES SAMPAIO**

Tese de Doutorado apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação  
em Geografia da Universidade Federal de Sergipe como pré-  
requisito para obtenção do título de doutor em Geografia.

Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Orientadora - Profª Drª Sc. Vera Lúcia Alves França**  
**Universidade Federal de Sergipe – UFS/NPGeo**

---

**2º Examinador Profª Drª Sc. Meirilane Rodrigues Maia**  
**Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB**

---

**3º Examinador Profª Drª Sc. Geisa Flores Mendes**  
**Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB**

---

**4º Examinador Profª Drª Sc. Josefa de Lisboa Santos**  
**Universidade Federal de Sergipe – UFS/NPGeo**

---

**5º Examinador Prof Dr Sc. José Eloísio da Costa**  
**Universidade Federal de Sergipe – UFS/NPGeo**

Ao pequeno agricultor, historicamente penalizado, que encontre, o  
mais breve possível, justas condições de trabalho e de vida.

## AGRADECIMENTOS

*“Você não sabe o quanto eu caminhei pra chegar até aqui, percorri milhas e milhas antes de dormir”* (Toni Garrido).

Foi uma longa estrada percorrida, quatro anos de um tempo muito bom, e ao que me parece, o melhor da minha vida. Um tempo que pude saborear com tranquilidade a busca pelo conhecimento, uma grande oportunidade de crescimento intelectual e pessoal, um tempo de rever conceitos e “preconceitos”.

Nesse tempo, não fiz nada só. Construí relações e amizades fortes que me fizeram acreditar que essa foi, de fato, a minha maior conquista, o meu maior título.

Como diz o filósofo (Antoine De Saint-Exupéry): “Cada um que passa na nossa vida, passa sozinho, mas não vai só, nem nos deixa só. Leva um pouco de nós, deixa um pouco de si.” As pessoas que tiveram o seu nome publicado nesses agradecimentos foram as que deram uma contribuição direta na composição desta tese de doutorado. Infelizmente, não cabe aqui registrar o nome de todos por quem tenho o mais estimado dos afetos.

A **Deus**. Só sei dizer que sinto Sua força em tudo que faço. Está em mim, nas coisas e nas pessoas.

À **Andreckska**, minha esposa, companheira de mais de vinte anos. Com ela passei mais da metade do tempo de minha vida, somos colegas desde a graduação, passando pelo mestrado e doutorado. Desta tese somos a síntese. Como na música de Claudinho e Buchecha:

Avião sem asa, fogueira sem brasa, sou eu assim sem você, futebol sem bola, Piu-Piu sem Frajola sou eu assim sem você. Circo sem palhaço, namoro sem abraço sou eu assim sem você, carro sem estrada, queijo sem goiabada sou eu assim sem você. [...]Eu não existo longe de você[...].

Te amo e obrigado por ter entrado na minha vida.

**Aos meus queridos e lindos filhos: Camilo**, por sempre me socorrer nas questões técnicas de informática. Hoje, com 21 anos, está no mestrado em genética. **Lara**, por sempre me socorrer nas questões gramaticais. Hoje, aos 17 anos, está cursando Direito. **Davi**, o caçula, de 12 anos, por sempre me socorrer nas questões afetivas. Parece um gatinho, ele é um gatinho! Ficava me rondando querendo usar o computador e sempre perguntava: “pai, falta muito?” e eu dizia: “falta filho, falta muito.” Essas pausas foram imprescindíveis, fizeram toda a diferença na nossa relação. São três jovens que carregam nítidos valores éticos e morais. Vejo um futuro brilhante na vida deles. Por eles tenho o maior orgulho.

À **Vera Lúcia Alves França**, mulher sergipana, pesquisadora da mais alta competência. É um orgulho e um privilégio tê-la como minha orientadora. Tem um jeito de brava e é brava mesmo, olhos de águia em sua fidelidade científica, mas que nos acolhe como filhos e agora seremos amigos para sempre. Quando crescer, quero ser como ela.

À **Universidade do Estado da Bahia, (UNEB)**, na qual trabalho, por ter me liberado de todas as atividades durante esse tempo e ter me concedido bolsa de estudo. Sem essa condição, seria impossível a dedicação que tive ao trabalho e a pesquisa.

**Ao Departamento de Caetité**, onde trabalho. A diretora **Sigrid Rochele** e as coordenadoras do colegiado de Geografia, **Nubia Brito** e **Nilcéa Calmon**, que sempre atenderam as minhas solicitações durante esse tempo. Por essas pessoas, estendo os agradecimentos aos colegas queridos desse departamento por ter “segurado as pontas”, em função da minha ausência.

Às queridas amigas doutoras em geografia e professoras da UESB, **Geísa Flores e Meirilane Rodrigues**, por partilhar da leitura e pelas importantes contribuições ao longo desse trabalho. Espero um dia poder retribuir tamanha generosidade.

Ao colega e amigo **Altemar**, grande geógrafo, competentíssimo em cartografia, que atendeu prontamente ao que solicitei.

**Aos colegas do mestrado e do doutorado do NPGEO**, turma solidária e competente, lembranças sem fim de **Manuela, Adelli, Gleise, Laércio, Ana Consuelo, Carmem, Hilário, Rodrigo, Edvaldo, Fernanda, Gabi, Venó** (grande reencontro da amizade da graduação) e **Espedito** (grande referência que tenho como professor).

**Aos amigos e irmãos Laércio e Gleise**, os quais nos acolhe na cidade de Aracaju. Quando estamos em sua casa, parece que eles são as visitas. Que amizade forte foi construída entre nós! Como dizem, “é de Deus”. Nossa união é para sempre.

Às **minhas queridas irmãs: Mary**, que “acha o máximo” o irmão fazer doutorado e divulga isso aos quatro ventos; minha irmã **Ionã**, que resolve tudo em casa quando nos ausentamos; minha irmã **Neuzi**, que nos cobre de bênçãos com suas orações. E em extensão, aos meus cunhados **Ruy e Roge**, sempre disponíveis, eu amo vocês. A seus filhos, meus sobrinhos, pessoas adoráveis e guerreiras.

À **minha mãe Maria da Conceição**, que não teve oportunidade de estudar, mas em sua infinita sabedoria sabe exatamente o rumo que tomei, e contribuiu muito para isso.

**Aos amigos do Movimento Familiar Cristão**, irmãos na fé e na vida. Às vezes é difícil acreditar que existem pessoas tão boas no mundo. É um privilégio ter a amizade de vocês.

**Ao casal de amigos Jal e Wétina**, que, na época da saída para o doutorado, fez uma surpresa inesquecível de despedida em sua casa, com a presença de toda a nossa família.

**Ao meu sogro Hildebrando Oliveira**, por se deslocar até Livramento e fazer as fotos, por nossas conversas e pelas valiosas informações sobre o mundo agrário.

**Aos amigos da vida toda**, que os recursos tecnológicos nos permitiram reencontrar. Os amigos do Facebook, que curtem e acompanham toda essa trajetória. Sempre deixando mensagens positivas e de estímulos.

Aos amigos que acompanham de perto essa minha trajetória: **Luciana Amorim, Adriana, Patrick, Murilo, Júnior, Gilmácia, Jorge, Márcia, Márcio, Genilson, Ana Júlia, Manoel e Diesley**. Sinto a energia positiva de vocês.

Às queridas professoras e amigas por ter disponibilizado seu acervo bibliográfico: **Mirian Cléa e Verônica**.

Ao amigo **Roberto Caires**, por ter disponibilizado imprescindíveis informações sobre Livramento de Nossa Senhora.

A **Everton**, secretário do NPGEIO, que tantos galhos quebrou. Tornamo-nos bons amigos.

Ao professor **Dr. José Eloísio**, “fala o que pensa”, irreverente e sincero. Sua gestão como coordenador do NPGEIO foi de sucesso, elevou o conceito do núcleo de 3 para 4 na CAPES. Esteve na minha qualificação e influenciou boa parte da construção dessa tese.

À professora **Dra. Josefa Lisboa**, competente, exigente e singela. Na minha qualificação, deu grande contribuição nas indicações teóricas.

À **cidade de Aracaju**, onde morei, fiz amigos e adoro voltar. Como diz em seu hino: “Teus recantos de rara beleza são encantos pra quem vem aqui. Deslumbrante morena praieira nós morremos de amor por ti”.

Só tenho a agradecer, agradecer e agradecer sem fim. Como diz Clarice Lispector: “A felicidade aparece para aqueles que reconhecem a importância das pessoas que passam em nossa vida. Aparece para aqueles que choram. Para aqueles que se machucam. Para aqueles que buscam e tentam sempre”.

Um beijo grande no coração de todos vocês.

“Não sou nem otimista, nem pessimista. Os otimistas são ingênuos, e os pessimistas amargos. Sou um homem da esperança. Sei que é para um futuro muito longínquo. Sonho com o dia em que o sol de Deus vai espalhar justiça pelo mundo todo”.

Ariano Suassuna



## RESUMO

A modernização da agricultura brasileira trouxe diferentes impactos socioeconômicos e ambientais. Novas formas de produção foram incorporadas ao território com a implantação dessa agricultura moderna, particularmente a partir da década de 1970, período no qual o capital penetrou no campo de forma mais intensa. Nesse cenário de mudanças técnicas e conquistas científicas que se apresenta o objetivo geral desse estudo que é analisar as transformações socioespaciais ocorridas na microrregião de Livramento do Brumado, no Centro Sul Baiano, com a implantação da agricultura modernizada e, do polo frutífero. A base econômica desses municípios está fundamentada na agricultura. Com a implantação do perímetro irrigado em 1986, houve a constituição e difusão da pequena propriedade rural. A partir desse período a estrutura produtiva se assentou na pequena propriedade, no trabalho familiar e no cultivo da fruta com predominância da manga. A modernização da agricultura não representa apenas a mudança na base técnica da produção - suas consequências são econômicas e sociais. A metodologia adotada foi a seguinte: revisão bibliográfica, coleta de dados em órgãos como: Ministério da Agricultura; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). As informações sobre a agricultura regional foram obtidas em setores como as Secretarias de Agricultura dos municípios dessa microrregião; associações de trabalhadores rurais, cooperativas e sindicatos; produtores e trabalhadores da fruticultura. A pesquisa empírica foi desenvolvida a partir da investigação em documentos sobre a história e ocupação do interior da Bahia e aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas aos agentes sociais: trabalhadores, produtores, empresários, presidente de associações e lideranças locais. Com a implantação desse perímetro ocorreram significativas transformações no uso da terra nesse espaço, nas técnicas de produção e nas relações de trabalho. A modernização redimensionou o espaço agrário dessa microrregião e permitiu a reprodução social do pequeno agricultor. Atualmente, essa microrregião se destaca como forte produtora de frutas com destaque para produção de mangas. A produção e comercialização dessas frutas tem se especializado ao longo dos anos em função da organização coletiva dos produtores e da iniciativa privada. A produção frutícola nessa microrregião constitui um mercado em potencial enquanto produto agrícola. Os pequenos produtores rurais têm suas unidades de produção comandadas essencialmente pelo trabalho familiar e apoiadas por organizações coletivas que favorecem suas estratégias de reprodução. Essa atividade apresenta fatores favoráveis à continuação do empreendimento com a fruta mesmo apresentado fatores adversos.

**Palavras-chave: Agricultura familiar. Fruticultura. Modernização. Reprodução Social**

## ABSTRACT

The modernization of Brazilian agriculture has brought different socioeconomic and environmental impacts. New forms of production were incorporated into this territory by deploying modern agriculture, particularly from the 1970s, a period in which capital entered the field more intensively. In this changing landscape techniques and scientific achievements that presents the general objective of this study that is to analyze the social-spatial transformation of the peasant in the microregion of Livramento do Brumado in South Central Bahia, with the deployment of modernized agriculture and polo fruitful. The economic base of these municipalities is based on agriculture. The economic base of these cities is based on agriculture. With the implementation of the irrigation district in 1986, was the creation and diffusion of small farms. From that period the productive structure sat in the small property, work and family in the cultivation of mango fruit with dominance. The modernization of agriculture is not only the change in the technical basis of production - its consequences are economic and social. The methodology adopted was as follows: literature review, data collection agencies such as Ministry of Agriculture, Institute of Geography and Statistics (IBGE), the National Institute of Colonization and Agrarian Reform (INCRA) and the Superintendency of Economic and Social Studies of Bahia (SEI). Information on the regional agriculture were obtained in sectors such as the Departments of Agriculture this micro municipalities, associations of rural workers, cooperatives and unions, producers and workers in horticulture. Empirical research was developed from the research papers on the history and occupation of the interior of Bahia and questionnaires and structured interviews with social workers: workers, farmers, businessmen, President of associations and local leaders. With the implementation of this perimeter were significant changes in land use that space, production techniques and labor relations. The modernization resized the agrarian space that micro and social reproduction allowed the small farmer. Currently, this stands as strong micro producer of fruits especially mangoes production. The production and marketing of these fruits has specialized over the years due to the collective organization of producers and the private sector. The fruit production in this micro-region is a potential market while agricultural product. The small farmers have their production units controlled mainly by family labor and supported by collective organizations that favor their reproduction strategies. This activity presents factors favorable to the continuation of the project with the same fruit presented adverse factors.

Keywords: Family farming. Fruits. Modernization. Social Reproduction

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1-</b>	Brasil- Distribuição de renda -2012	81
<b>Figura 2-</b>	Brasil: Cadeia Produtiva na Fruticultura - 2012	124
<b>Figura 3 -</b>	Brasil: Produção de mangas no Brasil - 2011	128
<b>Figura 4-</b>	Região Nordeste- Produção de mangas – 2008	129
<b>Figura 5-</b>	Bahia – Produção de mangas - 2011	134
<b>Figura 6-</b>	Localização - Livramento de Nossa Senhora e Dom Basílio	136
<b>Figura 7-</b>	Pomares de manga no município Livramento de Nossa Senhora.	143
<b>Figura 8-</b>	Livramento de Nossa Senhora: Indicadores Sociais - Proporção de pessoas abaixo da linha da pobreza – 2010	144
<b>Figura 9-</b>	Livramento de Nossa Senhora - Proporção de crianças menores de 2 anos desnutridas -2005-2011	145
<b>Figura 10-</b>	Livramento de Nossa Senhora - Taxa de mortalidade- 2005-2010	146
<b>Figura 11-</b>	Construções típicas da cidade de Rio de Contas no período da mineração	155
<b>Figura 12-</b>	Vista parcial da cidade de Livramento de Nossa Senhora	156
<b>Figura 13-</b>	Carta Imagem do Perímetro Irrigado – Livramento do Brumado - BA	164
<b>Figura 14-</b>	Perímetro Irrigado de Livramento do Brumado – BA	165
<b>Figura 15-</b>	Captação e distribuição de água para o projeto de irrigação de Livramento do Brumado- BA	170
<b>Figura 16-</b>	Barragem Luís Vieira- Rio de Contas - BA- volume de água muito abaixo do limite	174
<b>Figura 17-</b>	Barragem do Rio do Paulo- Rio de Contas - BA	175
<b>Figura 18-</b>	Principais destinos da produção de Manga – Livramento do Brumado	202
<b>Figura 19-</b>	Grau de escolaridade do trabalhador na microrregião de Livramento do Brumado	208
<b>Figura 20-</b>	Anos de residência do trabalhador da fruticultura da microrregião de Livramento do Brumado	210
<b>Figura 21-</b>	Ocupação dos pais dos trabalhadores da fruticultura da microrregião de Livramento do Brumado	210

<b>Figura 22-</b>	Mão de obra recorrente da fruticultura da microrregião de Livramento do Brumado	211
<b>Figura 23-</b>	Número de filhos dos trabalhadores da fruticultura da microrregião de Livramento do Brumado	213
<b>Figura 24-</b>	Satisfação do trabalhador da fruticultura da microrregião de Livramento do Brumado	214
<b>Figura 25-</b>	Equipamentos do Lar dos Produtores da Fruticultura da fruticultura da microrregião de Livramento do Brumado	215
<b>Figura 26-</b>	Faixa etária dos trabalhadores da fruticultura da microrregião de Livramento do Brumado	215
<b>Figura 27-</b>	Tempo de Residência em Livramento de Nossa Senhora	216
<b>Figura 28-</b>	Contribuição dos aposentados no orçamento doméstico das famílias dos trabalhadores da fruticultura da microrregião de Livramento do Brumado	217
<b>QUADROS</b>		
<b>Quadro 1-</b>	Bahia - Principais polos de fruticultura irrigada - 2012	123
<b>Quadro 2-</b>	Ciclos Econômicos de Livramento do Brumado – BA	157

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1-</b>	Brasil: População residente em áreas rurais/População ocupada no meio rural. 1970/1980/2006	86
<b>Tabela 2-</b>	Brasil: Queda média anual da taxa de Pobreza absoluta e Extrema. 1995/2008	105
<b>Tabela 3-</b>	Brasil: Produção de Frutas – 2009	114
<b>Tabela 4-</b>	Brasil: Principais frutas produzidas – 2012	115
<b>Tabela 5-</b>	Principais países produtores de frutas - 2010	116
<b>Tabela 6-</b>	Comparativo das Exportações Brasileiras de frutas frescas – Variação 2008-2007	119
<b>Tabela 7-</b>	Brasil: Área colhida com Manga- 1990/2000/2010/2011	130
<b>Tabela 8-</b>	Brasil e Bahia: Produção de Manga - 1990-2011	132
<b>Tabela 9-</b>	Brasil: Produção de Manga - 2010/2011	133
<b>Tabela 10-</b>	População Residente- 1991-2010	137
<b>Tabela 11-</b>	Livramento de Nossa Senhora e Dom Basílio - Lavouras Permanentes e Temporárias - 2009/2011	138
<b>Tabela 12-</b>	Livramento de Nossa Senhora e Dom Basílio. Indicadores Sociais – 2011	141
<b>Tabela 13-</b>	Produção de manga 1990-2011	142
<b>Tabela 14-</b>	Livramento de Nossa Senhora e Dom Basílio – Produção das Lavouras Permanentes em toneladas – 2000-2011	160
<b>Tabela 15-</b>	Lavouras permanentes e temporárias 2010	161
<b>Tabela 16-</b>	Índice de Gini – Microrregião de Livramento do Brumado – 1991-2000-2010	161
<b>Tabela 17-</b>	Distribuição da área desapropriada para o Projeto de Irrigação – Microrregião de Livramento do Brumado – BA	166
<b>Tabela 18-</b>	Livramento de Nossa Senhora e Dom Basílio - Área colhida com Manga (hectares) - 1990-2011	168
<b>Tabela 19-</b>	Brasil/Bahia Agricultura familiar – Estabelecimentos agrícolas e área ocupada (ha)-2006	193
<b>Tabela 20</b>	Bahia - Agricultura familiar – Lavouras permanentes e temporárias Estabelecimentos agrícolas e áreas de ocupação (ha) - 2006	194
<b>Tabela 21</b>	População Urbana/Rural (habitantes) - 1991/2000/2010	212

## LISTA DE SIGLAS

<b>ADAB</b>	Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia
<b>ADIB</b>	Associação de Produtores de Manga de Livramento de Nossa Senhora
<b>ANVISA</b>	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
<b>APABA</b>	Associação dos Irrigantes do Vale do Rio Brumado
<b>APPCC</b>	Análise de perigos e pontos críticos de controle
<b>APROMAL</b>	Associação de Produtores de mangas em livramento de Nossa Senhora
<b>APROVALE</b>	Associação dos produtores do vale
<b>ASTN</b>	Associação das Indústrias processadoras de Frutas tropicais
<b>BNB</b>	Banco do Nordeste do Brasil
<b>CAI's</b>	Complexos Agroindustriais
<b>CFEM</b>	Compensação Financeira pela Exploração Mineral
<b>CEPAL</b>	Comissão Econômica para a América Latina
<b>COAL</b>	Cooperativa de Produtores de Manga
<b>CODEVASF</b>	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco
<b>CONTAG</b>	Confederação Nacional dos trabalhadores na Agricultura
<b>CPT</b>	Comissão Pastoral da Terra
<b>CR</b>	Complexo Rural
<b>CUT</b>	Central única dos Trabalhadores
<b>DNOCS</b>	Departamento Nacional de Obras Contrás as Secas
<b>EBDA</b>	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
<b>EMBRAPA</b>	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
<b>EUA</b>	Estados Unidos da América
<b>FETRAF/SUL</b>	Federação dos trabalhadores na agricultura Familiar da Região Sul
<b>FGTS</b>	Fundo de Garantia de Trabalho e Serviço

<b>FHC</b>	Fernando Henrique Cardoso
<b>FMI</b>	Fundo Monetário Internacional
<b>FOB</b>	Livre a Bordo (Free On Board)
<b>ICMS</b>	Imposto sobre Circulação de Mercadorias
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IBRAF</b>	Instituto Brasileiro de Frutas
<b>IDH</b>	Índice de Desenvolvimento Humano
<b>INB</b>	Indústrias Nucleares do Brasil
<b>INCRA</b>	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
<b>INMETRO</b>	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
<b>MAB</b>	Movimentos dos Atingidos por Barragens
<b>MAPA</b>	Ministério da Agricultura, Pesca e Abastecimento
<b>MASTER</b>	Movimento dos agricultores Sem -Terra
<b>MDA</b>	Ministério do Desenvolvimento Agrário
<b>MIRAD</b>	Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e Reforma Agrária
<b>MMA</b>	Ministério do Meio Ambiente
<b>MS</b>	Ministério da Saúde
<b>MST</b>	Movimento dos Sem-Terra
<b>OMC</b>	Organização Mundial do Comércio
<b>OMS</b>	Organização Mundial da Saúde
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>PED</b>	Programa Estratégico de Desenvolvimento
<b>PGPM</b>	Política de Garantia de Preços Mínimos
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PIF</b>	Produção Integrada de Frutas

<b>PIS</b>	Programa de Integração Social
<b>PNRA</b>	Plano Nacional de Reforma Agrária
<b>PNUD</b>	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
<b>POLOCENTRO</b>	Programa de Desenvolvimento das áreas do Cerrado
<b>POLONORDESTE</b>	Programa de Desenvolvimento das ações Integradas do Nordeste
<b>PROALCOOL</b>	Programa Nacional do Alcool
<b>PROCERA</b>	Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária
<b>PRONAF</b>	Programa Nacional de Fortalecimento da agricultura Familiar
<b>PRONAGEM</b>	Programa Nacional de Armazenagem
<b>PRONERA</b>	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
<b>PROPEC</b>	Programa Nacional de Desenvolvimento da Pecuária
<b>PROTERRA</b>	Programa de Redistribuição da terra e Estímulo a Agroindústria do Norte e Nordeste
<b>SAPPP</b>	Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco
<b>SEBRAE</b>	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
<b>SEI</b>	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais
<b>SUPRA</b>	Superintendência de Reforma Agrária
<b>SUS</b>	Sistema Único de Saúde
<b>UNEB</b>	Universidade do Estado da Bahia
<b>USDA</b>	Departamento de Agricultura dos Estados Unidos
<b>VALEXPOR</b>	Associação de Produtores e Exportadores de frutas do vale do São Francisco



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>22</b>
<b>1- BREVE HISTÓRICO DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA E SEU PROCESSO MODERNIZADOR.</b>	<b>28</b>
1.1 A questão agrária latino-americana e a ideologia do desenvolvimento	43
1.2 Modernização, Reestruturação produtiva e as transformações do espaço agrário brasileiro	50
1.3 Modernização da agricultura brasileira, formação do agronegócio e a condição do agricultor familiar	60
<b>2- REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, REFORMA AGRÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O CAMPO</b>	<b>72</b>
2.1 Reforma Agrária: a esperança de uma política pública para o campo brasileiro	81
2.2 Políticas de crédito, uma condição imprescindível ao pequeno agricultor	91
2.3 Complementação de renda no campo e programas sociais compensatórios	95
2.4 Barreiras protecionistas: O grande entrave à circulação de produtos	108
<b>3- A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DA ATIVIDADE FRUTÍFERA NO BRASIL.</b>	<b>113</b>
3.1 A produção de manga no Brasil	127
3.2 A microrregião de Livramento do Brumado e a Produção de Manga	136
3.2.1 A microrregião de Livramento do Brumado numa perspectiva de desenvolvimento regional	139
3.2.2 - Política de crédito rural na microrregião de Livramento do Brumado	147
<b>4- BREVE HISTÓRICO DA MICRORREGIÃO DE LIVRAMENTO DO BRUMADO, O PERÍMETRO IRRIGADO E SUAS CONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS.</b>	<b>150</b>
4.1 A ocupação da Serra Geral da Bahia	151
4.2 Caracterização geral do setor agrícola regional	157
4.3 O Perímetro Irrigado da Microrregião de Livramento do Brumado	163
<b>5. A PRODUÇÃO DE MANGA NA MICRORREGIÃO DE LIVRAMENTO DO BRUMADO: REPRODUÇÃO SOCIAL DO PEQUENO AGRICULTOR E CUIDADOS AMBIENTAIS.</b>	<b>178</b>
5.1 Escassez de água, cuidados ambientais e seus reflexos na produção de manga	179

<b>5.2 A participação de Dom Basílio no perímetro irrigado</b>	<b>190</b>
<b>5.3 Agricultura familiar na microrregião de Livramento do Brumado</b>	<b>193</b>
<b>5.3.1 Papel da associação de produtores em Livramento do Brumado</b>	<b>205</b>
<b>5.4 Condições de vida e de trabalho dos trabalhadores e dos produtores de manga na microrregião de Livramento do Brumado</b>	<b>207</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>218</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>224</b>
<b>APÊNDICE A</b>	<b>237</b>
<b>APENDICE B</b>	<b>239</b>
<b>APENDICE C</b>	<b>243</b>
<b>APENDICE D</b>	<b>245</b>
<b>APENDICE E</b>	<b>246</b>

## INTRODUÇÃO

O mundo rural nas últimas décadas, tem se recriado diante das novas exigências da sociedade e do capital. Entender a composição desse novo rural, no Brasil, exige investigar a diversidade de seus aspectos históricos, sociais e suas múltiplas influências. Afinal, a produção agrícola brasileira sempre foi um fator determinante em sua economia. Em tempos modernos e de intensas mudanças tecnológicas, é pertinente procurar entender as novas relações que se estabelecem, por vezes carregadas de complexidade. Imprimem-se no espaço as marcas de um novo tempo. Infelizmente velhas questões conflituosas são preservadas e novas particularidades estão sempre surgindo.

A vastidão do território brasileiro constitui um mundo de realidades distintas em seus variados sistemas produtivos. São espaços rurais que apresentam novas configurações, novas possibilidades e novos conflitos que, além dos sociais, surgem, com muita propriedade, os ambientais. Compreender e explicar essas transformações são funções da ciência geográfica.

Sendo assim, nesse novo cenário de mudanças técnicas e conquistas científicas, se apresenta o objetivo geral desse estudo que é analisar as transformações socioespaciais ocorridas na microrregião de Livramento do Brumado, na região Centro Sul baiana, com a implantação da agricultura modernizada e, posteriormente do polo frutífero. A fruticultura irrigada como alternativa econômica e reprodução social dos pequenos produtores rurais serviram como campo empírico para esse trabalho. A escolha dessa microrregião, como campo de investigação, deu-se pela forte presença da agricultura familiar nas atividades agrícolas. Projetos como esse, de modernização agrícola em áreas periféricas a grandes centros, pode ser tanto um fator de atração como um fator de repulsão desse segmento produtivo. Reproduzir o agricultor familiar preservando suas tradições e permitindo sua integridade e identidade como homem do campo é entendido como prioridade, pois são aspectos que apontam uma importância econômica e social para uma região.

A aplicação de políticas públicas como esse projeto irrigado, promovem transformações importantes no espaço rural com rebatimento em seu entorno urbano, com destaque nas mudanças na base técnica da produção, nas relações de trabalho e na preservação da agricultura familiar. A presente pesquisa analisou essas transformações espaciais e culturais promovidas pela modernização da agricultura nesses municípios. A pesquisa investigou a adaptação das novas formas de produção que foram incorporadas ao território com a implantação de uma agricultura moderna, particularmente a partir da década de 1970, período no qual o capital penetrou no campo de forma mais intensa. Esse fato significou, entre

outras coisas, a substituição de uma agricultura voltada para a produção local, para uma de base industrial. Pode-se assim entender que foi dessa época o processo de modernização da agricultura no Brasil.

Em linhas gerais, o termo modernização agrícola carrega em si a simbologia do avanço técnico, materializada nos equipamentos como maquinários cada vez mais eficientes, insumos, sementes, administração, logística, entre outros, principais responsáveis pela alta produtividade. Por outro lado, uma discussão recorrente nos meios acadêmicos e científicos é que este processo não tem levado em conta as modificações ocorridas nas relações sociais de produção e tem também minimizado as questões relacionadas a impactos ambientais.

Termos como modernização e modernidade supõem avanços sobre as práticas, costumes e tradições que caracterizam um lugar, uma cultura, em prol de benefícios a grupos econômicos que tem acesso ao crédito fácil e o aplicam em função da maximização dos seus lucros. Esse processo definido como modernizador promoveu uma dinâmica territorial com forte rebatimento nas questões ambientais e sociais em praticamente todos os lugares do mundo. Neste particular, o modelo de produção capitalista, como condutor desse processo imprime sua marca de exclusão em nome do desenvolvimento.

O que instigou esse trabalho foi à tentativa de entender como essas questões rebateram em regiões periféricas. Para isso, é fundamental elucidar as categorias de análise que foram fundamentais a essa temática, tais como: reestruturação produtiva, modernização da agricultura, políticas públicas e agricultura familiar.

Essa microrregião sofre por questões adversas a produção agrícola, como a falta d'água para atender todo a agricultura irrigada e a distância de grandes centros. Sempre enfrentou reais obstáculos na tentativa de melhorar seus indicadores sociais. Os municípios diretamente atendidos nesse projeto são Livramento de Nossa Senhora e Dom Basílio. O município de Rio de Contas está diretamente envolvido com estas questões por compartilhar da mesma bacia hidrográfica e dispor do uso das águas para sustentar sua agricultura.

Entender a produção do espaço nesses municípios exigiu a aplicação de conceitos e teorias fundamentais para a ciência geográfica e agrária. O estudo esteve amparado em questões pertinentes a esta ciência, dentre elas, procurar entender o contexto de inserção da modernização na agricultura, suas transformações sócioespaciais e sua reestruturação produtiva diante das relações que o capital impõe e que produz alterações distintas regionalmente nas condições de produção e nas relações de trabalho. Para entender tais questões, foram levantados os seguintes questionamentos: A questão agrária brasileira tem avançado na resolução de seus conflitos frente à entrada do capital no campo? As políticas

públicas para o campo têm atendido de forma satisfatória o pequeno e o grande produtor? A produção frutífera na microrregião de Livramento do Brumado tem demonstrado sustentabilidade ambiental e social? Até que ponto a modernização agrícola tem favorecido a vida do pequeno agricultor? A produção irrigada de frutas na microrregião de Livramento do Brumado é uma atividade sustentada pela agricultura familiar? O pequeno produtor tem conseguido se reproduzir socialmente frente à entrada do capitalismo no campo?

O trabalho empírico foi realizado nessa microrregião em função das transformações espaciais sofridas a partir das políticas públicas. O Projeto do Perímetro Irrigado em Livramento do Brumado foi uma dessas políticas que, apesar de instalado a partir de 1977, só começou a ser efetivamente executado em 1986. Realizado pelo Departamento Nacional de Obras Contra a Seca - DNOCS.

Essa microrregião está localizada na região Centro Sul baiano, mais precisamente na microrregião de Livramento do Brumado, numa área de clima semiárido. O critério de regionalização adotado e definido nesse estudo seguiu os parâmetros estabelecidos pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) - BA. Este conceito foi estabelecido a partir de aspectos econômicos e urbanos.

Desta forma, essa microrregião estudada corresponde à área de influência de Vitória da Conquista – BA, e é composta pelos seguintes municípios: Aracatu, Brumado, Caculé, Caetitê, Candiba, Condeúba, Contendas do Sincorá, Cordeiros, Dom Basílio, Guajeru, Guanambi, Ibiassuçê, Igaporã, Ituaçu, Jacaraci, Lagoa Real, Licínio de Almeida, Livramento de Nossa Senhora, Maentiga, Malhada de Pedras, Mortugaba, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Pripá, Presidente Jânio Quadros, Rio do Antonio, Sebastião Laranjeiras, Tanhaçu e Urandi, dentre os quais foram selecionados dois: Livramento de Nossa Senhora e Dom Basílio. O município de Rio de Contas pertence a região econômica da Chapada Diamantina, no entanto fica muito próximo desses municípios e estão diretamente envolvidos nesse perímetro irrigado.

Do ponto de vista metodológico, os procedimentos adotados foram pertinentes às dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais resultantes da modernização da atividade agrícola, em especial na produção de mangas, entendendo suas relações produtivas articuladas com os fenômenos sociais. Para isso, foram utilizados os métodos: histórico, estatístico, cartográfico, classificatório e o hipotético dedutivo. Os procedimentos de pesquisa adotados serviram para explicar como os territórios produtivos em regiões periféricas estão sendo usados na ocupação da terra, frente à inserção do capitalismo no campo, além de evidenciar as condições de vida do agricultor familiar e entender o espaço de produção e de circulação. Para

isso, foi necessário utilizar também as abordagens e instrumentos da pesquisa da ordem indireta (fontes secundárias) e direta (fontes primárias).

Para definição de conceitos, teorias e métodos, foi realizada uma revisão bibliográfica, em parte publicada nas referências desta tese, disposta em livros, periódicos, sites, artigos, dissertações e teses referentes à geografia agrícola e agrária no Brasil e na Bahia, procurando uma maior clareza teórica desses conceitos e categorias que fundamentaram a pesquisa. Foi indispensável a busca de dados em órgãos públicos e institutos de pesquisa tais como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).

O estudo bibliográfico priorizou questões como a modernização da agricultura no Brasil; os impactos da modernização sobre a agricultura familiar; a importância da agricultura familiar como fornecedora de alimentos para a população brasileira; na reprodução social do homem do campo, na geração de emprego e renda no campo e nas políticas públicas de promoção da agricultura familiar dentro do ambiente econômico.

A pesquisa empírica foi desenvolvida a partir da investigação em documentos e registros sobre a história e ocupação do interior da Bahia, em especial sobre a microrregião de Livramento do Brumado. Foram analisados documentos sobre o perfil socioeconômico desses municípios, a partir disso, foram elaborados instrumentos de coleta de dados que pudessem somar as informações existentes e oficiais.

O recorte temporal foi definido a partir da implantação definitiva do perímetro irrigado em 1986. A produção de manga foi priorizada no trabalho de campo por ser a cultura predominante nesse perímetro irrigado. A partir disso, foram definidos, por ordem de importância produtiva da manga, os municípios de Livramento de Nossa Senhora, Dom Basílio e Rio de Contas.

A fase final consistiu na pesquisa direta, essa etapa foi realizada com agentes sociais: trabalhadores, produtores, empresários, presidente de associações, políticos que tivesse algum tipo de envolvimento com a fruticultura. Para isso, foram aplicados questionários e entrevistas semiestruturadas. Foram aplicados questionários a 87 pessoas envolvidas com a fruticultura regional, distribuídos da seguinte forma: 60 trabalhadores da fruticultura, 15 produtores, 05 agrônomos, 03 empresas processadoras de frutas, 02 órgãos públicos vinculados à produção de frutas na região e 02 associações de produtores. Além desses foram realizadas 13 entrevistas abertas com agentes envolvidos diretamente com a produção agrícola nessa microrregião, procurando atender o princípio da proporcionalidade de cada segmento.

Os questionários foram aplicados aos produtores encontrados aleatoriamente na propriedade ou em suas residências nos respectivos municípios, buscando contemplar a todos sem distinção.

Os dados utilizados para a caracterização da Região foram coletados junto às publicações dos órgãos públicos estaduais e também o IBGE, selecionados separadamente por municípios e posteriormente agrupados. As informações in loco também foram obtidas em setores públicos e privados que dispunham de informações sobre a agricultura regional, como as Secretarias de Agricultura dos referidos municípios; as associações de trabalhadores rurais, cooperativas e sindicatos; produtores e trabalhadores da fruticultura.

A partir disso, os dados e informações foram tabulados e sistematizados, dos quais puderam ser analisados aspectos da estrutura produtiva de frutas do universo de produtores pesquisados na Região. Os questionários abordaram questões que respondiam os problemas levantados pela pesquisa, relacionados à atividade frutífera. Nas entrevistas, as questões centrais estavam relacionadas ao trabalho familiar, a produção do espaço rural e a circulação da manga. Os questionários aplicados e os roteiros de entrevistas encontram-se apresentados nos apêndices desta tese. Os resultados estão apresentados, sob forma de mapas, cartogramas, gráficos e tabelas visando facilitar a compreensão da dinâmica frutícola regional.

Após a produção desse material estruturou-se a tese em cinco capítulos, além desta introdução, das considerações finais e das referências bibliográficas.

No primeiro capítulo faz-se um breve histórico da questão agrária brasileira e seu processo modernizador apresentado uma discussão teórica sobre a história da agricultura no Brasil e sua modernização, abordando a contribuição da Geografia Agrária para o entendimento da produção do espaço agrário brasileiro. Um ponto destacado foi a inserção do capital no campo, para tanto, foi fundamental a contribuição dos autores: Harvey, Ianni, Chesnais, entre outros, que apresentam considerações importantes sobre a influências de políticas macroeconômicas na composição da realidade brasileira. Autores como Guimarães, Diniz, Prado Jr. Furtado, Elias, Alves, Moreira analisam a produção da estrutura agrária no Brasil e no Nordeste. Nesse capítulo ainda foram examinadas as políticas públicas na configuração do espaço agrário brasileiro por meio de programas e incentivos à agroindústria e, sobretudo, à agricultura familiar. O rural brasileiro foi caracterizado ao longo do século XX, enfocando as fases produtivas, desde as grandes plantações ao processo de modernização da agricultura. Autores como Kageyama e Graziano da Silva (2002); Rangel (2000), Abramovay (1992), entre outros, concordam que a transformação na agricultura se deu a partir da industrialização e da urbanização.

No segundo capítulo discutiu-se a reestruturação produtiva, reforma agrária e políticas públicas para o campo. Os temas tratados apresentam aspectos relacionados à reestruturação produtiva do capital, entendendo as alterações que o capitalismo provoca nas relações de trabalho e produção, viabilizadas pelo projeto de modernização da agricultura. Nesse capítulo também é abordada as transformações da agricultura brasileira a partir do desenvolvimento das políticas públicas para o campo e as lutas dos movimentos sócias para serem incluídos em tais políticas.

No terceiro capítulo, a análise discorre sobre a reestruturação produtiva da atividade frutífera no Brasil. Com o intuito de ter uma visão geral sobre a produção e circulação de manga foi feita uma abordagem sobre as frutas no mundo, destacando a participação do Brasil nesse contexto. Nesse capítulo foram avaliadas as perspectivas para a fruticultura brasileira, tanto para o mercado interno como externo, destacando a necessidade das políticas públicas para colocar o Brasil como forte concorrente no mercado mundial de frutas.

No quarto capítulo, fez-se um breve histórico da microrregião de Livramento do Brumado, do perímetro irrigado e suas configurações territoriais. O estudo analisou o processo de ocupação baiana e regional e as condições para a inserção da fruticultura nessa região. O entendimento sobre agricultura familiar foi priorizado, por ser a agricultura a principal atividade econômica desses municípios e essa atividade desenvolvida, sobretudo, por pequenos produtores. Assim, tornou-se relevante compreender a dinâmica desta atividade e sua importância na região como forma de garantir a reprodução social do pequeno produtor rural. Nesse capítulo também foi discutido sobre o perímetro irrigado da microrregião de Livramento do Brumado e suas configurações territoriais.

No quinto e último capítulo buscou caracterizar a produção de manga na microrregião de Livramento do Brumado, a reprodução social do pequeno agricultor e cuidados ambientais. Buscou-se caracterizar a dinâmica da fruticultura no espaço rural por meio dos dados e informações levantadas na pesquisa de campo priorizando a produção de manga na microrregião de Livramento do Brumado. Nesse capítulo analisou-se a atuação da organização coletiva em associações agrícolas, como estratégia de reprodução social dos pequenos produtores rurais. Outros pontos foram priorizados como as condições de produção e comercialização na agricultura familiar, além de procurar verificar a inserção do agricultor familiar nas políticas agrícolas de crédito e assistência técnica.



## **1. BREVE HISTÓRICO DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA E SEU PROCESSO MODERNIZADOR**

Ao longo da história da humanidade, os homens tiveram intensa ligação com a produção agropecuária e, por longos períodos, essa atividade foi predominante e geradora de poder e de conflitos. Atualmente, apesar do consumo de grãos e carne ser intensivo, indispensável e estratégico a qualquer nação, não representa mais a mesma força política e econômica de outros tempos. Os arranjos são diferentes, mas nem por isso, menos importantes.

Nos primeiros séculos correspondentes ao período de ocupação e exploração da terra no Brasil a produção foi predominantemente rural e a agricultura comandou a economia. Essa atividade predominou por mais de quatrocentos anos e imprimiu sua marca territorial em distintas regiões do país.

O Brasil teve uma trajetória agrícola marcada por uma colonização forte e determinante na garantia de grandes propriedades, contempladas com todos os privilégios e benefícios oferecidos pelas políticas públicas. A grande propriedade impôs-se como modelo socialmente reconhecido e recebeu estímulos expressos na política agrícola que procurou modernizar e assegurar sua reprodução. Nesse contexto, o pequeno agricultor sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira, vulnerável as flutuações do mercado internacional, como consequência há uma forte instabilidade na economia nacional, que ora se projeta, ora se retrai, atingindo a todos os atores envolvidos (WANDERLEY, 1995).

Durante os séculos XVI e XVII, a exploração agrícola colonial ocorreu nas faixas litorâneas do Nordeste brasileiro, pois se tratavam de terras férteis e próximas as zonas de embarque para a Europa. O principal produto desse tempo foi a cana-de-açúcar, inclusive ainda o é largamente produzido. O interior do Brasil só foi motivo de interesse e ocupação em meados do século XVII, em virtude da descoberta de metais preciosos na região de Minas Gerais.

A prática de grandes extensões para a monocultura correspondeu às estratégias políticas e econômicas de um período de expansão mundial do capitalismo europeu que perdurou por mais de três séculos. Esse modelo produtivo só foi interrompido no século XX por meio da chegada da indústria e da consequente urbanização brasileira. Até então, as terras no Brasil, desde a divisão em capitanias hereditárias era uma concessão a quem fizesse uso e ocupasse produzindo o que fosse determinado pela coroa portuguesa. A produção estava vinculada a produtos primários mediante as monoculturas para exportação e seus produtores vinculados aos interesses da coroa portuguesa.

Nesse contexto, a ocupação e exploração das terras estavam condicionadas a interesses estratégicos, podendo ser produção monocultora ou preferencialmente a extração mineral. Essa prática persistia à medida que surgiam ameaças de outros países ou houvesse necessidades de ampliação produtivas, sem deixar de priorizar a busca incessante por metais preciosos ou alguma matéria-prima específica. Assim, territórios indígenas foram dominados e ocupados, haja vista que a terra era destinada aos escolhidos pela coroa portuguesa, e, para aquele tempo, existia pouca gente para muita terra.

Esse modelo foi eficaz e lucrativo para o período e levou muitas riquezas a Portugal, que, por conseguinte gerou intensas concentrações de terras no Brasil e pôs em evidência graves questões agrárias que perduraram após as mudanças políticas e reestruturação produtiva no final do século XX. Sendo assim, a democratização das terras no Brasil foi extremamente desfavorável ao pequeno produtor.

No início da colonização a legislação relativa à propriedade de terra estava baseada na política rural de Portugal. A terra era vista como parte do patrimônio pessoal do rei, como domínio da Coroa e sua aquisição decorria de uma doação pessoal, segundo os méritos dos pretendentes e os serviços por eles prestados à Coroa. Uma estratégia de distribuição controlada da terra envolveu empreendedores privados na colonização do território sem ônus para a Coroa (BECKER 2003, p.41).

A Lei de Terras de 1850 marcou um importante momento de transição desse sistema secular agroexportador baseado no trabalho escravo para a industrialização. Apesar de não romper com a estrutura fundiária, foi um importante passo na possibilidade de democratizar o acesso a terra. De acordo Stédile,

A Lei de Terras foi muito importante. Ela foi concebida no bojo da crise da escravidão e preparou a transição da produção com trabalho escravo – nas unidades de produção tipo plantation, utilizadas nos quatro séculos do colonialismo – para a produção com trabalho assalariado. A Lei de Terras representou a introdução do sistema da propriedade privada das terras, foi a transformação das terras em mercadorias. A partir de 1850, as terras podiam ser compradas e vendidas. Até então, eram apenas objeto de concessão de uso – hereditária – por parte da coroa àqueles capitalistas com recursos para implantar, nas fazendas, monoculturas voltadas à exportação. (STEDILE, 2005, p.283).

A partir dessa lei, para ter posse da propriedade seria obrigatório o título de compra. Este fato, não alterou sobremaneira as questões agrárias, pois só teria acesso a terra quem dispusesse de dinheiro. Mesmo com acesso a poucos e abastados, o comércio de terras foi

estabelecido, sendo que podiam ser compradas e vendidas, tornando-se mercadorias, portanto incluídas no sistema capitalista. Segundo Silva:

A promulgação dessa lei ocorreu para deter o processo de apropriação livre mediante a posse da terra. [...] além de garantir aos proprietários a mão de obra imigrante e nacional, contribuiu para evitar ou amenizar a crise no mercado de trabalho logo após a abolição da escravidão em 1888 (SILVA 2004, p. 17).

As mudanças nas formas de uso e propriedade das terras no Brasil tiveram fortes sinais a partir da abolição completa da escravidão, em 1888. É possível que esse acontecimento seja o início do processo modernizador, haja vista que foi dado um importante passo na alteração das relações de trabalho e deu início à formação de importantes centros comerciais e também a estratégicos projetos de desenvolvimento que nortearam o Brasil para novas perspectivas de produção agrícola.

Somente no século XX, a industrialização e a modernização chegaram ao Brasil e deram sinais de novos tempos. Tais fatores favoreceram uma crescente urbanização, mas não contemplou o mundo agrário e até intensificou seus problemas com a expulsão do homem do campo.

Essa realidade foi comum a muitos países latino-americanos durante e após a I e II Guerras Mundiais que passaram a adotar uma nova articulação produtiva, ou seja, produzir o que costumava importar. Nesse processo, particularmente as nações fortemente colonizadas como o Brasil romperam com o modelo secular de grande importador de produtos industrializados e exportador de matérias-primas. Em função da nova ordem internacional imposta pelas guerras mundiais, esses países foram obrigados a redimensionar seu setor produtivo impondo grandes transformações em sua economia, intensificando seu processo de industrialização e urbanização. O resultado dessa nova relação para esses países latinos alterou sobremaneira sua típica condição de agrário-exportador. Como consequência social houve um acentuado êxodo rural e inchaço de muitas cidades intensificando o fenômeno da favelização (FERNANDES, 2008).

Tal realidade faz lembrar as mudanças ocorridas na Inglaterra do século XVII, caracterizadas pela expulsão de camponeses de suas terras e sua consequente urbanização precária, formando um contingente de miseráveis, livres para vender sua força de trabalho às manufaturas capitalistas emergentes. Essa nova classe de proletários tinha o tempo de vida subvalorizado em relação ao tempo de trabalho que era, cada vez mais, apropriado pelo capital para a produção de mais-valia (HENDERSON, 1979).

Sendo assim, a ocupação, a exploração e a formação política e econômica do Brasil também foram similares ao que ocorreu nos países ocidentais, em particular na Europa e EUA do século XVIII, embora em contextos específicos e com suas particularidades. A principal diferença é que nesses países, os pequenos produtores rurais que não puderam se incorporar às modernas técnicas vinculadas ao processo produtivo foram absorvidos pelo mercado de trabalho urbano que criou uma base estrutural para receber essa população que vinha do campo, enquanto no Brasil a população expulsa do campo também ficou marginalizada nos centros urbanos. De acordo com Guimarães (1963), o colonialismo no Brasil foi uma regressão ao modelo desumano de mão de obra escravista que nem mais existia na Europa.

Um fator determinante ao desenvolvimento agrário foi a forte dependência externa. Um exemplo foi a crise enfrentada pelos produtores de café em função da quebra nas exportações em consequência da grande depressão de 1929 dos EUA e dos conflitos mundiais que desestruturaram os países europeus. Houve um forte rebatimento nas bases econômicas brasileira nesse momento, além da estrutura agrária continuar a mesma, altamente concentradora, o mercado interno praticamente não existia, o Brasil da primeira década do século XX estava totalmente instável e vulnerável, dependente dos países de industrialização avançada.

A partir dos anos de 1930 o modelo produtivo do Estado capitalista brasileiro foi completamente alterado com a reestruturação urbana e produtiva, o Estado assumiu o comando de uma estratégia desenvolvimentista com grandes projetos estruturais a serem executados em longo prazo (FURTADO, 2007). Essa política só foi interrompida nos anos 1980 com a adoção do modelo neoliberal, antítese do modelo anterior, que entre outras estratégias adota a ideia de Estado mínimo.

A função que o Brasil ocupou como país agrário exportador sofreu uma intensa mudança na segunda metade do século XX, ocupando inclusive uma destacada posição entre as principais economias do mundo. Essa mudança relativamente rápida e intensa provocou uma significativa alteração nas relações sociais e na produção do espaço geográfico. Nesse período os pequenos produtores foram comprometidos, muitos tiveram que abandonar suas atividades e migrar para os grandes centros (GUIMARÃES, 1968).

As políticas agrícolas no Brasil só começaram a ser efetivamente elaboradas a partir de 1950. Nesse período as análises foram sendo construídas diante de fatores relacionados a questões agrícolas e agrárias. O setor agrícola, a partir de então, tinha uma importante função a cumprir: abastecer o mercado interno e financiar a industrialização.

A implantação da indústria brasileira, naquele período, implicou numa forte influência sobre o campo através da produção de equipamentos e insumos para a agricultura que, até então, era realizada por técnicas tradicionais, com práticas agrícolas condicionadas às condições naturais e manejos simples, que passou a ser contemplada com recursos técnicos, redimensionando a produtividade. Esses avanços técnicos ocorreram de forma diferenciada regionalmente, em decorrência também das dimensões continentais do território brasileiro, sendo mais intenso a princípio, nas regiões Sul e Sudeste e, posteriormente, nas décadas subsequentes atingindo também Centro-oeste, Nordeste e Norte. Portanto,

A agricultura, uma atividade sempre gerida pela tradição, passa agora a se integrar lentamente nos modelos de administração criados e aperfeiçoados pela indústria nos últimos 50 anos. A criação de quadros de administradores rurais, escritórios especializados em gestão de propriedades etc., é um sinal de que as conquistas da Revolução Industrial começaram a atingir o campo. A penetração de todas essas inovações no campo, comumente chamada de modernização, não tem o mesmo significado em todos os lugares. Há diferenças sensíveis entre os países subdesenvolvidos e os desenvolvidos, embora em todo o mundo capitalista corresponda sempre a um processo cada vez mais intenso de subordinação do setor agrícola ao capital. As exigências sobre o agricultor para compra de insumos (máquinas, fertilizantes, sementes etc.) partem da própria indústria, que difunde seus produtos através dos serviços de extensão rural e dos veículos de comunicação de massa (DINIZ, 1984, p.126, 127).

Esse período foi marcado por uma mudança estrutural nas relações produtivas tradicionais no Brasil, fato caracterizado por uma forte tendência a substituir o que se importava por produtos nacionais. A prática da colonização presente há séculos definia atividades específicas que nesse caso, na divisão internacional do trabalho, imprimiu à nação brasileira a condição de exportador de matéria-prima e importador de produtos manufaturados. O Brasil foi obrigado a reestruturar sua economia em decorrência da demanda do mercado interno e promoveu o crescimento industrial com inevitável rebatimento no campo, refletido na modernização do setor agrário e formação do Complexo Agroindustrial (FURTADO, 2007).

A “vocação agrícola brasileira” permitia essa condi o, muita terra e excelentes condi es naturais, mas   medida que se expandia surgiam dificuldades que só foram parcialmente resolvidas com grandes investimentos em equipamentos, transportes, insumos, fertilizantes dentre outros. Tornou-se comum aos grandes proprietários recorrer a bancos para financiar máquinas e equipamentos. Tais práticas se intensificaram durante a década de 1960

com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) pelo governo, um fato fundamental à modernização agrícola (HESPANHOL, 2009).

Essa política de incentivo à modernização agrícola do Brasil agravou os problemas sociais e ambientais e estimulou a reprodução ampliada do capital. Houve avanços econômicos e produtivos consideráveis para o agronegócio e o país tornou-se um dos maiores exportadores mundiais de bens primários. No entanto, o pequeno produtor ficou por longo período a margem desse processo e sofreu inúmeras privações até hoje não superadas. Assim,

No período que se estende da década de 1950 até meados dos anos de 1970, houve grande expansão da economia mundial, com aplicação direta dos conhecimentos da ciência e da tecnologia aos processos produtivos [...] neste mesmo período, o Brasil apresentou grande crescimento econômico, embora problemas estruturais como a elevada concentração da propriedade da terra, tenham permanecido e até se agravado. No decorrer da década de 1950, 1960 e 1970, o nível de expansão do Produto Interno Bruto (PIB) foi bastante superior ao crescimento da População Economicamente Ativa (PEA) (HESPANHOL, 2007p. 272).

Historicamente, esse modelo agrícola brasileiro foi concentrador de renda e de terras, que entre outros fatores, acentuou a disparidade econômica e a qualidade de vida de grande parte da população e teve, no final do século XX, o ponto alto de seus conflitos agrários que testemunha as consequências desse histórico modelo excludente. Grande parte dos pequenos produtores rurais excluídos da modernização não foi absorvida pelas cidades e pelo mercado de trabalho, pelo contrário, tornaram-se vulneráveis a todo tipo de exclusão.

O desenvolvimento agrícola brasileiro baseou-se nesses padrões, apesar dos avanços técnicos e científicos das últimas décadas, com grande favorecimento a produtividade agrícola, ainda são observados sérios problemas sociais e ambientais. A questão agrária, no Brasil, é consequência dos modelos econômicos anteriores e foram favorecidos e fortificados com a forte entrada do capitalismo comercial e financeiro no país, mantendo a concentração fundiária, os latifúndios e a dificuldade em se implantar uma agricultura nos moldes familiar.

O êxodo rural pode ser apontado como uma das maiores consequências da alteração promovida no campo por esse modelo produtivo, principalmente no período de transição de uma sociedade agrícola à implantação de uma urbano-industrial. As mudanças estruturais foram grandes e impactantes na economia brasileira nesse período e suas consequências foram a favelização dos centros urbanos e a precarização da mão de obra.

O século XX foi decisivo na manutenção dessa ordem mundial que adentrou o século XXI. Foi um tempo de grandes eventos políticos, econômicos e culturais para o mundo e também para o Brasil. O fluxo de capitais que sustentou grande parte dessas mudanças no

Brasil foi originário do café. No campo político, os movimentos contestatórios confirmavam a insatisfação de muitos, atitudes clara de uma nação em transição de rural para o urbano. À medida que a urbanização superava o Brasil rural, as questões agrárias também ocupavam cada vez mais importância. Isso revela que no campo brasileiro eram comuns os conflitos por terras e por direitos, ocorriam levantes populares em função das precárias condições de vida que viviam os camponeses, temos como exemplos as manifestações quilombolas como o de Palmares e a Guerra de Canudos como os mais expressivos dentre outros que revelavam a insatisfação das condições de vida de quem vivia no campo.

As grandes guerras mundiais do século XX foram eventos decisivos e norteadores de novas questões político-econômicas que definiram o mundo contemporâneo e imprimiram uma nova ordem mundial, redefinindo a divisão internacional da produção, do trabalho e da circulação. O campo, nesse processo, passa a ter uma função definida num mercado global, produzir para a indústria e consumir produtos industrializados, como agrotóxicos, fertilizantes, máquinas, entre outros (FURTADO, 2007).

No plano político brasileiro, em 1964, o país viveu um Golpe de Estado pelos militares, período em que foi promulgado o Estatuto da Terra (Lei 4504). Esse fato é contemporâneo do ideário produtivo, intitulado de Revolução Verde, adotado por vários países latino-americanos com proposta de aumento da produtividade através do uso intensivo de insumos químicos, de melhoria genética, com eficientes técnicas de irrigação. Tais práticas agrícolas são responsáveis pelo que se constituiu na espinha dorsal da agricultura moderna.

O cultivo intensivo do solo, a monocultura, a irrigação, a aplicação de fertilizantes inorgânicos e pesticidas, seleção de espécies e sementes, controle químico de pragas e manipulação genética das plantas cultivadas associada à cultura de grande aceitação no mercado internacional formaram esse conjunto de práticas produtivistas, garantindo grande produtividade, mas, também, comprometendo as condições ambientais e ampliando os conflitos no campo, rompendo assim com toda a ideia de produção natural.

A Revolução Verde foi uma tentativa de resolver os problemas sociais do campo. Nessa época, o Brasil enfrentava sérios ajustes econômicos e estruturais. Havia problemas urbanos e rurais, e nenhum podia servir de apoio ao outro. Foi um período propício ao crescimento de movimentos sociais e sindicais. A Revolução Verde esteve fortemente vinculada a grandes empresas, agroindústrias que controlavam e ainda controlam o mercado mundial. Nesse momento, foi observada uma significativa ampliação na produção mundial de alimentos, concomitantemente houve um aumento da população, principalmente nos centros urbanos e

uma grande redução da população do meio rural, em especial dos países mais desenvolvidos e os em desenvolvimento.

As expectativas criadas a partir da Revolução Verde além da alta produtividade favorecia a logística para toda cadeia produtiva com desenvolvimento garantido a todos os envolvidos. No entanto, as crises que comumente atingem as economias avançadas as obrigam a adotar medidas protecionistas que acabam numa relação entre desiguais atingindo as economias menos estáveis. As constantes crises do desenvolvimento capitalista romperam a crença numa perspectiva de crescimento constante, gradual e ininterrupto iniciado nos anos 1960.

A introdução de uma agricultura modernizada representou principalmente a abertura para grandes empresas multinacionais tanto no fornecimento de máquinas, equipamentos, insumos modernos e capitais como na comercialização mundial. A Revolução Verde teve esse caráter, atender interesses de grandes corporações internacionais com total apoio do Estado Nacional. A proposta, entre outras, era investir em produtos de retorno rápido e grande aceitação no mercado internacional.

Sendo assim, em fins da década de 1960 e durante a década de 1970, a produção ficou condicionada ao grande capital e a tecnologia externa: os produtos eleitos para assumirem esta função alteraram sobremaneira a produção do espaço com forte predominância de uma paisagem monocultora no território brasileiro. Na década de 1960, o mercado externo foi favorável ao Brasil que vendeu bem o que produzia e teve acesso a equipamentos e insumos. Este ritmo agrícola adentrou a década de 1970 confirmando o favorecimento de uma agricultura de mercado. De acordo Hespanhol,

A modernização da agricultura, desencadeada no país nos anos 1950, tornou-se expressiva principalmente a partir da instituição do Sistema nacional de Crédito Rural (SNCR), no ano de 1965. O governo federal, além de fornecer crédito rural subsidiado aos médios e grandes produtores rurais para investimento, comercialização e custeio da produção realizada em bases técnicas modernas, construiu e modernizou armazéns, apoiou a expansão do cooperativismo empresarial, criou facilidades para a instalação de indústria químicas e mecânicas e estimulou a implantação e expansão de agroindústrias processadoras de matérias-primas provenientes do campo (HESPANHOL, 2007 p.274,).

No entanto, nesse período a crise do petróleo atingiu o país e forçou o governo a produzir álcool. A primeira crise do petróleo (1973) exigiu uma reestruturação das fontes de combustíveis uma vez que os governos anteriores haviam priorizado os transportes rodoviários. Foi estimulada a abertura de poços petrolíferos, a geração de energia nuclear e



hidroelétrica, sendo criado, nesse período, o Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL). Os países ricos retraíram suas ajudas públicas às economias em desenvolvimento enquanto o investimento do setor privado se ampliava por vias de crédito com agravamento das economias dependentes, haja vista que uma crise numa economia avançada reflete drasticamente nas economias mais frágeis.

Esse foi um período de fortes transformações para inúmeras atividades terciárias, com a instalação de muitos novos fixos e, conseqüentemente, a constituição de muitos fluxos, de matéria e de informação, seja intra-urbanos, interurbanos ou entre as cidades e o campo. A intensificação e a especialização da produção aumentaram as trocas, assim como as possibilidades de fluxos, viabilizando a maior integração do território nacional (ELIAS, 2005).

Esse período de intenso desenvolvimento na indústria e da agricultura foi interrompido por uma sequencia de crises econômicas verificada na redução do emprego e no aumento do desemprego, na inflação, na queda da produção, entre outros. Significou entre outras coisas o esgotamento de um paradigma produtivo da indústria dos Estados Unidos conhecido por fordismo<sup>1</sup> também aplicado na Europa. O referido modelo produtivo apresentava como estratégia a necessidade do trabalhador consumidor, ou seja, incluir o operário no ciclo do capital, da produção e do consumo em contraposição ao período entre guerras, caracterizado por alta produção e baixo consumo, que entre outros fatores, levou os EUA à grande depressão econômica, em 1929. Harvey tratou sobre essa questão quando enfatizou a remodelagem espacial em função das novas estratégias do capital, assinalando:

O capitalismo luta permanentemente, portanto para criar uma paisagem social e física à sua própria imagem, e indispensável para suas necessidades em determinado ponto do tempo, simplesmente para, com igual certeza, minar, desintegrar e até destruir essa paisagem, num ponto posterior do tempo. (HARVEY 1992, p.50).

O fordismo não pode apenas ser entendido como determinante nas relações de trabalho, mas, também, como uma estratégia decisiva à projeção do capital nesse período. A sociedade dessa época foi redimensionada com um novo modo de vida e entrou em profunda crise por não mais garantir emprego e consumo a todos. Portanto, era a decadência do

---

<sup>1</sup> Idealizado pelo empresário Henry Ford (1863-1947), é um modelo de produção em massa no qual o ritmo é imposto pelas máquinas, o trabalhador faz um consumo de tarefas especializadas e participa mais do consumo. Revolucionou a indústria automobilística a partir de 1914 nos EUA, aprimorou o taylorismo, mas a rigidez na gestão foi a causa do seu declínio a partir da década de 1970. Foi gradativamente substituído pela Produção enxuta, modelo japonês baseado no Sistema Toyota de Produção.

idealizado Estado forte WelfareState<sup>2</sup>. A projeção alcançada pelo capitalismo até meados dos anos 1970 havia criado a perspectiva de uma vida segura para o mundo do trabalho no interior da ordem do capital, pelo menos para aqueles que buscavam educar-se e qualificar-se à sombra do Estado-providência. No entanto, com a crise do capital ficou evidente a fragilidade desse modelo e do trabalhador sob essa ordem do capital (HARVEY, 2009).

O referido modelo até então considerado ideal e referência no plano político e econômico internacional, desde o acordo de Bretton Woods<sup>3</sup> tem, na década de 1970, sua fase de decadência, sendo então substituído pelo modelo japonês toyotista. Nesse período, merece destaque o aumento do petróleo, fonte principal de energia industrial da época, apresentando-se como o grande vilão do aumento dos juros com forte rebatimento nas economias dos países de industrialização tardia. Esse processo definiu do que se tornou comumente conhecido como reestruturação produtiva, estabelecendo uma nova ordem mundial, uma nova divisão internacional do trabalho responsável pelo que se convencionou chamar de globalização econômica (HARVEY, 2009).

Segundo Harvey (2009), para a maior parte dos estudiosos do assunto, a década de 1970 expressou a crise do fordismo e a emergência de novas formas de regulação-gestão, culminando com a denominada produção flexível. Esse processo exigiu a presença de um mercado de circulação inesgotável. Apesar da efervescência desse processo ter ocorrido nos países centrais na década de 1970, no Brasil, só foi verificado na década de 1990, em decorrência de fatores de ordem geopolítica, como as rearticulações de regiões produtoras e a formação de blocos econômicos.

O toyotismo passou a ser o modelo ideal ao novo momento do capital e não pode ser entendido apenas como consequência da crise do regime de acumulação fordista, foi um rompimento de um paradigma que colocou o mundo numa nova etapa do desenvolvimento capitalista. Apesar de ter sua gênese japonesa nos anos de 1950, toma uma projeção, uma referência e um valor mundial na década de 1980. Tal modelo produtivo se destacou dos anteriores por adotar uma produção fluida e flexível. Houve um controle excessivo de matéria-prima, do mercado consumidor e do aproveitamento intenso da mão de obra, além principalmente de investimento em tecnologia de base microeletrônica e informacional.

---

<sup>2</sup>Estado de bem-estar social, também conhecido como Estado-providência, o Estado é o agente regulamentador de toda vida e saúde social, política e econômica do país em parceria com sindicatos e empresas privadas, garantir serviços públicos e proteção à população. Desenvolveu-se principalmente na Europa, a partir da Grande Depressão.

<sup>3</sup> Estabelecimentos de regras para as relações comerciais e financeiras entre os países mais industrializados do mundo em julho de 1944. Foi o primeiro exemplo, de uma ordem monetária totalmente negociada, entre Nações-Estado independentes. Estabeleceram o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento ou BIRD e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Tornaram-se operacionais em 1946.

A grande projeção desse modelo deu-se por sua capacidade de adaptação em todos os lugares, regiões e setores em diversas escalas e situações econômicas, aberto ao moderno sem desprezar totalmente antigos modelos produtivos que ainda fossem convenientes. O toyotismo suprimiu o caráter antagônico do trabalho vivo<sup>4</sup> dentro das novas relações produtivas. O trabalhador nesse modelo perde o controle das horas dedicadas ao trabalho e absorve as tensões das metas a cumprir. A importância que tal modelo teve para o sistema econômico não foi a mesma para o mundo do trabalho que além de promover uma instabilidade, neutralizou suas histórias de lutas (ALVES, 2007).

Houve uma intensificação do ritmo de trabalho decorrente do uso eficiente dos instrumentos de produção e do controle produtivo do tempo do trabalhador. Segundo Alves (2007) o toyotismo pode ser tomado como a mais radical experiência de organização social da produção de mercadorias sob a era da mundialização do capital.

Os princípios desse modelo foram adotados, na década de 1980, por várias corporações transnacionais principalmente do ramo industrial dos EUA, Europa, Ásia e também América Latina. A partir da década de 1990, se estendeu ao setor de serviços. Era adotado no Japão antes da grande crise estrutural do capital e foi absorvida como a redenção dessa crise, pois, foi nela que encontrou as condições ideais a sua reestruturação, tornando-se adequada à nova base técnica da produção capitalista.

Esse modelo não rompeu por completo a racionalidade do trabalho presente no fordismo, haja vista que ocorreu de forma mais subjetiva. Por isso, sob o toyotismo, o capitalismo sobrevive encontrando meio eficiente à sua acumulação, estabelecendo normas mais abstratas de concorrência, tornando difícil quantificar a mais valia extraída do trabalhador.

Essas mudanças foram fortemente refletidas nas relações de trabalho e encontraram nesse modelo japonês, que usa como método de produção o just-in-time, as particularidades ideais de adaptação. Houve uma ruptura nas formas rígidas do fordismo e adotaram-se novas estratégias flexíveis de contratação e horas de produção, sem desperdícios, com eliminação do tempo morto, num processo ininterrupto de aperfeiçoamento e controle total. Ao trabalhador se exigiu cada vez mais a busca da qualidade e interação em vários setores da empresa, ter

---

<sup>4</sup>O trabalho vivo é a ação que se produz no ato de sua realização. Trabalho morto é aquele que resulta de um trabalho humano anterior, uma máquina, uma ferramenta ou uma matéria prima. Para Marx o trabalho vivo é a força criadora de valor. O objeto fruto do trabalho vivo passa a ser trabalho morto. “o capital é trabalho morto que, como um vampiro, se reanima sugando o trabalho vivo, e, quanto mais o suga, mais forte se torna” (Marx, 1999).

capacidade de realizar múltiplas tarefas, inclusive em equipe. O just-in-time não foi e não é simplesmente um método de administração de estoques, mas, sobretudo, um método de administração da mão de obra (HARVEY, 2009).

A proposta que se estabeleceu nesse contexto era de uma economia globalizada, ou seja, a mais nova e eficiente estratégia do grande capital na superação da crise do fordismo. Portanto, o que de fato ocorreu foi uma retomada ao liberalismo econômico do início do século XX e investiu-se na doutrina neoliberal<sup>5</sup> como ideal ao capitalismo contemporâneo que necessitava de reestruturação do trabalho e da produção. Assim, foram necessários grandes investimentos em tecnologia e modernização de máquinas em novos setores e desprezo por outros tradicionais.

Em função dos recursos tecnológicos passou a ser possível controlar qualidade, produção e estoque, conforme as necessidades do mercado. É nessa compreensão que autores como Harvey (1992) e Chesnais (1996) indicam o surgimento, com a globalização da economia, de um novo modo de regulação social, o regime de acumulação flexível ou modo de acumulação predominantemente financeiro.

Moreira (2001), ao discutir as novas formas de acumulação do capital, ressaltou que esse momento se caracteriza por uma nova fase do capitalismo, o da financeirização, no qual a acumulação deixa de se apoiar na forma clássica operário-fábrica e passa a pluralizar-se, alterando a produção do valor e, conseqüentemente, provocando transformações no mundo do trabalho.

Nesse contexto, Alves (2001), reconhece esse momento como relativo à financeirização dos mecanismos de produção e reprodução do capital mundial (sociedades holdings, companhias de seguro e bancos, fundos de previdência privada por capitalização, entre tantas outras do mundo financeiro), assegurando a hegemonia do capital financeiro e a necessidade de políticas neoliberais nas ‘bordas’ do sistema mundial do capital, com entrada de todos, inclusive dos países da América Latina e do Leste Europeu. Segundo Vasapollo:

O atual processo de mundialização capitalista significa apenas o domínio das bolsas de valores e da financeirização da economia, em conflito direto

---

<sup>5</sup>Refere-se a uma redefinição do liberalismo clássico de 1938, influenciado pelas teorias econômicas neoclássicas. Um termo usado em duas épocas diferentes com significados semelhantes, porém distintos: no início do século XX significou a doutrina proposta por economistas franceses, alemães e norte-americanos baseados nos princípios do Estado regulador e assistencialista. A partir da década de 1960 defende a plena liberdade de mercado e reduzida intervenção estatal sobre a economia.

com qualquer forma de melhoria das condições de vida dos trabalhadores, obstaculizando a ampliação dos direitos sindicais e universais. Esse é concretamente, o conceito de modernidade no capitalismo selvagem, visível mesmo sob o disfarce dos tons moderados e equilibrados presentes no suposto e irreal “mercado social” (VASAPOLLO, 2005 p. 20).

De acordo com Alves (2007) vive-se uma etapa superior de desenvolvimento do sistema de contradições do capital numa fase avançada das forças produtivas do trabalho social. Uma sociedade cada vez mais mercantilizada é uma sociedade imersa nas contradições dilacerantes da forma-mercadoria, entre valor de uso e valor de troca. A crise do capital se desenvolve nos meandros do desenvolvimento da modernização capitalista, ela não impede o ciclo capitalista, mas o sobre determina. No interior do sistema capitalista existem momentos de expansão e crescimento.

De acordo com Chesnais (1996), o papel das novas tecnologias funciona, ao mesmo tempo, como condição permissiva e como fator de intensificação da globalização. A importação das novas tecnologias, o desmonte do Estado, a reorganização do processo produtivo e a inserção destes países na economia global têm promovido um acirramento cada vez maior das desigualdades sociais e regionais. A América Latina tem se tornado exemplo, pois adentrou o século XXI com praticamente todos os países preservando antigos problemas sociais.

O que de fato tem ocorrido pode ser verificado nas bases do pensamento de Alves (2007) é que o Estado neoliberal propõe abolir qualquer restrição a plena circulação do capital. Segundo a sua lógica, o mercado é entendido como capaz de organizar e comandar de forma livre a economia, ou seja, se autorregula. O mercado é concebido não como um ente abstrato, mas sim, como o espaço de interesses organizados dos grandes oligopólios financeiros.

O Estado neoliberal não deixa de ser um Estado social, tendo em vista a necessidade de tratar com demandas sociais públicas, cada vez mais, arraigadas no corpo da reprodução social. Entretanto, o social do Estado neoliberal está irremediavelmente submetido à regulação de mercado, e são nessas condições que o capital financeiro tem encontrado condições ideais de reprodução. Esse modelo de Estado tem se mostrado incapaz de assumir tarefas impostas pelas questões sociais. É o elemento político que corrobora com a lógica da precarização do trabalho e que sobrevive mesmo em governos de ideologias distintas.

Mesmo com a tese do Estado mínimo, este tem sido máximo para os interesses organizados dos investimentos capitalistas. Apesar de assumir o papel de regulador social, não consegue deixar de priorizar o grande capital. Estado e capital nessa relação são entes

reflexivos cuja função primordial é garantir a reprodução da acumulação de valor através da extração de sobre trabalho. É através de sua forma burocrática que o capital impõe seus nexos políticos de reprodução.

O Estado neoliberal sempre esteve completamente vinculado a uma política global, tendo em vista sua integração às tecnoburocracias globais (FMI/Banco Mundial/ OMC) que necessita e impõe através de suas forças econômicas os interesses de uma manutenção de uma ordem mundial desigual. Esse padrão de Estado político tenta passar a imagem e função de Estado social quando defende direitos sociais e garantias de consumo e segurança. O que a história tem comprovado é que nem todos são contemplados com tais benefícios.

O capital nesse contexto renasce constantemente e se desenvolve expondo suas contradições e assumindo suas formas plenas, como por exemplo, através da situação do trabalhador na modernidade do capital em que grande parte da população pobre são excluídos ou incapacitados de se integrarem à lógica produtivista emergente. São pessoas que não se dão conta do que está acontecendo, não conseguem se incluir ou serem incluídas. O desemprego ocorre em decorrência das mudanças nas relações produtivas no campo e nas cidades que despreza gradativamente a mão de obra dos trabalhadores quando ainda preservavam o controle de seus instrumentos de trabalho (ALVES, 2007).

Nesse entendimento, desde os primórdios do capitalismo moderno, em sua fase pré-industrial, a condição de proletarização, precarização e precariedade do trabalho assumiram toda sua intensidade e amplitude. Essas questões revelam as complexas formas que o trabalho se apresenta.

O capital ao se desenvolver, produz relações sociais estranhadas, comumente comprometidas com o discurso político dominante. Nessas condições prevalece o espírito individualista e alimenta a fragmentação social. A estrutura das relações capitalistas é sempre vulnerável a existência de crises, com períodos de crescimento seguido por períodos de recessão que podem ser locais ou gerais. Essas crises expõem a natureza da ‘civilização’ do capital. Nesse particular a reprodução ampliada do capital encontrou, desde então, um terreno fértil para sua recuperação, tendo o neoliberalismo como condução eficiente desse processo.

O que se oculta com o capitalismo global é a natureza destrutiva que atinge bilhões de seres humanos. É por meio dessas crises que o sistema produtor de mercadorias cresce e se expande, recompondo suas estruturas de acumulação de valor. A crise do capital decorre justamente do esgotamento de um ciclo de desenvolvimento e cria condições de superação para uma nova fase com um novo modo de controle social. O capital está constantemente

submetido a crises de mercados normalmente vinculados a uma relação de superprodução e subconsumo. Segundo Ianni:

[...] ocorre uma transformação quantitativa e qualitativa no sentido de que o capitalismo se torna concretamente global, influenciando, recobrando, recriando ou revolucionando todas as outras formas de organização social do trabalho, da produção e da vida. Isto não significa que tudo o mais se apaga ou desaparece, mas que tudo o mais passa a ser influenciado, ou a deixar-se influenciar, pelas instituições, padrões e valores sócio-culturais característicos do capitalismo. Aos poucos, ou de maneira repentina, os princípios de mercado, produtividade, lucratividade e consumismo passam a influenciar as mentes e os corações de indivíduos, as coletividades e os povos (IANNI, 2006 p.30).

O esgotamento do modelo taylorismo-fordismo abriu possibilidades para um novo, o toyotista que veio justamente tentar manter o equilíbrio nessa relação de produção e consumo quando adotou o princípio do estoque mínimo, em que venda e produção estão articuladas. O mundo atual na lógica do capital tem que assumir a postura de consumo pleno de mercadorias e serviços. É essa relação que garante a estabilidade do capital, portanto,

Enquanto o sistema tradicional de produção planejada em massa não responde facilmente à mudança, o Sistema Toyota de Produção é muito elástico e pode enfrentar as difíceis condições impostas pelas diversas exigências de mercado e digeri-las. O Sistema Toyotade Produção tem flexibilidade para fazer isto (OHNO, 1997, p. 54).

O comando da produção e do consumo passou a ser definido pela competitividade o que acontece também na busca por melhores empregos. A relação capital-trabalho foi condicionada às regulações do mercado. O resultado tem sido caracterizado por novas formas ou condições de trabalho precarizado, principalmente por perdas de direitos historicamente adquiridos e por novas doenças psicossomáticas. Essa relação pode ser definida como uma precarização social, caracterizada por baixos salários, trabalho exaustivo, esforços sobre-humanos e desemprego.

A prática do kaizen<sup>5</sup> passou a ser utilizada pelas economias avançadas e também por aquelas em desenvolvimento. Muitas empresas recorreram à terceirização, como estratégia de fugir das obrigações legais, diminuir custos e reduzir o efetivo de mão de obra ao mínimo

---

<sup>5</sup> É uma palavra de origem japonesa que significa aprimoramento contínuo na vida e no trabalho. É sempre possível fazer melhor, nenhum dia deve passar sem que alguma melhoria tenha sido implantada na estrutura da empresa ou no indivíduo. O Sistema de produção Toyota é conhecido pela sua aplicação deste princípio.

possível, com as empresas maiores, transferindo responsabilidades e riscos para as menores. No Brasil, esse processo ocorreu de forma retardada, somente no final da década de 1980, com grande impulso em 1990, por conta da abertura econômica promovida pelo Estado Nacional ao capital e as empresas multinacionais.

Essas novas relações foram, entre outros fatores, geradoras de produtividade e de conflitos tendo em vista a discrepância entre o acesso fácil que o grande produtor capitalista teve e tem sobre máquinas, equipamentos e insumos, enquanto o pequeno acostumado a modelos tradicionais e precários de produzir não tem acesso aos mesmos recursos e não consegue competir num mercado altamente concorrencial. As consequências desses fatores foram inconvenientes para a sociedade, os problemas sociais persistem no campo e na cidade.

### **1.1 A questão agrária latino-americana e a ideologia do desenvolvimento**

As atividades agropecuárias, em tempos de século XXI, estabeleceram novas relações entre o campo e a cidade. Isso se deve a crescente integração dessas atividades ao circuito da economia urbana. À medida que as atividades industriais e urbanas avançaram, houve também um rebatimento no campo e novos hábitos urbanos foram incorporados, gerando uma reação em cadeia. As atividades no campo passaram a ser influenciadas inclusive pelos avanços científicos. Tudo isso fez com que a cidade local deixasse de ser a cidade no campo e se transformou na cidade do campo. Na medida em que é a cidade que passou a fornecer a grande maioria dos produtos, serviços e mão de obra necessária à produção agropecuária e agroindustrial (ELIAS, 2005).

Os países da América Latina têm cumprido a rigor as exigências de órgãos internacionais e se tornado cada vez mais dependentes, comprometendo sua autonomia econômica. Praticamente todos esses países são vulneráveis as flutuações de produtos estratégicos de importância mundial como minérios, combustíveis, soja, entre outros e são reféns de uma situação econômica conjuntural, haja vista que as políticas neoliberais com práticas de flexibilização, desregulamentação e privatização permitiram ao capitalismo retomar a liberdade de adentrar no mercado mundial da forma mais conveniente à sua reprodução (PORTO-GONÇALVES, 2006).

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD-2010), apesar do crescimento econômico ser muito importante, por si só, não é suficiente para suprir carências nem superar todas as contradições sociais. O que faz a diferença é usar o rendimento nacional para dar às pessoas a oportunidade de uma vida mais longa, saudável e



produtiva. Não há uma relação precisa entre o crescimento econômico e o desenvolvimento humano. Esse relatório, após ter examinado o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de diversos países, nos últimos quarenta anos, demonstra tal fato e revela que, em geral, as pessoas têm cada vez mais saúde, maior riqueza e melhor educação e há muita coisa que os países subdesenvolvidos podem fazer para melhorar mesmo em condições adversas.

Segundo o referido relatório, a esperança de vida subiu dos 59 anos em 1970 para os 70 anos em 2010, as matrículas escolares aumentaram dos 55% para os 70% para todas as crianças em idade de escolaridade primária e secundária e o PIB per capita duplicou para mais de USD 10.000. Estes dados são referentes a todas as regiões do globo em escalas diferentes, sendo que cada lugar tem suas particularidades. Por exemplo, a esperança de vida subiu dezoito anos nos Estados Árabes e oito anos na África Subsariana, entre 1970 e 2010. O que o relatório confirma é que realizações substanciais são possíveis mesmo sem crescimento rápido.

A América Latina não está incluída nos melhores resultados, em termos de proporção os destaques estão relacionados às nações cujos investimentos priorizaram saúde e educação. Entre os países que avançaram em seu IDH, alguns não têm histórico de sucesso como Etiópia e Camboja, outros estavam presentes na estimativa como os do Oriente Médio e Sul da Ásia, a exemplo de Omã e China.

O Brasil apresenta uma alta renda per capita, maior que 70% das nações, em comparação com a maioria dos países do mundo, ocupando a sexta posição no ranking mundial, um país relativamente rico enquanto mais de 30% da sua população vive sem atender suas necessidades básicas. Isto é fruto da alta concentração de renda do país que neste quesito está entre as 10 maiores do mundo (PNUD, 2010). É necessário reduzir desigualdade e distribuir melhor a renda, porém, o sistema capitalista que incentiva o crescimento econômico faz com que esse processo seja lento e incerto para as camadas mais necessitadas.

Apesar da quantidade de pobres apresentarem um decréscimo pequeno no mundo, na América Latina aumentou. A partir dessa realidade têm surgido políticas públicas sociais na Argentina, Chile, Bolívia Venezuela, no Brasil, entre outros. O Brasil aumentou seu IDH em 24% desde 1990. Apesar do avanço significativo ainda ocupa uma posição menor que a muitas economias na América Latina. No mesmo período, a Argentina aumentou seu índice em 16%; o Chile, em 17%, e o México em 18%. Segundo a ONU a Desigualdade mundial diminuiu, mas 1,57 bilhão de pessoas ainda são pobres. O índice é calculado a partir da expectativa de vida, anos de escolaridade e renda per capita. O IDH do Brasil foi de 0,73 em uma escala que vai de 0 a 1. Sendo 1 a escala máxima. O Brasil ocupa a 85ª posição em um

ranking composto por 187 países, mesma posição do ranking de 2011. Apesar do Brasil estar no grupo de “alto desenvolvimento humano”, fica atrás da média da América Latina que é 0,74, com desempenho pior que o Chile em 40°, Argentina em 45°, Uruguai em 51°, Venezuela em 71° e Peru em 77° (PNUD 2013).

Nesse processo, o discurso do desenvolvimento é sempre carregado de argumentação coletiva para o bem de todos, na certeza do desenvolvimento nacional, mas o que tem ocorrido nega essa trajetória e as nações subdesenvolvidas não têm conseguido romper em curto espaço de tempo os indicadores sociais negativos. A desigualdade e distribuição de renda alimenta essa realidade.

Tornou-se comum o uso de expressões com forte apelo popular em nome do progresso e do bem de todos como: utilidade pública, desenvolvimento, políticas pública, bem comum, entre outras. São expressões frequentemente utilizadas em nome dos grandes investimentos públicos e privados para caracterizar benefícios para o país atingindo a todos de forma igual. Porém, os projetos vinculados a esse viés, não tem resolvido questões estruturais de ordem social. O que a história mostra é que os grandes projetos de desenvolvimento têm beneficiado ao grande capital internacional.

A questão do desenvolvimento está relacionada à capacidade tecnológica de cada país, à medida que a nação dispõe de condições eficientes para a produção é sinal de que os avanços científicos estão acontecendo. Um bom indicativo é verificar até que ponto as condições de vida da população estão de fato melhorando ou se tem superado as condições precárias que vivem. A questão em evidencia nessa análise é que grande parte da população ficou excluída desse processo, com ênfase aos lugares com menores conquistas tecnológicas. Num sistema capitalista o desenvolvimento nunca será igual para todos, isso é fato, quem tem mais dinheiro terá os melhores serviços, no entanto, a todos deve ser dado o direito a ter acesso a serviços básicos e com qualidade, e isso não tem ocorrido, muitos continuam excluídos desse processo, subalimentados e vulneráveis à exploração capitalista.

O desenvolvimento nacional não significou a melhoria nas condições de vida dos trabalhadores. A grande maioria desses projetos de desenvolvimento foi historicamente ligada aos interesses das classes mais favorecidas. A lógica da reprodução capitalista é o lucro e nesse entendimento, a noção de desenvolvimento não atenderá questões humanitárias e ou ambientais, inclusive pode promover maiores desajustes.

Lênin no início do século XX trabalhava com a ideia de “desenvolvimento desigual”, e é este que tem prevalecido sobre a população mundial de forma generalizada. Dessa relação entre processos produtivos desiguais, nasce, através das relações internacionais, uma eminente

tendência ao intercâmbio desigual em benefício das economias centrais, a partir da subordinação dos produtos e preços da periferia aos preços dos produtos das economias mais avançadas que, com seus domínios têm as condições concretas de instituir o jogo da troca no comércio internacional. Este intercâmbio desigual, por sua vez, evidencia uma tendência à deterioração dos termos de troca, ou seja, tendência à diminuição do poder de negociação da periferia no comércio internacional, em contraposição ao domínio das economias centrais. (VIEIRA, 2007)

Para Prebisch, (1964) a periferia não somente deixou de compartilhar os benefícios provenientes da intensificação do progresso técnico com os centros industriais nesse período de modernização intensa, como também se viu obrigada a ceder-lhes uma parte dos benefícios de seu próprio progresso. Esse elemento é absolutamente funcional para ampliar e manter as diferenças entre o poder econômico, político, militar e ideológico das nações centrais com relação às periféricas, uma vez que instituiu reais mecanismos de dependência e subordinação ao jogo da reprodução ampliada do capital no âmbito mundial.

A industrialização, cercada pelo protecionismo excessivo, como também os impostos exagerados sobre certos produtos agrícolas importantes, criaram uma estrutura de custos que dificulta sobremaneira a exportação de manufaturas para o resto do mundo. [...] Os altos custos iniciais da industrialização criaram a necessidade de proteção, e a proteção excessiva trouxe uma estrutura de custos a que se juntam impostos indiretos e obrigações sociais. Tudo isso conspira contra as exportações e também contra uma política mais racional de importações. E, isso acontecendo, o sistema fechado tende a perpetuar-se, com grave detrimento do desenvolvimento econômico (PREBISCH, 1964, p. 90).

Para interromper esse injusto processo de troca, defende-se a industrialização das economias periféricas por meio de políticas protecionistas. Há uma ação imperialista dos países capitalistas centrais na estrutura das economias latino-americanas que retarda seu desenvolvimento. Práticas agrícolas como a monocultura e o agronegócio permanecem como fatores fundamentais na manutenção dessas questões.

Diante dessa situação, foi criada a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) em 1948, pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas numa proposta de cooperação entre seus membros. Esta comissão é vinculada a ONU e composta por países da América Latina, Caribe e também pelas maiores potências do planeta. A CEPAL foi uma escola de pensamento econômico, formulada pelo economista argentino Raul Prebisch, o qual tornou-se uma referência na discussão sobre o desenvolvimento econômico dos países latino-americanos.

A CEPAL tinha o objetivo de coordenar as políticas direcionadas à promoção desses países e constituiu o núcleo do chamado pensamento cepalino. Desde sua criação esteve fortemente comprometida com projetos desenvolvimentistas, defendeu a ideia da industrialização como principal mecanismo de superar o subdesenvolvimento. Os estudos da CEPAL serviram de base para muitos projetos de desenvolvimento, a exemplo no Brasil do Plano de Metas, inclusive indicava a necessidade de uma reforma agrária.

[...] em vez de procurar implantar toda a sorte de indústrias substitutivas, cada país poderá especializar-se naquelas que julgar mais convenientes, de acordo com seus recursos naturais, com as aptidões de sua população e com as possibilidades de seu próprio mercado; e recorrerá a importações provenientes dos demais países latino-americanos para satisfazer outras necessidades de produtos industrializados que não tenham podido ser atendidas por importações do resto do mundo (CEPAL, 2000, p.362.)

Esta comissão tem sido atuante em avaliação de políticas públicas, assessoramento e cooperação regional e internacional. A cada dois anos ocorre uma reunião com representantes dos países membros para debater questões relacionadas ao desenvolvimento econômico e social da região, propor novos projetos e avaliar os anteriores. Existem duas Sedes, uma no México, e a outra em Trinidad e Tobago, além de cinco escritórios nacionais: em Brasília, Bogotá, Buenos Aires, Montevidéu e Washington.

Desde sua fundação tem buscado promover o desenvolvimento econômico e social dos países latinos apontando problemas específicos. Adentrou o século XXI discutindo além dos problemas sociais e econômicos, a necessidade de questões relacionadas à proposta de sustentabilidade. A ideia central está ligada a transformação produtiva com equidade, ou seja, o papel da política social; das questões ambientais, educativas e seu avanço técnico, além de formar um corpo analítico específico, coerente com as condições históricas próprias da periferia latino-americana, baseada no princípio em que o Estado deve contribuir para o ordenamento do desenvolvimento econômico. Para isso, é fundamental a cooperação entre todos os países-membros e demais organismos internacionais e nacionais, não governamentais, sindicais e empresariais. Propõe,

Fazer da integração um alicerce que favoreça uma economia internacional mais aberta e transparente dos países da América Latina e Caribe. Isso significa que os acordos de integração devem tender a eliminar as barreiras aplicáveis à maior parte do comércio de produtos e serviços entre os signatários, no contexto de suas políticas de liberalização em relação a terceiros, ao mesmo tempo em que é favorecida a adesão de novos membros aos acordos. (CEPAL, 2000, p.945)

O conceito fundamental da CEPAL esteve relacionado à ideia de centro-periferia e procura mostrar que a difusão do progresso técnico e a distribuição de seus ganhos na economia mundial aconteciam de forma desigual. Nos países centrais, essa difusão teria sido mais rápida e homogênea, atingindo a produtividade de todos os setores da economia, enquanto na periferia, o progresso técnico só teria atingido setores ligados à exportação de insumos aos grandes centros, formando economias duais, isto é, ilhas de produtividade em meio ao atraso do restante do sistema produtivo. Em outras palavras, centros se caracterizariam pelos países que possuíam uma tecnologia homogênea e diversificada, enquanto periferia estaria o desenvolvimento tecnológico ocorre de forma heterogênea e especializada (VIEIRA, 2007).

Segundo a referida autora, de alguma forma, esse pensamento foi bastante inovador para a época, na medida em que buscava oferecer formação e condição econômica específica da América Latina e suas particularidades nas relações econômicas internacionais. Muitas teorias anteriores e até posteriores ao pensamento cepalino, afirmam que a situação econômica da América Latina é apenas uma etapa do processo de desenvolvimento, isto é, que todas as sociedades passam necessariamente por essas etapas e o que as distingue é o estágio em que estão (VIEIRA, 2007).

Nesse entendimento, a condição da América Latina é própria do modo de dominação do capital no âmbito mundial a partir dos processos produtivos via colonialismo. Para o pensamento cepalino a principal característica do subdesenvolvimento é ser descontínuo enquanto o desenvolvimento é homogêneo/contínuo.

O pensamento marxista, contemporâneo a esta teoria do desenvolvimento, marcou a América Latina, numa abordagem distinta e vinculada a movimentos de esquerda, buscou caracterizar a condição do subdesenvolvimento ligando-o a questões históricas. Essa corrente de pensamento discutia e discute em que estágio está a América Latina no processo de desenvolvimento do capitalismo. Para os marxistas, essa é uma discussão fundamental para o entendimento da revolução socialista. Segundo essa linha de raciocínio havia a necessidade de realizar uma revolução democrática composta pelo povo e pela burguesia nacional na luta contra o imperialismo americano e pela estrutura fundiária nos países latinos americanos.

Nesta forma de pensamento, havia uma ideia implícita de que as forças produtivas deveriam ser levadas ao extremo, de que era preciso desenvolvê-las para superar o atraso desses países. A revolução socialista, em tese, para ser realizada, entende que cada nação deve cumprir suas etapas produtivas, e isso só poderá acontecer a partir de um grupo formado por

trabalhadores constituídos como organização, consciência e luta de classe. Segundo Porto-Gonçalves (2004) desenvolver é tirar a autonomia que cada cultura e cada povo mantêm com seu espaço, com seu território; é subverter o modo como cada povo mantêm suas próprias relações entre si e destas com a natureza. Essa relação, segundo este autor individualiza os homens e os envolve numa nova configuração societária, capitalista e mercantil.

Diante disso, entender o processo de desenvolvimento de um lugar, requer discutir questões produtivas e ideológicas. Mesmo que a grande questão para promover o desenvolvimento de qualquer nação esteja na forma como organiza e ocupa seu território, como distribui sua renda, como ocorre sua produção agrícola e industrial, essas relações são muito mais complexas e exige uma análise mais detalhada. No entanto, para estabelecer essa ordem e entender esses processos depende de muitos fatores que podem ser favoráveis ou não. Como diz Frank:

[...] o subdesenvolvimento não é devido à sobrevivência de instituições arcaicas e à escassez de capital em regiões que permanecem isoladas do fluxo da história mundial. Ao contrário, o subdesenvolvimento foi e é ainda gerado pelo mesmo processo histórico que gerou também o desenvolvimento econômico: o desenvolvimento do capitalismo (FRANK, 1973, p. 31).

O que de fato se tem moldado em nome do “desenvolvimento” tem sido um interesse de classe travestido em coletivo. Os países centrais têm garantido sua hegemonia sobre esse processo, facilitado e conduzido pelo Estado como representante do progresso, dos interesses de todos, em projetos de políticas públicas, comumente eficientes na manutenção dessa mesma ordem social, política e econômica.

Frequentemente as políticas públicas para o campo utilizam como justificativa a necessidade de “desenvolvimento”. O que ocorreu ao longo da história e continua a ocorrer é um modelo de desenvolvimento ancorado num conjunto de ideias e práticas que legitimam ações estatais e privadas que em sua essência tem perpetuado a má distribuição de renda e de terra no Brasil. O discurso da modernização em nome do desenvolvimento provoca uma falsa ilusão de que todos serão beneficiados, sem dúvida todo esse processo pode ser responsável por grandes conquistas tecnológicas que marcaram o século XX.

Nessa perspectiva, o modo de produção capitalista não tem sido capaz de humanizar o trabalho. Grande parte da população desse mundo moderno não está integrada a esse novo modelo produtivo flexível e está cada vez mais distante de emprego decente e direito trabalhista garantido. Essa é uma questão presente e contraditória no modelo capitalista de produção, que atende a população de maneira diferenciada e excludente.

O termo desenvolvimento só poderá ser usado com propriedade quando atender a todos, mesmo que venha a reboque de grandes projetos econômicos, será legítimo caso ofereça a população carente oportunidades de escolhas, de emprego, educação, segurança, liberdade, habitação e cultura. A estratégia de desenvolvimento aplicada ao Brasil priorizou grandes investimentos e crescimento econômico sem vínculo direto com o desenvolvimento social.

## **1.2 Modernização, Reestruturação produtiva e as transformações do espaço agrário brasileiro.**

A modernização da agricultura brasileira foi incentivada pelo Estado e fortalecida pela abertura ao comércio internacional, expansão dos programas de crédito, incentivos financeiros e fiscais. Enquanto na década de 1950 a preocupação era garantir o abastecimento interno, nas décadas de 1960 e 1970, durante o governo militar, o setor agrícola foi estimulado através da Revolução Verde, com o apoio do Estado a produzir e ampliar suas infraestruturas sociais e econômicas: rodovias, portos, hidroelétricas, entre outras. Segundo Gonçalves Neto,

Na década de 1970 a agricultura foi impulsionada por uma política de crédito iniciada na segunda metade dos anos 60, pelo desenvolvimento urbano-industrial daquele momento, que se convencionou chamar de “milagre brasileiro”, a agricultura brasileira não apenas respondeu às demandas da economia, como foi profundamente alterada em sua base produtiva. O maciço crescimento do uso da tecnologia mecânica, de defensivos e adubos, a presença da assistência técnica, o monumental êxodo rural, permite dizer que o Brasil mudou e o campo também (1997, p. 78),

Para Graziano da Silva (1982), o processo de modernização implantado pelos militares priorizou a grande propriedade. Cresceram as exportações em decorrência da política de crédito rural e da demanda. Assim, começou a descentralização dos investimentos públicos. Um fato ilustrativo foi a transferência dos homens sem terra do Nordeste para a Amazônia. A proposta era ocupar regiões pouco habitadas, para isso foi criada uma série de programas regionais.

Nessa perspectiva, transitaram grandes interesses de grupos ao longo da segunda metade do século XX e houve uma forte tendência de investir no conjunto da sociedade brasileira. Defendia-se a ideia de que o desenvolvimento nacional era necessário e desejado. A execução de macros projetos desenvolvimentistas, não ocorreu somente aqui no Brasil, de maneira isolada, atingiu a maioria das economias latino-americanas que se encontravam

também transitando, de um modelo econômico primário-exportador voltado para o mercado externo, em direção a um modelo urbano-industrial, voltado para o mercado interno. Tanto nas versões mais democráticas, a exemplo da construção de Brasília, do pretensioso cinquenta anos em cinco, do Plano de Metas, quanto nas ditaduras do Estado Novo e do período militar, o governo impregnou no imaginário social brasileiro a ideia do “nacional-desenvolvimentismo” (VIEIRA, 2007).

A partir da década de 1970 houve um forte atrelamento e subordinação da agricultura à indústria e, por conseguinte, às exigências do capital. Nesse contexto, as relações capitalistas típicas da cidade foram estabelecidas e fortalecidas no campo através de relações como o assalariamento, haja vista que esta prática rompeu com antigas relações de trabalho do tipo parceiros e arrendatários, fato comum nas grandes propriedades monocultoras, que tem se tornado típicas empresas capitalistas.

Além disso, as pequenas propriedades tornaram-se comumente subordinadas ao capital. Nessas relações capitalistas típicas de centros urbanos registrou-se o aumento dos conflitos no campo decorrente da estrutura fundiária altamente concentradora de terras, em que a maior parcela das terras estava nas mãos de poucos e a produção foi prioritariamente destinada à exportação ou como fonte de matéria-prima para as indústrias, com desprezo ao mercado interno. Sobre a questão, Prado Júnior afirma:

A parcela da humanidade que vive em função da agropecuária brasileira [...] se encontra profundamente diferenciada e classificada em setores largamente apartados, que são de um lado, uma pequena minoria de grandes proprietários que não atingem 10% da população rural (incluindo famílias, empregados), e do outro lado, a grande maioria dessa população que vive em péssimas condições. O que se observa é que o rápido processo de modernização da agricultura se desenvolve do lado de culturas onde permanecem as práticas tradicionais. Além da prioridade dada a determinadas culturas no processo de modernização, o crédito também foi diferenciado e favoreceu os grandes produtores, o que levou à expulsão dos pequenos produtores do campo e ao fechamento, por um certo tempo, da fronteira agrícola. (PRADO JUNIOR, 1979, p. 20)

O Estado interveio no campo, com acentuado controle e estratégias de produção agrícola, definindo prioridades na instauração de seu projeto modernizador. Nesse período, o crescimento econômico foi positivo, diferente da década seguinte (1980) considerada por alguns como “perdida”, devido ao baixo crescimento, as altas taxas de inflação e a elevação da dívida externa. No entanto, o setor agrícola manteve-se estável apesar das pequenas propriedades praticamente não se incluírem nessa modernização.



Na década de 1980, a economia brasileira abandonou a trajetória de crescimento acentuado das três décadas anteriores, que se traduzia em taxas médias anuais de 7,4% ao ano, despencando para patamar anual de 1,5%, inferior ao crescimento populacional. Enquanto a indústria de transformação apresenta um crescimento médio negativo (-0,1%), a agropecuária expande-se a 2,5% ao ano, o que se situa abaixo de sua tendência histórica (CASTRO e FONSECA, 1994, p. 63).

Segundo Vieira (2007), até a década de 1980, a busca do nacional-desenvolvimentismo foi uma das estratégias mais fortemente impostas a curto tempo na sociedade brasileira e uma das mais fortes ideologias de que a burguesia nacional latino-americana fez uso para assegurar sua dominação praticamente em todos os planos. Essa década foi um período de grandes crises econômicas, inflação e recessão predominavam de forma avassaladora sobre a economia conduzindo o governo a adotar práticas neoliberais com forte tendência no mundo, uma mudança de paradigma político-econômico com rebatimento em todos inclusive nos movimentos sociais que também se retraíram nesse momento.

Essas práticas estabeleceram o discurso da inviabilidade do Estado forte, sinônimo de ineficiência e muitos gastos, rompeu-se com os grandes projetos desenvolvimentistas dos militares. Os países latinos de economias mais expressivas foram os principais representantes desse modelo, que facilitou entre outras medidas a abertura da iniciativa privada e ao capital internacional, uma menor intervenção do Estado no plano econômico e a desburocratização do setor público. A abertura ao capital internacional exigia um Estado moderno e dinâmico. De acordo com Vieira (1999),

Todas essas reformas têm sido feitas sob o argumento de que é necessário buscar adaptar o Estado brasileiro às demandas da globalização. Porém não é segredo que decorrem fundamentalmente da imposição das economias centrais, das agências intergovernamentais de financiamento, como o FMI e o Banco Mundial, e das empresas de caráter transnacional. De acordo com a retórica da globalização, o capital internacional só irá se interessar por investir num determinado território se houver um conjunto de condições adequadas, que vão no sentido da desregulamentação, da flexibilização da legislação social, da ampla liberdade de movimentação de capital, previsibilidade e minimização dos custos fiscais e da estabilidade monetária, que por sua vez exige redução dos gastos públicos e equilíbrio fiscal. Esta a cartilha. Como no Brasil muitas destas questões encontram-se na Constituição, esta a direção das reformas. (VIEIRA, 1999 p. 45)

Outro agravante das condições econômicas foi a grande pressão ao pagamento da dívida externa pelos países centrais, condição comprometedor para ampliação das mazelas sociais. Nos anos 1980, o capital viveu seu grande momento de reestruturação, a velha ordem

de circulação “centro-periferia” é deposta e as mudanças técnico-científicas permitem novos modelos e dinâmicas.

A crise econômica em tempos de reestruturação produtiva atingiu a todos, sempre com um agravante aos menos favorecidos em decorrência da instabilidade político-econômica e das amplas demandas sociais. As economias mais estáveis adotaram modelos combatíveis a crises econômicas que em sua essência é restabelecer antigas relações de dependência.

Em outro viés, esse período de recessão decorrente de problemas macroeconômicos, além do descontrole inflacionário e recessão pública não comprometeu completamente a produtividade agrícola. A questão agrária tomou grande impulso nesta década com a modernização, por ser uma década de grandes conquistas políticas e democráticas para o Brasil, embora também uma das mais críticas do ponto de vista econômico. Diante desse contexto, não resolveu os conflitos do campo e nem melhorou a estrutura agrária brasileira. No campo se estabeleceu uma situação contraditória, a distinta oposição entre a agricultura de mercado pela busca do lucro e por outro lado a agricultura familiar que buscava sua reprodução social. De acordo com Martine e Garcia, (1987, p. 22):

O principal instrumento que viabilizou o novo modelo agrícola, calcado na tecnificação e utilização maciça de insumos industriais, no aumento das exportações de produtos agrícolas e que, conseqüentemente ocasionou a transformação da sociedade rural nos últimos anos, foi o crédito rural (MARTINE E GARCIA, 1987, p. 22).

Os créditos subsidiados foram sendo aos poucos substituídos pelo processo inflacionário que marcou fortemente os anos 1980. As taxas de juros que eram abaixo da inflação passaram a ser superiores, a projeção que a agricultura alcançou na década anterior vai se dissolvendo com altas taxas inflacionárias, retirada de subsídio, redução de financiamentos e crescimento da dívida externa. Uma estratégia importante para a agricultura nesse período foi a política de garantia de preços mínimos (PGPM), pois assegurou os preços contra as irregularidades do mercado que estava muito instável. Essa política pode ter sido responsável para que a agricultura não enfrentasse a crise econômica como ocorreu com a economia. De acordo com Romeiro,

As características de mais de quatro séculos de desenvolvimento agropecuário no Brasil podem ser assim resumidas: de um lado, grande sucesso comercial de culturas de exportação e, de outro, escassez relativa de gêneros alimentícios, exploração predatória da natureza, escravização da mão-de-obra, seguida de precárias condições de acesso à terra e de emprego, escassez relativa de alimentos e excedente estrutural de mão-de-obra, num

país com a maior área agrícola potencial do planeta. (ROMEIRO, 1994, p.118).

Sendo assim, a agricultura conseguiu registrar um grande salto produtivo, porém, do ponto de vista social houve uma intensa exclusão, principalmente, em função dos altos custos de produção, desde adubos a assistência técnica. O pequeno produtor ficou marginalizado desse processo, com forte possibilidade de abandonar suas atividades e migrar para os centros urbanos. Conforme Silva:

O uso de insumos e equipamentos modernos na agricultura, além de ter agravado a questão ambiental, contribuiu para o aumento do desemprego no campo, com a transferência do trabalhador rural para a zona urbana, acarretando o inchaço das grandes cidades e consequente miséria dessa população (SILVA, 1985, p. 77).

Mesmo assim, o desenvolvimento do setor agrário começou a responder a demanda da sociedade urbano-industrial. Algumas ações do governo como: políticas de crédito, criação de institutos de pesquisas e escola técnicas proporcionaram um novo impulso a produção agrícola, viabilizando o desenvolvimento do complexo agroindustrial brasileiro com reflexos sobre o desenvolvimento urbano que chegou a ser considerado por alguns como “milagre brasileiro”. Segundo Hespanhol,

Muitas indústrias vinculadas à agropecuária se implantaram no país ao longo dos anos 60 e 70, em razão dos estímulos oferecidos pelo Estado e do promissor mercado brasileiro, que foi artificialmente ampliado pelas políticas modernizantes, notadamente pela oferta de crédito rural em grande volume e por baixas taxas de juros para a aquisição de máquinas, implementos e insumos químicos (HESPANHOL, 2007, p. 190).

Nesse momento, década de 1970 e 1980, a agricultura brasileira correspondeu às necessidades da economia, no entanto, o rebatimento desse processo modernizador foi à expulsão do pequeno produtor que acabou marginalizado nas cidades e intensificou os problemas urbanos, como habitação, desemprego, violência, entre outros, tornando-se uma oferta de trabalho instável, precária e informal. Muitos, foram chamados de “bóias-frias”, por ocupar a periferia e conhecer a lida no campo, passaram a morar na cidade e trabalhar no campo, executando diariamente uma migração pendular.

A dependência externa da economia, por consequência, impôs à agricultura brasileira prioridades de investimentos em culturas de forte aceitação no mercado internacional. A retomada da monocultura da cana-de-açúcar, em decorrência da crise do petróleo, ocorrida na

década de 1970 foi um grande exemplo. Além da produção de alimentos para o mercado interno e externo, era necessário produzir uma alternativa ao petróleo.

Com a proposta do Programa Nacional do Alcool (PROALCOOL)<sup>6</sup> a cana-de-açúcar tornou-se novamente prioridade e grandes áreas de terras foram destinadas a essa cultura, inclusive substituindo boa parte da produção de alimentos. O capital assumiu uma posição determinante na economia do país inclusive no campo com benefícios para os grandes proprietários e para o mercado externo.

De acordo com Teixeira (2005), Além do Proálcool, o governo criou uma série de programas voltados para o setor primário com objetivo de suprir algumas carências e promover o desenvolvimento regional, tais como o Programa Nacional de Armazenagem (PRONAGEM), o Programa de Desenvolvimento das Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE), o Programa Nacional de Desenvolvimento da Pecuária (PROPEC) o Programa de Desenvolvimento da Amazônia (POLOAMAZÔNIA), o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulos à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA) e o Programa de Desenvolvimento das Áreas de Cerrados (POLOCENTRO).

Não se pode negar que houve nesse período uma significativa mudança da participação da economia brasileira no cenário econômico internacional, apesar de resultados pouco expressivos em questões socioambientais. Enquanto as atividades relacionadas ao campo eram cada vez mais contempladas com equipamentos, maquinarias e insumos, apresentando altos índices de produtividade, por outro lado parte da população sofreu e sofre com a falta de alimentos. Segundo Graziano da Silva,

[...] a dinâmica da modernização da agricultura, geraram consequências perversas para o campo, como: desigualdades de distribuição de terras por região, de produtos, tipos de lavoura, de cultura, de produtores, principalmente àqueles impossibilitados de ter acesso ao crédito, a aquisição de insumos, equipamentos, que apresentaram menor produtividade, além de ter sido altamente excludente, ou seja, atingiu poucos produtores (GRAZIANO DA SILVA 1994).

---

<sup>6</sup> O PROALCOOL foi um programa de substituição dos combustíveis derivados de petróleo por álcool, financiado pelo governo do Brasil a partir de 1975 em decorrência da crise do petróleo em 1973 e 1979, além do baixo preço do açúcar. Com a retomada do preço do açúcar e baixa da gasolina, o programa é praticamente foi abandonado, voltando à tona nas décadas 1990, por ser o álcool menos poluente e a criação dos automóveis e combustíveis.

O século XX foi, entretanto, marcado por fortes e decisivas estruturas políticas, com a presença de modelos estatais como o Estado fascista, o social, o burocrático e o neoliberal, este último acabou prevalecendo e tornou-se por excelência o Estado político do capital.

Foi o início das grandes privatizações de empresas estatais que tiveram nos governos de Figueiredo e Sarney (1979-1990) os primeiros passos nesse processo e atingiu seu auge nos governos de Fernando Collor e Fernando Henrique (1990-2002). De forma progressiva o Estado foi passando responsabilidades e obrigações a setores privados e a sociedade passou a aceitar as necessidades de mudanças. Segundo Hespanhol,

O período que se estende de meados dos anos 1980 até o início dos anos 1990, foi marcado pela instabilidade macroeconômica. O estado se voltou para a gestão da crise, não sendo estabelecidas políticas públicas com horizontes de médio e longo prazo. Mesmo com a profunda crise, a fronteira agrícola situadas nas zonas do cerrado do Brasil Central continuou em franco movimento, em decorrência da expansão da agricultura em bases empresariais vinculadas a produção de grãos, principalmente de soja e milho, e da instalação das agroindústrias (HESPANHOL, 2007 p. 275).

A agricultura alcançou bons resultados em consequência da política de preços mínimos, da expansão das fronteiras agrícolas, investimento em tecnologia e em pesquisa. No entanto, as medidas do governo em estabilizar a economia rebateram sobre as práticas agrícolas de forma negativa principalmente com o aumento das taxas de juros e o descontrole inflacionário e endividamento. Esse quadro gerou a falência de muitos produtores e queda nas exportações comprometendo sobremaneira a balança comercial brasileira.

O fim do período militar foi contemporâneo aos grandes projetos desenvolvimentistas e a sociedade tentava se reestruturar através de planos de estabilização e reformas estruturais com grandes aberturas ao mercado externo. Diante disso, as décadas de 1980 e 1990 foram de intensas instabilidades econômicas e de reorientação política de muitos países latinos, com forte redimensionamento interno como também de maior participação na divisão internacional da produção e do trabalho.

Os países exportadores de produtos primários sentiram a necessidade de agregar valor aos seus produtos, numa tentativa de recuperação econômica, uma vez que houve uma queda nos recursos vindo do exterior para a agricultura desses países. Nessa época muitas nações do mundo, pobres ou ricos, tentavam recuperar sua agricultura. Nessas relações é que prevaleceu em praticamente todos os lugares a necessidade de uma reestruturação produtiva.

A reforma constitucional de 1988 foi o grande “divisor de águas”, fundamental no processo de reestruturação política econômica e social, momento de rompimento de paradigmas. De um lado, grupos sociais com mais força no governo e nas tradições políticas

em defesa dos ideais neoliberais e de outro as minorias contrárias às mudanças. A proposta central era descentralizar os grandes projetos de desenvolvimento econômico do governo federal, transferindo mais responsabilidade a estados e municípios. Essa estratégia não funcionou a contento, limitou-se a transferência de verbas pelo governo federal sem maiores resultados. Foram mudanças rápidas, pouco discutidas e com insignificantes resultados. Tais mudanças representaram a ruptura de um padrão administrativo que perdurou no Brasil por quase todo o século XX, principalmente dos anos de 1930 a 1980.

O Brasil, nesse contexto, tem aumentado significativamente a produção e exportação dos seus produtos. Isso é verificado pelos incentivos fiscais, juros controlados, abertura política, créditos agrícolas e assistência técnica. Apesar da economia em recuperação, da inflação controlada, a questão agrária ainda continua em crise, a exemplo do massacre de sem-terra em Corumbiara-RO em 1995 e o de Eldorado de Carajás-PA em 1996.

Em 1989 aconteceu nos EUA em meio a todas essas crises mundiais, um seminário que teve como objetivo elaborar diretrizes econômicas para a América Latina através de abertura de mercados de bens, serviços e capitais denominado de Consenso de Washington. O interesse das nações desenvolvidas nesse seminário era encontrar nos países periféricos uma saída para aplicação de seus investimentos acumulados após a segunda guerra mundial, foi na verdade uma política de crise capitalista. O Consenso de Washington surgiu a partir do artigo do economista americano John Williamson, em 1990, que assim se expressou:

Existe certo grau de consenso entre os economistas das principais instituições financeiras e governamentais de Washington, para o desenvolvimento da América Latina. A palavra Washington significava tanto as posições e opiniões do Congresso dos Estados Unidos, quanto às opiniões de outras instituições e agentes econômicos e/ou políticos, tais como: as instituições financeiras internacionais, as agências econômicas do governo dos EUA, o Banco Central Americano [FED], entre outras (WILLIAMSON, 1990).

Essa reunião pregou em sua essência, a diminuição da estrutura do Estado e nesse entendimento teve fortes indícios do neoliberalismo e com a finalidade expressa de promover reformas econômicas na América Latina. Seus resultados foram pouco significativos apesar de defender um estado mínimo e políticas de ajustes nas últimas décadas, adotando novas medidas, reorientando despesas públicas e criando instituições de regulação fiscal, controle anticorrupção, flexibilização das leis trabalhistas, entre outras medidas.

Na década de 1990, apesar de todas as dificuldades persistirem nas questões macroeconômicas da economia brasileira, a agricultura continuou crescendo em função das

políticas de equivalência produto, controle de preços mínimos, crédito rural e planejamento de mercado futuro. Esta década foi de total abertura a este novo modelo econômico neoliberal que teve na reestruturação econômica e flexibilização nas relações de trabalho condições favorável a sua projeção. A partir desta década, o empreendimento capitalista baseado nos princípios toyotistas foi adotado com todo vigor no Brasil, houve uma intensa reestruturação produtiva a partir de ajustes neoliberais.

As políticas agrícolas deste período demonstraram os desafios do governo em resolver os conflitos econômicos em meio a sucessivos planos fracassados de estabilização decorrentes dos modelos econômicos adotados em governos anteriores. Para a agricultura foi necessário recorrer a medidas tomadas na década de 1970, como a volta aos subsídios, incentivo as exportações e as regulações do mercado externo. De acordo Hespanhol,

Nos anos 1990, o estudo coordenado por Lamarche (1993) e o realizado pela FAO/INCRA (1994) em âmbito nacional demonstraram a grande importância da participação da chamada agricultura familiar no volume da produção, especialmente para o mercado interno, e na absorção da Mão de obra ocupada no campo (HESPANHOL, 2007 p. 275).

Com a criação do Plano Real de 1994, o Brasil começou a reestruturar e estabilizar sua economia, a inflação diminuiu consideravelmente, houve uma grande abertura ao mercado externo, menores taxas aos insumos agrícolas, inovações tecnológicas, isenção de ICMS às exportações, incentivos às políticas de crédito rural e de preços mínimos. Muitos agricultores não conseguiram recuperar os prejuízos acumulados nos planos anteriores mesmo com os incentivos oferecidos pelo governo. Mas, os que conseguiram superar os momentos de crises começaram a viver um novo momento de crescimento da agricultura. Houve grande valorização cambial, favorecendo a balança comercial para o Brasil. Segundo Hespanhol,

Apesar da adoção de tal perspectiva, as ações do governo federal na promoção do desenvolvimento dos chamados territórios rurais ainda tem sido inexpressiva. Na verdade o país continua não dispondo de um programa de desenvolvimento do campo que seja efetivo, no qual constem, claramente os seus objetivos, o período de implementação, o montante e a fonte de recursos necessários para a sua execução, as metas a serem atingidas e os órgãos e autoridades responsáveis por sua implementação (HESPANHOL, 2007 p. 276).

Entretanto, no final da década de 1990, o Brasil estava com o desempenho agrícola muito melhor, mas ainda dependente das oscilações externas, da competitividade de outras regiões e das estratégias geopolíticas. Mesmo aumentando a produtividade, os lucros continuavam menores e os parceiros comerciais instáveis. Entrar no mercado global significava, antes de qualquer coisa, dispor de capital tecnológico, oferecer produtos e

serviços de forte aceitação no mercado. Nesta década, apesar das mudanças, a produtividade agrícola e agrária continuou promovendo conflitos sociais. Este modelo de agricultura familiar X patronal e seus efeitos ainda não foram superados. Um novo cenário tem se apresentado a partir da introdução de política pública para o campo. De acordo Hespanhol,

No governo de Luis Inácio Lula da Silva, iniciado no ano de 2003, foi ampliado o volume de recursos destinado tanto à agricultura familiar quanto a agricultura empresarial. Na safra 2003-2004, o PRONAF recebeu 4,4 bilhões de reais e o agronegócio, 33 bilhões. Na safra 2004-2005, o PRONAF recebeu 7 bilhões de reais e o agronegócio, 38 bilhões. Para a safra 2005-2006 foram disponibilizados 9 bilhões para o PRONAF e 44 bilhões para o agronegócio (HESPANHOL, 2007 p. 276).

Como visto, os investimentos tem sido crescente. Outro fator preponderante foram as privatizações, com inúmeras transferências das empresas públicas para o setor privado, a princípio com empresas mineradoras, seguida de bancos, serviços públicos, entre outros. Foram medidas adotadas de caráter neoliberal com objetivo de tirar o país da crise econômica construída nas décadas anteriores. O governo tem cumprido a cartilha imposta pelos interesses internacionais que muitas vezes compromete projetos nacionais e o crescimento econômico do país.

Esse período foi, sem dúvida, um “divisor de águas” para o Brasil e para a América Latina, com a transição de um conturbado período de recessão, ajustes fiscais e cambiais, descontrole inflacionário para um período de um amplo e agressivo mercado global, com rompimento de fronteiras e novas articulações produtivas na divisão internacional do trabalho, que para os latinos tem sido também uma fase de instabilidade e sérios problemas sociais.

O governo não tem conseguido articular projetos econômicos e sociais. Essa devia ser uma questão prioritária para o Brasil que ainda apresenta um sério quadro de indicadores sociais negativos. Os projetos de desenvolvimento econômico devem estar articulados com outros programas menores com rebatimentos nas causas sociais, e isso pode ser oferecido em qualquer área e contemplar a todos. A postura política brasileira em adotar as ideologias neoliberais em substituição ao nacional-desenvolvimentismo, para atrair empresas que buscavam isenção fiscal, mão de obra barata e flexibilidade nas leis trabalhistas não tem garantido bons resultados a curto prazo para o Brasil.

As práticas de uma economia de caráter neoliberal assumiu a hegemonia dos mercados no mundo e tem contribuído para um permanente estado de desigualdades e contradições. O Estado brasileiro desenvolvimentista foi quem abriu todas as possibilidades para a projeção



do grande capital estrangeiro no Brasil. Esse modelo de desenvolvimento que tem sido posto não se mostra capaz de resolver os principais conflitos sociais e econômicos. De acordo com Hobsbawm,

O que, na minha opinião, temos de buscar é uma outra maneira de distribuir a riqueza produzida por uma quantidade cada vez menor de pessoas, que no futuro pode chegar a ser na verdade a uma quantidade ínfima. [...] não se trata de aumentar a produção, pois isto conseguimos resolver de forma satisfatória. A verdadeira dificuldade está na forma de distribuir a riqueza (HOBSBAWM, 2000, p. 98).

À medida que a modernização da agricultura se estabelece ocorre uma reestruturação da cadeia produtiva com rebatimento em todos os setores: no mercado, na produção, nas relações de trabalho, nos serviços, entre outros. Contudo, apesar de mudanças substanciais em todas as frentes produtivas, com aumento considerável das áreas agrícolas, o que se percebe ao longo de todas essas décadas do final do século XX é que a estrutura agrária continua altamente concentrada. Esses processos foram comuns na América Latina e apresentou entre outros fatores a desterritorialização do homem do campo e sua reterritorialização na periferia dos centros urbanos. Essas mudanças também são contemporâneas ao processo definido por reestruturação produtiva, sua ocorrência foi verificada em todos os setores, desde relações espaciais até temporais, em suas múltiplas escalas.

O desenvolvimento técnico-agrícola favoreceu um substancial aumento na produção, verificado no peso das exportações e no rebatimento positivo para a economia. De acordo com Silva (1985), houve uma alta concentração do uso de fertilizantes nas culturas para exportação. Este autor afirma que esta modernização da agricultura brasileira foi extremamente conservadora, pois tem mantido a concentração de terras, sempre presente na estrutura fundiária brasileira. Neste particular, merece reflexão e estudo, o rebatimento desse processo para os pequenos agricultores, que foram excluídos do processo como também os impactos proporcionados ao meio ambiente.

### **1.3 Modernização da agricultura brasileira, formação do agronegócio e a condição do agricultor familiar**

A agricultura apesar de não ter uma significativa participação no Produto Interno Bruto (PIB) dos países desenvolvidos, é uma atividade estratégica do ponto de vista geopolítico, da segurança nacional e de grande articulação com diversas atividades que acaba rebatendo na economia, em decorrência disso, são grandes os subsídios a esse setor. Uma

prática comum adotada pelos grandes exportadores de produtos agrícolas são suas altas taxas para importação e, em alguns casos, impõem cotas específicas para dificultar a entrada e competição desse produto no mercado interno. A Organização Mundial do Comércio (OMC) tem um papel decisivo para equilibrar de forma justa e imparcial estas transações internacionais, mas tanto os países periféricos quanto os pequenos produtores são marginalizados nesse processo.

Não há dúvida que o avanço da técnica trouxe uma sociedade nova, mas não resolveu seus conflitos de classe. A produção agrícola tecnificada expulsou o homem do campo e alterou todo o processo de produção e circulação e sem condição de competir, o agricultor familiar tornou-se, em sua maioria, assalariado que, no modo de produção capitalista, segundo Martins (1986), significa receber o suficiente para ser reproduzido como trabalhador:

Por tudo isso é que a relação social capitalista é uma relação, ao mesmo tempo aparentemente igual entre pessoas iguais, mas que produz resultados econômicos profundamente desiguais entre si, que são o salário e o lucro. (o valor a mais criado pelo trabalhador e que não fica com ele, a chamada mais-valia) (MARTINS, 1986 p.155).

A agricultura foi atingida por esse processo com fortes impactos sociais e ambientais. Tornou-se comum na academia, o discurso do fim do rural, das novas relações campo-cidade, sem analisar suas complexidades refletidas nas questões sociais. A prática da produção capitalista, especificamente vinculada à industrialização e urbanização trouxe significativas mudanças nas relações sociais que determinaram novas relações homem-natureza. Como enfatiza Martins:

[...] estaremos simplificando demais a questão se nos limitarmos a ver meras relações de causa e efeito entre o capital e os problemas que vão surgindo. Desde logo, convém dizer que o capitalismo está em expansão tanto no campo como na cidade, pois essa é a sua lei: a lei da reprodução crescente, ampliada (MARTINS, 1986 p. 152).

As profundas mudanças processadas na organização do espaço agrário com reflexos sobre a paisagem rural estão evidenciadas na intensificação da concentração da propriedade da terra, nas mudanças no uso do solo com a expansão de culturas de exportação, na ampliação do uso de novos processos e técnicas e nas relações de trabalho. Esse processo, embora tenha apresentado uma força e intensidade mais ou menos similar em várias regiões do mundo, diferenciou-se segundo as atividades desenvolvidas no campo, sendo maior naquelas atividades em que a “modernização” incidiu de maneira mais forte.

Essa relação define a agricultura numa escala internacional e local de grande parceria ao monopólio das grandes empresas e de manutenção de antigas estruturas fundiárias. Os grandes proprietários rurais são beneficiados pelo acesso ao capital e as grandes empresas multinacionais monopolizam a tecnologia. Nesse contexto, Graziano Neto (1982, p. 26) afirma:

Normalmente quando se fala em modernização da agricultura pensa-se apenas nas modificações ocorridas na base técnica de produção, na substituição das técnicas agrícolas substituídas por técnicas ‘modernas’ [...] Modernização, porém, significa mais que isso. Ao mesmo tempo em que vai ocorrendo aquele processo técnico da agricultura, vai se modificando também a organização da produção, que diz respeito às relações sociais (e não técnicas) de produção.

A modernização, no entanto, corresponde à utilização intensa e constante de máquinas, insumos e técnicas com o objetivo de aumentar a produtividade do trabalho e da terra. Com essas práticas houve uma diminuição da área produtiva e um aumento da oferta mundial de alimentos, uma substituição nas práticas milenares de produzir. Nesse contexto, as consequências foram produtividades recordes, mas também consequências negativas ao meio ambiente e não resolveu o problema da fome no mundo nem os conflitos pela posse da terra.

Esse processo modernizador da agricultura está relacionado ao modelo capitalista de produção, que tem por prática a exclusão de um grupo em benefício de outro e ocorre atrelado ao mercado e à indústria tornando-a uma atividade em função do lucro e da ampliação do capital. A chamada modernização da agricultura é a transformação capitalista da agricultura cada vez mais subordinada à indústria, que dita as regras de produção e tem por princípio o aumento da produtividade e do lucro (SILVA,1985).

Na produção moderna, a indústria e os serviços estão cada vez mais vinculados à agricultura. As consequências desse processo refletem a diminuição da mão de obra no campo, produzem-se cada vez mais com menos pessoas e num menor espaço de tempo e de terras. O uso de apenas uma colheitadeira chega a substituir a mão de obra de mais de cem homens, provoca drasticamente a redução do emprego no campo. Essas práticas têm reduzido à população no meio rural de forma generalizada, nos países que não apresenta um quadro de modernização a população do meio rural ainda é maioria. Outra realidade distinta são os casos da China e da Índia que estão inseridos nesse processo modernizador, mas por força das tradições agrícolas e também dos grandes números populacionais, a maior parte de seus habitantes ainda vive no campo.

Nesse contexto, o Brasil é exemplo das transformações que compõem o cenário mundial e que atingem as economias dos países de industrialização intermediária e a sua classe trabalhadora. O Governo Federal assumiu o papel que lhe foi imposto pelos órgãos de gestão econômica mundial, tais como o FMI e o Banco Mundial, sendo subordinado aos ditames econômicos para participar desse grupo.

Gerardi (1980) explica que o número de postos de trabalho no campo aparentemente aumentou, mas grande parte deles é de natureza instável e mal remunerada. O campo se industrializou, se eletrificou e se urbanizou parcialmente, entretanto, o êxodo rural também se multiplicou, levando ao inchamento das cidades média e grandes.

Diante disso, o Brasil tem conquistado uma boa participação no cenário internacional por cumprir acordos financeiros internacionais e abrir as fronteiras agrícolas a grandes empresas multinacionais. A vulnerabilidade ao mercado internacional pode trazer vantagens e desvantagens, porém há uma necessidade de uma política interna de proteção aos setores produtivos e também de controle de preços e estoques internacionais, o que pode ocorrer com a forte presença do agronegócio no Brasil é uma diminuição da oferta de emprego no campo e uma concorrência desleal para o pequeno agricultor.

Essa intensificação nas relações técnico-mercantil, introduzidas no Brasil, definiu novos arranjos territoriais e sociais, observados nas relações de trabalho e de produção, o que Santos (1997) chamou de meio técnico, científico e informacional corresponde a esta relação complexa de redes articuladas em uma escala globalmente definida pela divisão internacional do trabalho. O que tem acelerado essas relações no mundo produtivo são justamente as possibilidades geradas por essa revolução técnica e científica e nos meios de comunicação. O mundo globalizado e neoliberal se articula para acabar com qualquer barreira que impeça a livre circulação do capital. É nesse processo que o capital encontra terreno fértil para sua reprodução ampliada e o neoliberalismo tem sido a prática política ideal a esse processo.

Segundo Elias (2005), no período técnico-científico-informacional as cidades se multiplicaram no país e passaram a desempenhar novas funções, transformando-se em lugares de todas as formas de cooperação erigidas pela produção agrícola e industrial, associadas aos complexos agroindustriais hegemônicos. De acordo com esta autora não é apenas a cidade que tem força para receber e emitir numerosos e variados fluxos. Hoje, muitas das atividades realizadas no campo não são apenas agrícolas, mas também industriais, visto que uma parte considerável das agroindústrias se localiza no campo, junto à produção de suas matérias-primas.

Em todo território brasileiro é comum verificar a ocorrência de culturas mecanizadas paralelas a práticas agrícolas tradicionais e simples, haja vista que nem todos os produtores foram beneficiados pela “modernização”. Graziano Neto (1982) afirma que a desigualdade da modernização se dá em três níveis distintos: entre as regiões do país, entre as atividades agropecuárias e entre os produtores rurais. De acordo com Diniz:

Não se pode pensar que a modernização se processa sem choques e atritos. O desemprego que é gerado pela liberação de mão-de-obra rural e as questões ligadas à concentração e posse da terra são permanentes focos de conflitos. Mas os problemas não são puramente econômicos e sociais, mas também ecológicos e agrônômicos: a destruição do meio ambiente, a disseminação irresponsável de agrotóxicos, a geração de novas pragas e doenças, a obtenção de produtos contaminados e de discutível capacidade alimentar. Mesmo técnicos que fazem a apologia da modernização tratam de alertar para seus riscos, tendo em vista, inclusive, uma possível inadequação entre tecnologias criadas nos países desenvolvidos e a realidade do mundo subdesenvolvido (DINIZ, 1984, p. 220).

Com a modernização dos complexos agroindustriais, o setor agrícola deu um grande salto com uma alteração significativa da produtividade. No entanto, o setor agrário entrou em crise decorrente de uma modernização conservadora com implicações também para o setor urbano favorecendo o inchamento das cidades e crises econômicas. Nesse contexto, desenvolvimento, crescimento econômico e desigualdade são divergentes quando estão sendo consequências de um processo contraditório.

Diante disso, apesar das grandes mudanças técnicas com uma significativa projeção na produtividade, muitos estudiosos defendem a teoria que de fato aconteceu no meio rural brasileiro uma modernização conservadora. Ao longo da história, as mudanças na estrutura agrária nunca foram promovidas de forma a atender necessidades internas e sociais, mas articuladas ao mercado externo de acordo com interesses de grupos capitalistas. De acordo Guimarães (1977 p.3), a “modernização conservadora significa o crescimento da produção agropecuária mediante a renovação tecnológica, sem que seja tocada ou grandemente alterada a estrutura agrária”.

No Brasil a pesquisa realizada no setor agrícola, em particular vinculada à química e à biologia tem sido desenvolvida por fundações internacionais, como a Massey-Ferguson, a Ford, entre outras e também nacionais como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), vinculada ao Ministério da Agricultura. Todas essas grandes empresas são representantes do agronegócio. São produtos criados numa perspectiva de beneficiar

produtores, consumidores, baixar custos, diminuir a aplicação de agrotóxicos, concentrar vitaminas e proteínas. Nessa perspectiva é que tem aumentado a produção dos transgênicos.

Com os transgênicos houve um salto na produtividade rural, mas, não se tem a devida orientação sobre seus reais benefícios a população. De acordo a EMBRAPA (2000), o que se espera com a tecnologia de plantas transgênicas são benefícios para o produtor como a redução de custo de produção, facilidade no manejo, controle de ervas daninhas e insetos e aumento de produtividade. Para esse órgão a primeira geração de plantas transgênicas afeta o custo de produção e, portanto, beneficia mais os produtores. Quanto aos consumidores, podem ser beneficiados com produtos com menos agrotóxicos. A segunda geração de plantas transgênicas deverá trazer produtos com mais qualidade.

O Brasil enfrenta dificuldade na inserção dessas mudanças pela dependência tecnológica. Em decorrência do frágil desenvolvimento científico, é comum adotar-se a tecnologia dos países desenvolvidos que, nem sempre, são adequadas às condições climáticas e socioeconômicas do país e, por conseguinte, não produz o resultado esperado e nem atende necessidades locais.

Além das questões sociais e de saúde pública, o aspecto ambiental deve ser priorizado. É necessário discutir a sustentabilidade ambiental, além da sustentabilidade humana, uma parcela significativa da população do campo vive em condições de pobreza e miséria. Como se fazer exigências ambientais em suas práticas agrícolas se o pequeno produtor em sua maioria sofre as maiores privações? No campo, como aponta Santos (2000, p.88), “[...] se instala uma agricultura propriamente científica, responsável por mudanças profundas quanto à produção agrícola e quanto à vida de relações”. E essa tem sido a direção tomada pela reestruturação produtiva no Brasil nas últimas décadas, com uma forte subordinação da agricultura à indústria e ao mercado. No campo, o pequeno produtor ainda vive de forma precária, como diz Ianni,

O trabalhador agrícola médio é enganado a cada passo de sua vida: no momento de ser contratado; quando recebe seus salários; quando o produto é dividido; ou no momento de ser despedido. Trabalha no regime de instabilidade e segurança quase completa. Vive em contínuo temor de dispensa, de punição e às vezes de terror. Não tem uma casa decente, nem alimento e água suficiente, nem instrução, nem facilidades médicas e nem sequer esperanças de melhoria (IANNI, 2007, 138).

É nesse processo que o pequeno produtor se assalariou no campo brasileiro. Tal fato ainda pode ser verificado nas regiões mais modernizadas, ou nas que estão em modernização como o Nordeste, com a implantação das monoculturas para atender ao mercado externo.

Silva (2000) diz que não há um futuro promissor para aquelas unidades de produção que até agora não conseguiram se modernizar e que se concentram nas regiões periféricas.

A modernização no Brasil tem sido sinônimo de monocultura e com ela vieram técnicas agrícolas destoantes das condições naturais do Brasil, com forte comprometimento na qualidade dos solos e dos mananciais. Sobre essa questão, Gliessman (2000) alerta que enquanto há uma crescente dispensa da mão de obra, os insumos baseados em tecnologia são maximizados com vistas a aumentar a eficiência produtiva.

A monocultura é uma atividade agrícola que exerce grandes impactos sobre o meio ambiente, através do desmatamento, das queimadas, da redução da biodiversidade e do uso de defensivos agrícolas. O agronegócio monocultor torna o ambiente vulnerável, sendo um dos seus principais efeitos o comprometimento da biodiversidade. Alguns produtos são os carros-chefes desses modelos produtivos no Brasil, como: a cana-de-açúcar, a soja e o trigo. Nesse contexto, Gliessman enfatiza que com a monocultura:

[...] os insumos de mão de obra são minimizados e os insumos baseados em tecnologia são maximizados com vistas a aumentar a eficiência produtiva. As técnicas de monocultivo casam-se bem com outras práticas da agricultura moderna: a monocultura tende a favorecer o cultivo intensivo do solo, a aplicação de fertilizantes inorgânicos, a irrigação, o controle químico de pragas e as variedades especializadas de plantas. A relação com os agrotóxicos é particularmente forte; vastos cultivos da mesma planta são mais suscetíveis a ataques devastadores de pragas específicas e requerem proteção química (GLIESSMAN 2000, p. 35).

Em outros momentos da história, o país vivenciou a força de monoculturas como o fumo, algodão, cacau, café, entre outros. Como afirma Balsan (2006), esta prática agrícola implica em sérios problemas ambientais, compromete a biodiversidade genética, a erosão dos solos e a contaminação dos mananciais em consequência das rápidas transformações que o ambiente sofre. Segundo Fernandes,

O agronegócio é uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista. O latifúndio carrega em si a imagem da exploração, do trabalho escravo, da extrema concentração da terra, do coronelismo, do clientelismo, da subserviência, do atraso político e econômico. É, portanto, um espaço que pode ser ocupado para o desenvolvimento do país. Latifúndio está associado com terra que não produz que pode ser utilizada para reforma agrária (FERNANDES, 2007, p. 90).

Esse tem sido o modelo produtivo mais aplicado ao Brasil desde a década de 1990, antítese da agricultura familiar e da proposta de reforma agrária reivindicada pelos

movimentos sociais. Segundo Stedile (2011), o agronegócio é o modelo de organização da produção agrícola baseada em grandes fazendas, que se dedicam a monocultura para exportação, com alta tecnologia, pouca mão de obra e nenhum respeito ao meio ambiente. Ainda segundo este autor esse modelo é apenas um retorno aos tempos agroexportadores do período colonial. Mas, na atual etapa de dominação do imperialismo sobre a economia brasileira, o agronegócio se aliou às multinacionais da agricultura. Portanto, é uma aliança de classe que desrespeita os interesses da nação, da soberania alimentar, da produção de alimentos para o povo e de uma melhor utilização das terras. É uma agricultura organizada para produzir lucros e não alimentos. Como enfatiza Fernandes:

Na atualidade, no campo brasileiro, o capital tem o nome de agronegócio, que procura se apropriar das terras e subalternizar o campesinato através da terceirização da produção (que muitos chamam de integração) ou explorá-la através da verticalização da produção, controlando todos os sistemas que o compõe (FERNANDES, 2008, p.296).

Esse modelo de agronegócio adotado no Brasil é um tipo de organização da produção agrícola em grandes propriedades comumente voltadas para exportação, com aplicação de alta tecnologia e pouca mão de obra. Tal modelo tem garantido uma forte desigualdade de terra e de renda no país. Em 1993, segundo levantamento das Nações Unidas, a produção das multinacionais girou em torno de 5,5 trilhões de dólares. Essas grandes empresas são capazes de dividir o processo de produção em discretas operações e localizá-las em diversos países ao redor do mundo e são cada vez menos dependentes das condições nacionais. Elas escolhem os países cujos mercados de trabalho, impostos e sistemas mais os interessa do ponto de vista lucrativo. (GRAY 1999):

Outro fenômeno comum nessas regiões tecnificadas do agronegócio é o êxodo rural, verificado tanto numa escala internacional como nacional. Este fenômeno ocorreu nos lugares de intenso desenvolvimento tecnológico e capitalista. De acordo com Martine (1987), há um verdadeiro descompasso entre o ritmo de reprodução da força de trabalho e a expansão da oferta de emprego no campo que, na década de 1970, foram responsáveis pelo maior êxodo rural visto no Brasil. A questão implícita é avaliar o favorecimento de classe e a territorialidade consequente desse processo refletida no avanço do território do agronegócio no campo e da favelização dos centros urbanos. Segundo Diniz:

O desenvolvimento de uma classe forte de pequenos e médios produtores agrícolas além de reduzir substancialmente o problema social, permitiria melhor distribuição de renda e aumento de massa de consumidores. Mas



uma política dessa natureza exigiria a mudança do modelo dominante, baseado na concentração da terra, na expropriação do pequeno produtor e na proletarianização do trabalhador rural. E a aplicação desse modelo tem mostrado resultados bastante sérios, liberando mão de obra rural em níveis tão elevados que as cidades passam a sofrer problemas sociais de graves proporções. Em suma, observa-se que o papel a ser desempenhado pela agricultura no processo de desenvolvimentos dos países é questão mais política do que técnica. De fato na maior parte do mundo a agricultura não tem realmente cumprido seu papel, nem como colaboradora do processo de desenvolvimento, nem como fornecedora de alimentos (DINIZ. 1984, p. 26).

A modernização da agricultura tem contribuído para a manutenção dos privilégios das elites agrárias na apropriação desigual da renda, quando dispensa crescentemente a mão de obra e tem acesso à isenção de impostos, a juros baixos, entre outros. Guimarães (1979), afirma que são enormes e cada vez mais profundas as desigualdades existentes entre a grande e a pequena exploração agrária e entre a agricultura de abastecimento interno e a agricultura de exportação. A concentração fundiária nem sempre cumpre a função produtiva da terra e tem sido praticada como um eficiente recurso de valorização ou especulação imobiliária, como uma garantia a renda da terra, mesmo improdutiva. Segundo Silva (1981, p. 22): “[...] renda da terra no modo de produção capitalista é um sobre lucro, um lucro do próprio capital”.

Como visto, a agricultura é mais vulnerável que a indústria para o desenvolvimento econômico de uma nação. Os países em que a agricultura prevaleceu sobre a economia são frequentemente comprometidos em suas questões sociais. Em momentos de crise, este setor é o mais atingido e há um esforço dos países agrícolas na busca por estratégias que garantam uma política de preços para momentos de crise. O risco recorrente em planejamento faz com que as grandes empresas se agrupem em monopólios. Tal prática prejudica o pequeno agricultor e a soberania alimentar.

Os pequenos agricultores nesse processo têm comprometido seu modo de vida, por não conseguir competir no mercado capitalista. Muitos venderam suas propriedades ou se assalariaram, rompendo com antigas relações de parceria, solidariedade e autonomia produtiva. O que fica evidente na presença marcante de latifúndios e minifúndios são os permanentes conflitos e o comprometimento da autonomia alimentar para o país. Segundo Wanderley,

[...] a mobilidade espacial dos camponeses brasileiros não pode ser vista como uma ausência de vínculo com o território familiar e comunitário de origem ou uma indiferença com suas raízes. Ao contrário, os deslocamentos dos agricultores, decorrentes da pressão da grande propriedade e da lógica de

migração para a fronteira, representam justamente uma forma de se lutar pela constituição de um território familiar, um lugar de vida e de trabalho, capaz de guardar a memória da família e de reproduzi-la para as gerações posteriores (WANDERLEY 1999, p. 44).

O Estatuto do Trabalhador Rural (Lei 4.214, de 02-06-63) que poderia ter sido um avanço que contemplasse toda a população do campo, não atende os trabalhadores temporários e com isso não garante atendimento aos direitos trabalhistas do homem do campo em sua totalidade. Delgado (1985) chama a atenção para os agricultores que são submetidos à completa exclusão na estratégia de crescimento do grande capital, levando à crescente marginalização desse grupo social.

A adoção dessas estruturas produtivas excluiu e expulsou pequenos produtores, alguns com posse de terras por não conseguir utilizar máquinas, equipamentos deixou a vida do campo. O pequeno agricultor nas áreas mais tecnificadas foi obrigado a ser incorporado aos mercados globalizados, se organizando em cooperativas ou dispondo a produção ao beneficiamento das grandes empresas industriais, deixando de vivenciar o mercado local, tanto como fornecedor como consumidor. Assim, foram incorporados novos hábitos de vida e de consumo principalmente nas áreas mais tecnificadas.

Para competir ou sobreviver numa concorrência com grandes empresas, o pequeno produtor se auto explora executando uma extensa jornada de trabalho. Para Guimarães (1979), o pequeno agricultor perde sua capacidade de decidir, de sua independência. Isso representa uma grande ruptura para uma população que sempre teve a atividade econômica rural conjugada com os afazeres da família e da sociedade.

O desenvolvimento das agroindústrias promoveu uma alteração significativa nos tradicionais produtos de exportação brasileira como o café, açúcar, cacau, algodão, fumo, que são agora fortes concorrentes da soja e do milho. Esse fato evidencia o impacto que a modernização provocou na organização interna e externa do mercado e do modo de vida no campo que passou a priorizar os produtos de exportação. Nessas condições se sobressai à participação do grande capital industrial, do Estado e dos grandes e médios proprietários rurais. Áreas e produtos de pouca aceitação no mercado externo são marginalizados, com baixos índices de investimentos tecnológicos apesar da importância desses produtos para o consumo no mercado interno como o feijão e o arroz que vão perdendo cada vez mais espaço para as monoculturas (GUIMARÃES, 1979).

Segundo Bernardes (2003), os projetos de desenvolvimento dos estados e municípios buscam viabilizar infraestruturas no campo como energia elétrica, abertura e asfaltamento de

estradas, construção de aeroportos, isenção de impostos e atração de investimentos externos que garantam a chegada do agronegócio.

O governo federal também é um grande incentivador e promotor de macroestrutura para instalação de empresas multinacionais, juntamente com apoio do FMI e do Banco Mundial garantem financiamentos ao país. É nestas condições que o agronegócio tem transitado no território brasileiro, como também em outras regiões do mundo na busca por lugares que atendam as necessidades de competição no mercado internacional. Segundo Marques:

O modelo de agricultura altamente produtivista a partir dos países centrais baseia-se no emprego de técnicas avançadas e amplos subsídios estatais. Estes subsídios causam profundas distorções no comércio internacional na medida em que permitem que tais produtos sejam vendidos a preços mais baixos no mercado mundial, caracterizando uma situação de dumping. Os países do Sul, cujas economias dependem em grande parte do setor agrícola, têm sido seriamente prejudicados neste processo e tem reivindicado, embora ainda sem avanços significativos, a eliminação dos subsídios agrícolas em fóruns como a Organização Mundial do Comércio (MARQUES, 2008 p.54).

O agronegócio tem gerado resultados de expressiva contribuição à economia nacional num curto período de tempo, permitindo ao país uma importante participação no cenário agrícola internacional. No entanto, no aspecto social, intensificam-se os conflitos, alteram-se as relações de produção entre os pequenos produtores. O agronegócio avança dominando terras e desarticulando relações tradicionais de convivência e parceria, promovendo uma intensa e rápida produção espacial, com forte base capitalista e marcante territorialização.

O pequeno agricultor, cada vez mais subordinado, desterritorializado, excluído do processo produtivo. O trabalhador, no mercado dominado pela concorrência do agronegócio é subsumido ao capital. Para Fernandes (2005), essa conflitualidade entre desenvolvimento e avanços sociais acontece simultaneamente e conseqüentemente. O que se percebe é que não tem havido desenvolvimento sem conflito. Nos projetos de desenvolvimento capitalista é comum à existência de apêndices em prol do social que justifiquem ou compensem seus empreendimentos. Essas políticas compensatórias, na compreensão marxista, são camufladoras dos reais problemas e impedem a transição para outra sociedade de negação ao capitalismo.

De acordo com estudos de Oliveira (2000), são os pequenos agricultores que produzem a maioria dos produtos agropecuários do país, eles representam 94,0% dos agricultores, ocupam uma área de apenas 29,2% e superam em muitas culturas os grandes

empreendimentos, mas são comumente suprimidos pelas monoculturas. Este aspecto também será verificado com relação ao emprego, num total de 18.000.000 de trabalhadores, as pequenas unidades empregam 87,3% desse total, enquanto as grandes apenas 2,5%. Estes dados são reveladores de uma realidade pouco divulgada.

É inegável a força produtivista do agronegócio, inclusive na geração de divisas para o país, para o equilíbrio da balança comercial, no entanto, a estrutura fundiária tem se apresentado como concentradora e excludente. Historicamente, o papel da grande propriedade no Brasil é de servir como reserva patrimonial de valor para as elites e setores hegemônicos, ao contrário das pequenas, que sempre se vinculam à produção. (OLIVEIRA, 2004).

A agricultura mecanizada após ser priorizada garantiu a produtividade e atraiu o agronegócio. No Brasil o produto que mais se enquadrava nesse modelo produtivo foi a soja, grande responsável pela ampliação das fronteiras agrícolas e do favorecimento da balança comercial para o país. Os defensores do agronegócio promovem a ideia da necessidade de políticas públicas e que, nesse processo, naturalmente a agricultura familiar se dissolveria, prevalecendo um modelo forte e eficiente de produção agrícola. Esse entendimento foi baseado na produtividade crescente e com forte aumento das exportações. É a típica reforma agrária de mercado, o incentivo às exportações tem por objetivo atrair moedas fortes e garantir o pagamento de dívidas públicas. A fome ainda é uma realidade inclusive nos países desenvolvidos, reflexo das crises econômicas vividas por estas nações. De acordo com Oliveira,

O agronegócio nada mais é do que um marco conceitual que delimita os sistemas integrados de produção de alimentos, fibras e biomassa, operando desde o melhoramento genético até o produto final, no qual todos os agentes que se propõem a produzir matérias-primas agropecuárias devem fatalmente se inserir, sejam eles pequenos ou grandes produtores, agricultores familiares ou patronais, fazendeiros ou assentados (OLIVEIRA 2007 p. 148).

O estabelecimento da agricultura moderna provocou grandes prejuízos à agricultura familiar por não conseguir competir ou participar dessa escala produtiva. O mercado externo foi supervalorizado com ampliação da área destinada a estes produtos e restringindo aos produtos do mercado interno. A agricultura familiar, para alguns estudiosos da questão, passou a ser entendida como uma possibilidade de vida digna e de importância social, por vários motivos: minimizar os problemas urbanos, intensificar os estudos e discussões ambientais, discutir uma reforma agrária efetiva.

## 2. REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, REFORMA AGRÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O CAMPO.

O processo que se convencionou chamar de reestruturação produtiva corresponde ao contexto de mudanças promovidas pelos avanços tecnológicos, verificados principalmente na reorganização da produção e do trabalho industrial nos últimos tempos. Na conjuntura mundial da segunda metade do século XX, as formas de produzir entraram em crise e promoveram uma significativa alteração nas relações internacionais de produção e de trabalho. Nesse entendimento, pode-se afirmar que a reestruturação produtiva não é homogênea e apresenta significativas variações regionais.

Segundo Soja (1993), a reestruturação diz respeito a uma combinação da desconstrução das tendências de reprodução espacial e de sua reconstituição sob nova ótica, traçando uma expressiva mudança estrutural. Essa reestruturação tem se apresentado como uma perspectiva inevitável ao progresso. No entanto, não tem conseguido resolver antigos conflitos sociais. Segundo esse autor, a reestruturação,

[...] não é um processo mecânico ou automático, nem tampouco seus resultados e possibilidades que potenciam são predeterminados. Em sua hierarquia de manifestações, a reestruturação deve ser considerada originária de e reativa a graves choques nas situações e práticas sociais preexistentes, e desencadeadoras de uma intensificação de lutas competitivas pelo controle das forças que configuram a vida material. Assim, ela implica fluxo e transição, posturas ofensivas e defensivas, e uma mescla complexa e irresoluta de continuidade e mudança (SOJA, 1993 p. 194).

A racionalização do trabalho durante o fordismo e taylorismo, talvez seja o maior exemplo da reestruturação produtiva na história da humanidade. A introdução de novos modelos produtivos ocorria de forma lenta durante quase todo o século XX. No final desse século e início do XXI, a reestruturação atingiu de forma mais eficiente diversos países e regiões nos mais variados setores produtivos. O momento é de um novo desenvolvimento tecnológico e organizacional do modo capitalista, de intensas transformações e redimensionamento nas relações produtivas. A reestruturação, em seu sentido mais amplo, transmite a noção de uma ruptura nas tendências seculares e de uma mudança em direção a uma nova ordem, uma relação de desconstrução e reconstrução.

A reestruturação produtiva do Estado expressa as transformações ocorridas no modo capitalista de produção. Esse processo é contemporâneo das intensas reformas políticas de

caráter neoliberal que tem garantido condições favoráveis à reprodução do capital. Apesar do discurso do Estado mínimo, este comandou todo o processo de reestruturação e continua completamente articulador com uma política interna de grande favorecimento aos investimentos externos. De acordo com Soja,

A reestruturação é uma ruptura nas tendências seculares, numa mudança em direção a outra ordem diferente da vida social, econômica e política. Evoca uma combinação sequencial de desmoronamento e reconstrução. (SOJA, 1993 p.193)

Reestruturação, nesse sentido, é contemporânea à globalização, são dois fenômenos que se sustentam reciprocamente e, no Brasil, vieram em resposta à necessidade de ajustamento frente aos padrões internacionais de produtividade e de qualidade, elemento básico de competitividade nesse novo cenário. Em seu processo, deixa clara às novas condições do mercado, assim como difundiu novos conceitos como de automação, flexibilidade, produção enxuta, qualidade total, descentralização produtiva, entre outros, na maioria derivados dos métodos de gestão da indústria japonesa. A flexibilização é evidente porque sua ocorrência é verificada em todos os elementos produtivos, desde relações espaciais até temporais, em suas múltiplas escalas do local ao internacional.

É nesse contexto que está subordinado o trabalhador atual, e isso é promovido pelo grande capital financeiro, representado pelas grandes empresas condicionadas ao ideal neoliberal. Assim como afirma Antunes:

O mundo do trabalho viveu como resultado das transformações e metamorfoses em curso nas últimas décadas, particularmente nos países capitalistas avançados, com repercussões significativas nos países de Terceiro Mundo dotados de uma industrialização intermediária, um processo múltiplo: de um lado verificou-se uma desproletarização do trabalho industrial, fabril, nos países de capitalismo avançado. [...] Mas, paralelamente, efetivou-se uma significativa subproletarização do trabalho, decorrência das formas diversas de trabalho parcial, precário, terceirizado, subcontratado, vinculado à economia informal, ao setor de serviços etc. Verificou-se, portanto, uma significativa heterogeneização, complexificação e fragmentação do trabalho (ANTUNES, 2001, p. 209).

As novas determinações geradas pela reestruturação capitalista, em âmbito mundial, têm conduzido a um agravamento dessas disparidades. Mesmo com a falácia da economia globalizada e moderna, o que se percebe é um permanente desajuste social e um contínuo estado de pobreza de uma parte considerável da sociedade, do desemprego, da precarização do trabalho e da economia informal. Portanto, o capital determinou a disparidade entre a

produção voltada para o atendimento das necessidades humanas e as necessidades de sua auto-reprodução. Quanto maior a competição e a concorrência, mais agressivas têm sido as consequências sobre as questões ambientais, numa relação recíproca entre homem, tecnologia e natureza.

As transformações advindas dessa reestruturação são verificadas em várias frentes, inclusive no campo. Com a demanda do setor informacional e a atração por empresas especializadas de serviços, como consultoria, logística, a busca tem sido incessante para o cumprimento das exigências ao padrão internacional. O desenvolvimento da tecnologia se impõe diante do imediatismo do lucro e as relações sociais são colocadas num plano secundário. Nesse sentido, a tecnologia e as novas territorialidades que ela impõe se mostram extremamente ricas do ponto de vista econômico-lucrativo, mas pobres no sentido das relações sociais que ela estabelece.

Os trabalhadores do campo, expropriados de sua função social de camponeses, ingressam nessa requalificação das relações de produção que consistem no fortalecimento do assalariamento, sob características que desafiam as formas clássicas de organização do processo produtivo à custa de ações que racionalizam fortemente o uso de mão de obra; na manutenção das formas de dependência; e na configuração do agricultor em tempo total, devido ao exercício de atividades rurais agrárias e não agrárias (THOMAZ JÚNIOR 2001).

A reestruturação produtiva no campo brasileiro também tem sido estabelecida pelos mútuos interesses entre o capital internacional e o Estado, tendo em vista a potencialidade produtiva em ampla escala com baixos custos, num acordo que favorece o equilíbrio da balança comercial e as estratégias de expansão e enriquecimento das grandes empresas sob a justificativa do atendimento as necessidades dos mercados consumidores. Esse contrato tem sido praticado no Brasil e no mundo, em decorrência da redefinição da divisão internacional do trabalho e da distribuição global do poder político e econômico. Portanto, tem se alterado as relações de trabalho e produção, inclusive os modos de vida.

Essa reestruturação é imposta principalmente pela agricultura científica, que promoveu novas configurações sociais e territoriais e são guias das atividades econômicas e sociais. Desta forma, o perfil urbano do Brasil agrícola tem passado por grandes metamorfoses, tornando-se muito mais complexo, em que o tradicional esquema de análise de funcionamento da rede urbana, no qual as cidades se relacionam segundo uma hierarquia piramidal de acordo com seu tamanho e suas funções, simplesmente, não é mais válido para o presente. Com isso, a modernização agropecuária não apenas ampliou e reorganizou a produção material, agrícola e industrial, como também foi determinante para a expansão quantitativa e qualitativa da

produção não material, aumentando a terceirização das economias próximas às áreas de realização da agricultura científica (ELIAS, 2005).

A realidade brasileira foi resultado dessas mudanças econômicas, os mercados se intensificaram com a eliminação ou redução das tarifas de importação. O setor agrário foi o mais atingido por estas mudanças políticas e econômicas numa escala mundial, houve uma desvalorização da produção primária em praticamente todos os países da América Latina, provocando um êxodo rural, redimensionando os problemas urbanos existentes. É um processo que tem ocorrido com mais frequência, nos últimos anos, em função dos avanços tecnológicos que atingem as mais diversas instâncias da sociedade. A reestruturação é contemporânea ao advento da indústria e tem se recriado em tempos cada vez menores. As mutações na produção e no trabalho alteraram a morfologia da produção de mercadorias em vários setores da indústria e dos serviços.

De acordo com Santos (2001), o que tem ocorrido, comumente, no entorno das áreas intensamente tecnificadas é uma verdadeira metamorfose urbana das cidades próximas as produções agropecuárias modernas, estreita-se as relações entre estas cidades e o campo em decorrência do crescimento populacional e também do consumo, que pode ser verificado nos diferentes circuitos espaciais de produção e cooperação que se estabelecem entre esses dois espaços.

O novo complexo de reestruturação corresponde à superação e inovações produtivas incessantes em diversos setores desde uma micro a uma macro organização produtiva. Às vezes o processo de qualificação do trabalhador o desqualifica em função da intensa reestruturação ou da polivalência das suas funções e corre-se o risco de estar sempre ultrapassado. Desse modo há uma tendência na ampliação das funções e no fortalecimento do trabalho abstrato e estranhado (ANTUNES, 2011).

As novas relações entre a cidade e o campo, impostas por esta agricultura científica e comercial, representam um papel fundamental para a expansão da urbanização e para o crescimento das cidades locais e médias, fortalecendo-as, seja em termos demográficos ou econômicos. Essas relações são intensificadoras de fixos e fluxos quando executam trocas de toda natureza, com grandes impactos na vida social e no território, reestruturando antigas relações. O resultado é uma nova divisão social e territorial do trabalho, com grandes impactos na estrutura demográfica e do emprego que culminam com um processo acelerado de urbanização (ELIAS, 2005).

As cidades do campo se organizaram para atender às demandas das atividades econômicas, como consequência há visíveis manifestações territoriais e também na



organização do setor urbano, cada vez mais articulado, há interferências recíprocas, numa incessante influência de um sobre o outro. Cada vez que o território brasileiro é reelaborado para atender à produção da agricultura científica, novos fixos artificiais se sobrepõem à natureza, aumentando a complexidade dos seus sistemas técnicos. O território torna-se assim cada vez mais rígido, mais rugoso, promovendo uma urbanização corporativa isto é, empreendida sob o comando dos interesses das grandes firmas. Dessa forma o conhecimento do processo de expansão do meio técnico-científico-informacional, no campo, parece ser, a partir da análise do fenômeno espacial, uma das vias de reconhecimento da sociedade e do território brasileiro atual (SANTOS, 1993; ELIAS, 2003).

As áreas rurais alcançadas pela modernização exercem uma grande influência sobre as cidades circunvizinhas cujos nexos essenciais se devem às inter-relações, cada vez maiores, criadas no contexto da cadeia produtiva. A modernização da atividade agrícola redefine o consumo e a circulação local criando novas demandas e ampliando a urbanização. As agroindústrias, comuns em lugares altamente tecnificados, têm o poder de criar muitas novas relações, próximas e distantes, cujos circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação buscam nexos distantes, criando uma gama de novas relações sobre o território, transformando radicalmente as tradicionais relações cidade-campo, fazendo com que esses dois espaços passem a emitir e a receber uma grande quantidade de fluxos de matéria e de informação. O resultado é uma total reorganização do território brasileiro, urbano e agrícola, onde se destaca a expansão do meio técnico-científico-informacional não só nas cidades, mas também no campo (SANTOS 2001).

A população do campo que vive próxima dos lugares tecnificados, tem uma ativa participação no consumo de produtos que eram mais comuns aos hábitos urbanos. O consumo produtivo do campo tem o poder de adaptar às cidades próximas as suas principais demandas. Tais mudanças são um reflexo, entre outras coisas, do processo de expansão dos espaços urbanos nas áreas de moderna agricultura. Este fenômeno passa a ser comum à medida que são favorecidos os fixos e os fluxos.

Como ressalta Elias (2005), há nessas relações uma multiplicidade de variáveis que passam a interferir nos hábitos e costumes da população. Aumentam serviços e produtos mais especializados, um crescimento significativo da produção material e não material. Essas relações estabelecem novas dinâmicas entre campo-cidade. Espaços funcionais são criados, exclusivos para a realização da produção material ou imateriais e assim, novos territórios são adaptados à econômica globalizada, sendo campo e cidade participantes de uma mesma

corrente de relações uníssonas, desenvolvendo-se inúmeros circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação entre estes dois subespaços. Sobre esta questão, Santos enfatiza:

Mais que a separação tradicional entre um Brasil urbano e um Brasil rural, há, hoje, no país, uma verdadeira distinção entre um Brasil urbano (incluindo áreas agrícolas) e um Brasil agrícola (incluindo áreas urbanas). No primeiro os nexos essenciais devem-se, sobretudo a atividades de relação complexas e no segundo as atividades mais diretamente produtivas (SANTOS, 1993, p. 9).

Os sistemas de objetos e de ações conduziu o território a um novo dinamismo produtivo e redimensionou seus clássicos fatores locais, com grande reatamento na produtividade, na organização do espaço e nas questões sociais (SANTOS 1993). Inerentes também a este processo são atingidos com a introdução da ciência, da tecnologia e da informação, daí resultando um novo modelo técnico, econômico e social de produção agropecuária que pode ser definida como agricultura científica muito mais produtiva e competitiva, oferecendo novas possibilidades para a acumulação ampliada do capital (ELIAS, 2005).

A cidade se torna o lugar da regulação da agricultura científica, o ponto de interseção entre as novas verticalidades e horizontalidades. Estas cidades do campo se renovam ininterruptamente com a utilização de ciência, tecnologia e informação para a realização da agricultura científica e do agronegócio, gerando um espaço de fluidez adequado à realização dos modernos complexos agroindustriais.

O agrário vinculado a atividades mais específicas com poucos vínculos com o mercado e práticas mais tradicionais é uma situação cada vez mais rara, enquanto o rural que apresenta uma articulação mais dinâmica com outras relações de mercado, envolvendo economia e indústria é cada vez mais comum. Essa prática em que o mundo rural tem outras fontes de renda além da produção agrária tem sido a prática dos países desenvolvidos e nas últimas décadas a do Brasil.

A produção agrícola passou a ser um ramo de atividade vinculado ao receituário capitalista, ou seja, grandes investimentos correspondem a grandes lucros, tornou-se tão competitiva quanto qualquer outro setor da indústria, do comércio e dos serviços. Há um estreitamento de relações entre a agropecuária e o restante da economia, que é uma característica da agricultura científica. Este novo modelo de produção agropecuária está completamente vinculado à ciência e à tecnologia e tem, com isso, aumentado e melhorado significativamente a produtividade, o que significa, também, que não é mais necessário, em

muitos casos, aumentar o tamanho da área cultivada, pois as inovações tecnológicas têm cada vez mais ampliado a produtividade do trabalho e da terra.

A revolução técnico-científica tem sido um caminho favorável a esta situação, transformando radicalmente as forças produtivas da agropecuária. Há atualmente um controle do processo produtivo agropecuário, diferente de outros tempos com total dependência dos fatores naturais. Hoje a reprodução ampliada no setor agrícola é tão forte como na indústria e nos serviços, e um investimento promissor e certo para o formato capitalista. A tecnologia e o capital passam a subordinar, em parte, a própria natureza, reproduzindo artificialmente algumas das condições necessárias à produção agropecuária (ELIAS, 2005).

O que tem ocorrido são grandes articulações entre os espaços da produção industrial e agrícola promovendo uma intensa racionalização do espaço agrário. De acordo com Santos (1994), a adição de produtos químicos, a utilização da biotecnologia, o uso intensivo de máquinas agrícolas, entre outros, além de mudar a composição técnica e orgânica da terra, também aumentam a racionalidade do espaço agrário.

As pesquisas tecnológicas voltadas para o setor agropecuário desenvolveram técnicas e produtos químicos na tentativa de suprir as deficiências do solo ou das condições naturais indevidas à produtividade. Esse conjunto de inovações permitiu produzir em regiões sem nenhuma tradição agrícola, minimizando a anterior vantagem relativa representada pela produção localizada nos melhores solos, nas topografias mais adequadas, entre outras. A possibilidade de aproveitamento dos solos menos férteis e de ocupação intensiva de territórios antes desprezados para tal atividade aumentou. O dinamismo desta agricultura contribuiu para a elevação da média salarial, principalmente dos trabalhadores especializados, além de ter aumentado a renda entre os empresários agrícolas e expandido a classe média no campo. O impacto de todas essas transformações técnicas, econômicas e sociais na dinâmica populacional e na estrutura demográfica vem sendo intenso. Concomitantemente há uma verdadeira revolução tecnológica da produção agropecuária e agroindustrial, ocorreu também uma revolução demográfica e urbana, marcada por grande crescimento populacional, principalmente urbano (ELIAS, 2005).

Este modelo produtivo exigiu investimento de ponta em pesquisa, em preservação ambiental, em reestruturação constante, em tecnologia, e essas novas relações produtivas são também geradoras de novas territorialidades e quando há a presença marcante das técnicas há um rebatimento no seu entorno. De acordo com Elias (2003), as cidades das áreas adjacentes aos investimentos modernos se tornam responsáveis pelas demandas crescentes de uma série de novos produtos e serviços, dos híbridos à mão de obra especializada, o que faz crescer a

urbanização, o tamanho e o número das cidades. Há segundo esta autora uma nova projeção das casas de comércio de implementos agrícolas, sementes, grãos, fertilizantes; os escritórios de marketing, de consultoria contábil; os centros de pesquisa biotecnológica; as empresas de assistência técnica, de transportes; os serviços do especialista em engenharia genética, veterinária, administração, meteorologia, agronomia, economia, administração pública, entre tantas outras coisas, que tem, comumente, se difundido por todas as partes do Brasil agrícola moderno. Segundo Hespanhol,

[...] de forma geral, os espaços rurais foram profundamente transformados. A população rural incorporou hábitos urbanos em decorrência da expansão da infraestrutura, da maior fluidez propiciada pela melhoria das vias e dos meios de transporte e do intenso fluxo de informações veiculadas pela televisão. Os laços entre os espaços urbanos e rurais se intensificaram, entretanto, o campo e a cidade continuam apresentando características que lhe são próprias, embora haja cada vez menos diferenças nos valores e nos níveis de informação dos habitantes residentes nas zonas rurais e urbanas (HESPANHOL, 2006 p. 137).

De acordo com Spósito (2010, p.121), “o reconhecimento de um contínuo cidade/campo não pressupõe o desaparecimento da cidade e do campo como unidades espaciais distintas” o que passa a existir são áreas de transição entre esses espaços que se caracterizam pelo compartilhamento. Segundo essa autora, isso ocorre no mesmo território ou em micro parcelas territoriais justapostas e sobrepostas, de práticas sócio espaciais e de interesses políticos e econômicos associados ao mundo rural e ao urbano.

No cenário agrícola brasileiro há uma projeção de mundos distintos, enquanto se estabelece um cenário moderno, por outro lado as políticas para a agricultura familiar não têm sido suficientes em criar possibilidades para melhorar as condições de produção desse grupo. Além do mais a adoção de práticas neoliberais tem aumentado a competitividade e esse grupo mais uma vez fica excluído desse processo. O desenvolvimento da agricultura familiar, entretanto, não pode estar condicionado apenas às intervenções do Estado, precisam também ter mais autonomia na produção e na comercialização.

Atualmente, produz-se cada vez mais com menos mão de obra, em função de máquinas e equipamentos cada vez mais eficientes. Singer (1995) diz que o trabalho formal está transformando-se mais em exceção do que em regra, enquanto que os trabalhadores precários trabalham cada vez mais, cumprindo longas jornadas que podem levá-los até a fadiga física ou mental.

Martins (1979) considera que a acumulação primitiva não está somente no princípio histórico do capitalismo, mas, também, no interior da reprodução ampliada do capital. No Brasil, são recorrentes as denúncias de trabalho precário, às vezes até escravo, inclusive nas regiões mais tecnificadas.

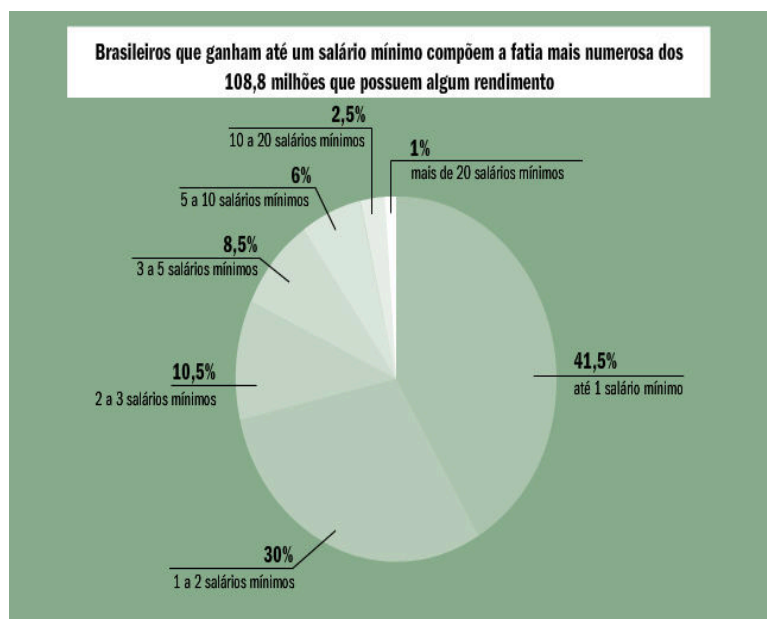
De acordo Martins (1981), o trabalhador numa relação capitalista é apropriado como capital. Isso ocorre tanto no campo como na cidade. É possível que no campo, essa relação seja mais intensa em função da falta de articulação política e pelo não cumprimento da legislação de trabalho com mais rigor. Mesmo o pequeno produtor, proprietário da terra, que se insere no mercado, passa a ser também alienado, pois é comandado pelas leis de mercado e, muitas vezes, seu produto é estranho às suas práticas, ao seu consumo, ao seu destino. Ao trabalhador restou a busca incessante de adaptação e qualificação para se enquadrar nesse modelo. Tornou-se comum no universo do trabalhador expressões do mercado concorrencial como logística, qualidade total, terceirização, entre outros.

O Estado e a sociedade civil neoliberal buscam a hegemonia social através da reestruturação capitalista nas várias frentes, não apenas na produção, mas no consumo e na circulação de mercadorias, e o trabalhador fica vulnerável a tudo isso. Com a crise estrutural do capital nas últimas décadas do século XX, a precariedade e a precarização se revelam nas relações de trabalho. O movimento do capital tem a capacidade de oprimi-los em qualquer época por conta de sua reprodução ampliada. Na reestruturação produtiva há sempre um grupo de trabalhadores que não consegue se integrar às novas formas de trabalho (ANTUNES, 2011).

A proposta neoliberal prevê a atuação de um mercado desregulado e flexível como capaz de resolver os problemas sociais em função dos poucos entraves burocráticos. O perigo é a vulnerabilidade do trabalhador sem os mínimos direitos garantidos, fica submetido a qualquer proposta de trabalho e de salário. Seria importante que os programas de assistência social criassem antes de qualquer coisa dignidade e liberdade ao cidadão em trabalhar e produzir com tranquilidade e satisfação.

O que se tem visto é a justificativa da dificuldade de encontrar trabalhadores para executar trabalhos braçais uma vez que estes são ajudados pelo governo. É possível que estes pacotes assistencialistas tenham oferecido mais dignidade ao trabalhador precário, mas também não é a melhor solução para o Brasil sair desse quadro socioeconômico em que mais de 40% da população brasileira com algum rendimento ganha até um salário mínimo e 71,5% ganham até 2 salários mínimos (Figura1).

Figura 1- Brasil- Distribuição de renda- 2012



Fonte: IBGE, 2010

A campanha do trabalhador deve defender a bandeira por direitos universais, todos devem ser contemplados, no campo, na cidade ou na informalidade. Uma sociedade só funciona bem quando o resultado é para todos e a distribuição de renda é mais justa. O salário não pode estar abaixo do poder de compra para se ter as mínimas condições de sobrevivência, é uma regra básica e que se manifesta de forma negativa nos indicadores sociais. Estas têm sido práticas recorrentes e históricas nos projetos de desenvolvimento brasileiro, que tem comprometido sobremaneira as condições sociais do país. Diante desse contexto, pode-se afirmar que as políticas públicas para o setor agrícola foram estruturadas numa perspectiva de crescimento versus desenvolvimento e a Reforma agrária ainda é uma política necessária, embora não tenha sido uma experiência de sucesso no país.

### **2.1 Reforma Agrária: a esperança de uma política pública para o campo brasileiro.**

Desde a década de 1950 que as políticas para o campo foram patrocinadas pelo Estado brasileiro, a exemplo da Reforma Agrária, em que o Brasil vivenciou várias tentativas, ao longo de sua história, da colonização aos assentamentos rurais que, em sua maioria, não foram experiências de sucesso. A colonização foi um modelo agroexportador por mais de trezentos anos e ainda domina o cenário agrícola com a presença do agronegócio no território brasileiro nos dias atuais, enquanto que o modelo produtivo da agricultura familiar tem sido defendido pelos movimentos sociais do campo, uma prática comum nas últimas três décadas.

A reforma agrária alcançou êxito, em diversas partes do mundo, em diferentes modelos e distintos contextos sócio-políticos e econômicos. No caso brasileiro, houve um grande impedimento em função da estrutura fundiária derivada do processo histórico e assim foi construído um grande impasse frente a soluções pacíficas, de um lado, a tendência patronal e empreendedora que buscava sempre diminuir custos, ampliar renda e lucro, do outro lado um movimento de caráter social, numa outra perspectiva social e ideológica.

Apesar das tentativas, o processo de reforma agrária, no Brasil, nunca foi realizado com sucesso, além da dependência, influência e vulnerabilidade do mercado externo têm-se também questões de ordem interna como a colonização, o advento da república, as revoltas populares, os movimentos messiânicos, a industrialização e urbanização tardia e acelerada, governos militares, movimentos sociais. Esses fatores promoveram avanços e retrocessos nas questões da terra no Brasil, ou seja, a reforma agrária no Brasil esteve ligada mais ao desenvolvimento econômico e menos ao social em função do país ocupar uma posição específica de produção agrícola na divisão internacional do trabalho.

Na tentativa de mudar esse quadro agrário brasileiro, na década de 1950, o Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MASTER) começou a se organizar no Rio Grande do Sul e protestar contra essa estrutura agrária e defender a pequena propriedade. Em 1961, foi realizado o I Congresso de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, em Belo Horizonte, com intensas manifestações por direitos, terra e melhores condições de vida.

Em contraposição, os diversos segmentos sociais e /ou partidários acreditavam na reforma agrária e tinham estratégias distintas à sua execução. Em síntese, o Partido Comunista, defendia uma proposta moderada que buscava atrair os setores da burguesia. Esse grupo propunha distribuir no máximo 500 ha por propriedade. As Ligas Camponesas, mais radicais e revolucionárias, propunham uma reforma agrária “na lei ou na marra”; os setores moderados da igreja católica defendiam uma reforma agrária por meio da desapropriação das terras abandonadas e inexploradas e sua venda aos legítimos camponeses; os setores radicais da igreja católica, que não tinha programa definido, acreditavam que na participação dos trabalhadores rurais nos sindicatos, eles iriam desenvolver sua consciência de classe e agir como classe (SILVA, 1987).

As Ligas Camponesas tem uma relação mais próxima com a história da luta pela terra. De origem pernambucana do ano de 1958, está associada à Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP). Essa organização congregava nos anos 1940, os pequenos agricultores do estado. A motivação original para a fundação das Ligas não estava diretamente ligada a aspectos fundiários, o que viria a ser posteriormente sua principal

tarefa, mas, em 1954, estava mais associada à ajuda médica, jurídica e educacional em relação à formação de uma cooperativa de crédito para emancipar os pequenos agricultores do poder econômico dos latifúndios do engenho Galileia (FILIPPI, 2005).

Nesses engenhos trabalhavam cerca de 140 famílias de camponeses em regime de foro: em troca de cultivar a terra, deviam pagar uma quantidade fixa em espécie ao proprietário do estabelecimento. Esse período se mostrava propício aos pleitos dos trabalhadores em relação a melhorias nas condições de trabalho. Afinal, o Brasil do presidente Getúlio Vargas se desenvolvia motivado pela política do trabalhismo (MELO E SILVA, 2009).

O marco da fundação das Ligas Camponesas ocorreu no Recife, em 1958 com a reunião de cerca de 3.000 trabalhadores rurais, no Primeiro Congresso de Foreiros e Pequenos Agricultores para discutir as péssimas condições de trabalho a que esses estavam sujeitos. A luta não foi em vão: em 1959, a Assembleia Legislativa do Pernambuco votou e aprovou a desapropriação de quinhentos hectares do engenho Galileia, entregando-os aos trabalhadores ali estabelecidos, denominados galileus. A vitória da organização agregou ao discurso das Ligas a luta pela reforma agrária (FILIPPI, 2005).

Tais fatos foram importantes como referência a outras conquistas de movimentos sociais ligados a terra. A partir dos anos 1960, as Ligas Camponesas estavam inseridas e articuladas em vários estados brasileiros. Estas diversas posições motivaram as discussões políticas e intensificavam as lutas pelas questões agrárias.

As contradições no agrário brasileiro, consequência dos antigos modelos produtivos, teve nas Ligas Camponesas do Nordeste o começo de uma intensa luta pelas questões agrárias numa perspectiva de alterar a estrutura fundiária brasileira. O regime militar reprimiu violentamente este movimento e retraiu a proposta de promover uma agricultura numa perspectiva familiar e autônoma.

O governo de João Goulart (1963-1965) apontava a estrutura agrária concentrada como entrave ao desenvolvimento do setor agrícola brasileiro. Os conservadores ligados às forças políticas e econômicas discordavam desse posicionamento por entender que o latifúndio e as grandes propriedades não eram obstáculos ao avanço do capitalismo, e que nesse momento, essa estrutura produtiva seria coerente com o novo receituário da Revolução Verde e atenderia a crise no abastecimento dos grandes centros.

A questão agrária foi apoiada como uma importante política para o campo pelo governo de João Goulart, que criou a Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA). A aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural (1963) foi um avanço e um grande suporte à



politização e formação de sindicatos. A reforma agrária apesar de ocupar uma posição de destaque entre as políticas públicas tanto de interesse entre os movimentos sociais quanto patronal nunca foi efetivamente priorizada. (STÉDILE, 2005)

Durante o período militar, os movimentos sociais foram resistentes frente às consequências sofridas diante da modernização tecnológica. O Movimento do Atingidos por Barragens (MAB) foi um desses movimentos, originados na década de 1970, tem por objetivo a luta pela permanência na terra ou por indenizações pela parte inundada por construção de barragens. Esse movimento intensificou sua atuação a partir dos anos 1990, em decorrência dos impactos sofridos com a construção dos grandes complexos hidroelétricos (MORISSAWA, 2008).

Nesse contexto a modernização foi imposta via latifúndio, o período militar apesar da forte repressão aos movimentos sociais foi responsável pela modernização da agricultura e criou os mecanismos que a facilitasse, o que ocorreu através do Programa Estratégico de Desenvolvimento -1968 a 1970 (PED) que defendia as práticas adotadas pela Revolução Verde. Nesse entendimento, o governo adotava estratégias contraditórias: por um lado investia em modernização via acesso às tecnologias, por outro mantinha a estrutura fundiária nos moldes tradicionais. Este foi o modelo adotado no Brasil para tentar resolver o problema da fome e aumentar a produtividade. (STÉDILE, 2005)

Com a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 1970, a proposta de reforma agrária não foi executada sendo praticamente substituída por programas e políticas de desenvolvimento regional. O INCRA teve um papel importante nessas políticas através da implantação de assentamentos com uma linha de crédito própria com fins específicos para financiamento, construção, produção, moradia, tudo numa estrutura de prazos e carências.

Essas mudanças significativas nas políticas internas e externas da agricultura brasileira nos anos 1970 significou a passagem do Complexo Rural (CR) para os Complexos Agroindustriais (CAI's). Esse processo promoveu uma reestruturação produtiva da agricultura brasileira através de uma articulação produtiva conduzida pelo avanço técnico-científico garantido pela disposição de recursos financeiros e viabilizado pelo Estado por meio da redução de custos. O domínio de grandes propriedades ampliou a reprodução do capital. (MORISSAWA, 2008).

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) foi criada em 1973 para oferecer possibilidades de avanço em pesquisas agropecuárias adequadas a essas realidades e aos novos momentos produtivos do país. Enquanto o INCRA promovia a colonização das

regiões pouco habitadas e com grandes extensões de terras, a EMBRAPA criava as condições técnico-científicas para potencializar a produtividade.

É deste período também a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), representando o sindicato dos trabalhadores rurais. A CONTAG representou o nascimento do sindicalismo rural e o acesso das questões agrárias num plano federal. Nesse momento vários seguimentos de trabalhadores ligados à terra de vários estados articularam-se em busca de garantias e direitos.

Porém, durante o governo militar estes projetos de caráter mais social e sindical dos movimentos sociais do campo foram interrompidos com total perseguição a qualquer grupo que manifestasse ideologia de tendência socialista, tendo grande parte de seus dirigentes presos, comprometendo seus avanços nas décadas seguintes. A CONTAG apesar da perseguição promoveu e articulou um evento conhecido e ainda atuante que foi o Grito da Terra que atualmente é a grande manifestação sindical rural de todo o território nacional (MORISSAWA, 2008).

Desde a criação do Estatuto do Trabalhador Rural, houve uma grande notoriedade aos direitos trabalhistas historicamente negados aos trabalhadores que viviam no campo, além disso, definiu com mais detalhes o que era propriedade da terra no Brasil, permitindo a desapropriação por interesse social e assim podiam-se comprar terras públicas para fins de reforma agrária. No entanto, a partir do golpe militar, houve uma repressão violenta aos movimentos sociais e as mudanças no campo deveriam ocorrer exclusivamente por meio do Estatuto da Terra que preservava a estrutura fundiária nos moldes tradicionais, a reforma agrária deixou de ser prioridade caso procedesse de movimentos sociais.

A partir do período desenvolvimentista, as políticas públicas para a agricultura beneficiaram grandes e médios produtores para o mercado externos sem levar em conta as necessidades do agricultor familiar, grandes produtores de alimentos. Esta prática foi favorecida em função da forte presença de representantes desse setor na política brasileira. Segundo Camarano & Abramovay (1999), entre as décadas de 1960 e 1980, foram expulsos do meio rural brasileiro 27 milhões de indivíduos, em sua maioria, jovens, esse fato comprometeu sobremaneira a população do campo, pois, promoveu um envelhecimento dessa população. O sindicalismo no meio rural era vinculado a CONTAG, após alguns anos de retração, de pouca mobilização e tímidos avanços na garantia de direitos dos trabalhadores rurais, houve uma revitalização com a criação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul - FETRAF/SUL, ligada à CUT e com apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) ligada à igreja católica (STÉDILE, 2005).

Essas políticas públicas foram ações generalizadas. A agricultura sofria diretamente os rebatimentos do que acontece na economia mundial e vice-versa. Na década de 1980, essa discussão tomou novo fôlego, após quase duas décadas de regime militar, fervilhava em todos os setores político-econômicos um sinal de novos tempos, com um novo posicionamento e interesse do grupo de direita contrário a épocas anteriores. A reforma agrária neste contexto, mesmo para grupos de ideologias distintas, passou a ser vista como uma política social promovida pelo Estado.

O Movimento dos Sem Terra (MST) surgiu após anos de repressão militar e na conturbada década de 1980, num momento de redemocratização política e recuperação econômica. Os princípios do MST (2005) prega a construção de uma sociedade sem exploradores; que a terra seja um bem de todos e que esteja a serviço de toda a sociedade; que haja justa distribuição da terra, renda, riquezas, justiça social, igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais; que seja difundido os valores humanistas e socialistas nas relações sociais; o combate a todas as formas de discriminação social e a participação igualitária da mulher (STÉDILE,2005).

De acordo o Censo Agropecuário de 2006 a população residente nas áreas rurais do país vem decrescendo. Em 1970, era aproximadamente 41 milhões de residentes em áreas rurais e em 2006, chegou a 31,3 milhões. Nesse mesmo período, o número de pessoas ocupadas no meio rural mostra dois momentos distintos: a) o primeiro, entre 1970 e 1985, com um aumento da mão-de-obra ocupada em áreas rurais de 17,6 milhões de trabalhadores para 23,4 milhões; b) no segundo momento, entre 1985 e 2006, ocorre uma inversão nessa tendência, com o número de pessoas ocupadas no meio rural caindo para aproximadamente 16,4 milhões em 2006 (Tabela 1).

Tabela 1  
Brasil  
População residente em áreas rurais/População ocupada no meio rural  
1970/1980/2006

Brasil	População residente em áreas rurais (milhões)	Brasil	População ocupada no meio rural (milhões)
1970	41.000	1970	17.600
1980	37.000	1985	23.400
2006	31.300	2006	16.400

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário. 2006/ Organizado pelo autor

O primeiro governo após o regime militar, período denominado de Nova República levantou dados sobre imóveis rurais e revelou o que era comum nos discursos dos movimentos sociais, ou seja, como estava altamente concentrada a propriedade de terras no Brasil em mãos de fortes grupos econômicos. Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 2005 o número de conflitos agrários foi o maior dos últimos 21 anos e houve um aumento de 42,5% de famílias expulsas da terra em relação ao ano anterior.

O Estado reconheceu as necessidades de uma reestruturação produtiva no campo por necessidades sociais e políticas e criou, em 1985, o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) com objetivo de colocar definitivamente em ação o Estatuto da Terra que tinha sido elaborado em 1964. No artigo 16 do referido Estatuto consta que:

A reforma agrária visa estabelecer um sistema de relações entre o homem, à propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do País, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio. (BRASIL, 1964, art. 16)

A ação do Estado com relação à reforma agrária pareceu ser entendida como prioridade, haja vista que nenhuma proposta até então havia sido plenamente concluída. Diante disso, fica claro que a discussão sobre reforma agrária no Brasil sempre foi organizada por movimentos sociais, partidos políticos de esquerda, com grande participação da Igreja Católica. O próprio Estatuto da Terra não foi posto em prática pelo Estado por apresentar uma proposta progressista. De acordo com Abramovay (2006),

A valorização da agricultura familiar no país foi pautada a partir de três planos distintos. O primeiro diz respeito ao plano intelectual, devido ao surgimento de diversos estudos e pesquisas que permitiram estratificar e capturar toda a heterogeneidade da agricultura familiar no país, bem como avaliar a sua relevância socioeconômica. O segundo plano é o das políticas públicas, principalmente após o lançamento do PRONAF e a intensificação dos projetos de assentamentos de reforma agrária durante a década de 1990. Estas e outras políticas foram responsáveis pela geração de novas oportunidades de ocupação e negócios no campo a milhares de famílias. No plano social, por último, a agricultura familiar corresponde a um conjunto de forças organizadas em movimentos sociais e sindicatos cuja principal bandeira de luta é a afirmação da viabilidade econômica da produção familiar. (ABRAMOVAY 2006)

Nos anos 1990, os conflitos agrários apresentaram distintos interesses de categorias, de um lado a agricultura patronal, de caráter mercantil, de produtos de alto consumo destinados à exportação e aplicação do receituário do Consenso de Washington, de outro lado

à agricultura familiar caracterizada pela reprodução social da família. Segundo o IBGE (2006) a agricultura familiar responde por 24% dos estabelecimentos rurais e mesmo assim ocupa 75% da mão de obra do setor e produz mais da metade do que é consumido pela população brasileira.

O MST ganhou força política internacional na década de 1990 ao se associar à Via Campesina, organização internacional em prol da reforma agrária e pela proteção às comunidades camponesas e defesa e estímulo a agricultura familiar. A participação da agricultura familiar na produção agropecuária nacional é marcante. Os estabelecimentos rurais do tipo familiar são 4.139.369, ou seja, 85,5% do total de estabelecimentos rurais e ocupam 353,6 milhões de hectares, equivalente a 30,5% da área total e absorvem apenas 25,3% do financiamento total destinado à agricultura. Os agricultores familiares são responsáveis por 37,9% do valor bruto da produção agrícola brasileira. Na região Sul, onde, em função do seu processo histórico de formação e desenvolvimento, a agricultura familiar se insere num ambiente socioeconômico mais favorável, os agricultores familiares respondem por 90,5% dos estabelecimentos da região, ocupam 43,8% da área e produzem 57% do valor bruto da produção (GUANZIROLI et al., 2001).

O MST tem sido alvo de críticas decorrentes de ações e manifestações que contrapõem a ordem e a opinião pública como invasões a latifúndios, bloqueio de estradas, ocupação de órgãos públicos. Estes têm sido os meios encontrados para reivindicar direitos, garantias e necessidades, o movimento apesar de postura política é apertado e tem ocupado destaque no noticiário internacional e é considerado como um dos maiores se não o maior movimento social do mundo. Em 1991, recebeu do parlamento sueco o Nobel alternativo. As manifestações dos movimentos sociais rurais são legítimas a partir do momento em que não são cumpridas as metas definidas pelo próprio Estado (STÉDILE, 2005).

A distância de interesse e de posições socioeconômicas era tão intensa entre estes segmentos que o governo programou outro ministério distinto do existente da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de apoio ao agronegócio e criou também o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com apoio a agricultura familiar. Hoje, o INCRA reconhece a necessidade da aplicação de uma reforma agrária que contemple o pequeno agricultor, pois,

Do ponto de vista econômico, o acesso a terra é um instrumento de fortalecimento da agricultura familiar, setor dinâmico que emprega a maior parte da mão de obra no meio rural e produz 70% da alimentação que o brasileiro consome no seu dia a dia. Do ponto de vista político, é fundamental para a modernização do ordenamento territorial do país e o

avanço da regularização fundiária, que garantem soberania nacional e segurança jurídica para a produção. Também porque a reforma agrária ajuda a diminuir a histórica concentração da propriedade da terra que ainda vigora no Brasil. Do ponto de vista social, é uma política de combate à pobreza e de ampliação de direitos, como o acesso à moradia, alimentação, saúde, educação e renda. Finalmente, sob o aspecto ambiental, as políticas de reforma agrária e ordenamento fundiário abrem caminho para uma produção agrícola diversificada, livre de agrotóxicos e capaz de ajudar a preservar as riquezas naturais do país (BRASIL, 2010, p. 2).

Fernandes (2010) ressalta que não existe nenhuma reforma agrária no Brasil, mas somente uma política de assentamentos. Mesmo com uma nova postura do Estado, são os movimentos sociais que sempre chamam a atenção para os aspectos sociais que nunca foram plenamente atendidos, e afirma que os agricultores são vulneráveis às condições naturais de produção como qualidade dos solos, oferta de água, irregularidade do relevo como também o acesso a mercados imprescindíveis para o sucesso dos assentamentos. Uma questão estratégica para a produção agrícola ocorre quando há uma eficiente articulação com seu entorno em cadeia produtiva. Segundo Oliveira (2006), o MDA/INCRA não cumpriu as metas dos assentamentos novos e isso foi feito intencionalmente, ou seja, não queriam (desde 2003) fazer a reforma agrária e, por isso, não a fizeram. Portanto, era a continuidade da não reforma agrária.

O que tem ocorrido é a supervalorização das terras atendidas por estas questões. Todos esses fatores são variáveis para o desenvolvimento rural eficaz. A mídia normalmente carrega de culpa os agricultores que lutam pela terra pelos fracassos dessa política agrária. Estas questões têm estado em evidência com posicionamentos por vezes tendenciosos ou superficiais desqualificando o debate ou minimizando a questão social necessária num país com alto grau de desigualdade e distribuição de renda. A condução dessa discussão distancia das necessidades reais e não se busca resultados práticos fundamentados em dados reais e legítimos.

A partir de 2003 foi eleito um governo vindo das massas com grande apoio dos movimentos sociais e foi criado o II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). O Estado demonstrou maiores compromissos com estas questões. No entanto, o que tem ocorrido não se distingue das práticas adotadas pelos governos anteriores, há poucos avanços sociais na questão agrária (OLIVEIRA, 2006).

Nesse contexto, a agricultura brasileira enfrentou os mesmos problemas internos, como a necessidade de superar seus intensos conflitos e melhorar a condição social do homem do campo, como também a forte e competitiva concorrência internacional, com a desvantagem de não possuir os mesmos domínios científicos e tecnológicos, o mercado

interno vê-se novamente vulnerável. De acordo os dados oficiais, em 2003, foram assentadas 36.300 famílias e, em 2004, 81.200 famílias, o que representa menos que a meta proposta pelo II Plano Nacional de Reforma Agrária que era a de assentar 145.000 famílias nos dois primeiros anos. (BRASIL, 2004).

No Governo Luiz Inácio Lula da Silva, houve conquistas significativas com o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), na demarcação de territórios indígenas e quilombolas, no entanto, a quantidade de invasões de propriedades rurais aumentou em relação aos governos anteriores. (MORISSAWA, 2008).

Em tempos de grandes avanços técnicos e produtivos é possível falar em melhores condições de vida para todos, os avanços econômicos e a prosperidade podem chegar a todas as partes do mundo, produz-se em escalas recordes e presenciam-se frequentemente situações de contradição, há uma quantidade considerável da população mundial e brasileira abaixo da linha da pobreza. Segundo o IBGE (2010), existem no Brasil 16,2 milhões de habitante na pobreza extrema. Destes 46% estão no campo e 59% são nordestinos. São pessoas que vivem em média com 70 reais mensais. O número de pobres chega a 28 milhões de pessoas.

Há uma grande necessidade de reestruturação social no Brasil e no mundo. Enquanto produz-se em abundância, é desperdiçada uma quantidade de alimentos suficientes para alimentar a população do mundo, haja vista que quase um terço dessa população ainda passa fome. O Brasil é um exemplo clássico dessa realidade, um país altamente produtivista, com sua história vinculada às questões agrícolas e agrárias, ainda permanece com grande parte de sua população mal alimentada ou passando fome. Esse é o reflexo de uma economia condicionada às regras de mercado. Segundo Barros et al,

O principal determinante para os elevados níveis de pobreza do país reside na própria estrutura da desigualdade brasileira, que se configura em uma perversa desigualdade na distribuição da renda e das oportunidades de inclusão social. Para os autores, o Brasil não é um país pobre, mas sim um país de muitos pobres, fato pelo qual destacam a necessidade de as políticas públicas de combate à pobreza concederem prioridade à redução das desigualdades. Assim, entendem que a pobreza do Brasil é um problema relacionado à distribuição dos recursos e não à sua escassez (BARROS et al 2000 p. 24).

As políticas públicas adotadas no país, durante o final do século XX, tiveram uma postura tendenciosa em beneficiar classes privilegiadas destoante do desenvolvimento de propostas e avanços sociais. Essas políticas foram capazes de promover apenas o desenvolvimento econômico para alguns grupos e algumas regiões do país. As políticas públicas adotadas nesse período com forte intervenção do Estado tinham como princípio

promover a agroindústria. Para isso foram criadas várias estratégias e políticas de créditos que apesar de ter alcançado bons resultados econômicos para a agricultura não resolveu questões sociais nem alterou um grande problema histórico do campo brasileiro que é a elevada concentração da terra e os baixos indicadores sociais.

Nesse contexto, a reforma agrária precisa ser priorizada como uma política socioeconômica necessária independente de posições ideológicas ou modelos produtivos, numa proposta integral poderia ser uma alternativa interessante, tendo como estratégia a capacidade de gerar benefícios econômicos agregados e sustentáveis, não mais numa perspectiva capitalista como ocorreu nos países desenvolvidos e está ocorrendo no Brasil, nem socialistas com caráter revolucionário, apenas para levar ao campo dignas condições de vida e justas formas de produção.

## **2.2 Políticas de crédito, uma condição imprescindível ao pequeno agricultor.**

O grande desafio do Brasil, em tempos de século XXI, é manter o equilíbrio da balança comercial num mercado cada vez mais globalizado. Essa tem sido a principal estratégia do país, ou seja, articular produção e comercialização num mercado amplo, exigente e dinâmico. Para Silva (1981), a produção agropecuária deixou de ser uma esperança ao sabor das forças da natureza para se converter numa certeza sob o comando do capital, perdendo a autonomia que manteve, durante séculos, em relação aos outros setores da economia. Com tais transformações, a agropecuária passou a ser um empreendimento totalmente associado à racionalidade do período técnico-científico-informacional.

O termo rural está carregado de novos significados e isso exige diferentes políticas públicas para contemplá-lo em suas novas necessidades. Serviços específicos das áreas urbanas têm sido cada vez mais estendidos às áreas rurais. Como cada município tem autonomia para definir seu perímetro urbano, esta questão é relativizada e geradora de conflitos em localidades com interesses específicos, ora sociais ora patronais.

De acordo com o IPEA (2008), o Brasil tem uma das estruturas agrárias mais desiguais do mundo e o grau de concentração permanece praticamente inalterado desde 1985. O índice de Gini para desigualdade de terra registrado em 2006 foi de 0,854, não muito diferente do mesmo índice para os anos de 1995 e 1985, quando se registraram, 0,856 e 0,857, respectivamente.

O crédito rural, desde o início desse processo modernizador, apresentou características excludentes, pois os benefícios maiores são oferecidos a grandes proprietários



de terras. As terras brasileiras passaram a ter um grande valor produtivo, inclusive em regiões sem tradição agrícola decorrente dos novos investimentos. Nesse momento, ocorreu uma territorialização do capital no campo articulado com as grandes indústrias, empresas de fertilizantes e insumos agrícolas.

O Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA), lançado em 1986, teve por objetivo aumentar a produção e a produtividade agrícola dos assentados da reforma agrária para favorecer sua emancipação política e social. Para isso a atividade agrícola do assentado devia ser viável economicamente, gerando renda capaz de satisfazer as necessidades do agricultor e sua família e, assim, permitir uma poupança necessária para novos investimentos e contínua modernização produtiva. Para Rezende,

Isso só é possível com a plena inserção do assentado no mercado, pelas seguintes razões: a) a produção de subsistência impede maior grau de especialização produtiva e assim limita os ganhos de produtividade; b) a produção para o mercado, com conseqüente sujeição às forças de concorrência, leva o agricultor à busca incessante de informações e de maior capacitação; e c) só a produção mercantil e a conseqüente geração de renda monetária permitem a satisfação mais plena das necessidades de consumo, que vão muito além do permitido pela agricultura de subsistência (REZENDE, 1999 p.12).

Segundo este autor, é muito provável que o PROCERA, após tantos anos em operação, esteja longe de atingir seus objetivos de crescimento da produção e da produtividade agrícolas, aumentar a inserção do assentado no mercado em geral e no mercado financeiro em particular e, assim, torná-lo independente da tutela do Estado. Portanto,

Na verdade, a hipótese mais provável é de que ele tenha gerado uma melhoria artificial de consumo, não baseada na melhoria das condições de produção e da inserção do assentado no mercado. Dentro de um programa como a reforma agrária, que visa à melhoria dessas condições para as camadas menos favorecidas no meio rural, por meio de capacitação, fornecimento de condições iniciais adequadas e, sobretudo, de um estímulo ao esforço de trabalho e de busca por melhores condições de vida (REZENDE, 1999 p.12).

Como sinalizava este autor, os problemas persistiam pela falta de assistência técnica pública e pelas carentes necessidades básicas dos assentamentos. No final da década de 1990, este programa foi extinto e suas funções passaram a ser atendidas pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1997, incorporado ao Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). A partir de 1999, este programa priorizou a agricultura família, entendida, a partir de então, como melhor alternativa ao desenvolvimento

rural. Em termos sociais houve avanços, haja vista que o Brasil, ao longo de sua história priorizou a agricultura patronal.

Segundo Petrelli (2005), o PRONAF tem por finalidade o financiamento de atividades agropecuárias e não agropecuárias e tem favorecido produtos e produtores que estão inseridos com sucesso no mercado. Esta autora diz que no leque do universo dos agricultores familiares o grupo mais economicamente integrado ao mercado tem recebido os benefícios e conseguiu se integrar ao processo de modernização conservadora. Estes grupos e os produtos que produzem têm ligação direta com a produção agroindustrial e de exportação. O acesso ao crédito tem promovido uma agricultura comercial que passou a ter um peso significativo na economia brasileira e que está cada vez mais aberta ao mercado internacional.

Há, no entanto, uma baixíssima participação de liberações de recursos para produtos como arroz, feijão e outros destinados ao mercado interno. Nos primeiros anos do PRONAF houve praticamente um monopólio dos recursos para a região Sul do Brasil, nos anos seguintes foi contrabalançado para as outras regiões do país. Estes financiamentos têm sido talvez as maiores interferências do Estado para os pequenos agricultores, no âmbito de uma política de reforma agrária.

Esse modelo adotado pelo PRONAF de incentivo e ajuda a agricultura familiar, sem manutenção, orientação técnica, desarticulação de produção e venda não tem sido sinônimo de sucesso, além dos altos custos aos cofres públicos. Nas regiões mais pobres, os pequenos municípios têm garantido a sobrevivência através dos programas sociais compensatórios e das aposentadorias. O PRONAF tem sofrido críticas pelos seus usuários por trazer poucos benefícios, dificuldade na quitação das parcelas, demora na aprovação dos projetos comprometendo o período ideal da safra. De acordo Aquino,

Os resultados obtidos por meio da implementação do PRONAF estão muito distantes das metas estabelecidas em seus primórdios. Os resultados obtidos pelo programa recaem sobre a concepção e operacionalização adotados pelos gestores do programa, que [...] cederam progressivamente à pressão dos segmentos mais organizados e estruturados do setor rural, os quais, [...] vêm ganhando nos últimos cinco anos (2003 a 2007) cada vez mais espaço na distribuição do crédito rural ofertado em condições especiais (AQUINO, 2009, p. 14).

Segundo Delgado (2010 p. 107), o PRONAF tem estimulado a inserção de um seleto grupo de agricultores familiares capitalizados no modelo produtivo do agronegócio. Esse modelo “vem repetindo a estratégia de desenvolvimento rural veiculada pela política de modernização agrícola, com a peculiaridade de estar voltada para a agricultura familiar, sem atingir, entretanto, toda a agricultura familiar”.

Conforme salientou Pochmann (2003), a formulação de uma política pública está essencialmente calcada em um ambiente de incertezas. Na medida em que se desdobra a interação institucional com agentes públicos inter e extragovernamentais, as limitações orçamentárias, as transformações autônomas da realidade social e as deficiências de informações exigem, muitas vezes, uma constante readequação normativa. Sendo assim, as políticas públicas sociais não têm conseguido atingir plenamente seus objetivos por fatores como: falta de articulação e excessos burocráticos entre as instâncias municipais, estaduais e federal; a grande extensão do território brasileiro e suas particularidades regionais que exigem um complexo critério de prioridades a ser estabelecida, a desarticulação entre os diversos programas existentes. Todos esses são motivos que justificam o pouco sucesso na redução dos indicadores de pobreza, haja vista que as políticas promovidas pelo Estado capitalista são derivadas de uma sociedade de classes. O estado tem exercido a função de regulador e mantenedor dessa ordem de contradições sociais e conflitos permanentes.

As políticas públicas para modernização no Brasil, não promoveram de forma significativa o desenvolvimento do pequeno agricultor e sim o crescimento econômico do setor patronal. O desenvolvimento nem sempre ocorre paralelo ao crescimento econômico. Nesse processo, os trabalhadores rurais são os mais excluídos e comprometidos em sua reprodução social. Segundo dados do IPEA (2010), em termos de acesso à educação, a população rural também apresenta índices bem inferiores à urbana. A taxa de analfabetismo entre pessoas com mais de 15 anos no meio rural é mais que o triplo da mesma taxa na área urbana, 23,5% contra 7,5%. Além disso, 43% dos responsáveis pelos domicílios rurais não possuem o ensino fundamental completo. Com relação aos rendimentos entre a população do campo e dos centros urbanos, os dados também apontam uma acentuada disparidade. A renda domiciliar per capita na área rural corresponde a apenas 46% da renda verificada nos domicílios urbanos

Nos últimos anos, as políticas públicas para o campo e o aumento do desemprego urbano têm favorecido de certa forma a agricultura familiar, principalmente na necessidade de se produzir para o mercado interno, haja vista que a produtividade do agronegócio apesar de contribuir de forma positiva para a balança comercial e favorecer o acesso das populações de baixa renda no mundo inteiro a uma melhor quantidade e qualidade de alimentos não prioriza o mercado interno.

É fato que a sociedade avança, mas problemas estruturais permanecem. Para uma política social alcançar sucesso depende também do grau de motivação e interatividade da comunidade envolvida. Além de aspectos econômicos e políticos é importante contemplar

também aspectos de ordem cultural, respeitando a identidade e o regionalismo. Como enfatiza Barros (2007), apesar de todos os significativos avanços sociais em todas as regiões do país nos últimos anos, a combinação de pobreza e desigualdade social no Brasil, permanece como um dos desafios a serem enfrentados em uma estratégia de desenvolvimento. A recuperação econômica do país a partir de 2004 e o consequente aumento de recursos dos programas de transferência de renda possibilitou uma queda desta desigualdade principalmente em termos de renda, mas os índices continuam preocupantes.

Para uma mudança efetiva no quadro da política social brasileira é necessário um redimensionamento do que tem sido feito até agora. O aparelho do Estado deve estar em funcionamento afetivo para o sucesso das políticas públicas. A máquina pública deve estar a serviço do bem de todos, para isso é fundamental a transparência em suas ações e penalidade rigorosa a quem corrompe.

### **2.3 Complementação de renda no campo e programas sociais compensatórios**

No século XX, a fome e a pobreza motivaram discussões teóricas e foram definidas estratégias para combatê-las, como a ideia de renda mínima que significava a transferência de valor de uma classe mais abastada à outra mais precária, sem comprometer a primeira e melhorar a condição da segunda e num processo conjunto melhorar a distribuição de renda. Essa ideia de renda mínima ou transferência de renda foi defendida por muitos líderes, economistas, pensadores entre outras personalidades do século XX, inclusive alguns ganhadores do Nobel como uma necessidade de oferecer condições mínimas de sobrevivência à população carente ou de extremas privações físicas.

Um dos primeiros programas de transferência de renda e combate a pobreza que se tem notícia, ocorreu na Inglaterra em fins do século XVIII, conhecido como “lei dos pobres”, visando ajudar famílias necessitadas de acordo com o número de filhos. Quem tivesse posses acima de um valor determinado tinha que contribuir. Essa também era uma estratégia pública contra levantes populares e para garantir o consumo e pagamento de salário na entressafra. As vantagens eram grandes aos industriais e proprietários de terras, e foi nesse contexto que o capitalismo definiu suas bases e estratégias de reprodução como também foi o cenário de inspiração de grandes construções teóricas como o malthusianismo e o marxismo. Na primeira conferência das Nações Unidas, em 1943, nos EUA foi feita uma discussão sobre a necessidade de uma política internacional de ajuda, distribuição de alimentos e orientação na produção agrícola em regiões mais carentes do planeta (FONSECA e DUTRA, 2006).

A concentração de renda é um dos principais causadores de conflitos sociais no mundo e também no Brasil. Segundo relatório da ONU (2005) a renda das três pessoas mais ricas do planeta era superior ao PIB dos 48 países mais pobres, onde viviam 600 milhões de pessoas. E o Brasil ocupa uma triste posição entre os três mais desiguais do mundo. Esta situação tem obrigado os países nessa condição a adotar programas compensatórios com o propósito de amenizar a pobreza. Hoje o que se vê no Brasil é uma tentativa de compensar os pobres pelas injustiças sociais que lhe foram impostas ao longo da história através da transferência de renda.

A redução da pobreza tem de fato acontecido nos últimos anos, e atingido os países latinos de forma diferenciada, em alguns desses países o desemprego aumentou e a qualidade de vida melhorou, são influências de fatores externos e internos na alteração desses indicadores. Tem sido comum a adoção de programas sociais federais de distribuição de renda por praticamente todos os países latino-americanos. Transferir renda à população carente é um princípio de justiça e necessidade econômica. O debate sobre políticas sociais tem estado em evidência e se materializado em políticas públicas de caráter assistencialistas, programas compensatórios ou transferência de renda (SILVA, 2005).

A grande preocupação e estratégia dos programas sociais deve ser o embate contra o assistencialismo, prática que tem prevalecido nestes programas, sendo que a princípio, é inevitável que isso ocorra. Ajudar a quem precisa é urgente e necessário, mas, os programas sociais precisam ir além do que tem sido oferecido, tornando a população dependente e até “acomodada” com essa situação. A campanha tem que ser mais forte e estratégica na inclusão produtiva dessa população. O pobre precisa de assistência básica e decente, mas, principalmente, de oportunidades.

O governo ampliou sucessivamente os gastos com programas sociais desde o período de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), especialmente após a centralização desses programas. A Constituição Federal garante o atendimento a incapazes, idosos, sem renda familiar ou de renda muito baixa. Mesmo numa perspectiva assistencialista, esses benefícios acabaram movimentando a economia local e apresentando resultados positivos, mas não se pode perpetuar essa situação que tem servido também como plataforma política eleitoral.

O programa Bolsa Família tem sido o mais importante e abrangente programa de transferência de renda do governo e significou a agregação de diversos programas de distribuição de renda com um cadastro único, condicionando as famílias em manter seus filhos nas escolas para garantir o recebimento do benefício. Em 2007, esse programa conseguiu atingir sua meta e atender 11,1 milhões de famílias, correspondendo a 25% da

população brasileira, aproximadamente 50 milhões de pessoas. Em 2013 ainda vivem em situação de extrema pobreza 2,5 milhões de pessoas e a meta do governo é melhorar a situação dessas pessoas em dois anos, que fazem parte do total de 13,8 milhões de famílias que também recebem o benefício do programa (BRASIL, 2013).

Apesar da importância social do programa e do efeito que gera nas localidades mais pobres, a quantidade de famílias que recebem o benefício aumentou nesse período. Isso significa que o país está avançando pouco nas questões sociais. Hoje os governos e partidos tentam se promover via programas sociais apadrinhando e defendendo os programas existentes. O governo atual (2003-2013) do partido dos trabalhadores encontrou esses programas em andamento ou em sua fase embrionária fazendo adequações ou criando outros na mesma linha.

Desde o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) eram estudadas estratégias para unificação desses programas sociais de renda mínima, assim como a construção de um cadastro único. Essa redefinição dos programas só ocorreu no governo Luis Inácio Lula da Silva, mas começaram a ser executados em governos anteriores. A essência dos discursos políticos eleitorais tem sido essa; apadrinhar os programas sociais ou garantir os direitos autorais sobre sua criação, sem levar em conta que isso é uma maneira de revelar que nossos problemas sociais são graves e merecem ações urgentes e melhor estruturadas.

A partir de 2001, o governo de Fernando Henrique Cardoso, que vinha dando pouca atenção a ações de políticas sociais, priorizando o ajustamento da economia brasileira para inserção do país na economia globalizada, numa clara opção pelo projeto neoliberal, passou a se interessar pela organização de uma "Rede de Proteção Social", formada por 12 programas, todos situados no campo da transferência de renda para famílias ou indivíduos (SILVA, YAZBEK; GIOVANNI, 2008).

Desde então, os gastos com programas sociais no Brasil vem sendo ampliados, e tem resolvido, em parte, a redução da pobreza. Há um paradoxo em questão, a população não está tendo acesso aos programas sociais ou os programas sociais não estão sendo acessíveis a todos. A população carente também tem suas limitações no acesso a informações que são fundamentais na busca por benefícios e direitos. Este fato compromete o acesso de parte da população a estes programas.

A superação de uma condição social exige muitas variáveis: transparência, mudanças conjunturais articuladas, envolvimento da comunidade, entre outras. Um programa social eficiente deve ter seus objetivos bem definidos com amplas oportunidades e intensa participação de todos. Desenvolver uma política pública depende de um desejo político ou

uma forte necessidade social. No campo das políticas públicas direcionadas ao enfrentamento da pobreza no Brasil, a ampliação do benefício mínimo da Previdência Social para trabalhadores urbanos e rurais para um salário mínimo e a extensão da aposentadoria para os trabalhadores rurais representaram medidas de significativo impacto na vida dessas pessoas e no comércio local.

Segundo dados do IPEA (2010), a aposentadoria social rural constitui-se, na atualidade, na principal política de enfrentamento à pobreza no campo, atendendo a 7,8 milhões de trabalhadores rurais, em 2008, dos quais apenas cerca de 10% contribuíram para a Previdência Social. Ao lado da aposentadoria social rural, merece destaque o Benefício de Prestação Continuada (BPC), criado em 1993, no âmbito da Lei Orgânica de Assistência Social, iniciando sua implementação a partir de 1996. Trata-se de um benefício de caráter não contributivo, para pessoas idosas, a partir de 65 anos de idade e para pessoas com deficiência, incapacitadas para o trabalho. Ambos, idosos e pessoas com deficiência, devem viver em famílias com uma renda per capita familiar de até  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo (em 2010, R\$ 127,50). O público atendido por esse programa, em 2008, foi de 3,4 milhões de pessoas, sendo 1,8 milhão de deficientes e 1,6 milhão de idosos com 65 anos ou mais.

Apesar da qualidade de vida do agricultor estar sendo definida como melhor, tendo como parâmetro a precariedade que sempre viveu, entende-se que se vive um tempo com mais recursos. A população de forma geral inclusive o homem do campo tem tido mais acesso a produtos e serviços, mas é bom que se verifique que a situação dos habitantes do campo ainda compõe um cenário com os piores indicadores sociais da população brasileira e ainda vivem de forma precária em muitas de suas necessidades básicas.

Distribuir renda e reduzir a pobreza diante de um longo processo de exclusão é tarefa difícil frente às estruturas que devem ser alteradas. Ao longo da história, as estratégias clássicas de reduzir pobreza tem sido o controle de natalidade, o desenvolvimento econômico e a transferências de renda. Nenhum desses processos é garantia de bons resultados, existem outros fatores, às vezes de ordem cultural, que podem interferir. Sendo assim são necessários estudos detalhados para determinar quais serão as melhores alternativas para se aplicar a determinada situação. Barros et al (2000) defendem que as políticas de redução da pobreza não devem basear-se apenas no crescimento econômico e argumentam que a erradicação da pobreza requer o desenho de políticas que priorizem a redução da desigualdade.

Os programas compensatórios no Brasil têm por tradição a participação de entidades religiosas ou Organizações não Governamentais (ONG). São programas praticamente assistencialistas e emergenciais e comumente tem-se praticado a distribuição de alimentos,

roupas, entre outros. A crítica a estas práticas ocorre em função desses programas assumirem responsabilidades públicas, e não oferecer nenhuma eficiência para a mudança da condição social do indivíduo. No entanto a sensibilidade de alguns transpõe questões ideológicas e tornam-se motivos de aliviar carências e pobreza. Na década de 1990, organizações civis e religiosas fizeram intensas manifestações de solidariedade e combate a fome e a pobreza de grande mobilização nacional, se passaram mais de vinte anos e a situação pouco mudou. As últimas estratégias têm adotado a distribuição de valores em espécie e em nome da mulher, permitindo ao assistido maior autonomia e estabelecendo prioridades com o benefício que recebe.

O Brasil ilustra bem o fato de que a redução da população não reduz a pobreza, pois, nos últimos anos, houve uma redução significativa e gradual das taxas de natalidade, que alcançou índice comparado ao das nações desenvolvidas e, no entanto, a concentração de renda continuou alarmante. O crescimento econômico será eficiente na redução da pobreza quando articulado com a população carente, quando feito de forma isolada e independente não promove o desenvolvimento social ou ocorre de forma muito lenta.

Toda nação precisa crescer economicamente para promover ou estabilizar seu desenvolvimento, mas os modelos implantados têm servido praticamente para manter a dinâmica da acumulação capitalista. É uma ilusão acreditar que o crescimento econômico isolado trará resultados futuros e será vantajoso para todos. Na década de 1970, o Brasil apresentou altos índices de crescimento e hoje dispomos de uma das maiores desigualdades do mundo. A questão da desigualdade deve ser tratada de imediato, vinculada com a de desenvolvimento (SILVA, 2005).

A posição econômica e a renda per capita brasileira são compatíveis com a de países que apresentam melhor distribuição de renda e com menor quantidade de pessoas vivendo em condições precárias. O vencedor do Nobel da economia em 1998, o indiano Amartya Sen, tornou-se conhecido após discutir temas como Pobreza, Desenvolvimento, Exclusão, entre outros, ganhando a atenção de órgãos internacionais como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Banco Mundial.

Segundo esse economista, a pobreza é definida pelos motivos que levaram alguns lugares a serem pobres e outros não e pelos indicadores que sintetizam o grau de pobreza de uma população. O indivíduo tem necessidades que vai além da renda. Nesse sentido, a pobreza é mais complexa, ela é maior que os rendimentos insuficientes, é relativa, pois existe uma diferença entre pobreza e vida pobre. A primeira representa a falta do material, a segunda



além do material, falta à liberdade, as oportunidades, os serviços, a negligência social, entre tantas outras necessidades.

Sen (2000) faz uma abordagem conjuntural sobre pobreza e levou em conta aspectos qualitativos nem sempre anunciados nas estatísticas e questionou o conceito de pobreza clássico e os valores determinados por órgãos de influência mundial que costumam estabelecer critérios únicos para todas as partes do mundo. O critério estabelecido para avaliar o grau de pobreza normalmente tem como parâmetro a alimentação e nutrição adequadas. São estabelecidos valores mínimos necessários para comprar o equivalente a mil calorias diárias. Quem estiver abaixo disso é considerado pobre. O Bando Mundial fixou o gasto individual por consumo em até US\$ 1,00 / dia a linha de pessoas definidas como indigência e US\$ 2,00 / dia a de pobreza, com pequenas correções sazonais e regionais (SEN, 2000).

Nenhum modelo é preciso na determinação do grau de pobreza de uma população, dada às particularidades e o contexto que cada população está inserida, mas são indicadores necessários para o entendimento e avaliação da precariedade de algumas localidades. O grau de urbanização de uma cidade estabelece valores específicos para avaliar uma qualidade de vida, grandes centros têm valores mais altos, áreas ruralizadas podem ter valores menores. Normalmente a população de baixa renda dos grandes centros e a população do meio rural é desprovida de redes de água e de esgoto tratados e de qualidade.

As políticas neoliberais não priorizam questões relacionadas ao emprego formal, regulamentado, que pode ser a forma mais imediata e eficiente na redução da pobreza, que tem diminuído, porém de forma tímida e em longo prazo. Estas medidas não têm rompido com questões estruturais de desigualdades, apenas aliviado questões imediatas de pobreza extrema, o que poderá garantir com mais eficiência a alteração nesse quadro é a redução do desemprego.

Mesmo por caminhos irregulares e inconstantes o crescimento econômico tem acontecido e a pobreza diminuída, longe dos valores ideais e necessários, que não ocorrerá caso não haja uma eficiente distribuição de renda. Como se vê nem sempre há uma relação direta entre diminuição da pobreza e crescimento econômico, é necessário a participação do Estado com implementação de políticas públicas eficientes. Atualmente, o Brasil vem adotando um conjunto de ações nas áreas tecnológicas, na ampliação das universidades e nas políticas de inclusão social. Segundo Pochmann, (2009). A crescente descentralização e a integração do comando dos programas sociais estão produzindo ganhos visíveis que apontam para o rompimento dos ciclos estruturais de pobreza e desigualdade.

O Brasil, com o maior PIB da América Latina, apresenta um dos piores indicadores de distribuição de renda desse grupo. Apesar de ter apresentado um progressivo crescimento econômico, ocorre de forma irregular e instável comprometendo qualquer forma de planejamento. A transferência de renda no Brasil nos moldes que tem sido efetuada, sem um projeto mais consistente, tem exercido uma função muito mais paliativa e não resolveu os problemas econômicos e sociais (DI GIOVANI, 2009).

A frequente crise que tem atingido inclusive os países desenvolvidos impõe ao mundo a busca de novos modelos econômicos. A questão tem sempre rebatimento nos problemas sociais e esta tem sido uma discussão contemporânea nas grandes economias de mercado em que os programas sociais precisam ser contemplados nos projetos de desenvolvimento econômico. No Brasil, os programas compensatórios tornaram-se um grande paliativo para as causas sociais. A necessidade desses programas sempre foi uma realidade na história do país e ocorreram de diversas maneiras sem apresentar resultados expressivos na mudança de qualidade de vida da população mais carente.

Em tempos de economia globalizada e em rede, estes programas sociais de transferência de renda têm sido executados pelos países pobres, sob forte pressão dos organismos financeiros internacionais, haja vista que o efeito de uma crise local tem rebatimento em qualquer ou em toda parte do mundo. É interesse dos países ricos manterem o controle da produção e circulação sem sobressaltos. Estas políticas compensatórias cumprem a função estratégica em consolar a população carente diante de suas reais necessidades.

O mais curioso é que o problema da fome no planeta é cada vez mais distante da falta de alimentos, o desenvolvimento técnico é eficiente em produzir mais e melhor em menos espaço de tempo e de terra. No entanto, a fome ocorre porque uma parcela significativa da população não está tendo acesso aos alimentos. Esta deve ser uma discussão necessária e urgente. Ao longo da história da humanidade foram comuns os conflitos e guerras por disputa de comida ou por dependência dos favorecimentos naturais que também impôs uma situação de miséria por falta de alimento, hoje se vive ainda este problema, mas contraditoriamente a crise existe numa realidade de abundância de alimentos. São questões merecedoras de questionamentos e ações efetivas.

As técnicas nos processos de transformação e conservação dos alimentos foram também responsáveis pela multiplicação e circulação desses no mundo. No entanto, os avanços na diminuição da fome no mundo têm sido quase insignificantes, a fome e a miséria ainda são uma realidade em grande parte do mundo. Não adianta bater recordes produtivos e manter a concentração de renda, principal causadora dessas questões.

Os programas assistenciais brasileiros são baseados em modelos importados de outros países como o dos EUA, da década de 1960, que vinculou o crédito ofertado a população a aquisição exclusiva de alimentos, assim ocorreu no Brasil como proposta de uma das ações do programa Fome Zero. Sendo assim, a adoção de políticas públicas compensatórias sempre foi presente em função dos indicadores sociais alarmantes na sociedade brasileira, mas tornaram-se mais popular e com novas definições nas últimas décadas. Houve programas declarados de combate a pobreza e desnutrição a partir da grande campanha liderada pelo sociólogo Betinho intitulada Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida. A partir de então o governo e a sociedade reconheceram a real situação da precária alimentação presente em todas as regiões do país em especial do Nordeste e a necessidade de formular uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional para a população carente.

Até a década de 1990 os programas sociais do governo não seguiam critérios bem definidos na distribuição dos benefícios e, normalmente, acontecia através da distribuição de cestas básicas em regiões com graves indicadores sociais ou que sofresse alguma catástrofe natural. Existia uma fragmentação de programas como: o Vale-Gás criado no governo FHC que repassava R\$ 15 a cada dois meses; O Bolsa Renda R\$ 30 por mês a municípios atingidos pela seca; o bolsa-alimentação R\$ 15 mensais a mulheres grávidas ou lactantes ou menores de seis anos de idade. O Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, criado em 2003, através de Medida Provisória, procurou unificar os diversos programas existentes de transferência de renda. Apesar de demorar alguns anos para ser efetivado, conseguiu atingir parte de seus objetivos em algumas frentes de atuações. Além da distribuição direta houve o apoio agrícola, criação de cooperativas, incentivo ao consumo local, construção de cisternas, entre outras medidas de promoção ao desenvolvimento endógeno, principalmente no semiárido nordestino (SILVA 2005).

Um programa de destaque e de grande relevância foi o programa Bolsa-Escola, introduzido no Brasil pelo governo do Distrito Federal. Nas duas últimas décadas, este programa foi reestruturado nacionalmente e passou a contemplar necessidades específicas e as particularidades regionais. São programas que fazem parte dos acordos firmados com os órgãos financeiros internacionais que exigem corte nos gastos públicos inclusive em setores estratégicos, revisão nas garantias trabalhistas, corte nos benefícios dos funcionários públicos, entre outras medidas de contenção de despesas.

O programa Fome Zero tornou-se a grande promessa de redenção social inclusive elogiado por vários países, consistia na oferta de 50 a 250 reais de vale-alimentação para famílias pobres de acordo a quantidade de filhos. Em contrapartida deveria haver uma

compensação do beneficiário se disponibilizando aos serviços sociais comunitários ou mutirões na construção de açudes, estradas, casas populares, entre outros, de acordo as necessidades. O programa foi criticado por ser apenas assistencialista e não melhorar a condição de vida dos beneficiados. No entanto, serviu para reconhecer a real situação de pobreza que se encontrava um terço da população brasileira.

De acordo com a FAO (2008), entre 1995 e 1997, 822 milhões de pessoas passavam fome no mundo, e no período entre 2001-2003, esse número alcançou 828 milhões. A maioria absoluta dessas pessoas está nos países subdesenvolvidos. No entanto, o problema com alimentação vai além da falta do alimento, concomitante a esse processo está o mal alimentado, o obeso, entre outros. São questões que comprometem a qualidade de vida e a saúde. No Brasil, mais de dez milhões de famílias (40 milhões de pessoas) não dispõem de recursos suficientes para o acesso diário à quantidade de calorias necessárias à sua sobrevivência (1900 calorias/dia/pessoa).

Segundo o IBGE (2005), no Brasil, 95 milhões de adultos estavam acima do peso, ou seja, tinham mais pessoas se alimentando mal ou em excesso que passando fome, enquanto apenas 17,7% da população consomem regularmente cinco porções semanais de frutas e hortaliças como recomenda a OMS. Em decorrência da presença do déficit alimentar, a população torna-se mais vulnerável a doenças. A definição de fome obedece a critérios pré-estabelecidos. A fome endêmica significa a baixa ingestão prolongada de calorias e tem por consequência a desnutrição e compromete o desenvolvimento psicológico e motor da criança.

O grande paradoxo do mundo atual é a dificuldade de extinguir a fome num cenário de crescimento econômico e grande produtividade. Essa situação não foi aliviada pelo desenvolvimento advindo das novas técnicas e dos novos recursos geradores de produtividades, mas também de conflitos e problemas ambientais. São necessárias políticas públicas que inclua nos mercados os pequenos agricultores, as comunidades indígenas, de forma que não sejam excluídos dos mercados cada vez mais estruturados, agressivos e competitivos.

As políticas públicas contra as desigualdades surgem em função da estrutura desigualmente estabelecida de distribuição da renda, como uma tentativa mais eficiente de conduzir os recursos públicos a populações mais carentes. A proposta mais coerente é garantir a todos o direito de partilhar das riquezas produzidas pelo país, para isso é necessário fontes específicas de captação de recursos. Cada país deve adotar um modelo específico de distribuição de renda, dado sua diversidade e condições econômicas, medidas mais extremas devem ocorrer em regiões com maior concentração de renda, pois este é o fator que mais tem

favorecido a intensidade de pobreza. Os rendimentos das classes mais ricas são comumente superiores aos das classes mais pobres, essa tendência tem se repetido ao longo dos anos sem perspectiva de mudanças (DI GIOVANI, 2009).

Nesse contexto, o campo ainda corresponde à sociedade menos assistida em seus direitos em decorrência de longos séculos de exploração, só nas últimas décadas que esses direitos têm sido visualizados pelo conjunto da população em função das manifestações e organizações políticas. Apesar dessas conquistas, o campo ainda está longe das condições ideais de vida e dignidade que tem direito.

Os programas sociais compensatórios carregam em si uma proposta de ideologia socialista que normalmente é defendida por um grupo político e rejeitada por outro. Nessa discussão, a transferência da arrecadação do imposto de renda foi à proposta mais aceita como instrumento de combate a pobreza por uma maioria, em muitas nações do mundo. As conquistas econômicas devem estar vinculadas a melhoria dos indicadores sociais e da qualidade de vida, sem nenhuma forma de repressão, alienação ou constrangimento com oportunidades de permitir as pessoas desenvolver suas habilidades. Este pode ser o modelo de desenvolvimento ideal para uma sociedade equilibrada e com menos conflitos e crises.

Uma sociedade só se faz decente e justa nesses termos, ou seja, quando todos têm oportunidade de ser o que quiser. Por vezes, se fazem necessários programas de subsídios ou compensatórios como emergenciais, mas o ideal são aqueles que criam oportunidades de trabalho, crescimento e autonomia. Seria mais interessante qualquer incentivo ao trabalho ou crescimento intelectual do indivíduo que qualquer tipo de transferência de renda, que acaba custando mais, pois não promove o desenvolvimento do país e do indivíduo.

Sen (2000) expõe que a fome e suas causas são questões antigas e frequentes em regiões periféricas. Essa questão havia sido discutida pelo geógrafo e médico sanitário Josué de Castro, na década de 1930 no Brasil. As questões não se resolvem enquanto a guerra por mercados e lucros for priorizada em detrimento das necessidades humanas que são atendidas em suas condições mínimas para os manterem produtivos. O problema da fome se dá por conta da desigual distribuição de renda e não por questões naturais, sendo, portanto um resultado da injustiça social.

Os programas implementados pelo governo brasileiro têm avançado e procurado superar seus entraves, mas ainda não conseguiram sair da condição de assistencialista. Esta é uma questão que precisa ser superada. O homem não precisa só do alimento, ele tem que ter dignidade, perspectiva de vida, ter planos, sonhar. Os programas não estão avançando nessa direção. O programa bolsa escola não funcionará apenas obrigando o aluno a frequentar a

escola, é necessário avaliar que tipo de escola ele está tendo acesso, qual a qualidade do ensino que ele está inserido, pois o processo de ensino é composto por muitas variáveis e é dever do estado preservar a integridade física e intelectual dos seus indivíduos.

O governo apresenta dados que indicam um país em franco crescimento econômico, cuja população transpõe visivelmente uma condição social, mas nem sempre corresponde a realidade. Segundo a Fundação Getúlio Vargas (2002), a população de miseráveis no Brasil estava estimada em 50 milhões de pessoas. À medida que os gastos sociais são ampliados, esses índices são automaticamente melhorados, dependendo, é claro, da eficiência de sua aplicação. O Brasil na última década teve um crescimento médio inferior aos países latinos, porém os avanços são efetivos quando há crescimento no número de empregos formais e no poder de compra do salário mínimo. De acordo estudos do IPEA (2010), houve uma redução da pobreza no período de março de 2002 (42,5%) a junho de 2009 (31,1%). O estudo sustenta que a transferência monetária do governo aos pobres pode ter contribuído para essa realidade.

Outros fatores também foram determinantes como a continuidade da estabilidade monetária, a maior expansão econômica e o reforço das políticas públicas, com destaque à elevação real do salário mínimo, a ampliação do crédito popular, reformulação e alargamento dos programas de transferência de renda as classes de menor rendimento. (IPEA, 2010). Segundo essa pesquisa entre 1995 e 2008, a queda média anual da taxa nacional de pobreza absoluta (até meio salário mínimo per capita) foi -0,8% a. a., sendo que no período mais recente, de 2003/2008, a taxa anual foi de -3,1% (Tabela 2).

Tabela 2  
Brasil  
Queda média anual da taxa de Pobreza absoluta e Extrema  
1995/2008

Brasil	Taxa média – Pobreza absoluta (% a.a)	Brasil	Taxa média – Pobreza Extrema (% a.a)
1995/2008	-0,8%	-	
2003/2008	-3,1%	2003/2008	-2,1%

Fonte: IPEA, 2010/ Organizado pelo autor

Essa situação foi favorecida pela Constituição Federal de 1988 que permitiu a elevação do gasto social em relação ao PIB, de 13,3% em 1985, para 21,9% em 2005, com destaque à elevação da participação dos municípios de 10,6% para 16,3%, resultante do

movimento de descentralização da política social e da participação social na formulação e gestão das políticas sociais brasileiras.

Todavia, o mesmo estudo aponta alguns aspectos que devem ser considerados para as positivas perspectivas socioeconômicas brasileiras: sustentabilidade de uma taxa elevada de crescimento econômico e de baixa inflação; crescimento da produção de bens e serviços; avançado conteúdo tecnológico; alteração do padrão tributário extremamente regressivo; alteração no uso do fundo público; incremento de infraestrutura adequada em todo o país e elevação da eficácia na utilização dos recursos públicos. Ademais, o estudo destaca as deficiências relacionadas à coordenação, integração e articulação matricial no conjunto das políticas públicas, em termos horizontais ainda identificadas no Brasil (IPEA, 2010).

Para o efetivo sucesso dos programas sociais seria necessário o envolvimento de todos os setores da administração pública em todas as escalas, da municipal a federal. Estas questões não podem ser vistas de forma isoladas e são causas e consequências de um processo conjuntural inclusive numa escala internacional, os fatores que tem minimizado estes problemas são considerados como méritos nacionais, e nem sempre o são, a exemplo da diminuição do crescimento demográfico e do aumento da produtividade agrícola e industrial que ocorrem em escala mundial e promovem um rebatimento na qualidade de vida da população em muitos lugares do mundo.

Para Marx (1974), a exclusão é inerente ao modo de produção capitalista e suas práticas de regulação são o que permite sua perpetuação sem provocar extremos impactos sociais. A prática do assistencialismo é um meio eficiente de regulação e manutenção dessa realidade que em sua essência representa um processo de desqualificação social ainda muito frequente em áreas periféricas, inclusive no campo brasileiro.

Os programas de renda mínima são necessários e urgentes, talvez a única forma de atingir de imediato a pobreza e a desigualdade, mas é preciso pensá-los numa perspectiva de inclusão social. O que efetivamente faz diminuir a pobreza é criação de emprego, geração de renda, melhores salários, menor desigualdade, saúde preventiva e educação de qualidade. Esses são critérios decisivos e eficientes e que estão apenas nos discursos políticos. Segundo Fonseca & Vianna, o governo tem apontado possíveis caminhos:

A unificação dos programas de transferência de renda deve-se à compreensão, por parte do governo, da necessidade de melhorar a gestão e aumentar a efetividade do gasto social, por meio da otimização, da racionalização e de ganhos de escala, e apoia-se na maior facilidade de interlocução do governo federal com Estados e municípios, tendo em vista que é vital definir funções para cada ente governamental e estabelecer

termos de cooperação entre os três níveis de governo na operacionalização dos programas sociais (FONSECA & VIANNA 2006 p.453)

Uma população que não tem consciência de classe e nem se reconhece como cidadão produtivo pode se acomodar frente a projetos assistencialistas e não se importar com o trabalho formal, estável, seguro, aceitando qualquer condição de trabalho desde que não comprometa o benefício que recebe. As comunidades mais carentes precisam ser estimuladas a produzir, a frequentar a escola, a fazer uso da medicina preventiva. É fundamental que a população do campo não sinta necessidade de buscar serviços básicos na zona urbana, que encontre no campo, condições ideais de vida.

O Brasil tem um potencial capaz de atingir a todos, de atender ao mercado internacional como também o mercado interno. O Bolsa Família hoje é um programa que atinge diretamente os pobres, em todos os extremos do Brasil há famílias beneficiadas. Tal situação pode ser perigosa caso incentive o cidadão a não valorizar o trabalho formal e nem se preocupar com a quantidade de filhos que possa ter.

O melhor resultado do Bolsa Família, é possível que seja verificado, na maior frequência dos alunos na escola que necessariamente não significa melhor qualidade de ensino, o índice de aprendizagem brasileiro ainda é um dos piores do mundo, reflexo de gestões e profissionais desqualificados. Com, praticamente, metade da população economicamente ativa trabalhando no mercado informal, torna-se difícil para o estado planejar efetivamente os programas sociais, qualificar ou identificar os mais necessitados.

A concentração de renda no Brasil é uma das maiores do mundo e é essa a causa de termos mais de 50 milhões de pobres, números proporcionalmente muito maiores à países de mesma situação socioeconômica. Apesar de estar entre as dez economias do planeta, também possui uma das maiores concentrações de renda, revelando sua desigualdade estrutural na apropriação de riqueza social (SILVA 2001).

O Brasil em termos de conquistas sociais apresenta um paradoxo, houve uma grande projeção em programas sociais compensatórios enquanto em serviços prioritários como saúde, educação, moradia, entre outros, ficaram praticamente estagnados e, por conseguinte, esses são mais eficientes na qualificação da sociedade. A realidade de um país em que parte significativa da população sobreviva dos programas sociais e que não consegue encontrar meios de incorporá-los as suas bases estruturais é sinal de suas fragilidades.



## **2.4 Barreiras protecionistas: o grande entrave à circulação de produtos**

As políticas agrícolas, para o século XXI, assumem novos paradigmas. Vive-se num tempo de Estado mínimo e crescimento de iniciativas privadas, do grande capital e dos acordos internacionais. A discussão sobre a necessidade da criação de estoques reguladores mundiais de alimentos, como combate aos mercados especuladores, tem ocupado as pautas de reuniões dos países ricos como alternativa de evitar crises de produção agrícola no mundo.

Os países mais vulneráveis à flutuação do mercado agrícola, por ser grandes importadores ou exportadores de alimentos, são os grandes defensores de estoques reguladores. O liberalismo não tem como garantir a sobrevivência das nações numa escala mundial. É necessária a atuação de órgãos internacionais democráticos na regulação e regulamentação de estoques e preços para manter os mercados mais estáveis e evitar especulações monopolistas.

Tem ocorrido uma agressiva competição alimentar entre as principais nações do mundo e estas podem como sempre ocorreu na história da humanidade, serem beneficiada num mercado regulador em detrimento das nações mais pobres. Para que isso não ocorra à regulamentação de normas e preços devem ser feitas de forma a contemplar todos sem favorecimento. Essa questão merece todo cuidado, pois os agricultores dos países pobres não dispõem das mesmas condições produtivas dos países ricos, são muito mais vulneráveis. A pauta de negociações em políticas dessa natureza deve priorizar populações com sérios problemas alimentares e não os interesses de grandes empresas vinculadas ao mundo agrícola. À medida que os estoques de alimentos diminuem, os preços sobem, é a lei da oferta e procura, e isso atinge fortemente as nações menos desenvolvidas.

No caso brasileiro, a soja foi o produto que mais ocupou área, mas, qualquer produto pode estar na mesma lógica de acumulação. A produção da cana sempre esteve fortemente ligada à produção agrícola brasileira, o país ainda é um grande produtor de álcool e cada vez mais esta atividade tem atraído o interesse de grupos internacionais que dominam grande parte dos investimentos. Tradicionalmente, a produção de cana ocupou principalmente grandes áreas do Nordeste brasileiro, hoje continua em expansão e predominando como atividade monocultora.

Muitas empresas agroindustriais tem se inserido no mercado e influenciado a agricultura mundial. São empresas que possuem capacidade tecno-científica e financeira para definir produtos agrícolas que serão priorizados nesses mercados. São decisivos na política

agrícola de vários países e tem ocorrido, no Brasil, a exemplo da Monsanto (Empresa de químicos dos EUA), na produção de soja transgênica.

No Brasil, também houve a fusão de grandes empresas agropecuárias do ramo de fertilizantes, ração, agroindústria, entre outros. O objetivo dessas grandes empresas é controlar a cadeia produtiva de determinado produto e dominar o mercado, transferindo serviços ou etapas produtivas para países com vantagens em mão de obra ou fiscais. As principais empresas vinculadas a estas cadeias produtiva são produtoras de sementes, fertilizantes e inseticidas, a exemplo da Monsanto, Dupont, Syngenta, Bayer, Dow Chemical, entre outras. Como enfatiza Porto-Gonçalves,

[...] essa geografia desigual do uso desses insumos no mundo revela o modo desigual como se valorizam os lugares, as regiões, os países e seus povos e suas culturas. E, insistimos, é preciso ver aqui a mesma lógica moderno-colonial que vem comandando o processo de globalização desde 1492. Há, com se vê, uma injustiça ambiental de fundo comandando a geopolítica mundial. Até mesmo as maiores fábricas de agroquímicos vêm se transferindo para os países pobres tendo, inclusive, o acidente mais sério com milhares de vítimas fatais ocorrido em Bhopal, na Índia, na fábrica da Union Carbide. Há, até mesmo, um cálculo de que a indenização de uma provável vítima de contaminação na Ásia, na África, no Caribe ou na América Latina é um custo menor de que uma vítima na Europa, nos EUA ou no Japão (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 267).

Este tem sido o papel das grandes indústrias ligadas ao setor agrícola, ou seja, dominar a produção, a comercialização e o consumo dos produtos no mundo todo. A agricultura familiar tem outra proposta, inclusive tem garantido o abastecimento do mercado interno e, em alguns casos, tem sido parceira das grandes indústrias, quando estas terceirizam parte da produção, e, com isso, não precisam empregar o capital, a terra, nem contratar e nem pagar trabalhadores. Ficam livres de impostos e de riscos naturais na produção. Tais práticas são garantias de lucros para as grandes empresas.

Com o aproveitamento da soja e do milho na produção dos bicompostíveis houve uma elevação nos preços desses grãos que comprometeu os estoques alimentares, justificado inclusive como uma alternativa aos problemas ambientais. Segundo Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO 2009), as estimativas apontam que mais de um bilhão de pessoas estão passando fome atualmente no mundo e que nas próximas décadas estes números serão maiores e o número de subnutridos será correspondente às décadas anteriores. Um dos fatores responsáveis por esta situação tem sido o avanço dos agronegócios em detrimento a retração da agricultura familiar. Porto-Gonçalves (2006) considera que esse

modelo agrário-agrícola que se apresenta como o que há de mais moderno, sobretudo por sua capacidade produtiva,

Na verdade, atualiza o que há de mais antigo e colonial em termos de padrão de poder ao estabelecer uma forte aliança oligárquica entre as grandes corporações financeiras internacionais, as grandes indústrias-laboratórios de adubos e de fertilizantes, de herbicidas e de Semente, as grandes cadeias de comercialização ligadas aos supermercados e os grandes latifúndios exportadores de grãos (PORTO-GONÇALVES, 2006 p. 243).

Há muito que as nações desenvolvidas protegem-se mutuamente frente aos processos produtivos, é como se houvesse um “código de ética” entre elas para manter a posição que ocupa no cenário internacional e não comprometer o futuro econômico. Atualmente ainda é comum práticas dessa natureza, em razão disso, constata-se a dificuldade de romper a desigualdade entre as nações. O comum é que cada país tome para si a defesa de seus interesses econômicos e isto não está rompendo as diferenças econômicas entre países ricos e pobres.

Em tempos de revoluções tecnológicas, as nações mais desenvolvidas tem se tornado também grandes produtoras e exportadoras agrícolas, principalmente de grãos como soja e milho, que por sua vez tem sido grande fonte de alimento para o gado. As nações menos desenvolvidas não têm acompanhado o mesmo ritmo produtivo e se tornou mais vulnerável numa articulação de mercado internacional.

A soja e o trigo têm sido os grãos mais estratégicos no cenário produtivo internacional e dominado progressivamente os territórios das nações mais articuladas do mundo produtivo, além de alimentos servem também de matéria-prima a uma série de produtos como cosméticos e biodiesel e são de grande auxílio na alimentação humana e animal. Esses grãos, em particular a soja, com o advento das sementes transgênicas, tem aumentado sua produtividade num tempo cada vez mais curto.

Os mercados emergentes favoreceram e foram favorecidos por esta nova dinâmica macroeconômica que redimensionou os mercados mundiais, antigos paradigmas produtivos foram reestruturados numa alteração conjuntural na distribuição das exportações. Grandes produtores de grãos sofreram queda na produção como Canadá e Austrália, enquanto outros como Rússia aumentaram consideravelmente a participação no comércio mundial. É necessária uma instituição de abrangência mundial que possa coordenar essa política. A crise alimentar é a melhor ilustração para comprovar a ineficiência desses modelos monopolistas.

Tudo isso é fruto da revolução tecnológica que significou também a grande abertura de mercados para a produção e circulação industrial e agrícola atingindo a todos e

beneficiando poucos. Como sempre os países ricos levam vantagens sobre os agrícolas e agora também são fortes produtores dos produtos que importavam. Nesse contexto possuem dupla ou tripla vantagem, continuam forte na indústria, na agricultura e nos acordos internacionais de comércio. Em decorrência disso tem se tornado comum o discurso da FAO em estipular uma taxa de aumento da produção agrícola nos países em desenvolvimento maior que o crescimento demográfico e uma ajuda dos países ricos em estimular políticas públicas para estes países. Segundo Porto-Gonçalves,

Os preços internacionais dos produtos agrícolas só resultaram vantagens para uma maioria de agricultores que podem deste modo, continuar investindo, avançando e ganhando porções do mercado; são insuficientes e desfavoráveis para a maioria dos agricultores do mundo; insuficientes em geral para que possam investir e progredir; frequentemente insuficientes para que possam viver dignamente de seu trabalho, renovar seus meios de produção e conservar suas porções de mercado; e, inclusive, insuficiente para que a metade menos equipada, menos dimensionada e pior situada dos camponeses do mundo possa se alimentar corretamente. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 236).

As barreiras protecionistas têm sido o grande entrave à circulação de produtos com ressalvas que frequentemente afetam economias em desenvolvimento que não conseguem atender às exigências internacionais ou promover a infraestrutura necessária à produtividade eficiente.

Nos últimos anos, o aumento dos preços tem sido o responsável pela crise mundial de alimentos principalmente em regiões com histórico de carência alimentar. O grande problema é que os produtos básicos da alimentação são produzidos por grandes empresas, uma alta de preços ou uma crise global pode atingir a todos. Essa situação tem afetado principalmente as economias mais pobres da África e da Ásia, os que mais sentem o impacto, pois a maior parte do orçamento dessas famílias é comprometida com a alimentação.

Esta situação mostra a necessidade de um planejamento estratégico como uma política de preços mínimos, controle de estoques num plano internacional e incentivos a autonomia produtiva regional. Segundo a FAO (2008), os alimentos subiram mais de 35%, em 2007 e mais de 70%, em 2008. O leite e seus derivados tiveram um aumento de 80% e os cereais em torno de 42%. O aumento dos preços dos alimentos também está condicionado a outros setores da economia, uma vez que grande parte da produção está sendo destinada a indústria de combustíveis, de ração animal, fertilizantes, cosméticos, entre outros.

No entanto, num momento de intensos mercados no mundo, uma questão localizada oferece riscos a todos. A agricultura mundial está trilhando caminhos que podem ser

desastrosos tanto ao ambiente quanto aos desafios sociais. Tem-se efetuado grandes campanhas, inclusive pelo governo em defesa dos biocombustíveis sem discutir os efeitos disso para o meio ambiente, os estoques alimentares, a política de preços, o combate a fome e a segurança alimentar. São questões sérias e com forte rebatimento nas nações mais pobres.

### **3. A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DA ATIVIDADE FRUTÍFERA NO BRASIL.**

O Brasil tem em sua essência condições favoráveis a produção agrícola, particularmente de frutas. São atributos como clima favorável durante todo o ano, insolação suficiente, solos planos e profundos que o coloca em vantagem sobre a maioria absoluta das nações do planeta. Dentre as condições oferecidas naturalmente pelo Brasil, a que mais se destaca talvez seja sua capacidade de produzir em períodos distintos no mesmo ano, e ter adaptação climática em fazê-lo em condições climáticas opostas, prática ainda incomum aos países temperados, sendo estes consumidores um potencial nesse tipo de cultura. Atualmente, o Brasil produz frutos em regiões sem tradição agrícola nessa atividade, como é o caso da região Nordeste, que vem gradativamente superando o Sudeste e o Sul.

A fruticultura brasileira tem apresentado uma importante projeção em toda sua cadeia produtiva, desde 1994 e tornou-se, nas últimas décadas, um produto altamente promissor para o campo e de grande aceitação no mercado nacional e internacional, sendo uma promessa favorável para a economia nacional. O valor das frutas processadas, em 2005, foi de 12,2 bilhões de reais enquanto o valor bruto da produção de frutas, em 2006, foi de 16,3 bilhões de reais, o que corresponde a 16,5% do valor da produção agrícola brasileira (BRAZILIAN FRUIT, 2008).

Os dados de 2005 (IBGE) revelam que a fruticultura representa aproximadamente 11,5% do Produto Interno Bruto (PIB). As frutas que alcançaram maior produtividade a partir desse período foram o mamão, melão, manga e a maçã, com crescimento acima dos 4% anuais, praticamente o dobro do crescimento do PIB para o mesmo período. O melão foi, em 2005, a fruta que mais rendeu em exportações, cerca de US\$ 91,5 milhões, seguido pela maçã e pela manga. O rendimento das frutas mais exportadas, entre elas a manga, foi de 17% ao ano, entre 1996 e 2005. A manga teve um crescimento surpreendente atingindo, em 2005, a marca de US\$ 71,4 milhões, com um crescimento anual de 11% ao ano no período (BRASIL, 2007).

O empreendimento frutífero apresenta também outro fator favorável sobre as demais atividades agrícolas, que é o bom rendimento em pequenas extensões territoriais, particularmente a partir de técnicas melhoradas e conquistas científicas. De acordo com Santos (2000), os últimos séculos marcam uma considerável mudança de qualidade através do constante e progressivo uso dos recursos técnicos nos diferentes espaços. Isso mostra a capacidade do Homem em se apropriar, modificar e reduzir a dependência da sociedade em

relação às condições naturais. Essa condição possibilita a permanência do homem no campo, quando este encontra melhores condições de se reproduzir socialmente.

Em 2009, as frutas que mais se destacaram foram a Laranja, com uma área plantada de 802.528 ha, gerando um valor de R\$ 4.695.049,00, seguida da banana e do abacaxi. A manga aparece em 9º lugar com uma área plantada de 75.416 ha, gerando um valor de R\$ 602.125,00 (Tabela 3). Hoje, no campo, a fruticultura é uma considerável fonte de geração de renda e emprego, principalmente para a agricultura familiar.

Tabela 3  
Brasil  
Produção de Frutas  
2009

Frutas	Área (ha)	Área (ha)	Volume (Ton)	Valor (Mil Reais)	% Partic. Vol.
Laranja		802.528	17.618.450	4.695.049	42,93
Banana		483.562	6.783.482	3.160.040	16,53
Abacaxi		61.990	2.978.256	1.076.305	7,26
Melancia		94.871	2.056.309	707.217	5,01
Coco-da-Baía		284.951	1.973.366	755.883	4,81
Mamão		34.379	1.792.594	1.348.294	4,37
Uva		81.677	1.365.491	1.612.043	3,33
Maça		39.081	1.222.885	943.761	2,98
Manga		75.416	1.197.694	602.125	2,92
Tangerina		54.909	1.094.429	524.944	2,67

Fonte: IBGE, 2009 / Organizado pelo autor

Em 2012, a Laranja continuou sendo a principal fruta produzida no Brasil, com 19,8 milhões de toneladas, respondendo por 43,9% do volume total da fruticultura, um acréscimo na produção em 9,4% em relação a 2010. O estado de São Paulo é o principal produtor, com 15,3 milhões de toneladas, cuja participação representa 77,2% do volume.

A Banana é a segunda fruta em volume produzido para o período, com 7,3 milhões de toneladas colhidas, correspondentes a 16,2% do volume das frutas. São Paulo é o principal produtor, com 1,3 milhão de toneladas colhidas, seguido da Bahia, com 1,2 milhão de toneladas, e Minas Gerais, que produziu 654,5 mil toneladas. Os três estados participam com 18,5%, 16,9% e 8,9%, respectivamente, do volume de Banana produzido em 2012.

O Abacaxi contribui com 7,52% do volume total da fruticultura brasileira, com 3,1 milhões de toneladas, sendo os estados de Minas Gerais, Paraíba e o Pará os principais produtores e participam com 48,4% da produção nacional. A Laranja, a Banana e o Abacaxi respondem por 67,0% da produção obtida pela fruticultura brasileira. A Melancia, o Coco-da-baía, o Mamão, a Uva, a Maçã, a Manga e o Limão completam a dezena das principais frutas produzidas e, somadas, as três primeiras contabilizam 92,0% da colheita nos pomares brasileiros, em 2012 (Tabela 4).

Tabela 4  
Brasil  
Principais frutas produzidas  
2012

Fruta	Área (ha)	Produção (t)	Produção (%)
Laranja	808.624	19.032.285	45,07
Banana	478.524	6.943.404	16,44
Abacaxi	90.833	3.176.593	7,52
Uva	80.651	1.455.081	3,45
Maçã	38.491	1.338.270	3,17
Demais	1.489.035	11.982.518	28,38
Total	2.923.139	42.223.871	100,0

Fonte: IBGE. In:SEAB/DERAL

Em 2012, as frutas frescas exportadas renderam US\$ 619 milhões, contra US\$ 633 milhões no ano anterior. Foram exportadas 693 mil toneladas de frutas, um acréscimo em relação as 681 mil toneladas embarcadas, em 2011. O valor da exportação de frutas frescas em 2012 foi menor 2,34%, em relação a 2011, esse fato se explica em parte pela pressão sobre os preços em tempo de recessão econômica das economias dos principais mercados compradores. (IBRAF, 2012).

As frutas que merecem destaque são o melão, limão e manga. Quando comparados a 2011, o melão apresentou crescimento de 7,2%, o limão de 9,5% e a manga de 0,5% nos volumes exportados. O melão foi o fruto brasileiro mais exportado, com 181,7 mil toneladas. A manga, por sua vez, trouxe mais divisas para o País, com US\$ 137 milhões. Estes resultados se refletem entre os Estados com maiores vendas ao exterior: o Ceará, um dos principais produtores de melão, teve a maior exportação em tonelagem (146,5 mil toneladas)



enquanto a Bahia, grande produtor de manga, foi quem mais arrecadou no comércio internacional (US\$ 130,3 milhões) (IBRAF, 2012).

Os principais países produtores de frutas são a China com a produção de (26,1%) do total, seguido da Índia (11,8%) e o Brasil (5,7%) e juntos, respondem por 43,6% do total mundial e têm suas produções destinadas principalmente aos seus mercados internos. (Tabela 5).

Tabela 5  
Principais países produtores de frutas  
2010

País	Área (ha)	Produção (t)	Produção (%)
China	13.299.094	190.161.340	26,1
Índia	6.948.950	86.038.600	11,8
Brasil	2.548.730	41.522.181	5,7
EUA	1.235.325	28.250.377	3,9
Turquia	1.337.623	19.240.404	2,6
Itália	1.317.653	18.052.136	2,5
Irã	1.293.834	16.910.521	2,3
Espanha	1.609.160	16.893.520	2,3
México	1.277.845	16.854.079	2,3
Filipinas	1.163.632	16.302.821	2,2
Demais países	27.762.043	278.216.372	38,2
TOTAL	59.793.889	728.442.351	100,0

Fonte: FAO. In:SEAB/DERAL

Assim, os dez países com maior produção respondem por 61,8% de toda a fruticultura mundial. O maior produtor mundial de frutas é a China que, em 2010, colheu 190,2 milhões de toneladas, o que representa 26,1% do total. O segundo produtor é a Índia, com produção de 86,0 milhões de toneladas, participando com 11,8% no total mundial. As frutas mais destacadas são a Banana, Coco, Manga, Abacaxi, Limão/Limas e Castanha-de-Caju. O Brasil ocupa a terceira colocação no ranking da produção mundial de frutas e é responsável por 5,7% do volume colhido, com uma produção de 41,5 milhões de toneladas, sendo significativa a produção de Laranja, Banana, Coco, Abacaxi, Mamão, Castanha-de-Caju, Caju e Castanha-do-Brasil. Estados Unidos, Turquia, Itália, Indonésia, México, Irã e Espanha

representam 18,2% do total. Em termos de produção, as frutas mais importantes são Melancia, Maçã, Manga, Melão, Tangerina, Pera, Pêssego, Nectarina e Ameixa.

Os principais destinos das frutas frescas brasileiras são Holanda, com mais de um terço do valor e do volume exportado (respectivamente 42% e 39%); Reino Unido (20% do valor e 18% do volume) e Espanha (10,% e 12%). A lista dos dez maiores importadores de frutas brasileiras, no último ano, se completa com Estados Unidos, Alemanha, Argentina, Portugal e França. Por sua vez, as importações de frutas frescas apresentaram uma queda de 7% em volume e uma leve alta de 0,5% em valor, em relação ao ano de 2011. A Pera é a principal fruta importada em volume e valor, com 217 mil toneladas e 224 milhões de dólares, seguido por maçãs, ameixas, uvas, kiwis e pêssegos, tendo como origem principal a Argentina, seguidos por Chile, Espanha, Portugal e Itália (IBRAF 2012).

As perspectivas para produção de frutas na região Nordeste do Brasil, para os próximos anos, são excelentes. Essa região tem se destacado com os maiores polos frutíferos do Brasil, inclusive superando a região Sul e Sudeste. Essa nova territorialidade da fruticultura foi motivada pela maior produtividade gerada por fatores como irrigação, insolação, mão de obra disponível e terras mais baratas. A localização geográfica também favoreceu a exportação para os grandes mercados consumidores do Brasil e do mundo.

A oferta de frutas ao longo de todo o ano e a concentração de produtores nas áreas irrigadas têm motivado empresas produtoras e processadoras de frutas a se instalarem nessas regiões. Essas empresas tem uma crescente disposição de mercados tanto para o fruto in natura, como na produção de polpas congeladas e concentrados de sucos para abastecimento da indústria nacional e internacional. Esse deslocamento da produção de frutas motiva investimentos em polos de fruticultura, gerando para o produtor renda direta, além de renda adicional em função da agroindústria de muitos derivados, elevando a competitividade da indústria nacional.

Uma das principais características da fruticultura brasileira tem sido buscar estruturar sua produção em polos, organizada em torno de áreas com possibilidade de irrigação. Essa implantação tem permitido uma profissionalização desse seguimento produtivo, melhorando sua eficiência logística. É um ramo de atividade produtiva que tem avançado em capacitação técnica e utilização eficiente dos recursos hídricos. São esses fatores que têm garantido o aumento da competitividade da fruticultura brasileira, tanto nos mercados nacionais, como nos internacionais.

Em função das condições favoráveis de produzir em praticamente todo o território nacional, existem atualmente dezenas de polos frutíferos em diversas regiões do Brasil, como

no Nordeste, inclusive em áreas semiáridas. Essa cultura tem promovido um dinamismo em economias locais, como o caso de Petrolina e Juazeiro, exemplos promissores de áreas fora dos padrões tradicionais de cultivo que, mesmo em condições adversas, têm revelado fortes perspectivas de crescimento nos mercados interno e externo.

Esses polos de fruticultura irrigada têm sido uma possibilidade de desenvolvimento das regiões onde são implantados, através da competitividade e do empreendedorismo, pois a proposta é diminuir custos e ampliar os lucros. De acordo Magalhães (2006), em 1999, apenas 38,2% das frutas que chegavam ao Ceasa/CE eram produzidas no estado. Em 2006, este percentual subiu para 50%. Se analisarmos as frutas dos polos irrigados, o percentual subiu de 61% para 71,2%. Com o desenvolvimento de novas tecnologias de produtos, este percentual deve aumentar cada vez mais, com uma produção cada vez mais regionalizada.

A aplicação de técnicas mais modernas foi também responsável por essa nova regionalização da fruta no Brasil, refletida na criação desses polos frutíferos em regiões afastadas dos centros tradicionais de produção.

O ministério da Agricultura visando desenvolver o setor criou o programa nacional de fruticultura. Neste sentido, vários estados brasileiros criaram os seus programas estaduais de fruticultura ou incentivos para a atividade, visando o mercado interno e externo. Como exemplo, temos os estados do Ceará, Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Sergipe, Piauí e Rio Grande do Norte.

No polo Juazeiro/Petrolina e no Ceará, a produção de frutas irrigadas para exportação é uma atividade de grandes produtores, enquanto os pequenos, por falta de capacitação, custos elevados e outros fatores, estão produzindo uma agricultura básica, voltada para o mercado interno.

Além dos estados com uma expressiva produção de frutas, existem outros que possuem polos irrigados em menor projeção, porém de grande importância para as economias locais, como é o caso de São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro, Goiás, Tocantins, Sergipe, Piauí e Pará.

A produção por meio de polos irrigados é favorecida pelo alto índice de produtividade e qualidade, baixos custos operacionais, instalação de agroindústrias, associações e cooperativas. A produção na região nordeste tem sido favorecida para que se torne grande centro de abastecimento mundial de frutas.

A partir do Rio São Francisco e da barragem de Sobradinho, foram construídos canais de irrigação proporcionando a perenização de 2600 km de rios e a integração das 11 bacias hidrográficas da região (BRASIL, 2007). A participação do Brasil, nos últimos anos, tem

revelado bons resultados no comércio internacional de manga. Segundo o Anuário Brasileiro da Fruticultura (2009), o país obteve um crescimento no faturamento das exportações de frutas em 13,4 vezes nos últimos 15 anos. Porém, o Brasil é somente o 20º país no ranking de exportação de frutas. Considerando seu enorme potencial para o mercado de frutas, só são exportados 1,8% do total produzido que é de 38 milhões de toneladas/ano.

No ano de 2007 o valor FOB das exportações de frutas frescas foi de US\$ 642.746.827 e no ano seguinte este valor aumentou para US\$ 724.235.131, ou seja, um aumento de 12,68% em comparação ao ano anterior. O volume de frutas exportado no ano de 2007 foi de 918.797.511 kg e no ano seguinte o volume foi de 888.097.936 kg, uma queda de 3,4%. Embora o volume de frutas exportadas tenha decrescido, o valor (FOB) FreeonBoard<sup>7</sup> das exportações aumentou em 12,6% (Tabela 6).

Tabela 6  
Comparativo das Exportações Brasileiras de frutas frescas  
Variação 2008-2007

Frutas	Variação 2008/2007		2008		2007	
	Valor(%)	Valor(%)	Valor (US\$ FOB)	Volume (kg)	Valor (US\$ FOB)	Volume (kg)
Uvas	1,04	4,00	171.456.124	82.242.151	169.696.455	79.081.307
Melões	18,66	3,56	152.132.031	211.789.635	128.213.642	204.501.757
Mangas	32,42	15,23	118.703.985	133.724.756	89.643.042	116.047.528

Fonte: Ibraf - Secex/ Organizado pelo autor

Além desses mercados tradicionais, o Brasil tem expandido a exportação desses produtos para países do Oriente Médio, como por exemplo, a Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Kuwait nas demandas de frutas frescas e de sucos de frutas, e a China, pelo forte crescimento econômico, será o grande consumidor das próximas décadas. De fato, as frutas exportadas pelo país têm como destino 74 países diferentes, embora para alguns países a quantidade ainda é pequena (ANUÁRIO BRASILEIRO DA FRUTICULTURA, 2009).

Os órgãos de pesquisa estão desestruturados e sem recursos para fazer mais pesquisas ou divulgar amplamente o que tem produzido. São necessários estudos voltados para variedades mais produtivas como; resistência a pragas e doenças; adaptação ao clima; melhoria nas fases de colheita e pós-colheita; diversificação da produção; fruticultura

<sup>7</sup>O exportador é responsável pela mercadoria até ela estar dentro do navio, para transporte, no porto indicado pelo comprador. A mercadoria está livre para ser levada.

orgânica e nas áreas de processamento e conservação de frutas. Em termos de eficiência de produção, estudos do BNB/Etene apontam que a fruticultura nordestina apresenta baixo nível de produtividade decorrente de deficiências na produção e problemas na área de comercialização (BRASIL, 2009). Entretanto, A EMBRAPA tem desenvolvido um importante projeto de produção de frutas de regiões temperadas no semiárido nordestino.

A tributação brasileira é uma das maiores do mundo, sendo assim um fator limitante na concorrência internacional. De acordo Fernandes (2006), mais da metade dos encargos é debitada antes da conclusão das vendas, pois as despesas incidentes no processo de produção, como mão de obra, insumos e máquinas, incorporam uma série de itens como FGTS, ICMS, PIS, FIS, Imposto de Renda, entre outros. Os países que desenvolveram políticas específicas para fruticultura têm sido os que apresentam maior competitividade no mercado internacional e ainda estimulam o mercado doméstico como forma de atender metas de segurança alimentar e diversificação de opções de mercado para o setor produtivo.

As políticas públicas para a fruticultura poderiam ser também direcionadas à capacitação gerencial, coleta e divulgação das informações, financiamento das exportações, pesquisa em variedades de frutas demandadas pelo mercado ou em estratégias de diversificação e em sistemas de controle e sanitários.

Nos Estados Unidos, informações de preços de frutas e volumes comercializados entre cidades ao redor do mundo são repassadas aos produtores pelos órgãos públicos visando uma maior transparência, poder de barganha e melhor planejamento do setor, que permite reduzir custos de transação nos mercados (FAVERET et.al., 1999).

As políticas públicas voltadas para fruticultura são insuficientes, isso é comum em todas as regiões brasileiras. Há uma insatisfação das instituições de pesquisa, universidades e organizações de fruticultores nordestinas com os resultados das pesquisas voltadas para o setor. Além da baixa divulgação dos resultados pelas instituições de pesquisa, os produtores não opinam sobre as demandas tecnológicas, havendo pouca interação entre esses atores. Em algumas áreas, há resistência de fruticultores em adotar novas tecnologias.

O Nordeste, em função de sua capacidade produtiva de frutas, tem sido uma região prioritária na geração de tecnologias para frutas. As variedades de manga mais consumidas são do tipo Kent e Keitt, principalmente por países nórdicos e no Reino Unido. O melhoramento genético também possibilitou atender características demandadas pelo mercado, como as maçãs que são dimensionadas para se adequar ao mercado externo em cor e tamanho. Os mamões devem ter texturas mais resistentes e as mangas, coloração intensa.

No caso da goiaba, a maior demanda tecnológica é a produção de variedades e manejo de cultivo que possibilite uma maior resistência aos nematóides, que vitimaram mais de 50% da produção no Vale do São Francisco (BRASIL, 2007).

Em função da extensão territorial brasileira, a infraestrutura de portos, aeroportos, ferrovias e rodovias não são satisfatórias para atender todas as regiões. A situação mais crítica é a do porto de Salvador, que se localiza no centro da cidade e oferece elevados custos e baixa eficiência logística. No entanto, é o mais bem localizado para atender as frutas produzidas no Sul da Bahia e as áreas de perímetro irrigado do Rio São Francisco. O outro porto que atende esta área é o de Suape, em Recife, porém com custos elevados.

Muitos produtores da Bahia e Pernambuco recorrem ao Porto de Pecém, no Ceará, 350 km mais distante que o de Recife. Outros portos que se destacam são o de Natal-RN, operado principalmente pela modalidade de transporte de frutas em navios com porões frigorificados (under deck) e o de Mucuripe, em Fortaleza-CE, fazendo com que os estados do Ceará e Rio Grande do Norte sejam os mais bem atendidos em termos de infraestrutura portuária.

Com relação aos aeroportos, além de Campinas, o do Rio de Janeiro atende bem a exportação de frutas vindas do Norte do Espírito Santo e sul da Bahia, o de Petrolina se destaca na exportação de uvas, e o de Fortaleza, cujo principal foco são flores, também apresenta bom potencial para frutas. Esta situação demonstra uma grande carência da infraestrutura portuária brasileira, que reflete diretamente na redução da competitividade do país no abastecimento de mercados internacionais (BRASIL, 2009).

Segundo Fernandes (2006), os portos do Nordeste atendem com restrições a exportação de frutas brasileiras, principalmente por apresentar uma baixa frequência de navios e pelos altos custos, maiores que os países concorrentes. As distâncias entre as áreas produtoras e os portos, em rodovias mal conservadas, elevam as despesas, pois requer o uso dos contêineres refrigerados, como é usual no polo Petrolina e Juazeiro. Quanto mais perto do ponto ideal de colheita e consumo será mantida a qualidade do produto. O sabor colhido com uma grande antecedência compromete a valorização da fruta.

A busca pelas técnicas de maior preservação da qualidade natural do fruto tem sido cada vez mais utilizada. A depender do porto de origem e do destino, o fruto chega a viajar por quase um mês, enquanto por via aérea seria apenas 2 a 3 dias. No entanto, a diferença de valor fará toda a diferença.

Enquanto um frete aéreo para a União Europeia pode custar R\$ 2,60 por quilo, o frete marítimo fica em torno de R\$ 0.37. Além disso, há deficiências em termos de infraestrutura de câmaras frias e mão de obra capacitada para a manipulação das frutas (BRASIL, 2009).

As extensas e, por vezes, precárias condições das rodovias do Nordeste para os principais centros consumidores do Brasil dificultam o mercado nacional de frutas. O transporte torna-se lento, elevando as perdas e encarecendo os fretes. A baixa disponibilidade de contêineres para frutas, a insuficiência dos transportes marítimos e os elevados fretes aéreos, colocam reais dificuldades na comercialização de frutas. A manga Premium, tamanho seis, é exportada para a França via aérea.

Para a exportação de frutas frescas para os EUA, Europa e Ásia, apenas o polo Petrolina - Juazeiro tem condições de câmaras frigoríficas (são 6 com capacidade de 17 mil caixas) e dois tonéis de resfriamento.

O aeroporto de Fortaleza exporta flores e tem condições de exportar frutas, mas esbarra na falta de linhas diretas ou da pouca disponibilidade para a Europa. Segundo o BNB, no polo Baixo Jaguaribe, no Ceará, o aeroporto Regional Comandante Jaguaribe teria condições mínimas de exportar frutas, se fossem realizados investimentos em infraestrutura física e sinalização para a operacionalização de aviões com finalidade dupla de transporte de passageiros e de frutas (BRASIL, 2009).

Sanar estas dificuldades poderia facilitar a redução dos custos e proporcionar maior eficiência e rapidez na distribuição das frutas. A utilização do transporte hidroviário e, principalmente, do ferroviário e sua integração com as vias de transporte rodoviário poderia ser uma saída para o problema. O produtor deve dominar as técnicas e também a logística da cadeia produtiva, visando melhorar a rentabilidade. Só assim o Brasil poderia competir com os grandes mercados mundiais.

No Brasil, em muitos estados existem distritos irrigados que permitem produzir frutas durante todo o ano, além de existir também, grupos empresariais e cooperativas que se preocupam em comercializar as frutas no exterior.

Os 15 polos fruticultores importantes do Brasil produzem 6,9 milhões de toneladas de frutas frescas, gerando uma renda anual de R\$ 4,4 bilhões de reais. Na Bahia, seis polos se destacam: Bom Jesus da Lapa, Vale do Jucuruçu, Gandu, Vale do São Francisco, Chapada Diamantina, Livramento de Nossa Senhora e Dom Basílio (Quadro 1).

Quadro 1  
Bahia  
Principais polos de fruticultura irrigada  
2012

POLO DE FRUTICULTURA	CULTURAS DOMINANTES	MUNICÍPIOS ENVOLVIDOS
Vale do São Francisco	Manga e Uva	Juazeiro, Curaçá, Casa Nova, Sobradinho, Uauá, Canudos Jaguari e Petrolina
Bom Jesus da Lapa	Banana, Melancia e Melão	Bom Jesus da Lapa
Vale do Jucuruçu	Cacau	Itamaraju, Prado, Itanhém, Jucuruçu
Livramento de Nossa Senhora	Manga e Maracujá	Livramento de Nossa Senhora e Dom Basílio
Microrregião de Gandu	Cacau, Graviola, Banana, Maracujá	Gandu
Chapada Diamantina	Abacaxi	Itaberaba
Barreiras	Mamão, Limão, Banana, Manga e Caju	Riachão das Neves e São Desidério

Fonte: SEBRAE, 2012 / Organizado pelo autor.

Em Juazeiro (BA) e Petrolina (PE) encontra-se o maior polo de fruticultura irrigada do Brasil, com uma produção de mais de 1,16 milhões de toneladas, com predomínio de uvas e mangas, bem como indústrias de sucos e de concentrados de polpas de frutas. Quanto mais a fruticultura ganha em produtividade, melhor será sua competitividade, tanto no mercado interno como no mercado externo. A partir das melhores infraestruturas adotadas no Nordeste a transferência desses polos tem sido promissoras (BRASIL, 2009).

O melhoramento produtivo associado à irrigação tem garantido, além da produção regular da safra, também da entressafra, permitindo a produção por duas vezes ao ano. Segundo a Embrapa, a renda de um hectare de agricultura irrigada equivale a 60 ha de agricultura de sequeiro. No entanto, para formar essa cadeia produtiva é necessário um ambiente organizacional, que é composto por órgãos de extensão rural e pesquisa, associações de produtores, comerciantes de frutas, empresas de planejamento agropecuário, prefeituras municipais e respectivas secretarias de agricultura, banco, entre outros. O segmento de insumos deve ser representado por lojas e/ou representantes comerciais de produtos agropecuários, máquinas e equipamentos agrícolas. O segmento de produção agrícola deve ser formado pelos pomares, e alguns contam com estrutura de pós-colheita (packing house).

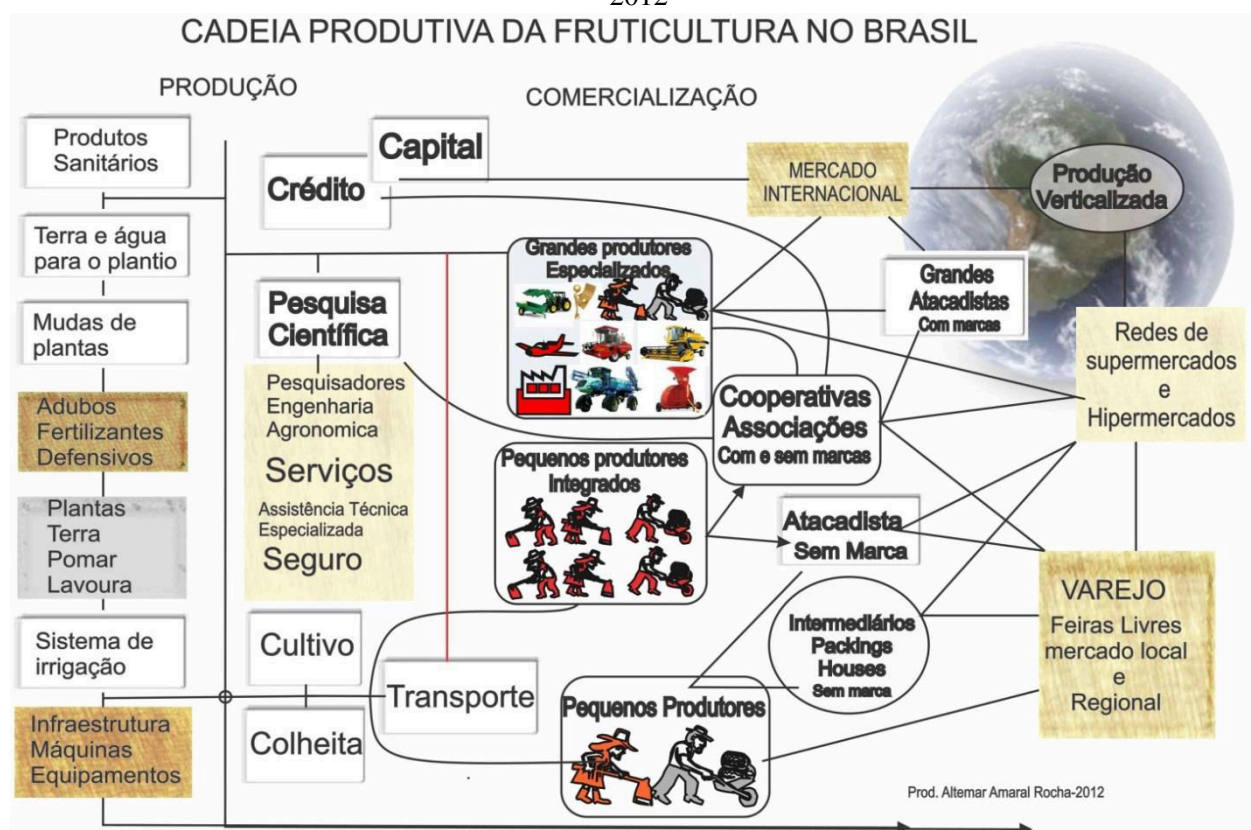
A cadeia se completa na distribuição, formado por atacadistas dos centros imediatos, grandes centros de distribuição de alimentos como centro de abastecimento (CEASA); supermercados; pequenas agroindústrias caseiras; frutarias; feiras, etc. Uma parte da produção é comercializada in natura, e outra parte é destinada a agroindústrias artesanais de polpas e



doces, além do mercado externo. Esses são critérios que definem uma cadeia produtiva completa de frutas (Figura 2). O Brasil tem tido uma ampla capacidade de avançar na produção de frutas, mas investimentos pontuais são insuficientes, seria interessante que houvesse projetos mais amplos. Toda a cadeia produtiva de frutas precisa ser atendida numa escala nacional e faz-se necessário a delimitação de seus principais segmentos, a forma de organização existente, bem como as organizações e instituições participantes.

A cadeia produtiva da fruticultura no Brasil é quase sempre incompleta. Em função disso, as políticas públicas para fruticultura devem priorizar ações que viabilizem toda essa cadeia. Há efetivamente uma rede de produção que necessita de investimento tecnológico para garantir um bom resultado para todos os envolvidos. Muitas frutas ainda são transportadas por caminhões em embalagens inadequadas, sem a devida proteção, sem refrigeração. Com essa prática há uma perda considerável da produção em tempos de consumidores cada vez mais seletivos.

Figura 2  
Brasil  
Cadeia Produtiva na Fruticultura  
2012



Algumas ações podem ser tomadas para reduzir os desperdícios e promover a elevação do consumo doméstico de frutas e derivados, das exportações; aperfeiçoar o capital humano utilizado no setor agro alimentar, ajustar as políticas de financiamento, apoiar o desenvolvimento tecnológico do setor, criar um selo de garantia de identidade e origem para frutas e seus derivados, exigir que as regulamentações sobre qualidade, embalagem, rotulagem e segurança alimentar sejam efetivamente cumpridas em todo o território nacional.

A fruticultura irrigada tem contribuído para a melhoria das condições de vida da população. De acordo o BIRD/CODEVASF, em 2005, a agricultura irrigada nos municípios do Nordeste apresentaram um PIB médio de 6,43%, índice de pobreza de 36,7% e IDH educação de 0,802, enquanto outros municípios sem perímetros irrigados tiveram o PIB de 2,53%, o índice de pobreza de 44,6% e IDH educação de 0,734. Ou seja, todos os indicadores sociais das áreas irrigadas apresentaram melhores índices.

De acordo a CODEVASF, os perímetros irrigados representam cerca de 115.000 ha cultiváveis próximos ao Rio São Francisco. Deste total, cerca de 40% encontram-se nas proximidades de Petrolina e Juazeiro, sendo estas responsáveis por 46% da fruticultura do Vale do São Francisco. Existem projetos em andamento para o lançamento de mais dois grandes perímetros irrigados: Salitre (CE) e Pontal (PE) que, juntos, podem chegar a números próximos a Juazeiro/Petrolina, atualmente, a região de maior concentração de produção de frutas do Brasil (BRASIL, 2009).

As demandas por novas técnicas e investimentos em pesquisa para a irrigação nordestina têm sido crescentes, seja no sentido de atender os consumidores com novas variedades de frutas mais doces, resistentes ao transporte e pragas, e sem semente, como ocorre com uvas e melancias. A importação de tecnologias de outras regiões do Brasil e do mundo nem sempre leva em conta a sua adaptação às especificidades locais.

O Nordeste, pela grande projeção da fruticultura, carece de instituições de pesquisa que possam sanar essas demandas. No caso da manga, as principais dificuldades com as pesquisa são as doenças fisiológicas que causam a deterioração da polpa ou má formação dos frutos. São problemas que podem ser parcialmente resolvidos com a substituição das copas, usando espécies mais resistentes.

As tecnologias de controle biológico de pragas e doenças ainda são insuficientes para atender a demanda da fruticultura nordestina. Na área de pesquisa existe uma lacuna a ser preenchida entre a demanda de tecnologia e a oferta de informações pela pesquisa local. Isso também ocorre devido à desorganização dos produtores, que não apresentam demandas de pesquisa para os órgãos competentes (BRASIL, 2009).

Diante disso, o grande desafio das organizações de pesquisas, públicas e privadas, ligadas à fruticultura, tem sido a busca por variedades de frutas mais produtivas e resistentes às pragas, adaptadas ao clima e que atendam às exigências de variados mercados. A baixa qualidade das frutas, em geral, está associada ao baixo potencial genético e menor resistência a pragas e doenças. Outro fator relacionado à tecnologia de produção refere-se ao desenvolvimento de métodos alternativos de irrigação. Haja vista que há escassez de água em algumas regiões produtoras de frutas, como o semiárido baiano que em 2012 enfrentou uma das piores secas da sua história.

As pesquisas envolvendo irrigação devem priorizar a economia de água e a modernização dos sistemas de irrigação atualmente em uso, por meio do desenvolvimento de sistemas de fácil manejo e baixo consumo de energia. Além da tecnologia empregada para a produção de frutas, a tecnologia de pós-colheita também é considerada um fator crítico. Há uma significativa perda de frutas no transporte em função de embalagens e condicionamento precário.

A tecnologia do controle de câmaras frias é um recurso fundamental para aumentar a conservação das frutas, estendendo o período médio de prateleira, sem perda considerável de qualidade, podendo durar o dobro do tempo com relação às atividades convencionais. A aquisição desses equipamentos é difícil, pois os custos são altos para os pequenos e médios produtores, apesar de fundamentais para colocar no mercado frutos com maior qualidade.

O período pós-colheita inicia-se com a determinação do ponto ótimo do fruto e se encerra com a entrega no ponto de venda, tanto no mercado interno, como no externo. A fruta, quando colhida no período adequado, mantém todas as suas qualidades e quando o produtor dispõe dessas câmaras, tanto para depósito como para transporte, é possível entregar em todo o território nacional frutas no mais alto padrão de qualidade, garantindo assim bons preços.

A produção científica e tecnológica brasileira é produzida nas universidades e pelos órgãos públicos e institutos de pesquisa. Essas instituições enfrentam dificuldades na área de mão de obra qualificada e de financiamento de suas atividades. A EMBRAPA, uma das instituições de pesquisa agrícola de maior expressividade deste país, tem apresentado resultados significativos para o setor de frutas e agropecuária em geral, e mesmo assim, tem sofrido cortes em seu orçamento, provocando a paralisação de diversos projetos e atividades (FERNANDES, 2006).

O Brasil apresenta um potencial tecnológico para o desenvolvimento de novas variedades de frutas adaptadas aos seus diversos biomas, a exemplo do sucesso alcançado com as variedades irrigadas. No entanto, ainda existem reduzidas perdas físicas e de qualidade

durante o transporte e armazenamento. Há uma necessidade de máquinas classificadoras de frutas que atenda a exigência de cada país como peso, cor, textura. Todos esses fatores são desafios a serem superados e basta serem entendidos como prioridades.

Apesar dos bons resultados obtidos, mesmo frente aos cortes e poucos recursos para pesquisa, o setor de frutas ainda precisa de um melhor direcionamento para as questões comerciais, que num contexto de cadeias globais, tornam-se essenciais para a competitividade do setor. É necessário inserir diretrizes de pesquisa em áreas que são estratégicas para o desenvolvimento, sustentabilidade e competitividade, como geração de tecnologias em melhoramento genético, produção de material voltado para variedades mais aceitas no mercado e ampliação da produção de mudas e sementes certificadas.

A infraestrutura de P&D brasileira para o agronegócio, apesar de aquém daquela existente em países desenvolvidos, constituiu o principal fator responsável pela elevação da produtividade da fruticultura nos últimos anos, embora seja necessário ainda um maior investimento em pessoal e em infraestrutura para fazer frente às demandas do setor no comércio mundial (BRASIL, 2009).

### **3.1 A produção de manga no Brasil**

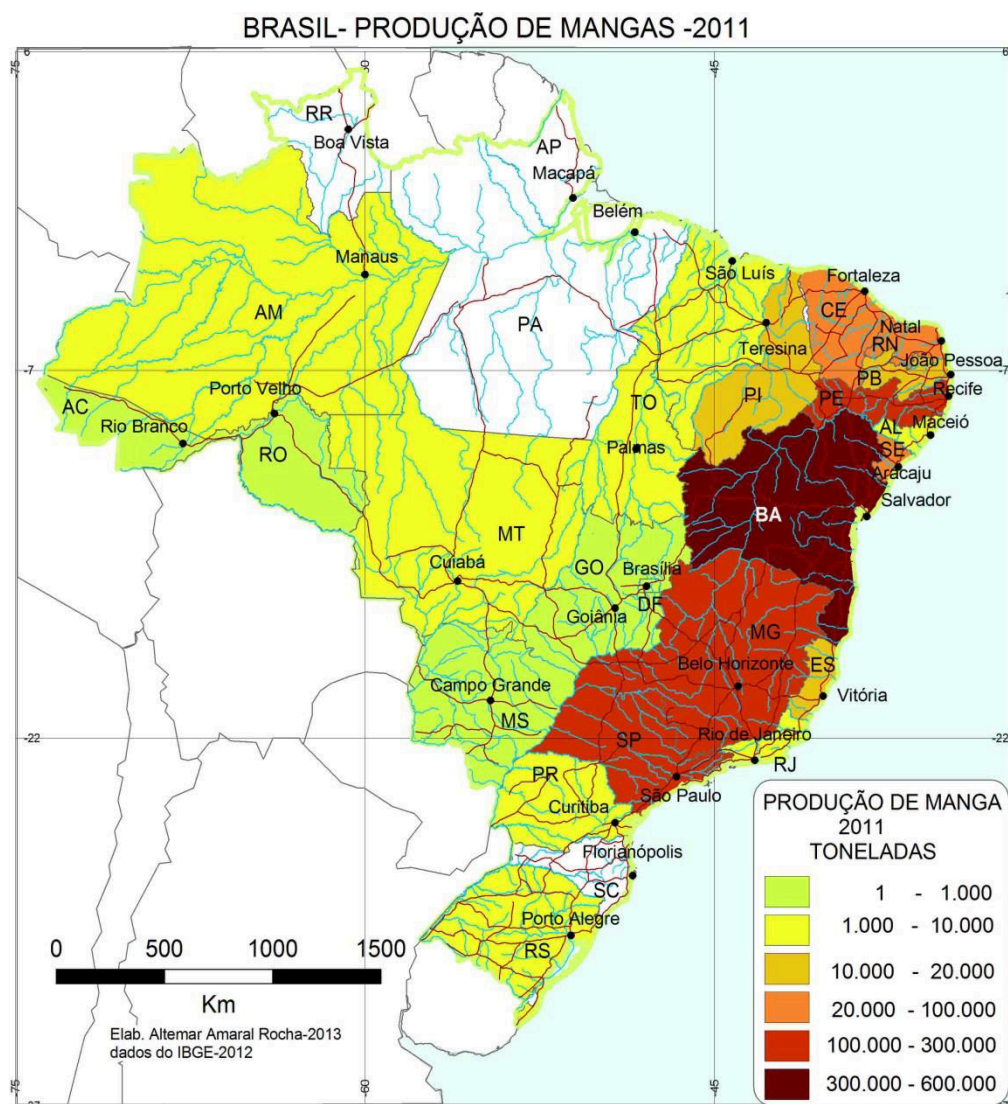
A produção da manga tem sido beneficiada pelo uso de recursos técnicos de indução floral e irrigação que possibilitam estender ou adiantar a produção garantindo melhores preços por maiores períodos, ganhando nas chamadas janelas de mercados ou entressafra. Dessa forma, garante o abastecimento dos mercados por praticamente todo ano, garantindo melhores preços.

Estas técnicas de produção estão sanando qualquer dificuldade produtiva, sendo uma grande vantagem sobre os países temperados que têm que importar frutas nas estações de inverno, sobretudo quando oferecem isenção de taxas para entrada na comunidade europeia. Esta é uma condição muito favorável a este produto. Os polos frutíferos têm atraído grandes empresas internacionais que disponibilizam tecnologia de ponta para o suporte da produção, como estruturas logísticas, controle biológico, fornecimento de sementes e embalagens. O mercado de manga está em expansão em todo território brasileiro, sendo que os dois maiores polos produtores de manga são os do Estado de São Paulo e a Bahia.

A região Sudeste produziu, em 2005, o correspondente a 27,7% da produção brasileira de manga. São Paulo sozinho atende mais de 20% desse total. Nesse Estado, a microrregião de maior produtividade é a de Jaboticabal. Esta referida região enfrenta problemas com

infraestruturas, condições climáticas que tornam a qualidade da manga paulista inferiores à nordestina e de pouca aceitação no mercado externo. No entanto, é o principal fornecedor da fruta para as principais capitais brasileiras. Segundo a Embrapa, ainda não se estudou a técnica da indução floral para o clima dessa região, fazendo com que a produção paulista ocorra somente uma vez ao ano (Figura 3).

Figura 3  
Brasil  
Produção de mangas  
2011



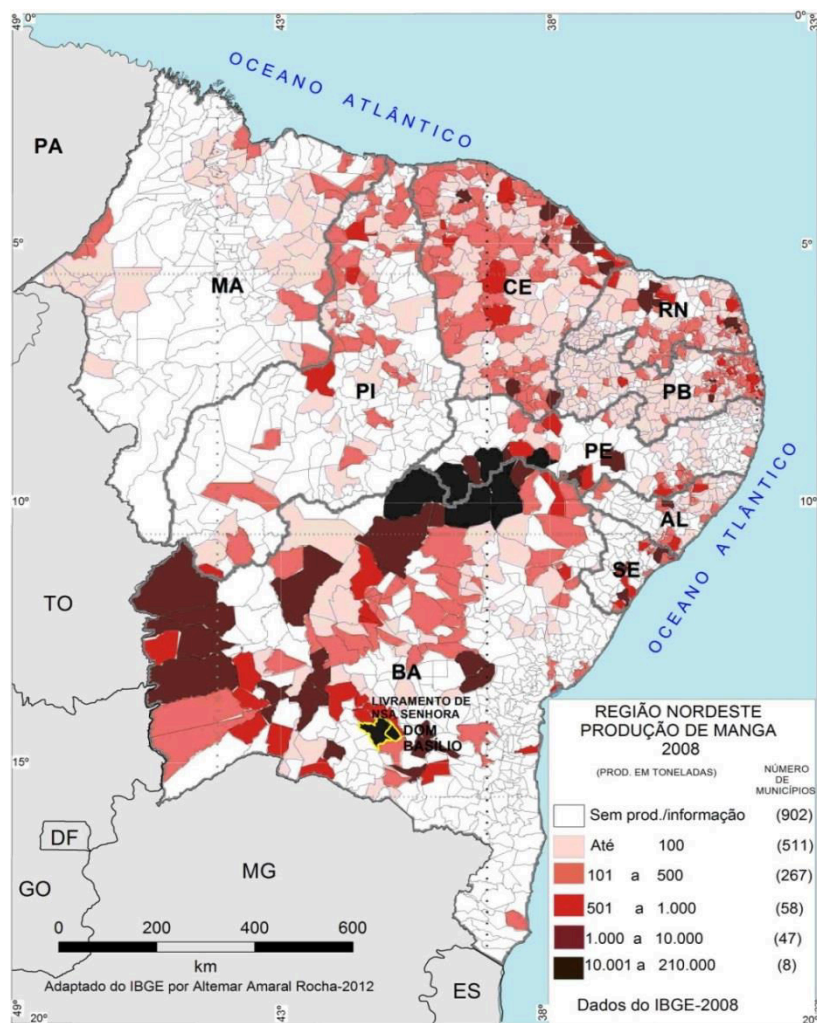
Fonte: IBGE – 2012/ Elaborado por Altemar Rocha

Segundo o SEBRAE, o crescimento do consumo de manga, em São Paulo, foi de (13,4%/ano), em Minas Gerais, foi de (14,0%/ano) e no Rio de Janeiro (5,6%/ano). A manga do tipo “Tommy Atkins” tem sido a mais cultivada. Os indicadores mostram que a demanda de manga pelos supermercados tem sido elevada e com boa aceitação no conjunto das vendas,

sendo a décima primeira mais comprada pelos estabelecimentos da cidade de São Paulo, a nona no Rio de Janeiro e a quinta em Belo Horizonte, seguindo entre estes valores pelos principais centros consumidores do Brasil. Existe uma demanda crescente de mangas pelas grandes redes de supermercados que tendem a adquirir seu suprimento diretamente dos produtores de manga. Porém, por mais promissor que tenha sido estes mercados, ainda é bastante inferior à distribuição comercial atacadista.

A grande parte dos pomares de manga estão concentrados nas regiões Nordeste e Sudeste, com grande destaque para o Estado da Bahia, que tem grande expressividade em Juazeiro, Livramento de Nossa Senhora e Dom Basílio. A região Nordeste do Brasil (Figura 4), teve um acréscimo de 12% na área colhida, demonstrando uma clara consolidação e concentração da atividade nos polos irrigados, onde existem condições mais adequadas de produção, com insolação e água.

Figura 4  
Região Nordeste- Produção de mangas – 2008



Fonte: IBGE, 2008 / Organizado pelo autor.

A região Nordeste foi responsável por 70% da produção brasileira de manga, em 2005, sendo que a Bahia corresponde a 39,6% desse total, Pernambuco 15,2%, Ceará 3,8%, Rio Grande do Norte 3,9%, Paraíba 2,3%, Sergipe 2,6%, Piauí 1,54%, Alagoas 0,8% e Maranhão 0,3%. Os Estados da Bahia e Pernambuco, somados, colheram em 2005 uma área de 28.581 ha, com um crescimento anual de 7,4%. Quanto à produtividade, observa-se uma regularidade no rendimento médio baiano que alcançou 20 t/ha, nesse período, ultrapassando São Paulo.

O Nordeste conta com duas áreas produtoras importantes, o perímetro irrigado da microrregião de Livramento do Brumado e o do Vale do São Francisco, tanto baiano quanto pernambucano, onde estão os municípios de Petrolina em Pernambuco e Juazeiro na Bahia, que juntos formam a região mais importante de produção irrigada de frutas no Brasil, com grande parte da produção voltada aos grandes mercados externos e internos.

Nesse contexto, pode-se afirmar que houve uma mudança na territorialização da produção, com uma transferência gradativa das áreas produtivas do sudeste (São Paulo) para o nordeste. A Bahia desponta com um crescimento de 68%, aparecendo como o principal estado produtor e assumindo riscos de enfrentar um excesso de oferta num mercado com tendências a saturar. Estes fatos são de grande importância, pois apontam para o delineamento futuro da fruticultura brasileira e justifica os polos de agricultura irrigada (BRASIL 2007) (Tabela 7).

Tabela 7  
Brasil  
Área colhida com Manga  
1990/2000/2010/2011

Brasil/Região/Estado	1990	2000	2010	2011
Brasil	45.303	67.590	75.179	76.383
Nordeste	16.977	34.758	51.747	51.712
Bahia	3.042	13.226	27.815	26.991
São Paulo	16.030	21.415	12.519	13.364

Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal

O Vale do Rio São Francisco, na Bahia, apresentou um crescimento anual de 5,8% ao ano (período 1994-2005), o que representa um incremento da ordem de 466 mil toneladas na produção nacional de manga. A área cultivada cresceu 23% entre 1994-2005, incorporando 13,3 mil novos hectares ao cultivo e totalizando 71.343, em 2005. Esse crescimento foi fortemente impulsionado pelo aumento no volume produzido na Bahia: em 1994, esse estado

produziu 52 mil toneladas e, em 2005, produzia quase 400 mil toneladas da fruta (crescimento anual de 20,3% no período). (BRASIL, 2007).

O Estado de São Paulo mesmo não acompanhando o ritmo produtivo da Bahia continua como segundo maior produtor da fruta. A área colhida de manga em São Paulo sofreu um decréscimo de 25% entre 2001 e 2005. Em contrapartida, obteve ganhos de produtividade no mesmo período, saindo de 10 t/ha para 13 t/ha, totalizando 205.607 toneladas em 2005. Esse fenômeno tem sido comum em função das conquistas científicas (BRASIL, 2007).

A Bahia foi o Estado que mais cresceu nesse período. A concentração do polo nordestino se dá no eixo Petrolina – Juazeiro. Petrolina (PE) é principal município brasileiro produtor de manga, com uma participação de 12,6% na produção nacional, seguida de Juazeiro (BA) com 11,8% e Livramento de Nossa Senhora (BA) com 6% da produção.

De acordo com o SEBRAE (2005), a oferta de produtos industrializados da manga praticamente se restringe a produção de polpa de manga e sucos. Segundo a Associação das Indústrias Processadoras de Frutas Tropicais (ASTN), o setor processa cerca de 57.600 toneladas/ano de manga. A oferta das empresas de polpa congelada pronta para o consumo, sediadas na Bahia, é de 8.190 mil litros, que representa 40,5% da oferta brasileira.

À medida que a produção aumenta e que se qualifica, o produto é mais aceito no mercado e o preço tende a cair, numa clássica relação de oferta e procura. Quanto às projeções de mercado, as estimativas são de forte crescimento para os sucos prontos para beber, néctares e drinques e crescimento moderado para as polpas de frutas congeladas.

A produção da região Nordeste está condicionada ao acesso à água, nesse contexto, foram adotados progressivamente diferentes sistemas de irrigação. No polo Petrolina - Juazeiro, o mais utilizado hoje é a micro aspersão. Esse modelo permite pouco desperdício de água, de energia e tem um baixo custo. É um modelo ideal a pequenos produtores que não podem fazer grandes investimentos e dispõem de mão de obra familiar. No entanto, o modelo adotado por maiores produtores tem sido a irrigação por gotejamento, que é mais moderna econômica e eficiente.

As técnicas de indução à produção de manga no semiárido nordestino, por exemplo, foram fundamentais para permitir duas safras ao ano e, com isso, garantir bons preços. Estas técnicas foram desenvolvidas pela EMBRAPA Semiárido e permitem a floração da mangueira para qualquer época do ano. A maior vantagem é dispor do produto em épocas de entressafra. Estas técnicas são acessíveis a todos os produtores, grandes ou pequenos. O manejo técnico é mais utilizado por médios e grandes produtores. Com o uso desses novos recursos, essa



microrregião teve uma elevada produtividade, com uma média entre 15 a 20 t/ha, e as mais modernas chegam a 40 t/ha nos casos das mangas do tipo Tommy Atkins (SEBRAE, 2005).

Os produtores mais tecnificados normalmente adotam práticas de empreendedorismo e gestão administrativa, incorporando a logística da Produção Integrada de Frutas (PIF) que representa um sistema de produção gerador de alimentos e produtos de alta qualidade, mediante a aplicação de recursos naturais e a substituição de insumos poluentes, levando em conta a proteção e a sustentabilidade ambiental, o retorno econômico e os requisitos sociais. A EMBRAPA desenvolveu caixas plásticas mais apropriadas para manter a integridade das frutas com cantos arredondados e alturas recomendadas por testes de resistência e empilhamento, reduzindo consideravelmente os prejuízos.

Apesar da importância das tecnologias, a fruticultura ainda apresenta uma forte dependência climática. Com a reestruturação produtiva pós-colheita os avanços foram significativos. A EMBRAPA e os departamentos de tecnologia de diversas universidades têm produzido pesquisas visando prolongar a vida de prateleira das frutas.

De acordo com o SEBRAE (2005), os indicadores mostram que, para a cultura da manga irrigada, as diversas taxas de desconto consideradas são viáveis financeiramente. A manga apresenta para cada real gasto um retorno médio de R\$ 1,16. No entanto, existem muitas variáveis que devem ser observadas na elaboração de uma planilha de custos, sendo que a mão de obra é um dos itens que mais oneram os custos de produção da manga. Apesar das condições favoráveis ao desenvolvimento desta cultura, é necessária uma análise de toda a cadeia com a finalidade de identificar barreiras ao longo dos segmentos funcionais.

Na Bahia, a produção só aumentou ao longo do período compreendido entre 1990 e 2011, devido ao cultivo em áreas irrigadas e que adotaram tecnologias mais eficientes como os polos do vale do São Francisco, Livramento de Nossa Senhora e Dom Basílio, que nessa época tiveram um aumento de quase 400%, enquanto o Brasil foi de menos de 50% (Tabela 8).

Tabela 8  
Brasil e Bahia  
Produção de Manga  
1990-2011

Brasil/Estado/	1990	2000	2010	2011
Brasil	1.557.587	2.153.205	1.189.651	1.249.521
Bahia	113.378	501.493	509.676	522.471

Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal

As exportações brasileiras dessa fruta destinam-se principalmente a Holanda, Reino Unido, Espanha, Estados Unidos, Alemanha e Portugal (ANUÁRIO BRASILEIRO DA FRUTICULTURA, 2009).

A vantagem do Nordeste é o clima, muita insolação, com a implementação de infraestrutura, tecnologia e irrigação garante o mercado externo. Nesse contexto, pode ocorrer também uma participação interessante dos pequenos produtores. Após o apoio da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) tem garantido a participação nos grandes mercados.

A Bahia é o maior produtor do Nordeste, com 522.471 toneladas com arrecadação de 227.345 milhões de reais (34% do total nacional), seguido de Pernambuco, São Paulo e Minas Gerais (IBGE, 2011) (Tabela 9).

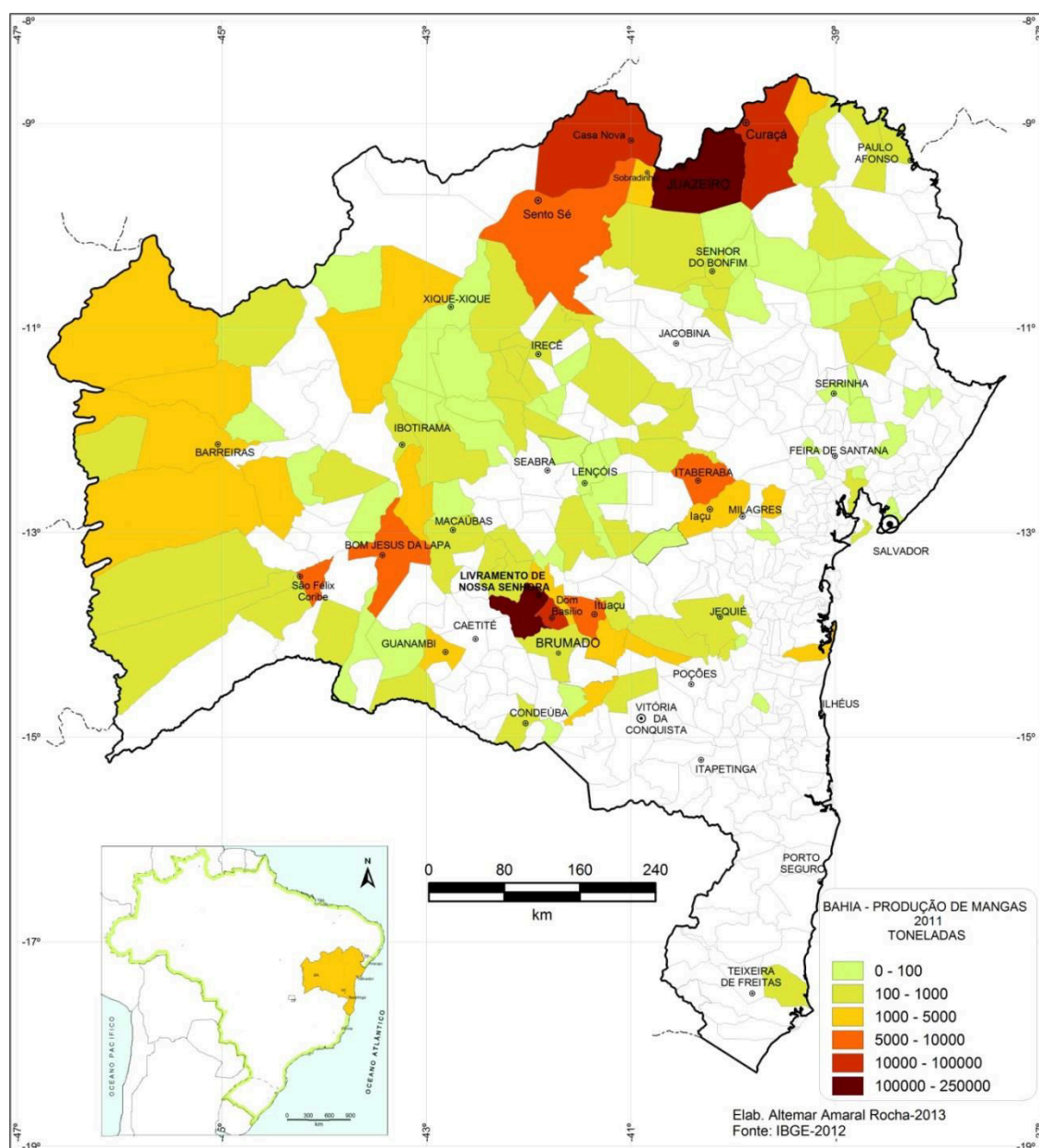
Tabela 9  
Brasil  
Produção de Manga  
2010/2011

Brasil/Estado	Área colhida		Valor da Produção (milhões reais)	
	2010	2011	2010	2011
Brasil	75.179	76.383	600.111	651.259
Bahia	27.815	26.991	214.624	227.345
São Paulo	12.519	13.364	96.402	108.684
Pernambuco	10.111	11.409	140.794	137.330
Minas Gerais	8.298	8.364	63.625	90.753

Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal

O estado da Bahia apresenta os polos de fruticultura irrigada em destaque nacional, como o do Vale do São Francisco, no município de Juazeiro e na Serra Geral, nos municípios de Livramento de Nossa Senhora e Dom Basílio. Aproximadamente 10.286 produtores estão envolvidos com o setor frutícola, envolvendo manga, uva e outras lavouras não especificadas (IBGE, 2010) (Figura 5).

Figura 5 – Bahia – Produção de mangas – 2011



Fonte: IBGE – 2012/ Organizado por Altamar Rocha

Essas áreas desenvolveram importantes polos. Tais polos são grandes corredores de exportações da manga para grandes mercados mundiais como os Estados Unidos e a União Europeia que importam as frutas em dois períodos anuais, sendo que o de maior proporção ocorre entre os meses de agosto a dezembro. No semiárido baiano, a produção de frutas ocorre durante o ano todo, no entanto a maior safra é de julho até dezembro. Segundo dados do SEBRAE (2005), a exportação baiana corresponde de 25% a 30% do que produz, sendo praticamente o dobro da média nacional de exportação de frutas que está entre 14% a 15% do produzido.

O vale do Rio São Francisco compreende uma área de 64 milhões de ha, estendida por praticamente todo o rio. Deste total, 35,5 milhões de ha são terras agricultáveis, embora apenas oito milhões de ha tenham fácil acesso à água. O Rio São Francisco oferece plenas condições de irrigação, este fato garante a produtividade o ano inteiro e tem sido o principal responsável pelo polo agroindustrial de Petrolina/Juazeiro.

Nesse polo existe uma grande disponibilidade de terra e água de boa qualidade que permitem a produção de frutas como manga e uva, sendo, atualmente, o maior produtor nacional. Em função desses fatores nessa região houve uma concentração de empresas com grande infraestrutura e altas tecnologias em produção de mangas, atendendo prontamente os rigorosos mercados internacionais e também os grandes centros nacionais. Os pequenos produtores que não conseguem se enquadrar nessa estrutura são assistidos pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Paraíba (CODEVASF) ou fazem parte de associações como a APROVALE. Os produtores dessa região podem contar com o apoio logístico da Associação dos Produtores e Exportadores de Frutas do Vale do São Francisco (VALEXPORT, 2006).

Do total da área cultivada com manga, na Bahia, segundo a CODEVASF, 72% dos plantios correspondem a uma única variedade que é a “Tommy Atkins”. A segunda variedade mais plantada é a “Haden” com cerca de 10% da área cultivada. Contudo, existem plantios menores explorando cerca de outras 22 variedades das quais apenas quatro delas apresentam características e potencial para exportação, ou seja: “Keitt”, “Kent”, “Palmer” e “Van Dyke”. (SEBRAE, 2005). A manga Palmer tem sido a mais procurada para novos plantios e como substituição dos velhos pomares. Esta manga reúne as melhores qualidades para atender mercados distantes, os pomares na microrregião de Livramento do Brumado na Bahia, estão substituindo gradativamente as variedades de manga por esta, por ser mais adequada a exportação.

No Vale do São Francisco há uma convivência entre grandes, médios e pequenos produtores. De acordo com a CODEVASF (2002), a maioria dos produtores nordestinos possui entre médias a grandes áreas de manga, sendo que os pequenos produtores ocupam uma área média de 6,5 hectares, enquanto os grandes ocupam áreas que variam entre 50 a 500 hectares. A microrregião de Livramento do Brumado tem uma realidade distinta, pois 81% das propriedades dentro do perímetro irrigado são compostas por pequenos produtores. Os lotes apresentam uma boa distribuição da terra, variando entre 5 a 10 hectares.

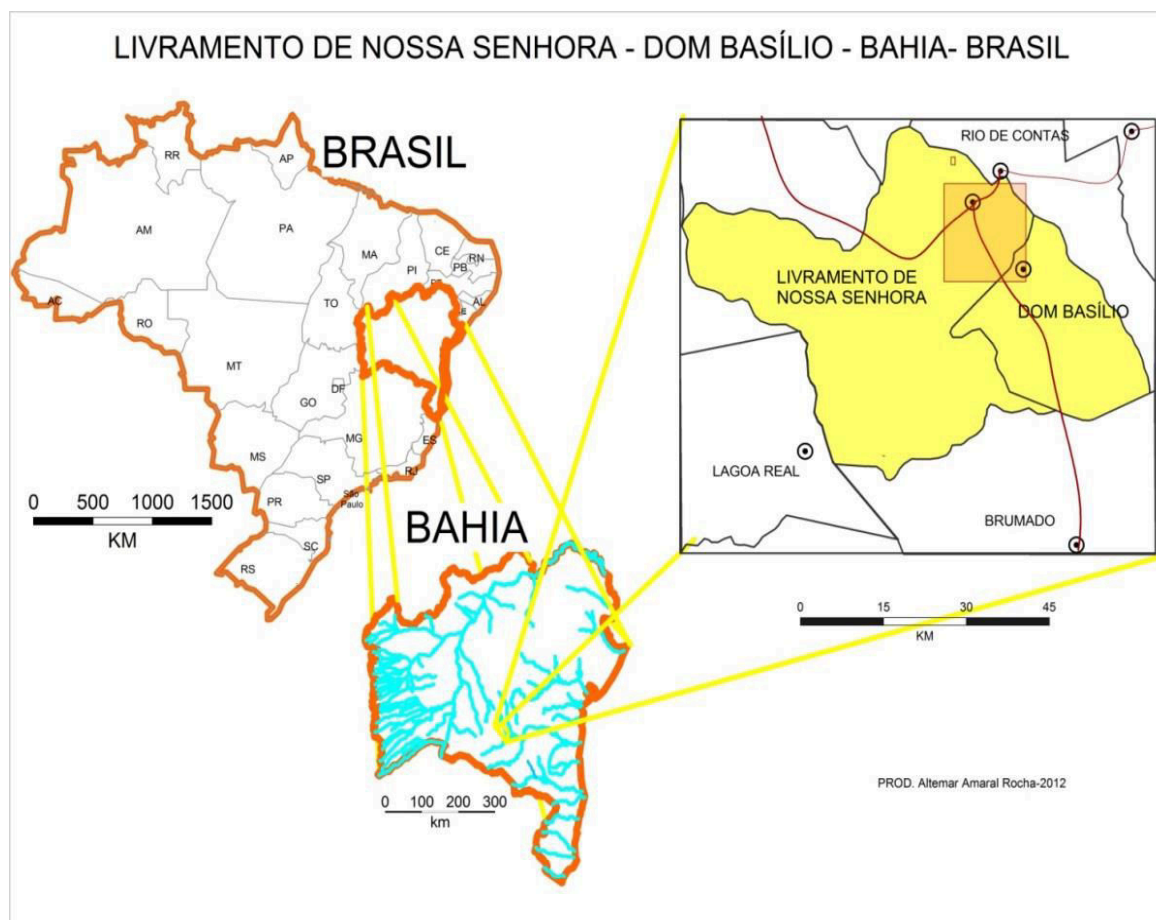
A manga produzida na Bahia é destinada às principais regiões metropolitanas do Brasil, chegando até o Rio Grande do Sul. O fruto é mais consumido no verão tanto por ser

uma época de safra como também é uma estação mais favorável ao consumo. Segundo PAM/IBGE (2008), a produção de frutas em 2007 foi de 41,5 milhões de toneladas gerando um valor de R\$ 16,6 bilhões de reais. Estes números, em relação a 2002, representam um incremento de 8% no volume e de 51% em valor de área colhida. O aumento da produção no período deveu-se principalmente aos ganhos de produtividade. O bom desempenho da manga surpreendeu a todos os prognósticos negativos e o Brasil se posicionou como forte produtor desta fruta em períodos de entressafra na Europa, inclusive chegou a apresentar excesso de oferta em 2008 comprometendo o preço nos mercados internacionais e nacionais.

### 3.2 A microrregião de Livramento do Brumado

O município de Livramento de Nossa Senhora está situado na mesorregião Centro-Sul baiana. Limita-se com os municípios de Dom Basílio, Brumado, Lagoa Real, Rio de Contas, Caetité, Paramirim, Tanque Novo e Érico Cardoso (Figura 6).

Figura 6 – Localização - Livramento de Nossa Senhora e Dom Basílio



Fonte: SEI / Elaborado por Altemar Amaral Rocha

A Serra Geral, onde está inserida esta microrregião é composta atualmente por 29 municípios e corresponde a 5,7% do território baiano. Destes municípios, os diretamente envolvidos com o perímetro irrigado são Livramento de Nossa Senhora, Dom Basílio e Rio de Contas, que pertence a microrregião da Chapada Diamantina. Juntos formam uma população de 67.055 habitantes, o que corresponde a 4.7% da população baiana num universo de 14.016.906 habitantes (IBGE 2010). Destes municípios, a maior população é de Livramento de Nossa Senhora, com 42.693 habitantes (Tabela 10). O município de Rio de Contas, apesar de não fazer parte do perímetro irrigado, é o município que dispõe dos mananciais que atende ao perímetro dessa microrregião e tem visto crescer suas necessidades hídricas.

Tabela 10  
População Residente  
- 1991-2010

Brasil/Região/Estado/ Municípios	1991	2000	2010
Brasil	146.825.475	169.872.856	190.755.799
Nordeste	42.497.540	47.782.487	53.081.950
Bahia	11.867.991	13.085.769	14.016.906
Livramento de Nossa Senhora	34.345	38.025	42.693
Dom Basílio	9.730	10.427	11.355
Rio de Contas	14.068	13.935	13.007

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1991/2000/2010

Estes municípios pertencentes ao perímetro irrigado estão situados no limite entre duas regiões da Bahia, Livramento de Nossa Senhora e Dom Basílio, correspondem a Região Econômica da Serra Geral, enquanto Rio de Contas, à região econômica da Chapada Diamantina. O ritmo de crescimento populacional dessa microrregião é considerado lento em relação a outras da Bahia. A produção frutífera mesmo em evidência é carente de políticas públicas que atendam questões estruturais para a sobrevivência do projeto irrigado, que possam criar oportunidades de geração de renda que garanta a permanência da população na cidade e no campo.

Do ponto de vista populacional, em função do histórico migratório do século XX, essas regiões são classificadas como de fraca atração populacional. Esse fato pode ser justificado pela vulnerabilidade dos seus ciclos econômicos e pela falta de políticas públicas permanentes implica em poucas oportunidades regionais. Haja vista que a população de Rio de Contas tem decrescido. Essa situação é também comum no interior de qualquer estado

nordestino, e que pode ser redimensionado em sua condição socioeconômica a partir de políticas públicas coerentes com essa realidade.

A produção de frutas, mesmo diante das dificuldades que tem encontrado, tem sido responsável por uma positiva participação no PIB regional. O município de Livramento teve, em 2000, um PIB de R\$ 76.052,00 e em 2010 apresentou um valor de R\$ 294.279,00, e Dom Basílio, com um PIB de R\$ 18.825,00, em 2000, atinge R\$ 122.428,00, em 2010 (IBGE, 2000,2010). Ou seja, em dez anos Livramento teve um crescimento do PIB em mais de 280% ,enquanto Dom Basílio apresentou um crescimento de mais de 550%. Desde a implantação definitiva do projeto, em 1986, houve nessa microrregião uma redução das áreas utilizadas com culturas temporárias, em especial do algodão, que sofreu com a competitividade no mercado internacional. Porém, houve uma ampliação das áreas de culturas permanentes irrigadas como a manga, que, por sua vez, teve os mercados favoráveis, a produção de feijão teve uma redução significativa tanto em Livramento de Nossa Senhora como em Dom Basílio (Tabela 11).

Tabela 11  
Livramento de Nossa Senhora e Dom Basílio  
Lavouras Permanentes e Temporárias  
2009/2011

Municípios	Livramento de Nossa Senhora		Dom Basílio	
Produtos	2009	2011	2009	2011
<b>Lavoura Permanente</b>				
Banana Cacho	4.500t	4.500t	375 t	450 t
Coco da Bahia (mil frutos)	850	350	300	330
Manga	105.000t	126.000 t	52.500 t	52.500 t
Maracujá	60.000t	90.000 t	75.000 t	90.000 t
<b>Lavoura Temporária</b>				
Algodão Herbáceo	840 t	108 t	240 t	18 t
Arroz em casca	1000 t	1000 t	-	100 t
Cana de açúcar	7.500 t	28.000 t	-	-
Cebola	200 t	500 t	250 t	500 t
Feijão	1.284 t	560 t	240 t	60 t

Fonte: IBGE, 2010. Organizado pelo autor

Do ponto de vista turístico, está vinculada a região da Chapada Diamantina. Estas regionalizações têm sido recentemente motivo de debates em função dos novos conceitos

territoriais-administrativos, em que se tem abandonado antigos conceitos ou expressões regionais e incorporado novos, a exemplos dos territórios de identidade. De acordo com essa nova classificação, existem na Bahia 27 territórios de identidade e esta região é definida como Sertão Produtivo.

### **3.2.1 A microrregião de Livramento do Brumado numa perspectiva de desenvolvimento regional**

A cidade de Vitória da Conquista exerce uma função polarizadora sobre essa microrregião dispondo de um forte setor terciário, que acaba inibindo o desenvolvimento dos municípios menores. No entanto, esta cidade se constitui numa interessante via de escoamento de produtos e acesso a suporte técnico e matérias-primas fundamentais à produção agrícola.

Outra questão que pode atravancar o desenvolvimento das organizações produtivas nessa microrregião é a ingerência política que é determinante na execução de programas econômicos e sociais. É comum na região a presença de associações de produtores, de empresários que buscam a promoção dos aspectos econômicos através da modernização produtiva, com melhores estratégias para circulação dos produtos. Nesse contexto pode ser citada a Associação dos Irrigantes do Vale do Rio Brumado (APABA) e a Associação de Produtores de Manga de Livramento de Nossa Senhora (ADIB), além de haver também o fortalecimento dos movimentos cooperativos. Tais organizações têm sido uma interessante estratégia de sobrevivência, de acesso a novas técnicas e avanços produtivos frente às novas propostas de desenvolvimento territorial participativo, que têm sido uma grande tendência administrativa nos últimos anos.

Nessa microrregião existem diferentes organizações e atores sociais como sindicatos, associações de produtores rurais e associações urbanas, organizações não governamentais, movimentos sociais, conselhos municipais, associações de empresários, de professores, entre outras. Praticamente todas essas associações são vinculadas a projetos governamentais. Esse fato pode ser apontado como um fator positivo numa perspectiva de desenvolvimento regional. No entanto, a maioria dessas associações tem cumprido apenas a função de receptora de recursos públicos, sendo que podem redimensionar seu papel de forma a criar possibilidades de articulação sociopolítica, que possam contribuir na elaboração e execução das políticas públicas regionais.

A participação dessas associações deve ser estimulada para que busquem a implementação das políticas públicas necessárias a esta microrregião. Os conselhos



municipais criados em praticamente todo Brasil, nos últimos anos, procuram atuar em diversas áreas como: saúde, educação, meio ambiente, conselho tutelar, entre outros. Isso tem sido uma tentativa de descentralização política e também uma tentativa de criar autonomia e eficiência na aplicação de recursos públicos. Tal processo não tem demonstrado ainda grandes resultados por diversos fatores, principalmente pela pouca articulação sociopolítica da comunidade local. A participação da sociedade civil precisa ser fortalecida e, com isso, aumentar a autonomia e qualificar a participação das comunidades.

Outra possibilidade que pode ser importante para a política microeconômica dessa microrregião é a valorização das potencialidades turísticas e culturais em função do patrimônio religioso e histórico, e da sua beleza natural como serras, cachoeiras, entre outras. São fundamentais políticas públicas e envolvimento dos atores sociais preocupados com as necessidades regionais. Cada segmento público e/ou privado pode e deve dar a sua contribuição para aproveitar os caminhos possíveis para resolver impasses na implantação de programas e/ou projetos que atendam as reais necessidades dos municípios e são viáveis economicamente. No entanto, para isso, é necessária uma estrutura institucional competente, séria e comprometida, que possibilite esta articulação. É fundamental por parte dos empreendedores atitudes coletivas e endógenas, com a valorização de matéria-prima regional, serviços e incentivos a programas de geração de emprego e renda.

Essas questões são necessárias para o desenvolvimento regional dessa microrregião. É importante lembrar que tais mudanças não devem ser pontuais ou localizadas. Com os avanços técnicos e científicos das últimas décadas, praticamente todos os lugares são influenciados e podem adotar novas estratégias de desenvolvimento. Estas tendências estão presentes desde o processo de redemocratização brasileira na década de 1980, que vem se ampliando. Houve uma transferência gradativa de alguns setores e funções específicas do poder nacional para estados e municípios. Também foram criadas leis de responsabilidades fiscais para controlar gastos e impor limites na aplicação dos recursos financeiros, como também dificultar o desvio de verbas públicas.

Um país precisa ter uma forte organização interna para garantir uma boa colocação no cenário internacional, só assim terá vantagens a oferecer aos seus parceiros. É comum em regiões pobres, vulnerabilidade econômica e produtiva, são lugares comumente subordinadas a muitos fatores que podem surgir para o progresso como também para a retração. A microrregião de Livramento do Brumado, em especial os municípios de Livramento de Nossa Senhora e Dom Basílio são testemunhas dessa situação e sofrem para superar seus desafios e melhorar seus indicadores sociais. (Tabela 12)

Tabela 12  
 Livramento de Nossa Senhora e Dom Basílio  
 Indicadores Sociais  
 2011

Municípios	Pessoas de 15 anos ou mais não alfabetizadas (%)	Domicílios urbanos com saneamento inadequado (%)	Domicílios rurais com saneamento inadequado (%)
Livramento	6.876 21,2%	29,2%	58,6%
Dom Basílio	2.077 23,8%	40,6%	51,5%

Fonte: IBGE, 2010/ Organizado pelo autor.

Segundo pesquisa realizada pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2011), o município de Livramento de Nossa Senhora ficou com nota 4,23 em desempenho do Sistema Único de Saúde (SUS) na escala de zero a 10. Esta pesquisa corresponde ao Índice de Desempenho do SUS (IDSUS), indicador de avaliação de desempenho quanto à eficiência dos serviços básicos ambulatoriais, hospitalares e das urgências e emergências, nas unidades de saúde espalhadas pelo Brasil. Os dados indicam que os serviços de saúde prestados à população pelo SUS são muito ruins, onde está incluída a cidade de Livramento de Nossa Senhora.

A estruturação do território frutífero nessa microrregião tem se estabelecido principalmente por relações de mercado, que tem sido capazes de produzir um dinamismo tecnológico e uma cadeia produtiva para a manga a partir dos fornecedores de matéria-prima, aquisição de máquinas, serviços de forma geral, ampliação da rede comercial para o setor e mais uma complexa rede de relações indiretas.

Nesse contexto, o território agrícola que se forma nessa microrregião é do tipo produtivista e comercial, caracterizado por fluxos econômicos, distinto do conceito de território rural, que é mais regionalizado e implica relações de identidade ou sociocultural. Essa territorialidade foi construída por relações econômicas através de uma atividade específica com o apoio secundário dos órgãos públicos.

A atividade econômica mais importante nessa microrregião é a fruticultura irrigada, destacando-se a cultura da manga com 6.000 ha de área plantada e 3.300 ha de área colhida com rendimento médio de 15.000 quilos de manga por há em 2010. O crescimento dessa atividade tem sido progressivo ao longo dos anos, sendo interrompido em 2012 e 2013 decorrente do forte período de seca. (Tabela 13).

Tabela 13  
Produção de manga  
1990-2011

Brasil/Estado/Municípios	1990	2000	2010	2011
Brasil	45.303	67.590	75.179	76.383
Bahia	16.977	34.758	51.747	51.712
Livramento de Nossa Senhora	310	2.000	7.000	7.000
Dom Basílio	20	320	3.500	3.500

Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal em toneladas por ha

Para estes mercados, o ideal é a instalação de packing houses, levando em consideração que os europeus e os norte-americanos são os principais importadores de manga brasileira. As operações que usam esse tipo de tecnologia obedecem a normas e padrões do comércio internacional. Nesse processo a produção é toda monitorada, principalmente os locais de embalagens do produto, que devem ser feitas em ambientes bem iluminados e ventilados e dispor de perfeitas condições higiênico-sanitárias. Os cuidados devem ocorrer desde a colheita do produto, seguindo: recepção, limpeza, classificação, procedência, pesagem, embalagem, palatização, pré-resfriamento, armazenamento e transporte. Tudo no mais alto rigor e logística atendendo as exigências do packing houses, principalmente do mercado internacional.

Nesse sistema, é necessário estabelecer medidas de controle de qualidade e produtividade do fruto. As frutas são submetidas a um resfriamento em que é retirado todo o calor. Quanto menor o intervalo de tempo entre a colheita e o resfriamento, melhor será a conservação do fruto. Este resfriamento consiste em submeter os frutos a uma temperatura próxima a 0°C. Para manter a qualidade dos frutos, é necessário saber o ponto ideal de maturação como também as condições adequadas de refrigeração durante o transporte. Normalmente, as mangas são embaladas individualmente e acondicionadas em caixas de papelão. Todo esse processo é fundamental para que o fruto chegue com qualidade ao destino final.

O polo de agricultura irrigada da microrregião de Livramento do Brumado encontra-se próximo da sede municipal com uma extensão de 15 km, sendo que a maior parte da força de trabalho ocupada na produção de manga reside na própria cidade, atraindo em épocas de colheita, trabalhadores de municípios vizinhos.

A fruticultura irrigada tem se tornado a maior expressão econômica dessa microrregião, e com isso dinamizado a economia local através da agregação de valor ao

produto, como também na cadeia produtiva que acaba promovendo novas relações campo-cidade, na relação e qualificação do trabalho (Figura 7).

Figura 7 - Pomares de manga no município Livramento de Nossa Senhora.



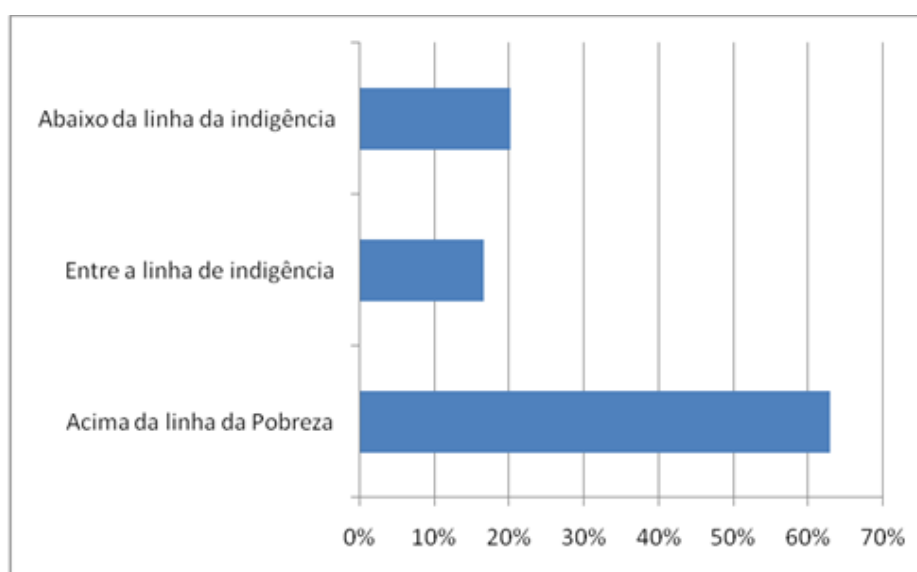
Fotos: OLIVEIRA, Hildebrando. Trabalho de campo dezembro 2012.

Os investimentos públicos não tiveram uma participação continuada durante todo esse processo de implantação do perímetro irrigado nessa microrregião. É uma região ainda muito carente com relação às políticas públicas, o que confirma a importância da economia local no ordenamento territorial. O Estado não tem assumido a parcela que lhe cabe com infraestruturas. Nesse contexto, foi criado o Comitê Gestor da Fruticultura para discutir soluções para o avanço da fruticultura nesses municípios.

Um fator determinante na ineficiência das políticas públicas é a própria descontinuidade das mesmas. Uma política de desenvolvimento rural deve ser permanente, superar dificuldades, vencer desafios, avaliar o que tem dado certo e prosseguir. Isso não tem ocorrido na Bahia em função dos avanços pouco expressivos. Esse fato é verificado nessa microrregião.

A partir da implantação do perímetro irrigado, houve um aumento dos indicadores sociais nas áreas diretamente envolvidas com esta produção. Esse fato é um forte indício que estas melhorias estão relacionadas a este projeto de irrigação. Segundo dados da BAHIAINVEST (2005), a pobreza em Livramento do Brumado diminuiu de 76%, em 1991 para 56%, em 2000. Em 2010, 63% da população estavam acima da linha da pobreza (Figura 8).

Figura 8 - Livramento do Brumado. Indicadores Sociais - Proporção de pessoas abaixo da linha da pobreza -2010



Fonte: IBGE, 2010/ Organizado pelo autor

O perímetro irrigado apesar de ter proporcionado um novo dinamismo a essa microrregião, mostrou-se vulnerável com a crise da falta d'água nos últimos três anos. Houve um melhor aproveitamento econômico dos recursos naturais em função do uso de técnicas mais modernas, no entanto, é necessário avaliar os impactos ambientais e econômicos frente a fatores naturais e de mercado.

O que diferencia esse projeto de outras realidades agrícolas, com características similares é que nesse caso houve um favorecimento da irrigação com baixo custo em função

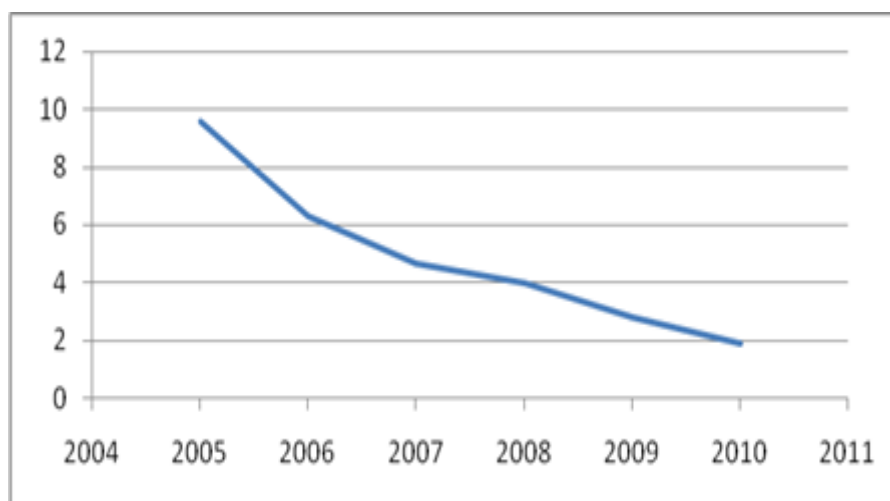
da gravidade e a convivência praticamente harmoniosa entre agricultores familiares e grandes empresários, que mantêm relações de cooperação e de competição.

As melhorias no padrão de vida podem estar associadas à presença do projeto de irrigação, haja vista que foi nesse período que houve uma significativa projeção da produção de manga, mas, também, é um período contemporâneo a uma macro política nacional com o controle inflacionário e o fortalecimento dos programas sociais compensatórios oferecidos pelo governo federal que também melhoraram os indicadores sociais em todo o território nacional. Tais indicadores sociais são elementos importantes à implantação de políticas públicas que tenham por meta melhorar quadros sociais, sobretudo na área rural.

Com relação à proporção de crianças desnutridas menores de 2 anos teve uma redução e conseqüentemente a Taxa de mortalidade oscilou para melhor, manteve a redução em 2009 e 2010 (Figuras 9 e 10).

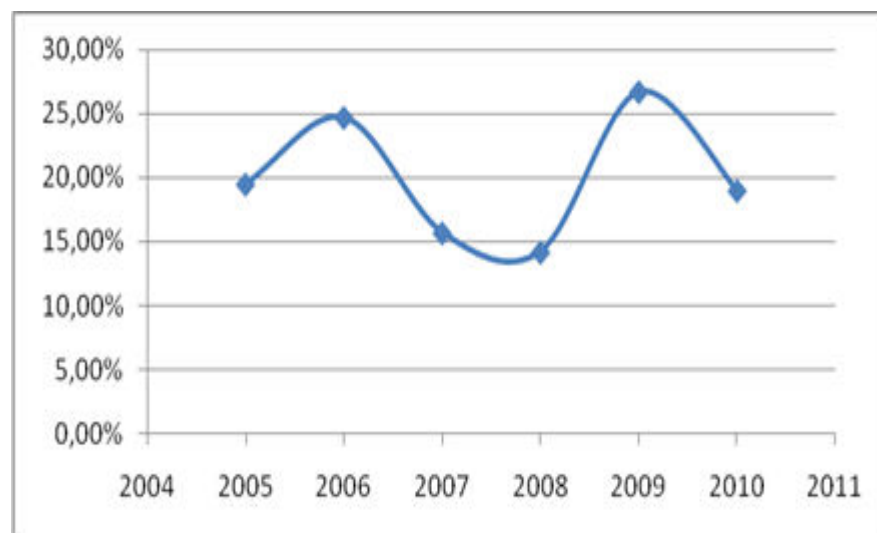
Acredita-se que a implantação do perímetro tenha oferecido um salto na qualidade de vida da população dessa microrregião. Nem sempre os indicadores sociais são suficientes para retratar uma realidade, no entanto, segundo opinião dos produtores rurais essa mudança ocorreu plenamente.

Figura 9- Livramento de Nossa Senhora - Proporção de crianças menores de 2 anos desnutridas -2005-2011



Fonte: SIAB – DATASUS/ Organizado pelo autor

Figura 10 – Livramento de Nossa Senhora - Taxa de mortalidade- 2005-2010



Fonte: Ministério da Saúde – DATASUS/Organizado pelo autor

Com relação a educação, os indicadores também são positivos, o percentual das crianças entre 7 a 14 anos que frequentam a escola subiu de 69%, em 1991 para 78%, em 2010 e o número de jovens que concluíram o ensino fundamental passou de 8% em 1991 para 48%, em 2010.

O acesso à água encanada pela população de Livramento de Nossa Senhora foi ampliado passando de 22%, em 1991 para 61,2%, em 2010 e, conseqüentemente, a rede de esgotamento sanitário também foi ampliada, pois apenas 0,4% dos moradores tinham acesso ao serviço, em 1991, enquanto que, em 2010, esse percentual foi de 30,2% (IBGE, 1991, 2010).

Entretanto, durante a fase de implantação do perímetro houve avanços sociais em várias frentes, mas nem todas as questões sociais foram sanadas. Para o bom funcionamento da fruticultura nessa microrregião ainda há um longo caminho a percorrer. Há reais necessidades de planejamento e ações destinadas à promoção dessa atividade, através de capacitação permanente, políticas públicas que viabilizem recursos financeiros para aquisição de máquinas e equipamentos, entre outras.

O desenvolvimento rural não pode mais ser pensado somente pela prática de atividades agrícola. Existe uma gama de relações complexas que atingem o meio rural e estão relacionadas à saúde, educação, infraestrutura e programas de geração de renda, inclusive numa perspectiva de desenvolvimento regional. São necessárias políticas públicas eficientes,

quer seja por meio de uma reforma agrária efetiva, ou por medidas de capacitação permanente para os produtores, melhorar a educação, a saúde e o acesso a equipamentos.

### **3.2.2 - Política de crédito rural na microrregião de Livramento do Brumado**

O crédito rural não cumpriu o papel que lhe foi atribuído desde a década de 1970, como importante instrumento da política de modernização do setor agropecuário via introdução de máquinas, equipamentos e insumos nessa microrregião. O que ocorreu de fato foi pouca disponibilidade financeira com tímidos resultados sobre as atividades agropecuárias.

A redemocratização do Brasil a partir da década de 1980 redimensionou as funções e responsabilidades dos atores econômicos, sociais e políticos do setor público e privado, houve um rompimento e uma descentralização dos investimentos. As práticas político-institucionais, nem sempre convergem com as demandas sociais, que quase sempre se constituem em privilegiar interesses dos grupos maiores. Esta realidade descaracteriza o papel do Estado de atuar frente às reais necessidades econômicas e sociais. Esses são fatores que inibem o desenvolvimento e promovem contínuas taxas de baixos indicadores sociais como: analfabetismo, mão de obra desqualificada, desigualdades econômicas e sociais, entre outras.

A crise econômica vivida nos anos de 1980 reprimiu o modelo de crédito expansivo adotado na década de 1970, por conseguinte, comprometeu a década de 1990, que continuou muito restrita. Os investimentos públicos no perímetro irrigado de Livramento do Brumado não foram suficientes para atender às necessidades dos produtores em promover a expansão do setor, inclusive sofreram redução em alguns momentos, houve em 1996 mais de cinquenta milhões de reais em investimentos agrícolas, sendo que no ano 2000, esse número foi reduzido para aproximadamente doze milhões de reais, uma queda em torno de 80%. Com relação aos contratos de financiamentos, também houve reduções nesse período, com queda de mais de 50% (BAHIA, 2007).

Diante disso, fica evidente que o crédito utilizado nas atividades agropecuárias regional tem sido inexpressivo, tanto no que se refere aos montantes investidos, quanto ao alcance do número de produtores. No entanto, quando comparada com outras regiões econômicas, a partir de 1996, foram contempladas com 8,4% do total aplicado ao Estado da Bahia. Essa microrregião despontou entre as mais favorecidas, ocupando a quarta posição, dentre quinze existentes no Estado, superada apenas pelo Oeste, Litoral Sul e Médio São Francisco. Em 2001, com uma redução de praticamente 28% dos recursos advindos do Estado, recebeu apenas 4,3%, desse total, ocupando assim a sétima colocação, superada



também pelas regiões Nordeste, Paraguaçu e Sudoeste da Bahia, prevalecendo o destaque da região Oeste que, isoladamente, absorveu 42,5% do total aplicado na agricultura estadual (BAHIA, 2007).

Esses dados de crédito rural, distribuídos por regiões econômicas, refletem de forma clara a importância da atividade agropecuária realizada nas diversas áreas do Estado. O Oeste do Estado da Bahia lidera e mantém uma posição de destaque na aplicação do crédito e nos resultados obtidos. O dinamismo da agricultura desta região está associado claramente com o uso do crédito, constatando-se que, mesmo com redução dos recursos aplicados no Estado, observado entre 1996 e 2001, os valores absolutos e relativos foram crescentes no Oeste, situação que não se observou em relação à Região econômica da Serra Geral, fica evidente o favorecimento dos créditos ao agronegócio, que prevalece no Oeste da Bahia (BAHIA, 2007).

A posição secundária da Serra Geral na aplicação de recursos, voltados para produção agrícola, revela a real situação da agricultura regional, quando comparada com áreas de destaque do Estado. A Região da Serra Geral deixou de ser líder, como nos anos 1970, no acesso ao crédito. A expansão da cotonicultura e pecuária de corte, através da ocupação de novas fronteiras atraiu mais políticas de crédito que modernização da fruticultura em Livramento do Brumado. A DESENBAHIA tem aprovado linha de crédito junto ao Programa de Apoio à Capacidade de Geração de Emprego e Renda (PROGEREN) financiada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES). Os grandes produtores conseguem maiores empréstimos, os pequenos têm conseguido com restrições o PRONAF ou empréstimos para custeio, não há financiamentos.

A distribuição do crédito regional, a exemplo do que ocorre no Estado, apresenta-se geralmente de forma concentrada em algumas áreas. Os municípios que compõem as microrregiões de Brumado e Guanambi são os que mais absorveram crédito ao longo do período de 1996 a 2001, sobressaindo-se o ano de 1997, em que 44,2% dos recursos foram alocados em Brumado. Diante de tais fatos, a microrregião de Livramento do Brumado tem se sustentado com a fruticultura irrigada, que se constitui numa das mais importantes atividades agrícolas regionais (BAHIA, 2007).

Considerando o uso do crédito nos segmentos agropecuários numa região em que as atividades pecuárias e algodoeiras sempre se destacaram, pode-se constatar uma situação de estagnação e até mesmo de declínio dessas atividades na atualidade. A utilização do crédito como vem sendo realizada tem sido ineficiente como instrumento de apoio à agricultura, tendo em vista a disposição de recursos, abrangência de produtores atendidos e a inexistência de investimentos em infraestrutura.

Segundo o presidente da Comissão Gestora que administra o perímetro, os investimentos estão escassos e está difícil manter a estrutura do perímetro, correndo o risco de perder tudo o que foi conquistado desde 2007. São necessários recursos urgentes para que possa reverter a situação. O Governo Federal anunciou no mês de novembro de 2011, em Brasília, o programa “Mais Irrigação” que vai beneficiar 16 estados brasileiros até 2014. O programa prevê investimentos públicos e privados da ordem de 10 bilhões de reais em obras de infraestrutura hídrica e produção agrícola em perímetros irrigados. O Perímetro Irrigado da microrregião de Livramento do Brumado, apesar de ser um dos mais importantes da Bahia e estar carente de investimentos, ficou de fora.

A escassez de recursos, por ausência de uma política adequada, tem criado dificuldades para o setor agrícola regional e para a economia como um todo. Mesmo as áreas mais estruturadas correm o risco de comprometer as suas possibilidades de desenvolvimento, em função da falta de integração dos instrumentos e serviços de apoio à produção, a exemplo dos problemas de gerenciamento dos recursos hídricos nesse perímetro de irrigação. O quadro que se desenha para o futuro dessa região não é de estabilidade ou de otimismo, é possível visualizar possíveis dificuldades, como a falta d’água, a instabilidade do mercado internacional, a mão de obra desqualificada, entre outros. A tendência mundial é de mercados cada vez mais exigentes e competitivos, não é possível sobreviver nessa competição sem acompanhar os avanços técnicos em toda a cadeia produtiva. Existem aspectos que não podem mais ser negligenciados como a limitada formação profissional, baixa capacidade empreendedora, pouco investimento técnico, principalmente para os pequenos produtores e a acelerada degradação ambiental.

A substituição dos cultivos tradicionais de cereais pela fruticultura irrigada em Livramento de Nossa Senhora foi um sucesso do ponto de vista econômico, pois esse município se tornou o segundo maior produtor de frutas do estado. Mesmo diante desse significativo dinamismo econômico ocorrido regionalmente o uso indevido das águas, a ineficiente forma de captação, o pouco controle sobre uso de fertilizantes tem mostrado evidências que podem ameaçar sua sustentabilidade. Dispor de um único canal econômico como guia regional é sempre um componente de risco, seria interessante ou necessária uma segunda alternativa que suprisse possíveis crises, pois uma região não se afirma sem atividades autônomas, econômicas, inclusão social, sustentabilidade ambiental e identidade territorial.

#### **4. BREVE HISTÓRICO DA MICRORREGIÃO DE LIVRAMENTO DO BRUMADO, O PERIMETRO IRRIGADO E SUAS CONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS.**

A Bahia, como a maioria dos estados brasileiros, teve várias influências em sua formação histórico-cultural. Os primeiros tempos, séculos XVI e XVII, foram marcados pela presença portuguesa e africana e, posteriormente, por mineiros. Todas essas influências foram decisivas tanto para a exploração das atividades econômicas como também na definição de costumes culturais. Nesse contexto, a formação territorial do Estado da Bahia teve início em meados do século XVI, a partir do Recôncavo Baiano. A princípio, estas áreas eram exploradas com grandes plantações de cana e fumo numa estrutura de engenho colonial (TAVARES, 2001).

À medida que a demanda por produtos cultivados ou minerais se ampliava era necessária a incorporação de novas áreas ao processo produtivo. Essa distribuição de terras seguia orientações de Portugal, que o fazia via sesmarias, ou seja, ocupava imensas quantidades de terras para manter o domínio do território.

O controle da terra estava sempre vinculado às possibilidades de encontrar metais preciosos, era o desejo e a necessidade da corte portuguesa. A ocupação do interior, através da exploração de minérios, criava pequenos povoados que posteriormente seriam cidades. Apesar dessa relação estar vinculada a capacidade produtiva das minas, que podia ser de curta ou longa duração, gerava um fluxo migratório proporcional, às vezes o ciclo era muito curto e não gerava núcleos urbanos.

Nesse contexto, através do garimpo, nasciam os principais núcleos urbanos que, por sua vez, demandavam bens materiais e alimentos, gerando novas relações produtivas. As formas de ocupação do interior, iniciadas no século XVI, ocorreram pelas principais famílias de posses da Bahia, especialmente Garcia d'Ávila e Guedes de Brito.

Eram detentoras das sesmarias e da implantação de currais de gado, inicialmente nas vazantes dos rios, próximos ao Recôncavo e seguindo o curso do rio Paraguaçu adentrava para o interior da Bahia, posteriormente deslocando-se para o Nordeste e o Oeste do Brasil, seguindo sempre as margens dos rios, passando pelos estados de Pernambuco, Goiás, Piauí e Paraíba, chegando até os carnaubais do Maranhão (TAVARES, 2001).

A estrutura política de poder do interior praticamente não existia. As famílias mais abastadas ditavam as leis e comandavam tudo de acordo com seus interesses. Mesmo com a subdivisão das terras entre as principais famílias, ainda restavam grandes propriedades e sempre apareciam seus donos, senhores e coronéis, homens de posses, chefes locais.

Assim, a esfera pública estadual limitava-se a questões ligadas a justiça, à polícia e ao fisco, tudo passando pelas mãos dos chefes locais. As trocas culturais quase não aconteciam, ficando cada local responsável pela preservação e reprodução das suas práticas. Aliás, através das questões culturais revela-se o nítido mosaico baiano, composto de partes distintas, desarticuladas, heterogêneas e contraditórias (NEVES, 2003).

As normas e intervenções estavam vinculadas ao que foi definido como “cultura dos currais”, ou seja, aos que caíam em combate, aos vencidos, não era dado nenhum direito, todos os seus bens e posses, do rebanho ao carnaubal, era passível de destruição, a depender da decisão do vitorioso. Os coronéis lideravam sua gente na paz e na guerra.

Eram acolhidos como verdadeiros senhores, tão poderosos que, tanto sós ou em aliança influenciavam e decidiam a vida dos cidadãos da Bahia, de Goiás, do Piauí ou Minas Gerais. Os cidadãos eram controlados através de regras rígidas, que invadiam o seu mundo particular, desrespeitando-se, muitas vezes, a sua vontade, como ocorria durante as eleições (BAHIA, 2007).

À medida que se distanciava da capital baiana, onde eram tomadas as medidas econômicas e políticas, o interior ficava proporcionalmente distante das influências e decisões. O Estado não demonstrava interesse e nem tinha como exercer um comando efetivo sobre essas regiões, a não ser que houvesse possibilidades de riquezas. Tornaram-se comuns desmandos e perseguições por autoridades locais, à distância dos grandes centros criava lugares cada vez mais distintos e surgiam novas perspectivas de trabalho.

A descoberta de metais preciosos na Chapada Diamantina teve sua efervescência entre os anos de 1817 até 1866 e foi um grande fator de atração populacional para essa região. Passado essa fase, as atividades agropecuárias e mineradoras foram pontuais e pouco expressivas para o desenvolvimento econômico regional e estadual, sofrendo os agravantes das dificuldades naturais com forte impulso ao êxodo populacional (NEVES, 2003).

#### **4.1 A ocupação da Serra Geral da Bahia.**

A região da Serra Geral teve seu principal momento de formação territorial no início no século XVII, quando Estevão Ribeiro Baião Parente, entrou em guerra com os índios Maracás e conseguiu ocupar as cabeceiras do rio Jequiriçá, a serra do Orobó e, posteriormente, trechos dos rios Paraguaçu e de Contas, da Serra do Sincorá e da Chapada Diamantina (TAVARES, 2001).

Por outro lado, o latifúndio da família Guedes de Brito também abarcava terras compreendidas entre os rios Salitre, Jacuípe, Itapicuru e Norte da Chapada Diamantina, alcançando Minas Gerais, nas cabeceiras dos rios Paraopeba e rio das Velhas. Pelo rio das Velhas, os bandeirantes paulistas e mineiros implantaram fazendas de gado e os garimpos, chegando até as bacias dos rios Gavião, rio do Antônio e rio Brumado, estendendo-se pelos rios Santo Onofre, Paramirim e de Contas, todos esses em terras baianas.

O desmembramento do latifúndio dessa família proporcionou o surgimento de diversas fazendas de gado que se constituíram posteriormente num embrião de muitas cidades da região e, por outro lado, a mineração foi a responsável pelo surgimento dos dois mais importantes núcleos urbanos desta época: Jacobina, em 1720 e Rio de Contas, em 1724 (NEVES, 2003).

Essa região denominada de Serra Geral teve sua ocupação baseada no sistema de sesmaria, assim como as terras do interior da Bahia, no século XVIII, divididas de acordo com suas possibilidades de extração de ouro, com presença marcante de latifúndios e de criação de gado.

A população que chegava nessas terras sertanejas vinha motivada pela possibilidade das minas de ouro. No entanto, estavam contribuindo para a formação territorial e construindo rotas para outras regiões do interior do Brasil como Minas Gerais e Goiás (GUIMARÃES, 1997). Sendo assim, a ocupação dessa região deu-se prioritariamente por paulistas e mineiros e, em meados do século XVII, por baianos e portugueses que conduziam escravos para ajudar na mineração.

Outro aspecto que merece ser valorizado foi a chegada de famílias refugiadas da inconfidência mineira e de outros conflitos regionalistas. Essas pessoas se ocupavam principalmente com a criação de gado, quando não era mais possível viver das minas de ouro. O crescimento populacional, a criação de gado e o consequente desenvolvimento agrícola e comercial passaram a garantir sobrevivência e certa estabilidade a estas cidades (ALMEIDA, 1997).

A atividade mineira foi decisiva para o surgimento de pequenos povoados nessas áreas mais distantes da capital baiana, a partir disso, criava-se uma nova dinâmica de circulação de pessoas e mercadorias. No entorno dessas áreas mineradoras surgiam atividade agrícolas e formavam-se os primeiros núcleos urbanos, obedecendo a um padrão urbano bastante comum em cidades brasileiras do período colonial: com uma capela, grandes casarios em que

habitavam as famílias mais abastadas e casas mais simples dos trabalhadores, além das casas de comércio, hospedarias, entre outras.

A Corte portuguesa sempre enviava alguns representantes, membros da igreja católica, para acompanhar expedições ao interior do Brasil com finalidade exploratória. Esta instituição foi uma marca forte nesse processo de formação regional, exercendo grande influência e parceria na esfera do poder político e econômico, estava à frente nas construções de igrejas e capelas nos povoados e nas sedes das fazendas. Além de influenciar crenças e tradições, liderava a espiritualidade.

Nesse contexto, em 1715, foi erguida uma capela por nome de Nossa Senhora do Livramento e o arraial que se formou passou a ser chamado Arraial de Nossa Senhora do Livramento das Minas do Rio das Contas. Sendo assim, dadas às possibilidades da exploração do ouro na região, em 1722, o rei Dom João V autorizou a transformação desse povoado em Vila:

[...] mando que se erijão e criem as villas que forem convenientes, e sem que vos valesseis desta conseção vos parecia dizer-me convem muito se erija logo no Rio das Contas uma villa com seo Magistrado não só pelo que respeita à boa arrecadação dos quintos, mas pelo que toca a se evitar nos disturbios e desordens que commettem aquelles moradores como refugiados [...] (CARTA REAL: LISBOA, 27 DE NOVEMBRO DE 1723.)

Assim, foi criada, em 1724, a Vila de Nossa Senhora do Livramento das Minas do Rio das Contas, hoje, atual cidade de Livramento de Nossa Senhora, pelo 4º vice-rei do Brasil, Vasco Fernandes César de Menezes, o Conde de Sabugosa. Os primeiros municípios formados nessa região foram: Livramento de Nossa Senhora, Rio de Contas, Paramirim, Erico Cardoso e Dom Basílio.

Com a transposição para a Vila Nova, a população da Vila Velha sofreu um forte decréscimo, no entanto, com a decadência da produção de ouro, muitos garimpeiros migraram para outras regiões da Chapada Diamantina. Diante disso, o município de Livramento de Nossa Senhora foi favorecido pelo aumento da produtividade agrícola em função das grandes áreas de planícies naturalmente irrigadas (VASCONCELOS, 1997).

Em 1745, essa sede foi transferida para o Arraial de Creoulos, na parte alta da Serra, onde hoje está situada a cidade de Rio de Contas. Essa transferência ocorreu por recomendação real, alegando as constantes doenças e epidemias comuns nas pessoas que habitavam as proximidades dos vales. Essa mudança era também, ou principalmente, uma estratégia de controlar a extração do ouro. Com esse decreto real, passou a existir duas vilas distintas, a velha e a nova. Livramento de Nossa Senhora passou a ser chamada de Vila Velha,

e o Arraial de Creoulos de Vila de Nossa Senhora do Livramento das Minas do Rio das Contas.

A extração do ouro nessa microrregião teve como principal período o século XVIII e começo do XIX. A partir de então, houve uma progressiva decadência. Segundo Tanajura (2003), o ouro foi encontrado no leito do Rio Brumado, próximo à Cachoeira e nas localidades de Passa-Quatro (mina do lavrado), Itaguaçu (minas do Cercado e Camarinha), Igrejil (Serra das Almas), Canabrava de São Gonçalo, Serra da Melancia e Riacho do Ouro.

Segundo Caires (2007), bandeirantes e sertanistas na busca do valioso metal seguiam os veios auríferos do Rio de Contas, no período de 1696 e 1702. Estes desbravadores encontraram no Rio de Contas Pequeno (atual Rio Brumado) o ouro de aluvião, dando início à exploração do ouro, no Sul da Chapada Diamantina. De acordo com este autor, a riqueza propiciada pela exploração do ouro trouxe preocupações à Corte portuguesa, interessada na cobrança de impostos.

A mineração foi o principal motivo de atração para essa região, a partir do século XVIII, seguida da pecuária bovina, do algodão, e da pequena agricultura comercial e de subsistência. As cidades mineradoras prosperavam em função da grande valorização dessa atividade no mercado nacional e internacional.

Havia grandes investimentos nas áreas que davam sinais de extração mineral, dado a exuberância da arquitetura que testemunham ainda hoje este fato, que inclusive tinham esses investimentos interrompidos com a decadência da mineração. O crescimento de atividades acessórias eram inevitáveis devido ao surgimento do crescente mercado consumidor e da dificuldade em transportar mercadorias da capital (VASCONCELOS, 1997).

À medida que as populações ocupavam o interior, desenvolviam-se também atividades paralelas de agricultura e pecuária. Assim ocorria a ocupação e fixação humana na região. Com o crescimento populacional, a formação de pequenos núcleos urbanos decorrentes da mineração e da produção de algodão e de gado, a região da Serra Geral e da Chapada Diamantina passou a contar com uma população estável. A atividade econômica principal fez gerar as secundárias como a produção de gêneros agrícolas e o comércio de produtos e subprodutos do garimpo e do algodão.

A impressão que se tem quando se visita atualmente o município de Rio de Contas é que este é mais antigo que Livramento de Nossa Senhora, em função da grande quantidade de casarões do período colonial. No entanto, o que ocorreu foi a transferência de Vila num ápice da exploração de ouro na região, isso favoreceu a cidade de Rio de Contas, que hoje conta com um belíssimo acervo arquitetônico colonial (Figura 11).

Figura 11 - Construções típicas da cidade de Rio de Contas no período da mineração



Fonte: [www.flickr.com/photos/tags/yahoo/](http://www.flickr.com/photos/tags/yahoo/)

Após o ciclo do ouro, a região passou a ser produtora de alimentos para o consumo interno. Produzia-se algodão, gado e minerais numa estrutura fundiária altamente concentradora, geradora de desigualdade social. Entretanto, a estagnação ou decadência das atividades mineradoras abria espaço para o crescimento de novas atividades econômicas.

Regionalmente, a cultura do algodão assumiu por um importante período o maior destaque econômico em função, principalmente, da adaptação ao clima semiárido e da importância do produto no mercado nacional e internacional.

O algodão foi o produto que garantiu o fortalecimento de muitos municípios na Bahia, foi exportado para Europa, a partir do século XVIII, era transportado por tropeiros ao porto de



São Felix/Cachoeira-BA que seguiam para Salvador. Nesse tempo as atividades econômicas de maior ocupação passaram a ser as agropastoris e extrativas, praticamente com mão de obra masculina. As mulheres realizavam atividades de caráter doméstico, submissas, seu lugar de domínio quase nunca se estendia aos limites da cozinha (ALMEIDA, 1997).

Os tradicionais canais de extração de ouro passaram a ter uma nova função na atividade agrícola. Existem muitos pequenos canais primitivos construídos, no século XVIII, por garimpeiros que exploravam a margem do rio a procura de ouro. No entorno desses canais tornou-se comum às práticas da agricultura de subsistência e comercial. “De acordo com Tanajura (2003, p.205) ‘o canal mais antigo seria o do Engenho, construído, provavelmente, em 1770, pelo Cel. de Milícias Joaquim Pereira Castro, procurador do Conde da Ponte em Vila Velha, hoje Livramento de Nossa Senhora”.

Entretanto, o que ocorreu aos municípios dessa microrregião de Livramento do Brumado com relação à evolução socioeconômica foi uma trajetória bastante comum a outros municípios brasileiros que tiveram sua ocupação impulsionada, no século XVIII, pelas possibilidades de encontrar metais preciosos, mas, posteriormente, tiveram que buscar novas atividades econômicas. Com a decadência da exploração aurífera, a agricultura foi a melhor alternativa encontrada pela população de Livramento de Nossa Senhora.

O sopé da serra das Almas apresenta boas condições naturais às práticas agrícolas, compostas de grandes áreas da depressão sertaneja irrigadas pelo Rio Brumado. A parte alta da serra tem uma altitude que varia entre 1.200 a 1.900 metros, o ponto culminante é a Serra das Almas que atinge 1952 metros. As partes baixas do pediplano variam entre 400 a 500 metros (Figura 12).

Figura 12- Vista parcial da cidade de Livramento de Nossa Senhora.



A decadência da mineração e as dificuldades com a pecuária foram decisivas na ampliação agrícola dessa região que precisava suprir a necessidade alimentar da população local, como também encontrar uma cultura que pudesse trazer divisas à economia. A atividade agrícola de maior expressividade, até então, havia sido a cultura do algodão (Quadro 2).

Quadro 2 - Ciclos Econômicos de Livramento do Brumado – BA

<b>Atividades</b>	<b>Transformação do espaço Geográfico</b>
Mineração	Migração de paulistas em busca de ouro e pedras preciosas Surgimento de pequenos povoados Nova dinâmica de circulação de pessoas e mercadorias Formação dos primeiros núcleos urbanos
Gado	Surgiu como atividade paralela a mineração Embrião de novas cidades
Aumento da produtividade agrícola	Surgiu com o declínio da mineração Ocupou grandes áreas de planície naturalmente irrigadas
Produção de algodão	Estrutura concentradora Adaptada ao clima semiárido da região Importância no mercado Nacional e Internacional

Fonte: IBGE Cidades, 2010 / Organizado pelo autor

#### 4.2 Caracterização geral do setor agrícola regional

O meio natural é condicionado a uma relação de causa e efeito e tem reagido de forma mais intensa em função de investimentos econômicos e tecnológicos. O reconhecimento dos ambientes naturais no entorno dos investimentos econômicos é uma questão fundamental para uma interação sustentável entre sociedade e natureza. No que se refere às condições ambientais, a principal questão na microrregião de Livramento do Brumado é a irregularidade pluviométrica e, nesse aspecto, é urgente a necessidade de investimentos que possam aproveitar a capacidade hídrica regional de forma sustentável.

O clima dessa região é classificado por Koeppen (1938) como semiárido (BSwh) subsumido seco, com chuvas no verão e muito quente, e Cwb - Tropical de Altitude - com verão brando. A precipitação média anual é de 756 mm, com valores que vão de 433 mm a 1.271 mm. O período chuvoso estende-se de outubro a maio. A temperatura média varia de 19° C a 23° C, sendo que, no município de Rio de Contas são registradas as menores

temperaturas, às vezes, inferiores a 15° C. Os municípios que estão em posição altimétrica inferior chegam a registrar temperaturas acima dos 40° C no verão, como é o caso de Livramento de Nossa senhora, Paramirim e Dom Basílio. (CAIRES, 2007 e a).

As unidades de solos encontradas nestes municípios são predominantemente do tipo latossolo, coluvial e aluvial. Os latossolos são solos altamente evoluídos, laterizados, rico em argilominerais e oxi-hidróxidos de ferro e alumínio. Estes solos são principalmente localizados em áreas mais elevadas das depressões interplanálticas e que representam remanescentes do que tem sido chamado de “superfície velha do sertão” que não sofreram pediplanação completa (CAIRES, 2007).

A vegetação nessas unidades geomorfológicas varia em função da altitude que se situa entre 400m a 1950 metros acima do nível do mar que, associada às condições climáticas, geológicas e a drenagem contribui para uma rica biodiversidade, inclusive com grande endemismo de fauna e flora. As formações vegetais que se destacam são: as Caatingas (arbórea densa com palmeiras), especialmente nas áreas mais baixas do pediplano sertanejo (400m) entrando em contato com o cerrado até a altitude de 1.000. O Cerrado está localizado principalmente no entorno das serras, normalmente acima de 600 m; os Campos Rupestres a 1000 m e a partir de 1800 m uma espécie de “Campos Montanos”. Além dos resíduos de Mata Atlântica, no sopé das Serras das Almas na vertente sul (CAIRES, 2007).

O relevo apresenta-se bastante acidentado. Os municípios de Livramento de Nossa Senhora e Dom Basílio estão localizados na porção meridional da Chapada Diamantina, no sopé da Serra das Almas. O ponto mais elevado é o Pico das Almas, com 1.958 m de altitude entre os dois municípios. O pico mais alto da Bahia é o do Barbado com 2033 metros de altitude. É nessa Serra que nasce o Rio Brumado, principal corpo hídrico, o responsável pela irrigação do perímetro e pela barragem de Rio de Contas.

A rede hidrográfica destes municípios compõe a bacia do Rio das Contas (rio Brumado) e do São Francisco (rio Paramirim), uma das principais das 36 da Bahia. Os maiores rios dessa rede hidrográfica são: Taquary, Paramirim e o Brumado, que nascem na Serra das Almas em Rio de Contas e possuem grande importância no abastecimento regional. O rio Brumado (mais importante para a área em estudo) nasce no município de Rio de Contas, na localidade de Queiroz, seguindo em seu trajeto várias cursos encachoeirados que chegam a 350m de desnível. Com isso, os rios perenes que cortam esses municípios seguem o padrão paralelo; uma vez que se desenvolvem em áreas com acentuadas declividades. Contudo, a maioria dos rios destes municípios é inexpressiva, considerando o volume, pois a maioria é

intermitente. A hidrografia da região consiste em cursos de água intermitentes sazonais com drenagem exorréica (AB´SABER,1974).

A situação econômica da Serra Geral é pouco expressiva se comparada com outras regiões do Estado da Bahia. A partir da última década do século XX, ocorreu um crescimento das culturas permanentes nessa região com percentuais elevados do valor da produção. A produção de mangas particularmente atingiu significativos aumentos. A fruticultura irrigada favoreceu a implementação da técnica em função principalmente da entrada nos mercados externos e da dinamização da fruticultura nesses municípios. Esta atividade tem influenciado a produção em muitos municípios vizinhos com possibilidade de irrigação.

A decadência da cultura algodoeira em fins da década de 1980 (principalmente no município de Guanambi) provocou um grande impacto na economia regional. O algodão foi por muito tempo a principal atividade econômica e ocupava a maior parte da mão de obra na agricultura regional. Hoje, a região da Serra Geral não tem mais uma atividade agrícola que contemple e integre economicamente todos os municípios. De forma praticamente isolada a maior expressão hoje é representada pela fruticultura irrigada.

A principal cultura da região hoje é a manga, mas é expressiva também a produção de banana, café e maracujá, que são produzidos em muitas propriedades, sendo que em algumas áreas em caráter empresarial, com vistas a grandes mercados e uma produção especializada. Enquanto o café se concentra nas áreas de serras sob influência de maiores altitudes e de chuvas orográficas, a manga é mais encontrada nas terras baixas.

Ao analisar a produção das principais explorações agrícolas regional entre 1990 a 2002, observam-se decréscimos para todos os produtos tradicionais. As lavouras temporárias, que são as mais representativas, apresentaram perdas de produção generalizadas, com taxas de mais de 23% para o algodão a 0,5% ao ano para o milho. Até mesmo a mandioca, que se constitui na exploração mais disseminada em todo o espaço regional em pequenas propriedades, diminuiu à taxa a 3,5% ao ano. Por outro lado, as culturas permanentes recém-implantadas, a partir das áreas irrigadas, sempre se mostraram em expansão. Assim, enquanto a manga cresceu 19,0% ao ano, a banana e o maracujá expandiram suas produções a taxas médias de 10,1 e 61,4%, respectivamente. Com exceção das lavouras de algodão e da manga, que tiveram participações dignas de registro no total do Estado, as demais explorações não ultrapassaram a faixa dos 5,8% (BAHIA, 2007).

O município com maior população e PIB hoje nessa microrregião é Livramento de Nossa Senhora, o que leva a crer na forte influência do projeto de irrigação para esse fato. O DNOCS na época da implantação do perímetro irrigado, implantou 34 perímetros no Brasil,

destes, três foram na Bahia, o de Cocorobó, Jacurici e Livramento de Nossa Senhora. Este último tem crescido significativamente nas últimas décadas em relação aos outros perímetros irrigados da Bahia e tem se destacado entre os municípios circunvizinhos de Dom Basílio, Érico Cardoso, Paramirim e Rio de Contas.

O acesso ao perímetro é feito pela Rodovia Federal BR-116 e pela estadual BA-148. Com a implantação desse perímetro irrigado houve uma nova configuração desses espaços urbanos e rurais nessa microrregião. Uma completa alteração da paisagem em função desse projeto. Regiões como essa sofrem com frequentes instabilidades em suas atividades agrícolas, pois estão condicionadas as condições naturais e dependem de orientações técnicas permanentes. Quando estas não ocorrem, aumenta-se o risco com problemas ambientais em função do mau uso do solo e da aplicação indiscriminada de fertilizantes, comprometendo a saúde da população e a fertilidade natural do solo.

A modernização da agricultura regional foi contemporânea ao que acontecia no Brasil e no mundo, intensificando-se a partir de 1970, sendo caracterizada pelos padrões de grande propriedade e com um favorável mercado exportador. Muitas regiões com potencial agrícolas foram redimensionadas e atendidas por políticas públicas que favoreceram a produtividade em áreas que não tinham tradição agrícola forte. A microrregião de Livramento do Brumado pode ilustrar esse processo através da implantação do Projeto de Irrigação. As lavouras permanentes (banana, maracujá e manga) passaram a ocupar progressivamente uma posição de destaque no cenário agrícola regional. A produção de maracujá saltou de 1.300 toneladas em 2005 para 9.000 toneladas em 2010, um aumento de aproximadamente 690%. (Tabela 14).

Tabela 14  
Livramento de Nossa Senhora e Dom Basílio – Produção das Lavouras Permanentes em toneladas – 2000-2011

Lavouras	Livramento de Nossa Senhora				Dom Basílio			
	2000	2005	2010	2011	2000	2005	2010	2011
Manga	2.000	4.000	7.000	7.000	320	1.000	3.500	3.500
Maracujá	260	1.300	9.000	6.000	300	1500	9.000	6.000
Banana	400	450	600	300	30	30	30	30

Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal

A distribuição dos estabelecimentos agrícolas da região segue o padrão do Nordeste do Brasil e corresponde ao modelo de exploração adotado em sua formação histórica, com forte presença de grandes estabelecimentos. Nos municípios da Bahia e do Nordeste brasileiro

persiste a concentração de renda que, em muitos casos, decorre da condição de sua estrutura fundiária. Esta concentração garante a manutenção do poder socioeconômico e político. A distribuição dos estabelecimentos agrícolas de Livramento do Brumado não difere desse quadro apresentado no país. Entretanto, as áreas destinadas ao perímetro apresenta uma realidade distinta, os lotes foram distribuídos a 289 agricultores na implantação do projeto.

As lavouras permanentes aparecem em menor número de estabelecimentos e ocupa maiores áreas, enquanto as lavouras temporárias estão em maior número de estabelecimentos e ocupa menores áreas. Essa é uma clássica ocorrência no campo brasileiro (Tabela 15).

Tabela 15  
Lavouras permanentes e temporárias  
2010

Lavouras Permanentes		Lavouras temporárias	
Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Agropecuários (unidades)		Agropecuários	
1.979	15.579	2.620	8.107

Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal

Quanto à distribuição da terra, a microrregião do Brumado apresentou, em 1985, um Índice de Gini com melhores indicadores que a média do Estado da Bahia. Em Livramento de Nossa Senhora, o Índice de Gini tem apresentado uma melhoria com relação à distribuição da renda e da terra. Esse indicador é contemporâneo à implantação do perímetro irrigado, podendo esse projeto merecer parte dos créditos pela melhoria de qualidade de vida dessa população. De acordo a evolução do índice de Gini, o município de Livramento de Nossa Senhora apresenta o melhor resultado relativo, com um crescimento positivo regular e constante. Dom Basílio e Érico Cardoso também apresentaram melhorias progressivas de acordo esse índice (Tabela 16)

Tabela 16  
Índice de Gini  
Microrregião de Livramento do Brumado  
1991-2000-2010

Brasil/ Estado/ Municípios	1991	2000	2010
Brasil	0,638	0,646	0,608
Bahia	0,674	0,665	0,627
Dom Basílio	0,529	0,474	0,458
Érico Cardoso	0,549	0,599	0,491
Livramento de Nossa Senhora	0,622	0,581	0,537
Paramirim	0,478	0,733	0,513
Rio do Pires	0,474	0,580	0,488

Fonte: IBGE, Censo demográfico 1991, 2000, 2010 / Organizado pelo autor

Apesar da estrutura fundiária ainda concentrada, a pequena propriedade sempre desempenhou um importante papel na agropecuária regional e mostra sinais de avanços, tanto como subsistência ou comercial, e, nesse processo de reestruturação produtiva, a agricultura familiar desenvolveu-se paralelamente, se integrando fortemente a cadeia produtiva da fruticultura nessa microrregião.

O foco da economia regional tem se direcionado também a extração mineral, principalmente de urânio, através da Indústria Nuclear do Brasil (INB), no município de Caetité, como também Magnesita, em Brumado. O Complexo Uranífero Mínero-Industrial de Lagoa Real está implantado no Município baiano de Caetité, numa área de 1,2 mil hectares, com investimentos da ordem de US\$ 41.000.000,00 (quarenta e um milhões de dólares americanos) (DNPM, 2010). Seu objetivo é o de produzir trezentas toneladas por ano de concentrado de urânio, durante 15 (quinze) anos, visando atender à demanda nacional.

Pela legislação vigente, o Município de Caetité não usufrui senão de insignificante parcela dos lucros obtidos com o minério de urânio, uma vez que seu preço somente se torna expressivo após sucessivas etapas de processamento e enriquecimento. Diante disso, sua população está permanentemente submetida a riscos consideráveis, sendo que, mais de uma vez, ocorreu vazamento de licor uranífero das instalações das Indústrias Nucleares Brasileiras - INB, pondo em risco seus trabalhadores e toda a população local (DNPM, 2010).

A quase totalidade da produção brasileira de Magnesita bruta e beneficiada é proveniente do Estado da Bahia (88,7%). As principais indústrias estão localizadas na mesorregião Serra Geral da Bahia, principalmente no município de Brumado (Magnesita Refratários S.A., Ibar Nordeste e Xilolite) que geraram, em 2011, o equivalente a R\$ 13,06 milhões de ICMS, 1,30 milhão de PIS/COFINS e, aproximadamente R\$ 726 mil de Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM), somente com as vendas de Magnesita. (DNPM, 2012). Essas atividades têm dinamizado a região pelo volume da exploração e pela geração de emprego e renda.

As questões ambientais tem sido constantemente palco de discussões tanto pela mineração, quanto pela fruticultura. São temas em evidência com relação a essas atividades em virtude dos impactos que podem provocar ao ambiente devido à forma predatória de exploração e pelos defensivos agrícolas usados na fruticultura que, em alguns municípios, não dispõem de fiscalização eficiente nem cumpre as exigências do Código de Mineração.

Essa microrregião tem recebido incentivos de crédito para o favorecimento da produção agrícola desde a década de 1970, até então, era realizada de forma simples e precária dada às dificuldades comuns em regiões de clima semiárido e afastada de grandes

centros. Desde então, passou a contar com recursos técnicos mais modernos a partir da implantação do perímetro irrigado.

Essa microrregião tem se dedicado à produção de frutas em bases empresariais, especialmente com a produção de manga que tem conquistado o mercado externo. A bacia do rio Brumado foi atrativa a implantação do projeto de fruticultura irrigada nos municípios de Livramento de Nossa Senhora e Dom Basílio, entre outros municípios vizinhos. Essa atividade frutífera foi favorecida pela construção da barragem na parte alta da serra no município de Rio de Contas.

### **4.3 O Perímetro Irrigado da Microrregião de Livramento do Brumado**

O interior da Bahia deu sinais de vitalidade econômica apenas no final da década de 1980, através de políticas públicas de incentivo ao turismo e do melhoramento agrícola com a introdução de tecnologias modernas.

Nesse contexto, a microrregião de Livramento do Brumado foi contemplada com o projeto do perímetro irrigado. Essa microrregião tem uma topografia favorável a esse projeto. Antes da fruticultura irrigada, as partes baixas dos vales eram exploradas com cultivo de arroz, feijão, milho e mandioca.

A implantação do perímetro irrigado foi iniciada em 1977, os serviços de administração, operação e manutenção da infraestrutura de uso comum foram implantados somente no ano de 1986. Para isso, foi desapropriada uma área de 7.821,12 ha, ficando 3.526,12 ha sem irrigação e 4.295,00 ha irrigados.

A princípio, o projeto de irrigação ocupava áreas apenas do município de Livramento de Nossa Senhora, após reivindicação da população de Dom Basílio, o projeto foi estendido. Atualmente, ocupa uma área de 10.000 hectares de áreas irrigadas, sendo 7.000 em Livramento de Nossa Senhora e 3.000 em Dom Basílio.

O perímetro irrigado de Livramento do Brumado situa-se no domínio das Depressões Interplanálticas, numa região geomorfológica que segundo o Radam Brasil SD24 (1981), corresponde à Depressão Sertaneja, cuja unidade Geomorfológica é representada pelo Pediplano Sertanejo, com altitudes que variam entre 400 e 500 metros, em toda a sua extensão rebaixada pelos processos de pediplanação (Figura 13).



Figura 13– Carta Imagem do Perímetro Irrigado – Livramento de Nossa Senhora-BA

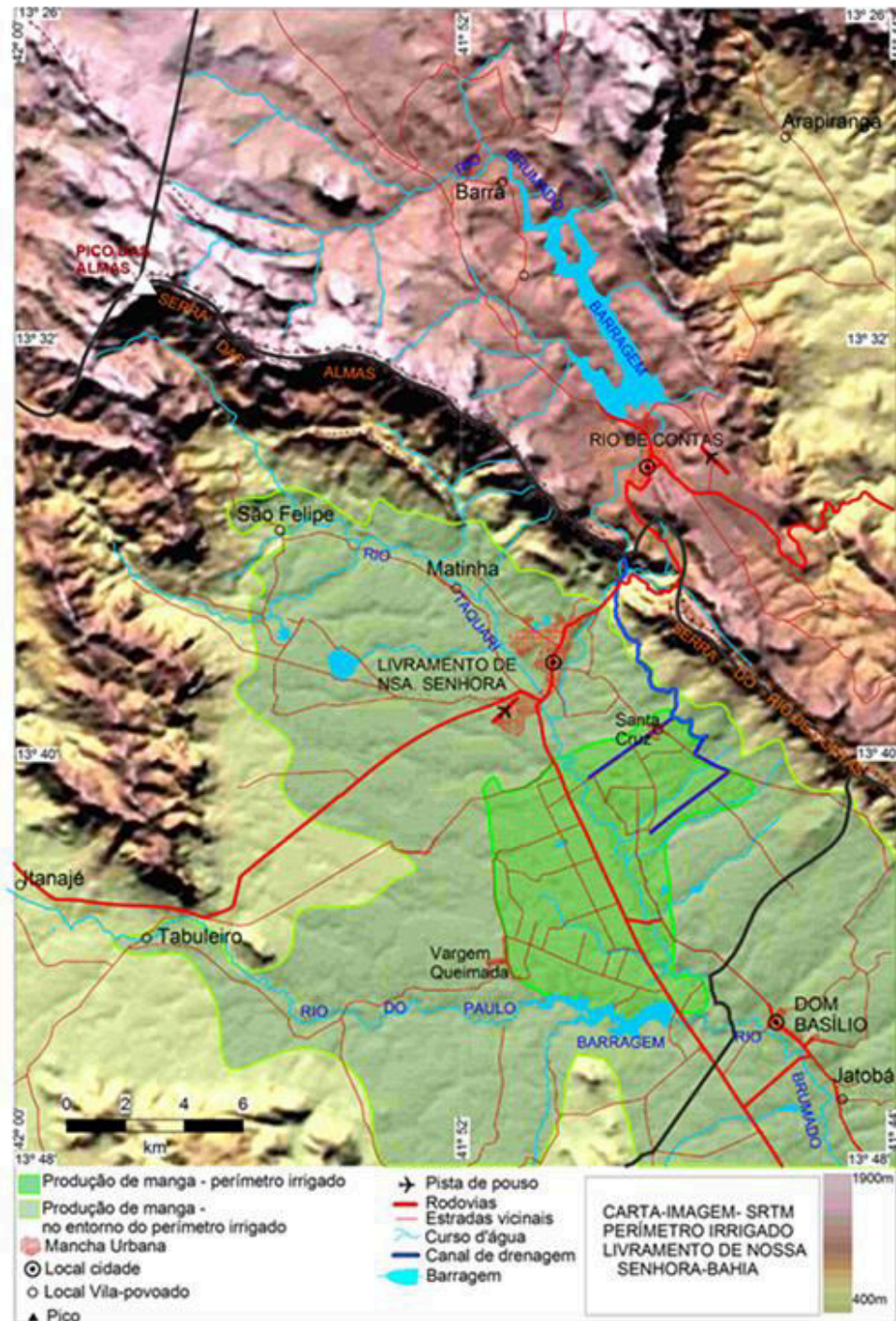


Fonte: EMBRAPA, 2005 / Elaborado por Altamar Rocha

Todo o perímetro irrigado está rodeado por feições geomorfológicas de grandes elevações tais como o pico das almas com 1950m de altitude, tendo continuidade com a serra das almas cuja media altimétrica é de 1600m de altitude, orientado no sentido Noroeste Sudeste, com altitude que varia entre 1000 e 1300m, segue no mesmo sentido a Serra do Rio de Contas que, ocupa grande extensão territorial nos municípios de Livramento de Nossa Senhora, Rio de Contas e Dom Basílio. A porção Oeste Noroeste tem-se elevações topográficas representadas pelas estruturas dobradas, genericamente chamadas de serras,

compreendendo a Serra do Mocambo, a Serra do Brejo e a Serra da Melancia com altitudes que variam entre 900 e 1200m de altitude (Figura 14).

Figura 14- Perímetro Irrigado de Livramento do Brumado - BA



Fonte: SRTM- NASA – EMBRAPA – 2005/Elaborado por Aitemar Rocha

O perímetro irrigado apresenta um declive 0 e 5% que por essa condição atende a irrigação por gravidade controlada pela construção da barragem Eng. Luiz Vieira, com capacidade de armazenamento de 106.000.000 m<sup>3</sup>. São distribuídos 7.000 m de canais de adução. A rede pressurizada de irrigação foi construída em ferro fundido, com vazão de 2.560 l/s. A estrada principal no perímetro tem 84.000 m de extensão, com 6,00 m de largura e por 42.000m de estradas secundárias (DNOCS, 2006). A área desapropriada para o projeto foi de 7.821,12 ha, distribuída em área de sequeiro e área irrigável. O projeto ainda destina uma área voltada à extensão (Tabela 17).

Tabela 17: Distribuição da área desapropriada para o Projeto de Irrigação – Microrregião de Livramento do Brumado – BA

Área	Hectares
Área de Sequeiro	3.526,12
Área Irrigável	4.295,00
Área destinada a extensão do projeto	1.825,00
Total	9.646,12

Fonte: DNOCS, 2006. Organizado pelo autor

A barragem foi construída para atender 5 mil ha dentro do perímetro irrigado, mas a produção se estendeu para fora do perímetro sem planejamento da capacidade hídrica regional. A iniciativa privada adentrou as áreas circunvizinhas produzindo manga e maracujá. Atualmente, as áreas plantadas ultrapassam 10 mil hectares, mais que o dobro do projeto original.

A construção da barragem foi um projeto do DNOCS, com objetivo de diminuir a seca e a pobreza e investir na agricultura irrigada. Para isso contratou a empresa GEOTÉCNICA S.A., que realizou os estudos geológico-geotécnicos do local da obra. Em 1967, foram iniciados os trabalhos de escavação da fundação da galeria e das trincheiras, bem como de tratamento das fundações.

Durante a escavação da tomada d'água, foi descoberta uma falha proveniente de antigos movimentos tectônicos, além disso, o alto teor de umidade e elevado índice de vazios resultaram na interrupção do projeto que foi retomado após dez anos, sendo a barragem concluída em 1993. Segundo Almeida e Pinto,

Não foi por acaso que a Bacia do Rio Brumado foi escolhida pelo DNOCS para a implantação do reservatório; isto ocorreu devido à existência de um platô de irrigação, considerado como o mais importante dessa área e pela

abundância de água existente. A bacia tem uma área de 256 km<sup>2</sup> e o rio barrado para a construção da barragem foi o Brumado, que nasce na Serra das Almas no município de Rio de Contas. Esse manancial permitiu a irrigação do vale situado no município de Livramento de Nossa Senhora, onde o DNOCS implantou o perímetro de irrigação. O DNOCS foi implantado no município Rio de Contas no ano de 1953, sendo interrompido em várias etapas por falta de verbas e, a partir de então, começaram os estudos da elaboração do projeto do açude, desenvolvidos por sua equipe técnica, para, em seguida, dar início ao processo de construção da barragem que atenderia ao Projeto de Irrigação do Vale do Rio Brumado. [...] Nas décadas de 1960 e 1970 várias empresas prestaram serviços de consultorias, dando continuidade aos estudos dos aspectos físicos (climatológicos, hidrológicos, geológicos, geotécnicos e agrológicos) dos municípios de Rio de Contas e Livramento de Nossa Senhora. Assim como, levantamentos da viabilidade socioeconômica e financeira; das culturas e dos principais pólos que fazem parte da bacia. [...] Assim, Livramento de Nossa Senhora se destacou dos demais municípios da Bahia (ALMEIDA E PINTO, p.1133, 2012).

Tais obras destinadas a projetos de irrigação têm um custo elevado, o que a torna uma obra eminentemente pública. O DNOCS projetou toda a estrutura capaz de captar a água do rio Brumado por gravidade e levar até a área do perímetro de irrigação com o custo zero de energia, economia de água e maior produtividade. O pequeno produtor prevaleceu dentro do perímetro, ocupando áreas com uma média de 5,27 hectares. No início do projeto, em 1986, foram distribuídos 289 lotes. Atualmente, nas áreas do projeto ocorre uma diversidade de cultivos destacando-se: banana, coco, mamão, goiaba, manga, maracujá, pinha e uva (DNOCS, 2006).

Fora do projeto, muitos produtores começaram a produzir manga de forma particular e aleatória, sem planejamento. Segundo Caires (2007), o agronegócio tem sido estimulado, cada vez mais, com o aumento da área plantada devido a sua alta lucratividade. Contudo, isso vem causando sérios problemas, dentre eles, a irracionalidade no uso dos recursos hídricos que vem provocando um verdadeiro colapso no sistema de irrigação.

A falta de um acompanhamento sistematizado dessas grandes obras gerou uma insustentabilidade para a cadeia produtiva à medida que vão surgindo problemas de diversas ordens desde relações com os recursos naturais ao comércio internacional. Isso ocorreu nessa microrregião que em função da falta de infraestrutura permanente, sofre, sobretudo com a falta d'água.

Entre 1990 e 2010, houve uma progressiva participação dos municípios de Livramento de Nossa Senhora e Dom Basílio no cenário agrícola baiano. Esse momento foi marcado pela introdução e expansão da fruticultura irrigada nessa microrregião. A partir desse período,

verificou-se grandes avanços técnicos e produtivos, porém todo esse processo está se restringindo em função da insuficiência ou mau aproveitamento dos recursos hídricos. Em 1990, a área ocupada com manga nesses municípios era de apenas 330 hectares, passando para 10.500, em 2011 e representando 13,7% da área colhida com manga no Brasil em 2011 (Tabela 18).

Tabela 18  
Livramento de Nossa Senhora e Dom Basílio  
Área colhida com Manga (hectares)  
1990-2011

Brasil/Municípios	1990	1995	2000	2005	2010	2011
Brasil	45.303	56.590	67.590	68.141	75.179	76.383
Livramento de Nossa Senhora	310	633	2.000	4.000	7.000	7.000
Dom Basílio	20	100	320	1.000	3.500	3.500

Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal

O crescimento das áreas ocupadas em Livramento de Nossa Senhora e Dom Basílio são proporcionalmente muito superiores à média brasileira. Entre os anos de 1995 a 2000 houve um aumento de áreas produtoras de mais de 300% nesses municípios, enquanto a média brasileira foi de pouco mais de 10% para o mesmo período. Essa progressão teve de ser interrompida a partir de 2010 pela falta de infraestrutura com a captação de água.

Segundo Teixeira (2005), a política de desenvolvimento rural com uma abordagem territorial, a partir da identificação dos territórios rurais, no Estado da Bahia, não avançou como poderia nos municípios de Livramento de Nossa Senhora e Dom Basílio. O caminho que os municípios baianos tomam em prol de uma perspectiva de desenvolvimento econômico nem sempre correspondem ao ideal. A introdução da fruticultura nesses municípios promoveu um crescimento e dinamizou a economia através da cadeia produtiva da manga. Essa dinâmica ocorre em função da integração produtiva, articulada em rede entre os produtores e o mercado interno e externo. No entanto, está seriamente comprometida pela falta d'água.

A territorialidade se constrói pela ação dos agentes sociais, políticos e econômicos. Nesse caso, ocorreu pelos segmentos diretamente envolvidos com a cadeia produtiva das frutas que são os produtores agrícolas e os exportadores, com o apoio secundário dos órgãos públicos, verificando-se vantagens comparativas, com existências de recursos hídricos e relevo adequado, uma vez que os municípios de Livramento de Nossa Senhora e Dom Basílio

localizam-se a uma altitude inferior ao município de Rio de Contas, permitindo que as águas que descem da serra (das áreas de maior altitude) irriguem as plantações por gravidade, reduzindo os custos de produção com energia e equipamentos (TEIXEIRA, 2005).

A manga exerce um papel importante no desenvolvimento dessa microrregião, numa área de semiárido na qual se articula um amplo sistema de relações. São importantes fenômenos geográficos de valorização das regiões interiores. Como enfatiza Abramovay:

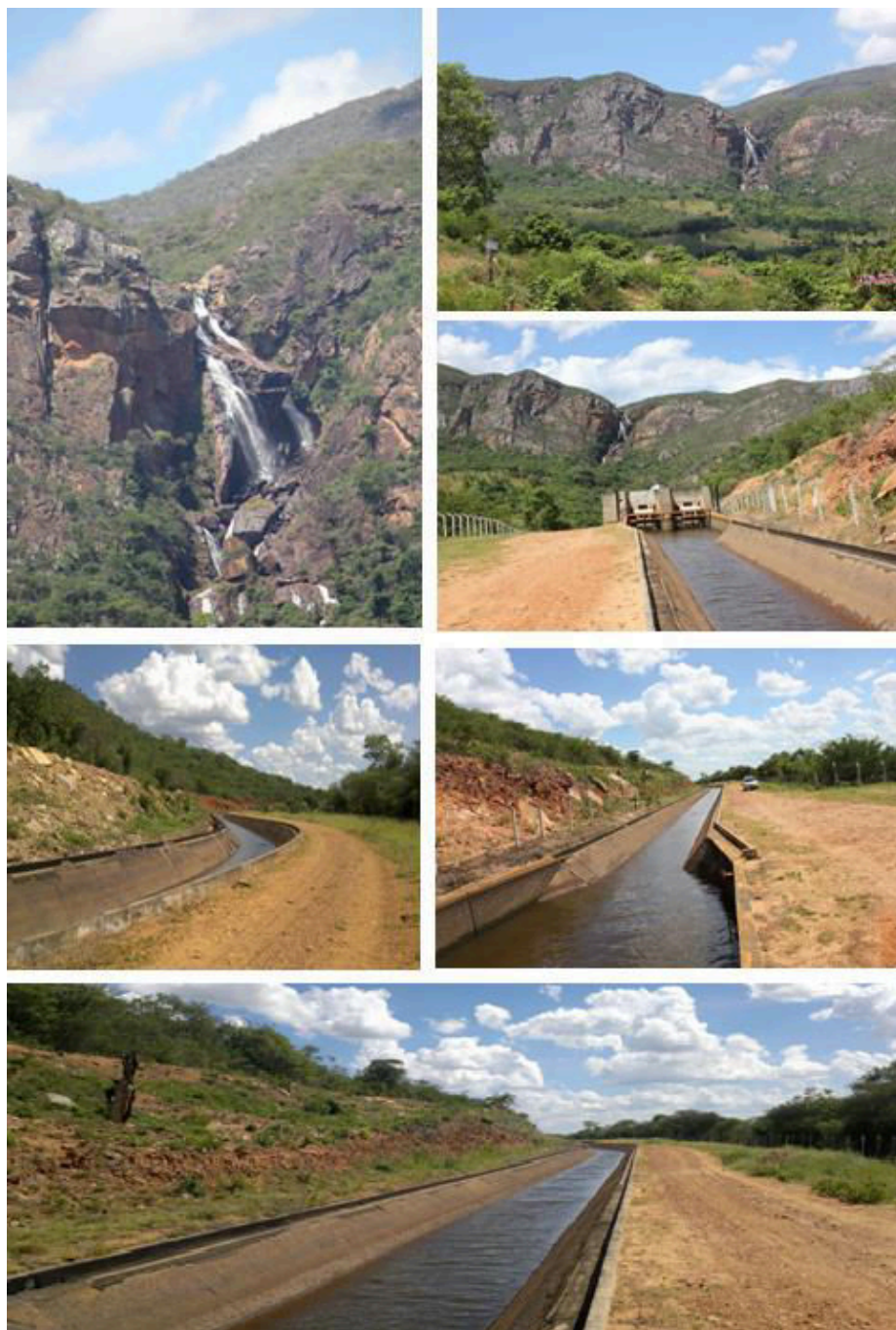
Uma visão territorial do desenvolvimento pode revelar potenciais que, até hoje, o meio rural não revelou à sociedade. Visto como a base física da produção agrícola, seu destino dificilmente escapa à tragédia do esvaziamento social, econômico, político e cultural. Quando, entretanto, o meio rural é encarado, não como a simples sustentação geográfica de um setor (a agricultura), mas como base de um conjunto diversificado de atividades e de mercados potenciais, seus horizontes podem ser ampliados. (ABRAMOVAY 2003, p. 98).

A agricultura regional apresentou um considerável avanço a partir do perímetro irrigado, se caracteriza pela presença de empreendimentos rurais de porte pequeno e médio. As atividades produtivas tiveram sua exuberância a partir de intenso uso de recursos técnicos. Nessa microrregião prevalece pequenas propriedades sem controle efetivo do processo e sujeitas às oscilações climáticas e de mercado. Esses produtores encontram dificuldade de acesso a serviços e infraestrutura, sendo esses fatores responsáveis pela limitação e manutenção das atividades agrícolas (BAHIA, 2007).

A água tem sido a grande questão do perímetro na atualidade e funciona da seguinte forma: a água do rio Brumado é captada por uma válvula de dispersão a 1060 metros de altitude, passa por um sifão com cerca de 400m e sobe até o canal de adução. A partir daí é distribuída pelo perímetro por gravidade. Os sistemas de irrigação utilizados no perímetro irrigado são 60,77 % por aspersão convencional, 39,15 % por microaspersão e 0,08 % por gotejamento. A infraestrutura da rede de irrigação é composta de canais de adução com 7.000m e canais primários com 7.600m de extensão. A rede pressurizada de irrigação foi construída em ferro fundido, com vazão de 2.560 l/s e a rede de drenagem com drenos de 31.500m de extensão. O Projeto beneficia 416 produtores, num total de 2.961,35ha de área plantada, que além da manga são produzidos: banana, coco, mamão, goiaba, pinha, uva e algumas hortaliças (DNOCS, 2006).

A grande questão que se impõe na microrregião de Livramento do Brumado tem sido a deficiência hídrica, fato corriqueiro em regiões de predominância do clima semiárido e com um grande potencial agrícola (Figura 15).

Figura 15 -Captação e distribuição de água para o projeto de irrigação de Livramento do Brumado - BA



Fotos: OLIVEIRA, Hildebrando, trabalho de campo, dezembro 2012.

A irrigação por gravidade ainda é a principal fonte de abastecimento nos lotes do perímetro e foi um dos principais incentivos e atrativos a produção da manga, principalmente pelo baixo custo. No entanto, à medida que se expandia as áreas produtivas da cultura da

manga várias técnicas foram adotadas como o bombeamento e a micro aspersão. Todos esses fatores interferiram na distribuição da capacidade hídrica.

A diferença de altitude em relação à de Rio de Contas, é de aproximadamente 900 metros, onde foi construída a barragem Eng.º Luiz Vieira, abastecida pelas águas do alto curso do rio Brumado e pelas chuvas de verão. A barragem ocupa uma área de 77 hectares, a micro bacia no entorno da barragem ocupa uma área de 56 km<sup>2</sup> quilômetros quadrados. Para sua construção o governo do Estado desapropriou cerca de 8.000 ha para essa finalidade. Atualmente, é a principal fonte de abastecimento do perímetro irrigado. Há também uma pequena barragem, após a principal queda d'água, construída para distribuir as águas de forma a atender os três blocos do perímetro irrigado. A água é distribuída por gravidade aos canais via tubulação que atinge uma extensão de 14.600 m. Nos canais, é realizada uma drenagem em rede numa extensão de 31.500 metros.

O projeto de irrigação prevê a distribuição de água em três blocos em direções distintas para atender um maior número de propriedades. Em 1987, foi inaugurado o bloco três, com uma distribuição de água para 150 ha. Em 1988, este bloco estava em pleno funcionamento e atendendo 2.442 ha de áreas irrigadas. Até os dias de hoje, é o único bloco em funcionamento. Os blocos um e dois não funcionam, e estão totalmente vinculados ao reservatório de água que tem enfrentado grandes dificuldades em função dos prolongados períodos de seca. A barragem Luiz Vieira não tem conseguido atender regularmente nem mesmo o Bloco três, quiçá todo o projeto. Também ocorre o uso da água por produtores não vinculados ao perímetro irrigado que conseguem utilizar as águas dos antigos canais. Todos estes fatores são desfavoráveis ao funcionamento dos outros blocos e a sustentabilidade do uso da água na região.

Em função da declividade da área, tornou-se comum a construção de ramificações dos canais de irrigação por gravidade, dos maiores aos menores, a partir de troncos maiores interligados a algumas lagoas naturais e também as construídas em pontos estratégicos, que garantem a irrigação até nos períodos de estiagem. Esse fato justifica a construção dos pequenos canais que foram favorecidos pela topografia do lugar e que viabilizou a irrigação por gravidade. É uma área potencialmente agrícola em função dos recursos hídricos e pela qualidade dos solos. No entanto, está condicionado a usos racionais e melhoramento técnico para melhor aproveitamento dos recursos naturais.

Ao mesmo tempo em que as áreas produtivas se expandem, o problema com a água aumenta. Por isso, foi criada a Sociedade das Águas S.A., com o propósito de racionalizar o uso das águas nessa microrregião. Essa associação é formada pelos proprietários locais que



tem conseguido estabelecer um controle de distribuição de águas por dias e horas, de forma a atender a todos do perímetro irrigado. Este modelo adotado em micro canais possibilitou uma grande produtividade nessa microrregião. Antes da fruticultura, existia uma policultura forte com destaque para a produção de arroz, chegando a ser o maior produtor do Estado.

Com o desvio das águas fluviais, houve uma significativa diminuição do volume d'água e aceleração do assoreamento dos vales. Os antigos agricultores que não estão contemplados com o projeto são prejudicados pelo controle das águas. A água é insuficiente para todos os agricultores, principalmente em função das chuvas se concentrarem em apenas três meses do ano, ficando a maior parte do ano sem chuvas. Os municípios atendidos pelo projeto têm direito a uma cota regular na vazão da barragem. Este fato tem sido gerador de vários conflitos.

Os recursos hídricos, atualmente, são as maiores preocupações para esses municípios, em ano de seca a barragem não consegue atender o abastecimento regular da população imediata que é da cidade de Rio de Contas. A escassez de água, o desmatamento das matas ciliares, a extensão de áreas produtivas além do perímetro redimensiona um problema difícil de resolver. É urgente a criação de estratégias que possam frear o uso irracional dos mananciais dessa microrregião. A oferta de água está cada vez mais insuficiente para atender o consumo da população de Rio de Contas e sustentar a irrigação da fruticultura em Livramento de Nossa Senhora e Dom Basílio. Essa realidade demonstra sérios problemas a curto e médio prazo.

Em função disso, foram criados comitês gestores da água, que tiveram a finalidade de discutir essas questões dos recursos hídricos da região para tentar encontrar soluções eficientes em atender o consumo da população e o perímetro irrigado. Se antes o problema da produção de frutas estava envolto a questões de ordem econômica: preço, mercados, comercialização, armazenamento, tecnologias, abastecimento, agora tem também o problema ambiental e a forte perspectiva de falta de água. Essa comissão que foi criada é composta de um grupo de pessoas representativas dos usuários e dos diversos segmentos da sociedade política e civil organizada.

Essa Comissão gestora das águas é um instrumento para a gestão compartilhada dos sistemas hídricos numa escala local, estabelecendo como prioridade a participação democrática por representação, com critérios sociais, culturais, econômicos e ambientais. Trata-se de uma forma de participação da sociedade tanto na gestão, como no planejamento de ações e projetos relacionados aos sistemas hídricos locais. O objetivo principal dessa comissão é a gestão colegiada dos açudes e de outros sistemas hídricos a fim de satisfazer as

necessidades da população local, respeitando o bem comum e a defesa da natureza, tendo o consumo humano como principal prioridade. A Comissão deve observar as orientações da Política Nacional de Recursos Hídricos, os objetivos e as necessidades locais de gestão das águas e do Plano de Ordenamento de Gestão dos Sistemas Hídricos, contido no Manual de Procedimentos Metodológicos de uma Gestão Participativa dos Sistemas Hídricos administrados pelo DNOCS e ainda nas orientações de outros órgãos e leis (TEIXEIRA, 2005)

O DNOCS foi quem criou essa comissão, contando com o apoio de uma equipe Técnica, tem incentivado a criação de grupos temáticos. A Comissão Técnica exerce um papel político e deve ser formada por três técnicos indicados, sendo um por cada órgão: DNOCS, Estado e Prefeitura, ou Prefeituras, onde se situa o reservatório.

Com a incumbência de garantir a oferta hídrica de forma sustentável, a Comissão deve preocupar-se com a qualidade e quantidade da água, os múltiplos usos, proteção e preservação dos recursos hídricos e ambientais, revitalização dos reservatórios, fiscalização dos usos dos recursos naturais e acompanhamento das atividades vinculadas às águas e à organização do espaço dos sistemas hídricos, em combinação com o DNOCS e com os Comitês de Bacia (TEIXEIRA, 2005). A seca que vem assolando a Bahia nos últimos três anos deixou todos numa situação muito complicada, comprometendo as atividades produtivas, especialmente dos pequenos produtores.

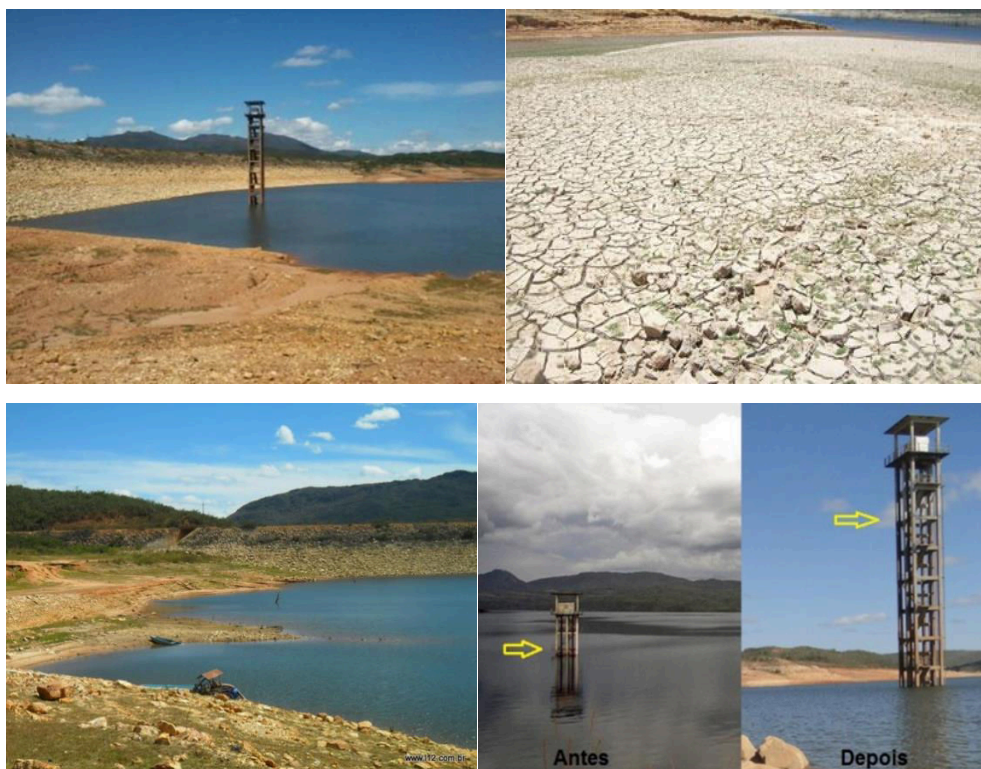
A Comissão foi criada nessa microrregião em função das reais possibilidades do esgotamento desse recurso para fruticultura irrigada. O problema passou a ser muito sério e de difícil solução a custos incompatíveis para a realidade local e por sua importância do ponto de vista ambiental. A comissão tornou-se um espaço de debate coletivo e de encaminhamento sobre a sustentabilidade dos recursos hídricos da região, uma forma democrática de participação da sociedade na gestão do sistema hídrico local. As orientações são direcionadas no sentido de garantir a oferta de água de acordo com as prioridades pré-estabelecidas observando todas as possibilidades de uso, como também da preservação ambiental, tudo isso em acordo com a Política Nacional de Recursos Hídricos. A prioridade é abastecer a população em suas necessidades vitais, sendo uma região de baixa pluviosidade, esta questão está sempre em evidência.

Segundo o agrônomo da ADAB (ENTREVISTA 1), o DNOCS montou o projeto de irrigação para a área do perímetro. A partir de então, outras áreas circunvizinhas de propriedade particular foram se instalando e tendo acesso as fontes de irrigação. A irrigação é um projeto antigo, a princípio formado por canaletas, um processo simples e manual.

Atualmente, grande parte do perímetro é atendida por tubulações e administrado pela Associação do distrito de irrigação do Rio Brumado (ADIB), e pelo Conselho das águas que controla toda a irrigação do perímetro. Existem também áreas irrigadas pelas águas do rio de Contas e por poços tubulares.

As áreas fora do perímetro são definidas como polos frutíferos do rio Brumado. A principal fonte de abastecimento do perímetro irrigado é a do rio Brumado. Segundo esse agrônomo, a grande dificuldade do perímetro tem sido a falta d'água que, no segundo semestre de 2012, limitou a produção de fruta. São liberadas pela associação apenas dois dias de água por semana, com doze horas a cada dia, totalizando apenas vinte e quatro horas de disposição de água por semana. Segundo este agrônomo, é muito pouco. São necessários quatro dias de água por semana com doze horas por cada dia por bloco, que corresponde a 16 metros cúbicos de água por hora. A partir de outubro de 2012, a liberação de água foi completamente interrompida em função do nível de água da barragem estar muito abaixo do limite para liberação. A previsão é só liberar a partir de abril de 2013, caso a chuva caia. Grande parte dos produtores perderá além da safra, toda a lavoura (Figura 16 e 17).

Figura 16 –Barragem Luís Vieira- Rio de Contas-BA - volume de água muito abaixo do limite



Fonte: L12.com

Antes: 2009

Depois: 2012

O uso da água nos perímetros irrigados requer estratégias de racionalização do uso. A questão da água tem tomado projeção no mundo todo em função de sua escassez. Nesse contexto, entende-se como prioridade saciar o homem em suas necessidades básicas, atender aos animais, a indústria, a agricultura e ao lazer. A agricultura consome muita água, principalmente quando feito de forma irracional decorrente de desperdício. A água represada em açudes, prática muito comum no semiárido, perde em torno de 30% por evaporação. A construção de canais e a transposição de rios são alternativas mais eficientes ao controle e desperdício dessa água. Atualmente, em Livramento de Nossa Senhora, ocorrem intensos conflitos na gestão e distribuição da água do rio Brumado.

Como visto, a água é a grande questão nessa microrregião. O crescimento das áreas irrigadas tem sido gerador de conflitos entre o projeto público e os empreendimentos particulares. Recentemente, foi construída uma barragem menor em Livramento de Nossa Senhora, no rio do Paulo, bacia do rio de Contas, com o objetivo de atender os irrigantes de Dom Basílio. Esta barragem apenas amenizou parte do problema da falta d água nas épocas de chuvas, mas há alguns anos essa barragem está totalmente sem água (figura 17). O problema existe, é uma realidade e pouco ou nada tem sido feito, cada segmento quer apenas defender seus interesses e não há compreensão que o problema é de todos.

Figura 17-Barragem do Rio do Paulo- Rio de Contas-BA



Fonte: [www.oecojornal.com.br](http://www.oecojornal.com.br)

As associações dependentes dos recursos hídricos são quem determina quem e quantos devem participar da comissão gestora. Um representante deve estar vinculado à companhia de distribuição de água, sendo que, normalmente, há um representante para cada segmento, do poder executivo e legislativo local, um de cada categoria sindical, de organizações não governamentais de reconhecimento local. A comissão é dirigida por uma coordenação colegiada por três pessoas eleitas entre si.

Em 2005, houve uma grande articulação entre diversas instituições com a finalidade de elaborar um projeto integrado em prol do desenvolvimento da fruticultura na região sudoeste da Bahia. Houve representante do SEBRAE, DNOCS, EBDA, ADAB, Prefeitura de Livramento de Nossa Senhora e Dom Basílio, das diversas associações produtoras de frutas e do perímetro irrigado dessa microrregião. Nessa reunião foram estabelecidas algumas metas como aumentar a renda do produtor, aumentar as vendas de frutas, gerar renda e emprego, entre outras. Foram medidas pontuais e locais, sem praticamente nenhum vínculo com políticas públicas e que tem sustentado o desenvolvimento dessa atividade.

A água tem sido motivo de grande preocupação para o futuro da humanidade e também para a produção agrícola que é um grande consumidor de água. A situação torna-se cada vez mais crítica à medida que se amplia as áreas agrícolas para produção de biocombustíveis e retrai as destinadas ao consumo humano. Esse fato tem ocorrido no Brasil que tem diminuído a produção de alimentos básicos e ampliado a área destinada ao biocombustível, em praticamente todos os estados brasileiros, principalmente, nos mais tradicionais na produção agrícola.

Essas questões relacionadas ao uso adequado e a recuperação dos recursos naturais são discutidas na atualidade por praticamente todas as instâncias científicas e tem mobilizado populações em diversas partes do mundo. A exigência de formas eficientes, racionais e práticas são os verdadeiros desafios a um planeta sustentável. Discutir o campo, atualmente, exige que se faça uma leitura também nesta direção.

À medida que as fronteiras agrícolas avançam, ampliam-se também os problemas ambientais. O uso inadequado dos recursos hídricos e a contaminação em geral pelo uso excessivo de agrotóxicos são práticas comuns no ambiente rural. No âmbito das políticas públicas para questões ambientais para o campo, têm sido estabelecidas diretrizes do Ministério do Meio Ambiente (MMA), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), e também do Ministério da Saúde (MS) através da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) que constituem os principais elementos reguladores dos impactos dessa atividade ao meio ambiente e são responsáveis em estabelecer esse controle.

Importantes e simples medidas podem ser tomadas para diminuir o impacto da produção agrícola sobre as nascentes como a manutenção de áreas nativas intercaladas entre as plantações. O recolhimento de embalagens tóxicas ou de qualquer material desprezado deve ser destinado a lugares apropriados. Em função da grande divulgação e das exigências

sobre essas práticas, tais medidas tem sido mais frequentes. As questões ambientais estão em evidência e precisam entrar para o campo de ações práticas.

Outra questão que merece ser debatida é a possibilidade de contaminação dos lençóis freáticos em função da utilização intensiva de fertilizantes químicos e pesticidas. São necessárias vigilâncias constantes em diagnósticos de riscos sobre a utilização de substâncias químicas em todas as áreas produtivas no país, sob pena de serem excluídas dos principais mercados as áreas contaminadas (BRASIL, 2009).

Na fruticultura algumas questões serão fortemente debatidas nos próximos anos. A mais urgente é, sem dúvida, a questão do uso racional da água, cujo fornecimento deverá ser mais precário e mais caro. Atualmente, nos perímetros irrigados são cobradas apenas as tarifas k1 e k2 que são referentes aos custos operacionais de fornecimento de água e ao ressarcimento dos investimentos realizados em implantação de infraestrutura de irrigação. A grande novidade será a cobrança da água propriamente dita que é um patrimônio nacional e que passará a ter custo que, por sua vez, implicará no aumento imediato dos custos de produção.

Nesse entendimento a perspectiva para um desenvolvimento regional requer uma base forte das instituições locais que busquem cooperação entre agentes produtivos e administrativos e viabilizem soluções coletivas. O uso racional da água e a execução de infraestrutura são imprescindíveis para o futuro dessa microrregião.

Práticas de gestão colegiada têm ocorrido em função das últimas tendências administrativas do poder público em incentivar a participação comunitária na resolução de problemas locais. Estas tendências vêm se expandindo em várias regiões, inclusive na zona rural, principalmente em áreas mais carentes e com baixos indicadores sociais. A participação da população em decisões de interesses coletivos tem se tornado um interessante e eficiente instrumento democrático, é um processo que vem se consolidando através de políticas participativas, inclusive para o campo, onde há forte presença de agricultores familiares. Em regiões em que predomina o agronegócio é praticamente impossível desenvolver estratégia dessa natureza.

## **5. A PRODUÇÃO DE MANGA NA MICRORREGIÃO DE LIVRAMENTO DO BRUMADO: REPRODUÇÃO SOCIAL DO PEQUENO AGRICULTOR E CUIDADOS AMBIENTAIS.**

A projeção da fruticultura na Região de Livramento do Brumado, na Bahia, foi derivada de uma conjuntura histórica e natural que produziu o espaço rural num mosaico de pequenas propriedades altamente produtivas em meio ao semiárido. As mudanças espaciais promovidas pela implantação do perímetro irrigado, em 1986, ocorreram efetivamente na década de 1990. Houve significativas alterações na região em relação às formas e as relações de trabalho, no manejo do solo e nas relações de produção. A diversidade produtiva de grãos e em boa parte de cultivos de subsistência perdeu gradativamente espaço para atividades mais específicas que, por sua vez, não enfraqueceram as atividades do trabalho familiar.

A partir da irrigação mais estruturada, o cultivo de grãos e outras culturas deram lugar à produção de manga e, mais recentemente, ao maracujá. Um conjunto de novas atividades vinculadas à fruticultura surgiu, com a participação dos produtores em associações agrícolas que, entre outros fatores, tem sido fundamental na superação das dificuldades relacionadas principalmente com a comercialização dos produtos.

A modernização da agricultura atingiu essa microrregião do sertão baiano, tradicionalmente ligada à cultura de sequeiro e promoveu uma significativa alteração espacial. Com o projeto de irrigação, o padrão produtivo foi completamente alterado, permitindo o desenvolvimento da fruticultura moderna. Apesar de exigir investimentos tecnológicos e, por conseguinte, ficar subordinado ao suporte das grandes empresas capitalistas, os segmentos menos incluídos no mercado como os agricultores familiares encontraram alternativas de sobreviver da terra nessa localidade.

Nessa microrregião os empreendimentos agrícolas foram sustentados predominantemente pela mão de obra familiar. Esse modelo produtivo tem apresentado condições mais coerentes quanto aos cuidados ambientais. Sobre as práticas sustentáveis do ponto de vista ambiental, os pequenos produtores dessa microrregião não tiveram acesso aos incentivos dos diferentes níveis governamentais (Federal, Estadual ou Municipal). A produção via agricultor familiar foi um importante modelo produtivo nessa microrregião como estratégia de inserção do pequeno produtor, garantindo sua permanência, mesmo frente às dificuldades comumente encontradas por aqueles que só têm a terra para produzir. A tradição agrícola das famílias que ali viviam e as facilidades de acesso à água por gravidade

foram decisivas para a manutenção e permanência na terra, sendo necessário um trabalho permanente de conservação ambiental.

### **5.1 Escassez de água, cuidados ambientais e seus reflexos na produção de manga**

Em função da escassez de chuvas ocorrida nos últimos três anos, a produção de manga foi afetada nessa microrregião. Segundo o presidente da ADIB, a produção de manga em Livramento do Brumado foi reduzida significativamente em função da baixa pluviosidade:

O ano de 2012 foi o pior. O que foi colhido até agora representa 60% da capacidade por conta da falta d'água. O que está sendo colhido foi preparado a partir de agosto do ano passado. Em agosto, a gente só estava com 36 horas de liberação de água, em outubro caiu para 24. Em 1996, houve uma época que só ficamos com 12 horas por semana, foi um período também muito ruim. Naquela época, o reflexo não foi tão grande, porque eram grãos. O projeto da fruticultura irrigada é a espinha dorsal da economia dos municípios de Livramento e Dom Basílio. Livramento mudou muito sua economia a partir de 1990. A manga teve um papel muito importante, era garantia certa de investimento. A situação está complicada pela falta de articulação política. É necessário se organizar para buscar recursos. Os municípios de Livramento, Dom Basílio e Rio de Contas somam um total de 51.000 eleitores. É uma região que pode eleger um deputado federal e não elege, ou muda a mentalidade ou fica nisso aí. Quando chega a época da campanha eleitoral não há união (Entrevista 2)

Segundo esse presidente, a crise de 2012 foi uma das maiores desde a implantação do perímetro. Em 1996, a irrigação foi interrompida também por falta d'água e foi retomada em 1997. Um ano de seca deixa muitas sequelas, às vezes, compromete o desenvolvimento da planta e, no caso da fruticultura que são culturas permanentes, o resultado pode ser irreversível, tendo que erradicar os pomares. Em função disso, torna-se necessário a dotação de infraestrutura capaz de garantir a água nos períodos de seca. Como a fruticultura é o carro chefe da economia desses municípios, perder a plantação não é o prejuízo de um ano, mas de décadas de investimento. A produção de 2013 está comprometida em função da falta de chuvas e isso provoca um rebatimento negativo em muitos setores da economia regional. Os produtores têm aberto poços tubulares aleatoriamente, numa busca desesperada por água, mas essa prática pode também gerar outros problemas quando não feita de forma planejada. Uma possível solução seria fazer um estudo mais detalhado sobre o potencial hídrico da região.

De acordo com os produtores, o ano de 2012 foi um dos mais graves, quanto à falta de água, mas, eles não perdem as esperanças e entendem que a situação é atípica. Assim, segundo um deles:



Nesse ano estamos nessa calamidade, mas o pobre sempre espera pelo próximo ano e diz: o ano que vem vou comprar um carro, vou comprar isso e vou comprar aquilo. Se chover bem a partir de outubro a coisa muda. Se voltar a chover como antigamente a gente vai esquecer isso tudo. Enquanto não chove a gente vai fazendo milagre com estes dois dias d'água, vai levando. A água está servindo apenas para manter a planta viva. Por exemplo, se no ano passado era preciso comprar 10 kg de cutá, este ano tem que comprar 15. Esse ano a ADIB aconselhou a não investir, a água é apenas para manter a planta viva, mas todo mundo investiu. E quem investiu mesmo com apenas dois dias de água não vai perder tudo não, mas a manga não vai ficar bonita e grande. A manga que está saindo agora não está muito ruim não. Se o preço compensar, tudo bem (Entrevista 3) .

Segundo o produtor e comerciante P.B., a seca de 2012 afetou muito. Esse produtor está acostumado a comercializar cerca de 20 a 25 caminhões por semana de mangas e agora, nesse período de seca, carrega apenas quatro caminhões por semana e tem semana que não carrega nenhum:

Os empregados reclamaram, alguns viajaram, foram embora, não teve como garantir emprego para todo o pessoal, tô (sic) acostumado a dar emprego a muita gente, inclusive a grande maioria registrado, outra grande parte terceirizada, e aí teve essa seca aí, que é o grande fator que ocorreu esse ano aí, que caiu em 70% da produção. Além disso, caiu a qualidade. Tamanho da fruta pequena, teor de açúcar baixo, devido à falta de água, então afetou muito. Hoje tenho fixo em torno de 25 funcionários. Dividido entre homens e mulheres. Na época boa, tem cerca de 120 funcionários, de julho a dezembro (ano passado 2011). Com esse ano, caiu pra 20, 25 funcionários. Na nossa região todo mundo sofreu o mesmo problema. Agora foi a pior, não ter como produzir, gerar emprego e faltar tudo isso que tá acontecendo, foi o único tempo, a maioria dos pequenos produtores tem queixado bastante, tem a dívida de custeio no banco. Seria muito importante o banco dar alguma condição. Realmente eles estão em situação crítica, na verdade ninguém tem culpa pelo fato do que houve, nunca aconteceu na nossa região. As plantas estão morrendo, a barragem será fechada dia 30 de outubro de 2012. E não terá água pra irrigar de jeito nenhum. E vai ficar pior ainda (Entrevista 5).

Existem muitos produtores que estão eliminando o pomar inteiro. Quando a mangueira começa a sentir muito a falta d'água não se pode mais recuperar. Elimina e planta outra que só produzirá em alguns anos. Alguns produtores estão aproveitando a seca para substituir as mangas mais tradicionais pela Palmer, que é uma variedade mais resistente e menos exigente com relação à água. Além disso, as dificuldades estão estimulando os agricultores a migrar para outras áreas onde não há problemas com a água. As terras nessa microrregião estão supervalorizadas, existem terras com melhores preços próximas a rios maiores como o São Francisco. Segundo entrevistado P.B.:

Aqui não se desenvolveu mais devido a falta de água. Se não faltasse água, pra você ver como aqui cresceria. Alguns resistem, fazem poço artesiano,

deu azar, o poço secou. Outros têm vontade de expandir, mas não tem água e não tem condição de comprar terra. Um hectare de terra aqui, em média, custa 20 mil reais, em média, 10 mil m<sup>2</sup>, pra plantar manga. Enquanto você vê na região de São Francisco, esses grandes rios, é dois mil reais, três mil, e não tem quem investe, não tem incentivo. Eu mesmo estou pretendendo expandir minha plantação numa região dessa aí, ou São Francisco ou Rio Corrente, porque lá eu vejo que não se vê crise de água, nunca falta água (Entrevista 5).

De acordo com a produtora e comerciante J.B., o custo de produção da manga não é alto para o pequeno produtor, mas é satisfatório para todos. “Eu tenho mais de 18 anos que trabalho nisso e nunca tive prejuízo com manga. Se chover, encher a barragem, não tem mais problema” (Entrevista 6). A partir do momento que a barragem do Rio do Paulo encher vão se acabar os problemas de Dom Basílio, e a barragem do Rio de Contas fica apenas para o abastecimento de Livramento de Nossa Senhora, não só para a agricultura, mas para outros usos, dentre eles, o consumo humano. Uma das estratégias dos produtores para manter a irrigação é a utilização de poços tubulares nas propriedades. Fora do perímetro, quem não tem um poço tubular, tem que ter um reservatório a fim de garantir a manutenção dos pomares. Os produtores constataam os problemas de manutenção e de infraestrutura que ocorrem na barragem e indicam sugestões para saná-los, como no exemplo a seguir:

Eu mesmo tenho um reservatório que está acabando. Se eu não tivesse, eu não teria nem planta viva mais. Imagina safra, não ia colher nada. Muitas roças já estão ceifadas por causa da falta d’água. Já tem muitos pomares que liquidaram a plantação. Não volta mais. A planta que caiu folha e secou não volta mais. Quando a planta fica sem água, ocorre uma doença chamada “dipródio”. Nessa doença a planta começa a secar das pontas dos galhos para o meio. Se intervir com rapidez, pode recuperar. Se não, a planta morre. Eu acredito que vai morrer muita planta. E a previsão de chuva não tem. E nada pode ser feito de imediato. Só se cair do céu. Agora, tem como resolver para o futuro. Várias coisas podem ser feitas. O bloco 1 ainda está irrigando por inundação. É uma área pequena que gasta muita água. Desperdiça muita água. Precisa fazer a pressurização desse bloco. Precisa fazer alguns barramentos para conter a água no período de chuva. Fazer a transposição da água por bombeamento para o riacho do Paulo. Aproveitar o período das águas que estão sobrando (Entrevista 7).

Segundo esse produtor, para o município fazer as obras de infraestrutura necessárias para resolver os problemas existentes é praticamente impossível, em decorrência do volume de recursos. “É um projeto que pode custar 15 milhões de reais”, exigindo, portanto, o aporte de recursos de outros níveis de governo, estadual e federal:

O atual prefeito que está no poder há oito anos apoiou o deputado Gedel Vieira Lima que foi quem deu todo o suporte para Livramento. Chegou a ser

ministro da integração social. O prefeito fez todos os pedidos, fez projetos, e tudo, na verdade, o deputado pisou na bola com o prefeito, que correu atrás disso aí e não conseguiu nada. Todo mundo faz promessa e mais promessa e cada ano só mais dificuldade. E o pessoal aqui é de botar a mão na massa, de trabalhar. O pessoal aqui é direito, organizado, trabalhador. Se tivesse água, resolvia o problema de todo mundo (Entrevista 2).

Os maiores produtores, fora do perímetro irrigado, captam água por bombeamento na época da chuva e enchem os reservatórios de suas propriedades. Não foi possível fazer isso nesse ano de seca, a água foi insuficiente. O custo de energia para esses produtores acaba sendo muito alto. Tem produtor que paga 50 mil reais por mês de energia em época de bombeamento. Os pequenos produtores vão se adequando ao que podem. Tanto para os grandes como para os pequenos produtores é fundamental a participação do governo que não tem ajudado nesse sentido, para uma melhor condução da água. Segundo o pequeno produtor R.R., existe grande necessidade de crédito e financiamento para todos, mas este não é o principal problema:

Quem quer produzir produz de qualquer jeito. Se tiver financiamento bem, se não tiver, se for lutador ele vai. O problema é a água. A gente tem lutado muito, faz parte da comissão gestora, tem lutado pela transposição do rio Taquari e Vereda, tem lutado contra a pressurização do bloco I. Vem deputado, deixa a gente animado, mas depois nada. Eu mesmo estou esmorecido, tem que apelar para cair água lá de cima. Ainda espero que daqui até maio dê uma chuva boa. A última chuva boa foi no mês de março, mas passou rápido (Entrevista 3).

No perímetro irrigado, a distribuição das águas é estruturada a partir de três blocos. Na proximidade da cachoeira fica o bloco I, recebe a água diretamente das antigas canaletas, a céu aberto. Essa estrutura funciona há mais de 150 anos e ocorre muito desperdício de água, tendo em vista que nunca foi revitalizado. Nesse bloco, existem oito canais que, há mais de cem anos, conduzem a água via canaletas por sete ou oito km de distância para irrigar boa parte das lavouras. O problema é que a área irrigada fora do projeto está maior que dentro do projeto original. Como não há uma normatização, todo mundo faz o que convém. Em março de 2013 a água está sendo liberada apenas para o consumo humano.

Os blocos II e III são atendidos por tubulações. Em tempos de crise a água é liberada na base da cachoeira apenas dois dias por semana para cada bloco. São 12 horas na segunda-feira e 12 horas na quinta-feira. No período do crescimento da fruta, aumenta muito a necessidade de água, principalmente por ser uma época de estiagem. Se faltar água, o fruto não fica grande e com pouca qualidade, e isso atinge a todos, sendo a maioria de pequenos

produtores que não dispõem de reservas para esses períodos. Esse problema é sério, pois toda a região vive da manga. Se a manga acabar, o prejuízo é grande para quem vive diretamente do produto, mas, também para o comércio e os serviços da cidade de Livramento de Nossa Senhora e Dom Basílio. De acordo com o presidente da associação R.R:

O problema da falta d'água vai continuar por que chuva para fazer água só a partir de outubro. Pode neblinar pela influencia orográfica da Chapada Diamantina, a temperatura vai cair e pode ajudar um pouco, vai diminuir a evapotranspiração, mas não é chuva para cair água. É só para não piorar a situação. Antigamente o povo rezava mais, jogava água nos cruzeiros para cair à chuva. Agora temos que nos organiza politicamente para ver se conseguimos as obras que o polo e projeto precisam. (Entrevista 2).

Segundo os produtores, o racionamento de água existe há mais de dez anos e está cada vez mais complicado. Os blocos II e III funcionam com sistema de pressurização mantido pelo DNOCS, sendo 3.600 hectares nesse sistema. Destes, mais de 3.200 são ocupados com manga. A manga associada ao maracujá que também é um consórcio muito explorado no interior do município com a ajuda de poços tubulares. São essas atividades que geram divisas e empregos para a população local.

Os rios que abastecem esta microrregião, com exceção do Rio Brumado, todos são intermitentes. Esses rios nascem na mesma localidade, na Serra das Almas, e se unem na parte mais baixa. Ao longo dos rios existem muitos cultivos feitos de forma indiscriminada, até barramentos de águas e poços tubulares são construídos sem nenhum critério. Segundo o presidente da ADIB R.R, eles não sabem como agir e o que fazer para controlar essa situação:

Nós ficamos cegos sem saber o que fazer. A gente não tem nenhum estudo sobre o lençol freático da região, do volume de água que existe que está acumulado aqui. O que estamos vendo são poços secando e isso acaba refletindo na vida econômica e social da população (Entrevista 2).

O projeto de irrigação foi criado para atender aos três blocos. Na medida em que a água é liberada, passa primeiro pelas canaletas que conduzem a água para diversas comunidades. Nesse processo antigo e arcaico há muito desperdício de água. É fundamental que se faça a pressurização desse bloco I e a transposição do rio Taquari e Vereda para a barragem do Paulo, para que toda a população seja atendida. Esta proposta se constitui numa estratégia importante para uma convivência com a seca e para garantir o desenvolvimento das atividades instaladas. Os produtores, a sociedade e as autoridades locais são unânimes na luta para que esta proposta se concretize.

Os grandes produtores sempre encontram uma saída para a crise, podem se desfazer de um patrimônio, negociar com bancos, esperar tempo de chuvas. Para o pequeno produtor, é sempre mais difícil, às vezes, é obrigado a passar o lote adiante, arrendar ou vender e migrar para outras localidades em busca da sobrevivência. Nesse contexto que se verifica a importância de políticas públicas permanentes para manter o pequeno produtor no campo, mesmo em condições adversas.

As maiores dificuldades, senão a maior dificuldade de produzir nessa região está relacionada com escassez da água, mas, existem alternativas para solucionar ou amenizar tal problema, que dependem de interesses políticos. Segundo o presidente da ADIB, R.R.,

Se não houver mais chuvas, é possível perder toda a produção. Essa falta não é somente porque não tem chovido. É uma consequência da falta de investimento do governo federal em infraestrutura, em captação, condução e acumulação de água, como também na distribuição e principalmente no disciplinamento no uso da água. Entra aí a participação do governo do estado que insiste em virar as costas para o polo Livramento e Dom Basílio, deixando entrar nessa situação de calamidade, justamente por não querer fazer a sua parte, que é a disciplina do uso ao longo do Rio Brumado. Desde 1976 que essa situação vem acontecendo. Como entramos no período em que a produção de manga e maracujá se tornou rentável, todo mundo quis plantar. (Entrevista 2).

Segundo esse presidente, há uma forte ausência do governo do Estado na disciplina do uso da água. “Há uma omissão do governo que não faz a parte que lhe cabe”. Os produtores também acabam se acomodando, é necessária uma maior organização política para conseguir as obras que o polo precisa. Essa microrregião pode produzir mais que a capacidade que produz, para isso deve aproveitar melhor as águas das chuvas e com uma melhor racionalização do uso da água. O bloco I nunca foi desenvolvido em função das crises da falta d’água. E ainda gasta mais água que o perímetro irrigado.

Captar, conduzir, irrigar por meio de canais como esses do bloco I, feitos no chão sem nenhum revestimento proporciona o desperdício de mais de 70% da água vinda do rio. O projeto para pressurização desse bloco I foi feito em 2005 e até hoje não tiveram força política para pressionar o governo para implantá-lo. As plantas estão morrendo sem água enquanto próximo existem 1200 hectares que estão sendo irrigados, sendo que 70% estão sendo desperdiçados. É muito desperdício para quem está necessitado. A região está à beira de um colapso, segundo o CDL 70% da renda per capita do polo Livramento-Dom Basílio e Rio de Contas é constituída pela agricultura irrigada. A gente precisa trabalhar com a perspectiva do que vai investir hoje será a garantia da sustentabilidade econômica e social do futuro do polo (Entrevista 2).

A ADIB é uma associação dos irrigantes que, desde 1991, é responsável pela operação, distribuição e manutenção da infraestrutura de irrigação nessa microrregião. Desde a década de 1990 que o DNOCS tenta amenizar o problema. Para isso, criou uma comissão gestora em que incluiu todas as entidades envolvidas nos três municípios para minimizar esses conflitos. Tudo é discutido numa mesa de negociações e isso tem ajudado estes três municípios a entender melhor o problema. Segundo o presidente dessa associação, essa comissão tem reivindicado do governo federal as obras que o polo prioritariamente precisa.

O açude público do Rio do Paulo está a 800 metros do rio Brumado e nunca encheu, se houvesse a transposição dessas águas em períodos de chuva, resolveria o problema da água para essa microrregião. Não tem havido vontade política para resolver esta situação. Segundo o presidente da ADIB,

Desde 2005 que a gente vem correndo atrás, mas os governantes nunca foram sensíveis a ponto de atender nossas demandas. É preciso melhorar e dar sustentabilidade ao que está aí. A questão principal é a falta de mobilização e organização dos municípios que se beneficiam com estas obras. Não existem interesses coletivos em unir forças dos três municípios para se tornar forte politicamente a ponto de trazer os recursos necessários para implantação dessas obras. Toda vez que se tenta alguma coisa os prefeitos tem interesses distintos e não coletivos.

A microrregião de Livramento do Brumado precisa urgentemente de uma regularização para o uso dos seus mananciais. Existe uma disputa intensa pela água nos três municípios, onde todos necessitam, pois a agricultura é o carro chefe da economia desses lugares. O que tem acontecido é que cada um possui os seus interesses específicos. A principal barragem que alimenta o perímetro irrigado de maior projeção, que é no município de Livramento de Nossa Senhora, está localizada no município de Rio de Contas. Em função disso existe uma grande disputa desses municípios pelo uso e posse da água. Segundo o presidente da ADIB, um grupo de franceses fez um experimento com a plantação de Oliveiras no município de Rio de Contas, esse experimento deu certo e esse grupo comprou 3.500 hectares e estão desmatando tudo para plantar laranja “Pokam” e oliveiras. Práticas como essas comprometem os mananciais. Todos esses municípios precisam encontrar caminhos econômicos para sobreviver, mas, é preciso um planejamento sustentável. Segundo esse presidente,

A forma como Rio de Contas tem feito vai prejudicar todos e pode morrer tudo, porque às áreas que tem o maior potencial hidráulico da região está plantando eucalipto, desmatando 2.000 e 3.000 hectares. Isso não vai dar bom resultado. Não precisa ser especialista para entender o resultado final

disso. Em Rio de Contas que está toda riqueza, as nascentes, mas no momento o gestor do município não entende que todos precisam plantar.

Segundo os produtores de manga, a irrigação é a salvação da agricultura nessa microrregião e vem sendo utilizada de forma racional. A irrigação por aspersão vem sendo substituída pela microaspersão e gotejamento como uma forma de conter o desperdício de água. Essas técnicas são inclusive incentivadas através da liberação de linhas de financiamento vinculadas a política de melhor utilização dos recursos hídricos. A irrigação eleva consideravelmente a produtividade, tornando-se indispensável para a fruticultura e uma excelente alternativa para o semiárido. O clima seco e o alto índice de insolação são muito propícios ao cultivo de frutas, pois proporcionam baixa proliferação de doenças e menor índice de aplicação de agrotóxicos, o que está em coerência com as regras cada vez mais exigentes dos países europeus.

O problema para os pequenos produtores é que nem sempre os sistemas mais modernos e eficientes de irrigação se enquadram em suas condições econômicas. Nessa microrregião, os custos não são elevados para o pequeno produtor, pois este não faz uso de energia elétrica. A irrigação funciona por meio de gravidade, por micro aspersão ou gotejamento, o custo ocorre na aquisição de mangueiras, e praticamente só é feito uma única vez.

O desenvolvimento crescente da irrigação foi o principal fator do desenvolvimento dessa microrregião e do deslocamento da produção de frutas do Sul e Sudeste para o Nordeste. Somam-se a isso outros fatores atrativos como: o clima, a isenção de impostos, disponibilidade de terras abundantes e mais baratas. Atualmente, a região Nordeste congrega a maioria dos investimentos na produção de frutas no país, numa ótica moderna e competitiva. Estes polos de fruticultura vivem uma fase que requer maiores investimentos em infraestrutura na abertura de novas áreas e de novos projetos de irrigação.

Os sistemas de irrigação agrícola no Brasil, principalmente no semiárido nordestino, estão se modernizando no sentido de racionalização do uso dos recursos hídricos. Os sistemas modernos de irrigação, como gotejamento e/ou irrigação noturna, caracterizam essas eficientes formas de uso mais racional da água. Nesses polos irrigados de fruticultura, o produtor deve ter noções básicas de manejo correto e irrigação, de normas e critérios definidos de certificação, na aplicação correta dos agroquímicos. É necessária uma preocupação com os solos dessas áreas, pois quando não há manejo adequado, comumente aumentam a salinização e a contaminação com o uso constante de agrotóxicos.

A tecnologia tem que atender a todas as exigências produtivas inclusive no controle ambiental e hídrico, é necessário ir além das conquistas tecnológicas destinadas à produção e adotar métodos mais efetivos de controle de irrigação, sem desperdícios de água. A prática da agricultura irrigada, segundo Gleissman (2000), é fator limitante para a produção de alimentos em muitas partes do mundo, podendo produzir fortes impactos negativos como aumentar a possibilidade de lixiviação de fertilizantes das lavouras para os rios e riachos, provocando modificação na ecologia fluvial, erosão e salinização dos solos além dos efeitos sobre o lençol freático.

As reações verificadas no meio ambiente, por práticas inadequadas ao uso do solo, como o uso abusivo de fertilizantes e inseticidas, com cultivos que não respeitam a aptidão agrícola dos solos brasileiros, têm comprometido e degradado a capacidade produtiva. Azevedo (1986) afirma que o principal desequilíbrio provocado no meio ambiente por práticas inadequadas entre o homem e os sistemas é verificado no solo, através de sua erosão, contaminação, esterilidade e desertificação. Segundo Martinelli,

No período 1986/2000, o Brasil consolidou-se como um dos maiores consumidores de agrotóxicos do mundo. O gasto com agrotóxicos por hectare em 1998 foi de US\$ 26, o que colocou o Brasil na terceira colocação nos gastos com agrotóxicos por hectare, atrás apenas de Japão e dos Estados Unidos. Ainda atrás desses dois países, o mercado brasileiro de agrotóxicos tornou-se, em fins de 2000, o terceiro maior do mundo em vendas, que totalizaram US\$ 2,5 bilhões, correspondendo a 9,70% do mercado mundial (MARTINELLI, 2003 p.35).

Práticas inadequadas, como uso abusivo de inseticidas, de adubos químicos e retirada indiscriminada da cobertura vegetal contribui para o total comprometimento e desequilíbrio ambiental. Assim como o solo, a água também tem sido palco de interessantes discussões sobre impactos ambientais em consequência da modernização da agricultura, que sofre praticamente com as mesmas práticas oferecidas ao solo além do mais, se corre o sério risco de escassez.

Deve haver uma campanha constante para a redução dos defensivos agrícolas como forma de preservar o meio ambiente e a saúde do trabalhador que lida diretamente com esses produtos. Às vezes, não resta nenhuma alternativa eficiente ao controle de pragas e doenças, sendo indispensável recorrer à aplicação de produtos químicos. Nesses casos, deve haver a orientação de um profissional competente que recomendará o tipo de tratamento e o modo correto de aplicar ou, em situações adversas, seguir rigorosamente o manual.



O uso inadequado de defensivos agrícolas na cadeia produtiva das frutas pode comprometer à saúde do consumidor, do trabalhador e do meio ambiente. Os maiores problemas são o uso sem controle da aplicação correta do receituário agrônomo. A aplicação descontrolada de defensivos é facilitada pela falta de fiscalização de resíduos nas frutas. A não utilização de equipamentos de segurança nas pulverizações e o descarte incorreto das embalagens são práticas comprometedoras das questões ambientais e devem ser assinalados como problemas a serem resolvidos onde ainda há essa ocorrência. Existe a necessidade de controle fitossanitário em função das pragas e doenças que atacam diretamente o produto final, reduzindo ou inviabilizando a comercialização da fruta, mas deve haver práticas sustentáveis de uso devido desses recursos. De acordo com o agrônomo da ADAB (Entrevista 1), o uso de defensivos químicos na microrregião de Livramento do Brumado é feito de forma indiscriminada. Além do uso indiscriminado de defensivos agrícolas por muitos produtores, às vezes mal orientados e induzidos por comerciantes inconsequentes.

A grande dificuldade no controle das pragas e doenças é que ainda não existe uma grade de moléculas de princípios ativos de defensivos registrados pelos órgãos responsáveis do Governo Brasileiro que atenda de forma racional às novas concepções de plantio, como a implementação da Produção Integrada. O produtor deve obedecer rigorosamente à legislação de agrotóxicos, mas ele necessita dispor de um portfólio de defensivos que permita uma produção segura e competitiva (SEBRAE, 2005).

Quem faz um sistema de análise sobre os principais focos de contaminação é a Análise dos Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC). De acordo o Departamento de Agricultores dos Estados Unidos (USDA, 2005), este modelo é o mais importante com relação às importações de frutas. A Produção Integrada de Frutas (PIF) é uma certificação nacional, atualmente vinculada ao Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), que traz em seus elementos as mesmas cláusulas atendidas pelo Protocolo EUREPGAP. Este Protocolo foi criado por um grupo de produtores, distribuidores e vendedores de produtos agrícolas, que, por sua vez, avalia a produção de alimentos de alta qualidade, obtida principalmente mediante o uso de técnicas que reduzam os impactos ambientais. Esse modelo foi criado no fim da década passada por grupos europeus e refere-se exclusivamente às atividades de produção agrícola, não envolvendo, portanto, as atividades de preparação das frutas para exportação. As barreiras fitossanitárias são cada vez mais exigidas e pode comprometer diretamente a comercialização das frutas. A União Europeia, desde a década de 1990, tem avaliado o nível de ingredientes ativos dos produtos agroquímicos registrados para frutas. Isso significa que para os países se manterem ou

ingressarem na lista de exportadores para a Europa, devem garantir que as frutas sejam tratadas com agroquímicos registrados e aceitos pela legislação europeia (BRASIL, 2007).

A utilização de matéria orgânica tem sido uma alternativa importante para a adubação sustentável da fruticultura, além de menores custos, não há agressão ao meio ambiente. O uso do biogel, feito a base de esterco animal, cumpre muito bem essa função, é um recurso simples, barato, de fácil acesso e praticamente não compromete o meio-ambiente. É fundamental a busca de soluções práticas e de fácil acesso para diminuir os custos e a dependência da importação de fertilizantes.

As embalagens também são de grande importância para a cadeia produtiva de frutas. As de papelão, muito utilizadas para a exportação, são cada vez mais adotadas no mercado interno. Neste contexto, é necessário que haja a instalação de fabricas dessas embalagens próximas aos polos de fruticultura. É uma oportunidade de geração de renda e de facilitação da cadeia de frutas.

O uso racional da energia também é um recurso indispensável na produção agrícola, que precisa ser melhor conduzido, buscando fontes mais limpas, que agridam menos o ambiente. É preciso cuidado desde o uso do bombeamento para irrigação, até a estrutura de câmaras frias. Algumas áreas produtoras de frutas irrigadas na Bahia e Ceará enfrentam problemas com a oferta insuficiente de energia elétrica.

Sistemas eficientes de irrigação representam importantes economias de energia e de água, que rebatem positivamente para o sucesso do empreendimento e para o meio ambiente. A utilização de fontes alternativas de energia ainda não tem sido suficientemente aplicada, tendo em vista a oferta de insolação da região.

Esses polos de irrigação requerem, além de investimentos em infraestrutura na distribuição de águas, também um oferecimento eficiente em energia, armazenamento, transporte, capacitação de mão de obra, entre outros investimentos necessários ao escoamento dos produtos. Esses aspectos nem sempre são estendidos ao pequeno produtor.

Certas deficiências acabam comprometendo sobremaneira a vida desses agricultores, e sua articulação produtiva encontra dificuldades em se estabelecer como um mercado completo. As frutas enfrentam longas estradas, por vezes precárias. Por via aérea os custos ficam mais elevados, a não ser quando o produto tenha um alto valor no mercado final, que tenha uma curta vida de prateleira, ou essa seja realmente a única via de acesso.

## 5.2 A participação de Dom Basílio no perímetro irrigado

A prática da irrigação de culturas nesse município ocorre a mais de duzentos anos, aproveitando as condições ambientais existentes. As condições naturais para produzir são muito favoráveis em D. Basílio: o solo profundo, com declividade própria para a irrigação por gravidade e a tradição do povo em produzir e trabalhar com a agricultura. A irrigação nesse município também ocorre por canaletas construídas no passado, por gravidade, intercaladas pela construção de barramentos e posterior distribuição das águas. Esse modelo determina uma limitação de área a ser cultivada. Alguns produtores conseguiram estender suas áreas com o uso dos motores a diesel. No início do projeto, como não houve assistência e acompanhamento, muitos agricultores não resistiram, venderam seus lotes, entretanto, os que ficaram se organizaram, superaram as dificuldades e, hoje, vivem dias melhores.

Segundo o produtor e comerciante J.M., “a agricultura é um sucesso em Dom Basílio. O pequeno produtor está satisfeito. Não só como produtor, mas como conhecedor de toda a situação”.

Em 1982, em Dom Basílio, era comum pessoas pedirem esmola na beira do rio. Eu conheço pessoas que eram pedintes e que hoje, tem irrigação no quintal da sua casa. Eles plantam as mangas, o que dá uma renda suficiente, mas aproveitam a área próxima e plantam para subsistência. A vaca de leite deles é criada na corda. O gado aproveita o capim que nasce com a umidade e disso eles tiram o leite. Essa harmonia de cultura você quase não vê nessa região. Eles têm a fruta pra comer, batatas, feijão, sobrevivem bem. As pessoas que ingressaram na agricultura têm um grande nível de felicidade. As pessoas da zona rural de Dom Basílio têm todo o aparato que tem na cidade grande. Eles têm TV, geladeira. Eu tô (sic) falando da zona rural, Itapicuru, Fazendinha, é à beira do rio, aquelas pessoas que não são zona urbana. A grande parte da zona urbana é funcionário público, comerciante, tem outras rendas. Tem outra condição da vida, mas na zona rural a condição de vida tá muito boa. O padrão de vida está muito melhor e o povo está muito mais feliz. Nós temos um grande número de pessoas que querem mandar seus filhos estudarem fora, eu conheço pessoas que já são advogados, engenheiros, médicos, todos vindos da zona rural. Os pais têm conseguido botar essas pessoas pra fora também. Uma parte dos filhos sai, outras ficam, e nisso eles vão se mantendo na terra. Em 30 anos, Dom Basílio mantém o menor crescimento populacional do Brasil. Tem o controle da natalidade no padrão de países desenvolvidos. Não existe mais família com um grande número de filhos. Você vê que a cidade está sintonizada com o mundo (Entrevista 8).

De acordo o PNAD (2009) o nível de renda da população do campo melhorou de 1992 a 2009 em todas as classes sociais. A classe A cresceu 0,18% no Brasil como um todo; a classe B, que tem renda entre 4.854 e 6.320 reais cresceu 3,5% durante esse tempo; a classe

C, que correspondia a 20,6% da população rural em 2003 passou para 35,3% em 2009. Esse grupo tem uma renda familiar entre 1.126 e 4.854 reais e houve um crescimento de 71,78% desde 2003. A classe D compõe 30,2% da população do campo em 2009 com renda entre 705 e 1125 reais. A queda da população dessa classe foi de 0,07% no último ano, isso significa que 39,5 mil pessoas deixaram de pertencer a essa classe no campo e passaram para a classe C. O grupo pertencente a classe E caiu 8,28% no último ano, que foi praticamente o dobro da média nacional, que significa a saída de 780 mil pessoas da pobreza absoluta do campo para a classe D. Estes dados representam a melhoria da renda do homem do campo nas últimas duas décadas no Brasil.

Segundo o ex-prefeito e atual produtor J.M., quando a energia elétrica alcançou a margem do rio e possibilitou o bombeamento houve uma melhoria na condição de vida dos produtores. Antes da eletrificação, perdia muita água porque inundava as partes baixas. A irrigação tem melhorado cada vez mais. No princípio usavam-se canhões, depois passou a aspersão e agora quase todos usam micro aspersores, o que ajudou muito a diminuir o desperdício da água:

O que ocorreu em Dom Basílio foi uma reforma agrária natural, primeiro o município é pequeno. A média de área dois hectares por agricultor, e vai diminuindo porque os pais dividem com os filhos. Quando eu era prefeito, levei lá o diretor do banco, foi difícil porque os terrenos eram muito irregulares, sem documentação, aí resolveu se fazer o financiamento apenas com o documento do INCRA (Entrevista 8) .

O projeto de irrigação visava atender apenas o município de Livramento de Nossa Senhora. Após solicitações, Dom Basílio conseguiu assegurar 1.500 hectares de irrigação na época do projeto com o Ministério da Agricultura. Hoje, são 3.000 hectares irrigados em Dom Basílio e 7.000 hectares irrigados em Livramento de Nossa Senhora, entretanto, não foi feita uma estrutura de irrigação para manter toda essa área, com tubulações para chegar a todos os lugares necessários. Além disso, as áreas irrigadas foram estendidas além do projeto. Tem produtor particular que coloca a bomba, puxa água mesmo estando a mais de dos mil metros do rio, comprometendo a capacidade de atendimento da irrigação que foi extravasada. Segundo esse produtor:

É preciso fazer a canalização e a transposição do Taquari e Vereda, o rio corre 60 dias sem parar e essa água é desperdiçada. É um rio temporário, mas muito forte. Tinha que fazer uma canalização e desviar para a barragem do rio do Paulo, que tem a capacidade de armazenar 50 milhões de metros cúbicos e a gente perde mais de 100 milhões de m<sup>3</sup> por ano. Você teria água suficiente para irrigar até de forma errada.

A construção de reservatórios também seria uma importante alternativa para aproveitar as águas do período chuvoso. Essa questão é discutida por todos os envolvidos com a agricultura na região. Existem promessas do poder público da vinda de recursos para esta finalidade, mas não há nada de concreto, quando ocorrem épocas de muita seca, como o ano de 2012, o problema vem à tona e esta discussão toma novo impulso, ficando de lado depois que passa o período crítico. É uma questão de política pública que deveria ser prioridade para realizar estas duas obras. A área plantada cresceu muito e sem planejamento, não tem água suficiente para atender a todos.

O município de Dom Basílio tem uma situação interessante, foi o maior produtor de alho e cebola da Bahia e depois passou a ser um dos maiores produtores de manga da Bahia. A manga foi uma alternativa porque D. Basílio começou a produzir a partir de 1986, tinha as mangueiras tradicionais: manga rosa, espada, mas não numa escala comercial. A irrigação foi feita em 1986 em toda parte baixa, a energia foi estendida em toda margem do rio, foi tudo financiado pelo banco do estado da Bahia pra incentivar a plantação de manga, que passou a ser a principal economia. (Entrevista 8).

Segundo este produtor, Dom Basílio tem uma vantagem sobre a qualidade do solo, que é excelente para promover o estresse hídrico da planta. Essa condição é ideal para realizar a técnica da indução floral e ter bons resultados fora dos períodos de safra. “É muito melhor do que qualquer outro lugar, inclusive melhor que o perímetro irrigado de Livramento de Nossa Senhora” que tem um problema na indução floral, pois, mesmo colocando o Cutar como facilitador, não garante os mesmos resultados que são obtidos nas áreas de Dom Basílio.

A manga, se você deixa ela passar sede, ela entende que é seca e tem que se preparar para a chuva. No momento que você joga água nela ela percebe que choveu, e tem a floração fora de época. Por isso, você pega o melhor preço de mercado na entressafra (Entrevista 8)

De acordo esse produtor, a agricultura, sem sombra de dúvidas, melhorou a cidade de Dom Basílio, que tem 17,2% da população vivendo na zona urbana e 82,8% vivendo no campo. Existem povoados, como Alto do Rosário, que possuem aproximadamente 100 casas. Não se trata de zona urbana, mas sim de zona rural, e todos vivem da agricultura, mas não moram na fazenda. Vão de bicicleta, moto, é quase uma agrovila. J.M afirma ainda que:

A irrigação é uma coisa que muda a vida das pessoas. O nordestino ao longo dos anos vivia olhando para o céu pra saber que horas ia chover, quando ia plantar, dependendo muito de sorte. A irrigação deu essa condição para as pessoas saberem quando plantar e colher. Esse ano foi um

ano atípico, mas na maioria dos anos eles tinham certeza. Fui prefeito em 1982 e era uma população pobre, a gente vai lá hoje todo mundo tem carro, moto, energia elétrica, condição de vida melhor. Então houve uma melhoria muito grande. Dom Basílio tem uma característica diferente, planta muito maracujá, flores, diversificação de culturas, não só a manga. O que não acontece em Ilhéus, que só tem o cacau, em Vitória da Conquista com o café. Essa variedade de culturas tanto é bom para o solo, quanto para o comércio. Sem dúvida essa melhoria em D. Basílio é por conta da agricultura irrigada, que é secular. Eu que sempre viajo muito para o exterior, fui no supermercado em Los Angeles e vi manga do Brasil. A manga dá com melhor qualidade em climas quentes (Entrevista 8).

### 5.3 Agricultura familiar na microrregião de Livramento do Brumado

Embora esta região tenha sido ocupada originalmente pela pecuária, com base na grande propriedade, a agricultura familiar desenvolveu-se paralelamente, vindo a se integrar à criação de animais. Ao longo do tempo prevaleceu a exploração de lavouras alimentares, comerciais e bovinocultura de corte. Essas atividades se desenvolveram, inicialmente, nas propriedades situadas às margens dos rios e cursos d'água, onde se concentra atualmente um grande número de produtores rurais, em decorrência do desmembramento das antigas fazendas (BAHIA, 2007). A agricultura familiar ocupa pequenas áreas, mesmo oferecendo grande parte do alimento para a mesa do brasileiro e matéria-prima para a agroindústria. Enquanto o pequeno agricultor ocupa em média 18,3 hectares por estabelecimento agrícola, no Brasil, e 14,9 hectares na Bahia, a média para o agronegócio é de 309 hectares por estabelecimento no Brasil e 200 hectares, na Bahia. As distâncias entre as grandes e pequenas propriedades são demasiadas. Esse fato perpetua a desigualdade e os conflitos sociais. (Tabela 19)

Tabela 19  
Brasil/Bahia  
Agricultura familiar – Estabelecimentos agrícolas e área ocupada (ha)  
2006

País/Estado	Agricultura Familiar		Agricultura não familiar	
	Número de Estabelecimentos	Área hectares	Número de Estabelecimentos	Área hectares
Brasil	4.367.902	80.250.453	807.587	249.690.940
Bahia	665.831	9.955.563	95.697	19.224.996

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário – 2006

A atividade agropecuária ainda é o principal agente empregador dessa região, esse fato reflete sua importância na economia regional. Os pequenos estabelecimentos, com áreas inferiores a 100 hectares, são os que mais têm peso na produção das lavouras temporárias. O elevado percentual de mão de obra neste segmento mostra a importância e coloca em destaque a agricultura familiar na absorção da força de trabalho. As lavouras permanentes, embora tenham crescido na região, na década de 1990, tanto em termos de área cultivada, quanto no valor da produção agrícola, contribuem timidamente na geração de empregos (3,9%). Embora no conjunto da região as lavouras temporárias se constituem no grupo de atividade mais importante em termos de pessoal ocupado, tal importância não se reproduzia com a mesma intensidade em todos os subespaços (BAHIA, 2007). A grande propriedade prevalece na Bahia em quantidade de áreas e no domínio das lavouras permanentes. As lavouras mais vulneráveis como as temporárias prevalecem entre os pequenos agricultores (Tabela 20).

Tabela 20  
Bahia  
Agricultura familiar – Lavouras permanentes e temporárias Estabelecimentos agrícolas e áreas de ocupação (ha)  
2006

Estado	Agricultura Familiar		Agricultura não familiar	
	Lavouras Permanentes		Lavouras Permanentes	
	Estabelecimento	Área	Estabelecimento	Área
<b>Bahia</b>	198.871	623.324	36.593	1.063.230
	Lavouras Temporárias		Lavouras Temporárias	
	Estabelecimento	Área	Estabelecimento	Área
<b>Bahia</b>	405.980	1.152.166	44.905	1.812.287

**Fonte: Censo Agropecuário – 2006**

Segundo o pequeno produtor R.R. (ENTREVISTA 3), ele está em Livramento de Nossa Senhora desde o início do projeto de irrigação. Os assentados aqui foram colocados na condição de pequeno produtor e irrigante familiar para difundir a agricultura tecnificada. “No início muita gente vendeu”. Os que permaneceram plantavam feijão, milho, arroz, entre outros cultivos. “Mas quando a gente viu que a manga estava dando dinheiro, a gente acompanhou também o plantio da manga”.

Hoje, a produção básica do perímetro irrigado é composta de agricultor familiar. Dentro do perímetro existem 572 produtores, desses 19 são técnicos de ciências agrárias (agrônomos e veterinários), 71 são microempresários com áreas entre cinco até vinte cinco

hectares. Dos irrigantes de dentro do perímetro, 81% são de agricultores familiares, com apenas uma unidade para trabalhar e viver. No entorno do perímetro existem algumas propriedades maiores. O que prevalece mesmo são os pequenos produtores que vivem das áreas irrigadas.

Faltam orientação e assistência técnica continuada para o pequeno produtor. Muitos deles plantam todo o lote com manga, e essa situação os deixa muito vulneráveis. Plantar um único produto é reflexo da falta de orientação e assistência técnica e pode acontecer um imprevisto, como foi à seca de 2011 e 2012 que comprometeu a vida do produtor. É nesse momento que muitos abandonam a roça por que não tem outra opção nem tem dinheiro para se manter.

Entretanto, mesmo em situações difíceis como essa, a procura por lotes é muito grande. Todos querem produzir. Segundo o presidente da ADIB, quando alguém quer vender o lote, existem dois ou três que querem entrar no seu lugar. Mesmo com toda essa crise, um lote familiar hoje, para passar o direito de uso, pode custar 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) e vende sem nenhuma dificuldade.

Segundo o pequeno produtor R.R, (Entrevista 3) a vida do povo, dos produtores de manga melhorou muito, não em totalidade, mas melhorou muito e garante que só não está melhor pela falta de água, todos querem plantar manga ou maracujá, praticamente ninguém mais planta grãos, nem mesmo para subsistência. A rentabilidade que a fruta oferece tem prevalecido sobre o tipo de produto que será cultivado, mesmo tendo que abandonar uma produção tradicional.

Plantar grãos como eu já plantei, você não consegue tirar nem as despesas, você perde dinheiro e não consegue. A fruticultura é bem melhor do que grãos, quem planta maracujá esta ganhando dinheiro, a manga tem respondido bem. A maioria tem ganhado dinheiro com manga. Pra muita gente melhorou, não 100% mas a maioria melhorou (Entrevista 3).

Segundo o gerente da APROMAL, P.A., mais de 70% dos produtores são agricultores familiares e tem em média cinco hectares de área. Existe uma preocupação entre os associados em não morar nas propriedades, pois ficam vulneráveis a aplicação de inseticidas. Morar em agrovilas tem sido uma importante alternativa para essas pessoas, que podem ser melhor assistidos pelos serviços públicos. O custo baixo para manutenção do perímetro também é um grande incentivador para a produção do pequeno produtor. De acordo esse gerente,



Teve uma época que os produtores moravam nos lotes, mas devido ao uso de inseticidas eles migraram para os centros urbanos ou agrovilas e deixaram suas casas. Poucos moram nos lotes. O DNOCS destinou uma área para as agrovilas. Quase todos são os proprietários dos lotes. Esse foi um projeto que deu muito certo. É um projeto de custo baixo. A taxa que pagam de água é de 45 reais, muito baixa. A cidade é abundante em água, é cercada por cinco rios, isso ajuda muito a produção, não só de manga, já fomos o maior produtor de maracujá da Bahia. Quando fala Livramento, quer dizer Livramento e Dom Basílio. Hoje as áreas plantadas já são 12 mil hectares (Entrevista 9).

Segundo este gerente, a cidade de Livramento de Nossa Senhora melhorou sua qualidade de vida após a implantação do perímetro irrigado e os agricultores familiares estão satisfeitos com o padrão de vida que estão tendo:

A qualidade de vida do produtor melhorou 100%. Livramento há trinta anos só via miséria. Eu conheço produtor que passava fome. Nossa cidade produzia arroz entre três ou quatro grandes produtores. Essas áreas todas eram produtoras de arroz, com um sistema de irrigação precário. Quando não tinha arroz ficava a mercê de outras safras para sobreviver. Essas áreas que estão plantadas antigamente era só caatinga, era seca mesmo. Não existia produção de nada. A partir de 1986, depois da implantação do projeto tudo mudou. Por mais que os pequenos produtores tiveram dificuldade, mesmo assim conseguiram sobreviver. Eu conheço produtor que vivia em rancho e hoje vive em mansões, tem Hilux e tudo mais, há uma supervalorização dos imóveis em Livramento. A saúde privada em Livramento está excelente, e a saúde pública está como em todos os lugares (Entrevista 9).

De acordo com a empresária e produtora J.B., o pequeno agricultor está satisfeito. O grande erro que este comete é ter uma área pequena, de cinco hectares, e plantar toda de manga, que produz uma vez no ano. “Ele deveria pegar metade do lote e plantar manga, e a outra metade outras culturas, inclusive de subsistência” (Entrevista 8). Segundo o produtor e comerciante P.B., a grande maioria dos pequenos produtores, 95%, prefere vender a manga para ele, porque sabe que é uma venda garantida, vai receber tudo. Segundo esse produtor alguns pequenos agricultores tentaram se organizar e vender diretamente pra São Paulo, Rio de Janeiro, e tiveram prejuízos.

Hoje, é comum aos pequenos produtores vender a produção na flor, o pomar inteiro. Existem compradores que buscam a fruta no pomar, avaliam o tipo do tronco da fruta, se está robusto, e compra na flor. Alguns produtores vendem assim para antecipar o recurso, outros, por achar que é melhor vender do que correr o risco, mas tem também àqueles que vendem após a colheita. Além disso, ainda se constata a presença do arrendamento do pomar, pois o

produtor não tem recursos para investir com os tratos culturais ou não quer se envolver com o trabalho por ter outra atividade. Segundo P. B.,

Geralmente eles só produzem, e quando chega na época de colheita, eles vem e me vendem a fruta, eu vou na roça deles, recolho, quando não compro a safra toda, compro por quilo. Às vezes arrendo a roça para poder cuidar, tenho várias roças arrendadas, e têm produtores que não tem como custear, eles me arrendam as roças (Entrevista 5).

Segundo o produtor e comerciante A.C., a manga é o carro chefe da economia do município de Livramento de Nossa Senhora, acrescida do maracujá. Essas culturas são as responsáveis pelo salto econômico e social que a cidade deu após a implantação do perímetro irrigado,

Acredito que Livramento tem um padrão de vida melhor do que as cidades circunvizinhas em função da produção de manga. Você vê pelas residências, pelos carros, pela condição do povo. Hoje o produtor familiar que planta o maracujá, é difícil a casa que não tem uma ou duas motos. Aqui não tem esse problema do cara não ter o que comer. Só não trabalha quem não tem coragem de trabalhar, porque serviço tem. Se o cara quiser ganhar 30 reais por dia, todo dia tem (Entrevista 7).

O cultivo das frutas nessa microrregião constitui uma produção que garante a reprodução social do pequeno produtor e conquista gradativamente os mercados. Atualmente, se apresenta como uma atividade promissora e está estruturada em pequenas unidades produtivas, preservando sua força de trabalho original. O que sustenta esse mercado é a alta produtividade e a qualidade dos frutos, como também dos mercados que tem correspondido a oferta. Os agricultores entrevistados afirmam que existem excelentes e estáveis mercados para qualquer quantidade que venha a ser produzida. Esse é um grande estímulo ao futuro desses empreendimentos. A aceitação comercial da manga de Livramento de Nossa Senhora, hoje, é excelente. Os produtores têm modernizado a produção, através da introdução de novas espécies mais resistentes e de menor consumo de água, assim como aquelas menos suscetíveis às doenças e pragas Segundo o pequeno agricultor G.S,

A melhor manga para vender hoje é a Palmer, tanto para vender como para produzir. A única dificuldade dessa manga é que nos meses de novembro e dezembro a produção diminui, não aguenta bem o período de chuva. Muita gente está substituindo o plantio da manga Tommy pela Palmer. A Hadem tem bom preço, mas não é boa para produzir, ela consome mais água que as

outras. Para o mercado interno a melhor é a Palmer e para o mercado externo a melhor é Keitt e Kent. A manga Hadem não é boa de produzir aqui. As mangas que estão sendo produzidas aqui não precisam de muita água (Entrevista 10).

O comércio da fruta está em alta em Livramento de Nossa Senhora, principalmente por ter uma manga de qualidade superior a de Juazeiro e Petrolina. A manga é mais adocicada e tem tamanho padrão para os mercados mais exigentes e coloração atrativa. Os fatores climáticos têm sido muito favoráveis à produção desse tipo de manga. Segundo o gerente da APROMAL, P.A (Entrevista 9),

A manga de Livramento esta conquistando cada vez mais mercados importantes como o Europeu e os Estados Unidos que em 2004 e 2005 deu uma parada na exportação e agora em 2012 está retomando. Os EUA são um mercado exigente, principalmente com relação às pragas, e o controle das moscas da manga está sendo feito com sucesso. São as moscas *anasthepha spp* (originária do México) e a *ceratitis capitata*. São as duas pragas que a gente trabalha com o monitoramento.

De acordo esse gerente, as perspectivas para a produção de manga são as melhores possíveis. Os produtores acreditam que a conquista do mercado americano melhorou muito a projeção da manga, por ser o mercado mais exigente, torna-se uma vitrine para o futuro da fruticultura na microrregião de Livramento do Brumado. Quando a exportação era consignada, não era bom, o mercado ficava muito instável, poderia ganhar ou perder. A associação se encarregava da comercialização, o que não deu resultados satisfatórios, em decorrência da demora para receber os recursos e pagamento aos produtores. Agora não funciona mais assim, a comercialização inicia com negociação do preço desde o pomar. A APROMAL ajuda muito ao produtor nesse sentido.

Segundo o produtor e comerciante P.B., os comerciantes de várias partes do Brasil preferem a manga de Livramento de Nossa Senhora e em segunda opção, quando não tem, eles compram as de Juazeiro/Petrolina. “Dão preferência a minha fruta, que é bem melhor. Esse ano não deu por conta da seca, mas eles preferem aqui. Pegam todo o tanto que eu tiver. Cada ano que passa sinto mais facilidade em distribuir essa fruta” (Entrevista 5). Segundo este produtor, se acabar a manga, acabou a cidade. E afirma também que o crescimento do lugar deu-se em função da produção da manga, que cresceu demais.

Os produtores e empresários da manga se dizem satisfeitos com o comércio de manga e não demonstram interesse em beneficiar o produto, mesmo entendendo que seria uma alternativa importante aos frutos que são descartados nas épocas de grande produtividade. A instalação de pequenas empresas processadoras, sobretudo despolpadeiras, poderia contribuir

para o maior aproveitamento da fruta e para a geração de ocupação e de renda. De acordo com a produtora e comerciante J.B., a manga e o maracujá são os grandes expoentes da economia de Livramento de Nossa Senhora (Entrevista 6):

Pra nós aqui a maior renda que temos é da manga e do maracujá. Aqui em Livramento não tem até hoje outra opção, se tratando de agricultura. Invisto em manga há 18 anos. É uma atividade promissora, tem muito tempo pela frente. Agora que tá aumentando o plantio de Manga Palmer e eliminando o plantio de Tommy, que são mangueiras mais velhas, que estão desde o início, já tem mais de 30 anos trabalhando com manga aqui. Então, agora a gente vai mudando, a seca gerou muitos problemas, a manga acabou, muitas áreas estão substituindo a manga Tommy pela Palmer. Mas todas as duas prometem.

Segundo esta produtora, as indústrias de beneficiamento não se instalaram aqui porque nunca houve problemas pra vender a manga. Apenas em um determinado ano perdeu-se muita manga, porque houve muita chuva e a produção foi grande, sendo parte da produção retirada do pomar e enterrada. Apesar da estiagem, esses problemas serão solucionados com o retorno das chuvas e a estabilização do nível das águas.

A produção da manga em Livramento do Brumado é dividida em primeiro semestre e segundo semestre, aproveitando as janelas de exportações. O clima favorece a colheita antes de Petrolina e Juazeiro, isso ajuda a ganhar preço. Em São Paulo, por exemplo, o período de floração da manga é em Agosto. Os produtores dessa microrregião procuram produzir antes de dezembro, para não coincidir com a colheita paulista.

São Paulo apresenta vantagem em função de estar próximo aos grandes centros consumidores e ter menor despesa com transporte. Assim, a produção tem que ocorrer numa época que não coincida com São Paulo. Segundo o produtor e comerciante A.C. que vende a manga madura, “o ideal é ter a fruta no longo período, no final da safra de São Paulo, de março a outubro. Aí você não tem como errar. Vai pegar uma semana ruim, um mês ruim, mas no final dá um preço médio que dá para pagar as contas”:

Eu corro o pomar colhendo manga todos os dias. Eu vendo de março a outubro. Se não der tempo vender, eu repasso para outro produtor daqui que exporta para outros países. A vantagem de vender a manga madura é que o fruto chega no maior tamanho possível. É fácil de vender porque chega no ponto de consumo. O preço é melhor. A venda é muito fácil, 100%. Essa manga madura, dando o trato certo, com agrônomos acompanhando, ela aguenta até 30 dias na geladeira. Ela sai daqui a 5 graus, em caminhões apropriados com refrigeração. Qualquer mercado aceita esse fruto. A empresa que eu vendo quer no mínimo uma carreta por dia são 25 mil kg. E

ela pega de outras pessoas também. Chegou, vendeu. A câmara fria é minha, mas os caminhões refrigerados eu pago frete. Faz fila aqui de caminhoneiros querendo pegar a manga, porque querem aproveitar o frete que pegaram pra Salvador, pra ganhar o frete na vinda e na ida. Se tivesse água à gente plantava daqui de Dom Basílio até Brumado. Eu planto manga desde 1989, tem 23 anos (Entrevista 7).

Como visto, regiões como esta, com altas temperaturas o ano todo, podem ser um potencial de irrigação e produção de frutas desde que haja um eficiente projeto de captação de seus mananciais, e é nesse ponto que essa região tem enfrentado sérios problemas. A partir da grande projeção que a fruticultura tomou na região, houve também uma especialização da produção e a implantação no município de Livramento de Nossa Senhora de várias empresas produtoras e distribuidoras de frutas, fora do projeto inicial e do perímetro irrigado, mas também fazendo uso dos mananciais e comprometendo sobremaneira a oferta de água regional.

Sobre o escoamento da produção, a maioria dos produtores está vinculada a cooperativa, mas também, como se diz na região, ainda é muito comum a figura do intermediário, que segundo depoimentos dos pequenos produtores, é um “mal necessário”. Mesmo vendendo o produto mais barato, este agente é quem garante o mercado certo e constante. Há produtores que defendem a presença dos intermediários como fundamentais e indispensáveis na venda dos produtos nos mercados mais imediatos, a exemplo dos que levam as frutas para o CEASA, em Vitória da Conquista.

No entanto, boa parte do escoamento ocorre via empresas maiores e cooperativas de produtores que articulavam as vendas para grandes centros, como São Paulo, e até mesmo para o exterior pelas packing houses. A manga é o principal produto dessa comercialização, é uma fruta resistente a grandes viagens e de grande aceitação em todo Brasil e em fortes mercados como o europeu e norte-americano. O pequeno produtor dá-se por satisfeito em vender a fruta no pé, sem precisar ir atrás de mercados. Mesmo sabendo que poderia ganhar mais, não quer correr riscos. O pequeno produtor A.S. diz o seguinte sobre tal situação (Entrevista 11).

Eu vendo para aqui mesmo, já vendi para São Paulo quando a associação exportava, mas só tive prejuízo. Eu gosto de começar e ver o fim. Eu tô (sic) vendendo para um atravessador daqui mesmo e ele leva para Vitória da Conquista, ele compra toda a manga, é uma pessoa honesta, eu nem trato do preço, confio nele. Ele chega aqui, pega, vende e depois me paga. Mas a maior parte dos produtores vende para SP, BH e RS ou o pessoal faz um associativismo ou passa para o atravessador, mas eu até aqui tenho ganhado com o atravessador. Se não fosse o atravessador eu tava (sic) perdido. Com o

atravessador não tem muito risco. Por que quando a manga é exportada ela sai daqui com um preço e chega com outro, é um risco. É uma venda consignada. Às vezes você manda a manga num preço alto e ela chega com preço baixo. Ela passa 14 horas no mar. O setor é desregulado. Às vezes tem muita oferta e cai o preço. Às vezes você aproveita o preço bom e manda muita manga e aí o preço despenca. Tem muito atravessador bom para pagar, eu nunca falei mal de atravessador, aí de nós aqui se não fosse o atravessador. A gente não precisa sair da produção, não perde tempo no mercado. Se eu mesmo pegar a manga e levar para Vitória da Conquista e chegar lá e não vender? Como fica? O atravessador chega lá e vende, por que ele corre atrás, ele sustenta a manga para o vendedor por um longo período. Eu não, eu só tenho aquela, tenho que vender naquele momento, não tenho por todo o tempo que o vendedor precisa. O atravessador não, ele tem todo o tempo.

Sendo assim, boa parte dos produtores não condena os intermediários e nem os grandes produtores. Querem continuar com estas parcerias e também aceitam a comercialização da produção através das associações coletivas. As associações no meio rural são comumente consideradas como uma alternativa a sujeição da renda ao capital.

O desenvolvimento da fruticultura nessa microrregião tem garantido, mesmo com dificuldades ou perdendo parte do valor da produção no momento da circulação da produção, o pequeno produtor prefere permanecer no meio rural, reproduzindo sua família e garantido a propriedade da terra.

Martins (1981) explica este fenômeno como “sujeição da renda da terra ao capital”. Para este autor, tal processo ocorre na medida em que a expansão das relações capitalistas de produção ocorre em um dado momento da cadeia produtiva, e não necessariamente em todas as etapas, e nesse caso da produção da manga, pode ocorrer claramente no momento da comercialização.

Ainda segundo este autor, a sujeição formal da renda se dá pela expropriação dos instrumentos de produção. Nesse caso, a diferença é que o produtor preservou ou possui a propriedade da terra e nela trabalha sem o recurso do trabalho assalariado, utilizando unicamente o seu trabalho e o da sua família, isso indica que é uma sujeição da renda da terra ao capital.

O escoamento da produção de manga da microrregião de Livramento do Brumado ocorre principalmente para o Estado de São Paulo, que é o maior comprador brasileiro dessa fruta, no entanto, a produção se estende pelos principais mercados brasileiros como Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, Curitiba e Porto Alegre. Na Bahia atende o mercado de Salvador e Vitória da Conquista ( Figura 18).

Figura 18– Principais destinos da produção de Manga do perímetro irrigado de Livramento do Brumado



Fonte: Pesquisa de Campo / Elaboração: Altamar Amaral Rocha

Com relação às políticas públicas, há uma insatisfação geral, como predomina a agricultura familiar, o tipo de crédito que estão tendo acesso é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que disponibiliza valores baixos, insuficientes para as grandes obras que precisam ser executadas. Há grandes necessidades de financiamentos para empreendimentos, como galpões de armazenamento, câmara fria, poços tubulares e ou artesianos, entre outros. De acordo o presidente da ADIB,

A política de crédito para o projeto é altamente deficitária porque o DNOCS assentou e nunca regularizou. Os investimentos e toda essa estrutura que existe foi feita com recursos próprios. Nunca houve acesso ajuda financeira para obter crédito para investimento. Tem muitas famílias que foram obrigadas a sair do projeto por falta dessa linha de crédito. Por que não tem o documento da terra. Já estamos aqui há vinte e cinco anos e o governo nunca se preocupou em regularizar. Além do governo tem também a nossa culpa, ta na base, não adianta uma associação ir lá, reivindicar, principalmente se não for político nunca será ouvido.

O Banco do Brasil sempre ofereceu crédito para custeio de manga e maracujá. Agora investimento dentro do projeto nunca houve. Os produtores de fora do projeto conseguem as linhas de crédito comum a todos os agricultores, por que são proprietários, tem documento e escritura da terra. Com relação ao PRONAF, os municípios de Livramento de Nossa Senhora e Dom Basílio estão suspensos por ser uma área com forte inadimplência, logo que o programa foi lançado nesses municípios. Segundo o presidente da ADIB,

Ninguém consegue o benefício do PRONAF porque no princípio existia uma história de pegar e não pagar e com isso toda a região foi prejudicada. Na linha de crédito do Banco do Brasil, por exemplo, há empréstimos sem problema nenhum com índice de inadimplência zero.

No município de Bom Basílio, as dificuldades foram grandes em fazer o financiamento para adquirir os equipamentos de irrigação, em função da falta de documentos da terra. O governo, na década de 1980, optou em fazer o financiamento exigindo apenas uma declaração de que era dono, que tinha um cadastro no INCRA. Segundo o ex-prefeito de Dom Basílio,

O pessoal daqui é muito trabalhador, dedicado, tem muita eficiência e consegue não só o sustento, mas gerar renda. O Banco do Brasil tem uma poupança per capita melhor em Dom Basílio do que em Livramento. O nível de inadimplência em Dom Basílio é o mais baixo que pode existir, pela própria característica do povo, quanto mais humilde, mais é bom pagador. É



uma regra que se aplica em qualquer lugar do mundo. Eles honram muito o compromisso com o banco. Dom Basílio tem apoio do Banco do Nordeste.

A assistência técnica também é um aspecto que poderia ser mais eficiente para os pequenos produtores, não se constitui uma atividade regular para o setor. Não há uma formação continuada, falta um planejamento permanente no aumento da eficiência dos cultivos e sua integração competitiva aos mercados, sendo que boa parte dos agricultores não vê importância na profissionalização da agricultura.

Uma prática comum para ter acesso a algum tipo de orientação técnica, mesmo de forma precária, é recorrer às orientações oferecidas pelas lojas de venda de defensivos químicos, pela troca solidária de informações entre seus pares, sem que haja um custo adicional, que representa muito para o orçamento do pequeno produtor. Essa não é uma situação ideal e pode gerar mais problemas que soluções, mas é uma realidade de lugares mais afastados de grandes centros urbanos e ou científicos.

Mesmo diante da falta de uma profissionalização da agricultura, a produção de manga na microrregião de Livramento do Brumado tem conseguido excelentes resultados, pois possibilita um bom rendimento por hectare, possui boas vias para a exportação e para o mercado interno. Esta atividade exige domínio técnico tanto na produção como no transporte, há uma rentabilidade satisfatória em pequenas áreas permitindo um trabalho familiar e gerando um produto de possível aproveitamento agroindustrial. A grande preocupação com a produção da fruta nessa região é a escassez da água, a possibilidade de queda dos preços nos mercados interno externo por excesso de oferta e a dificuldade de acesso a crédito e financiamento.

A participação dos pequenos produtores nas cooperativas é considerada regular. Os produtores filiados apontam as seguintes vantagens nessa parceria: aproveita melhor os produtos, articula as vendas, freta os transportes, contrata serviços específicos e principalmente, exerce maior poder de barganha na comercialização em geral, tanto do que compra, como do que vende. Estratégias como essas são interessantes formas de manter o pequeno produtor no campo, em função da concorrência agressiva do mercado. É também por meios de cooperativas e associações que o pequeno produtor tem se fortalecido como classe social. São nessas condições que podem garantir seus direitos e maiores ganhos.

Quanto à assistência técnica, os pequenos produtores dispõem de orientação na produção e prevenção de pragas feita pela Associação de produtores que contratam técnicos e agrônomos, principalmente no controle da mosca da manga. Os produtores demonstram satisfação pela assistência que recebem da associação.

Mesmo diante de boas perspectivas, os pequenos produtores normalmente não dispõem de assistência técnica ou políticas públicas completas e adequadas, ou não tem informação suficiente para entender toda a cadeia produtiva das frutas. Para ter forte competitividade na produção e comercialização das frutas, é necessário que o produtor tenha também noção de gestão e empreendedorismo, tenha acesso a recursos tecnológicos, domine o controle de pragas e doenças e saiba qualificar o seu produto. Isso seria mais fácil de ocorrer via associação, que pode dispor de mais recursos em contratar um profissional específico para gerenciar a atividade.

Os pequenos produtores de frutas precisam entender melhor o mercado, saber sobre as tendências, conhecer a cadeia produtiva, conhecer outras realidades produtivas da fruta. A informação é uma forte ferramenta competitiva e produz bons resultados. A compra de insumos e venda de frutas através de associação de pequenos produtores é uma interessante e eficiente forma de gestão econômica. Dessa forma, ocorre uma forte articulação entre produtor e mercado. A produção da manga atende muito bem esta realidade, mas essa logística ainda não é uma prática muito comum nessa microrregião.

A garantia de um mercado promissor numa cadeia produtiva de frutas está condicionada ao oferecimento de qualidade e vigilância na segurança sanitária. A proteção à saúde pública tem sido cada vez mais a grande preocupação dos maiores centros consumidores. Os produtores tem se preocupado muito com estas questões, mesmo faltando recursos para acompanhar as exigências necessárias, buscam se adequar aos novos modelos produtivos. O associativismo pode representar um caminho de articulação e informação para atender estes requisitos.

Os pequenos produtores de frutas, que não fazem parte de uma cooperativa ou associação para entrar no mercado de exportação de frutas vendem sua produção para as empresas maiores. Nessa transação acabam perdendo no valor do produto. Em função disso, é que estes produtores devem ser contemplados por políticas públicas de incentivo a investimentos em tecnologias que permitam participar diretamente desses mercados.

### **5.3.1 Papel da associação de produtores na microrregião de Livramento do Brumado**

A APROMAL é uma associação de produtores que faz o monitoramento e controle das pragas na microrregião de Livramento do Brumado. Essa associação completou dez anos de existência em janeiro de 2012 e trabalha com quatro técnicos e um agrônomo fazendo coleta no campo, além do presidente e uma comissão gestora. Dentro do comércio de manga,

a importância da associação é oferecer assistência técnica com monitoramento diário através da presença de técnicos no campo. Quando detectado um problema, o técnico passa para o agrônomo que vai ao local, faz uma análise de solo e passa o relatório para a comissão.

Além disso, a associação ajuda o agricultor na documentação, comercialização, certificação de procedência e origem de transição vegetal. Os frutos para serem transportados precisam atender esses critérios. O fruto sai de Livramento de Nossa Senhora certificado e legalizado. A própria associação faz a qualificação dos seus agrônomos que devem emitir certificado da qualidade do produto.

Nas dependências da associação, existe uma sala de triagem, onde é feita coleta, seleção e análise dos insetos encontrados na lavoura. Periodicamente, é enviado um relatório para a ADAB da quantidade de moscas que foi colhida na semana, separa-se o macho, que é enviado para Salvador, e de lá segue para o Ministério da Agricultura. Todo associado tem cadastro tanto na ADAB, como no Ministério da Agricultura.

Hoje só pode comercializar e solicitar algum tipo de documentação relacionada à produção de frutas quem tem esse cadastro. Segundo o gerente da APROMAL, o envolvimento dos produtores com esta associação é excelente e tem contribuído para a manutenção da qualidade da manga produzida.

Os técnicos da região são orientados pela ADAB, e não há formação regular desses profissionais, às vezes, são feitos treinamentos para reforço. Essa associação faz uma análise dos frutos caídos para verificar quais os outros tipos de insetos que estão afetando os frutos. São mais de 25 tipos de moscas que atingem os frutos, mas as principais são duas, a *Anasthepha spp* e a *Ceratitis capitata*, espécies mais prejudiciais que deixam a larva dentro do fruto, que fica aparentemente perfeito, mas quando aberto está bastante tomado pela praga. Segundo o gerente da APROMAL:

O controle dos insetos está muito bom. Teve uma época que chegamos quase a fechar devido à quantidade de praga, mas a ADAB juntamente com o Ministério da Agricultura e a biofábrica de Petrolina criaram um macho estéril, este macho é criado em laboratório, eles são soltos no campo e fecundam as fêmeas que tem suas gerações posteriores esterilizadas. Fizemos a soltura dos machos em 2010 e 2011 e com isso o resultado foi muito bom. A previsão para 2012 é soltar 50 milhões de machos estéreis. Estamos trabalhando na busca por este título de área controlada, de baixa prevalência do índice de moscas. Estamos na busca por este selo de qualificação. Toda essa nossa região é cercada por montanhas, por mais que as moscas sejam migratórias, elas esbarram nas paredes orográficas, essa situação favorece o controle. As moscas estão praticamente presas [...] Nós temos aproximadamente 1200 armadilhas dentro do projeto e temos um controle de praticamente 100% da mosca da fruta. O monitoramento de Livramento é considerado modelo para todo o Brasil. Petrolina tem o

controle, mas não com a eficiência de Livramento, para o Ministério da Agricultura é considerado modelo.

Segundo esse gerente, o projeto de irrigação é dividido em áreas. São pequenas propriedades com tamanho médio variando entre 5 a 10 hectares. Dentro do projeto de irrigação, 85% dos produtores são associados, os 15% não associados são monitorados, e têm que estar dentro das normas do controle da praga. Se um produtor estiver dentro das normas e o vizinho não estiver, ele recebe uma intimação judicial para que tome as medidas necessárias. Mesmo que ele não esteja dentro do projeto, tem que seguir as normas gerais do produtor, adotar medidas, como não deixar frutos maduros no chão, enterrar os frutos estragados abaixo de 30 cm de profundidade.

O produtor paga todo o custo do monitoramento, a associação cobra uma taxa de seis reais por hectare. Os que não se associam, quando precisam, chamam o técnico ou o agrônomo para resolver o que for preciso. É uma grande vantagem ser associado, fica mais fácil e econômico resolver os problemas de forma coletiva.

No período chuvoso ocorre a maior proliferação de moscas da fruta. O fruto maduro, quando cai no chão, as lavas germinam, inclusive nos frutos enterrados. A técnica de micro aspersão também favorece a proliferação das moscas, pois gera umidade embaixo das mangueiras e aumenta a incidência das moscas. É fundamental não deixar fruto maduro no chão. Os lotes abandonados são constantemente fiscalizados, pois são propícios a proliferação de pragas. As propriedades fiscalizadas devem ser as produtivas e também as do entorno, é preciso um controle constante e efetivo.

As pragas acabam ficando resistentes a determinados defensivos, por isso, é necessário um manejo adequado a cada fruta. É um processo caro e lento, porém indispensável, e há necessidade de maiores investimentos no setor. Para exportação, é necessário atender a regulamentação existente sobre tratamento quarentenário de frutas in natura. É fundamental que esse procedimento seja atualizado de acordo com as normas internacionais.

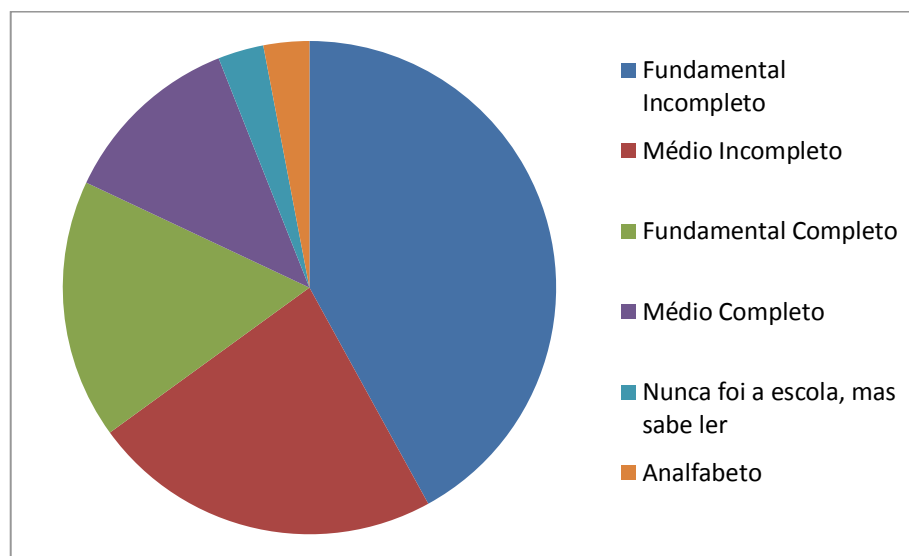
#### **5.4 Condições de vida e de trabalho dos trabalhadores e dos produtores de manga na microrregião de Livramento do Brumado.**

A condição de vida e trabalho do homem do campo na microrregião de Livramento do Brumado é comum a outras áreas do Nordeste. É certo que a implantação do perímetro

irrigado ofereceu maiores possibilidades de produção. De forma geral, o pequeno produtor demonstra um alto grau de satisfação em viver e trabalhar nesse lugar, mas, ainda são surpreendidos por desafios de várias ordens que revelam a fragilidade da vida no campo quando não dispõem de políticas públicas mais abrangentes.

Os trabalhadores da fruticultura da microrregião de Livramento do Brumado, em sua maioria, não alcançaram o segundo grau, o que compromete um nível exigido de especialização da mão de obra na lida com treinamentos e pacotes tecnológicos. O nível de escolaridade de grande parte dos trabalhadores da fruticultura corresponde ao ensino fundamental incompleto com 42% (Figura 19) Esta situação guarda relação com as dificuldades de acesso ao conhecimento, que é uma questão fundamental para todos, em virtude da necessidade de leitura e acompanhamento das recomendações técnicas para o uso de diferentes produtos.

Figura 19 - Grau de escolaridade do trabalhador na microrregião de Livramento do Brumado.



Fonte: trabalho de campo, agosto de 2012

A deficiência na qualidade da mão de obra necessária nessa microrregião é suprida por capacitação realizada por entidades como o SEBRAE, cooperativas, e alguns órgãos públicos, mas esses programas são esporádicos e sem sequência definida de preparo dos técnicos e produtores para uma situação permanente de avanços técnicos e tecnológicos.

De acordo com Santos (2007), a maior parte dos trabalhadores da fruticultura nordestina apresenta baixo nível de instrução, e com isso, dificuldades em utilizar melhor as informações técnicas e em adotar práticas de gestão mais modernas. Os pequenos produtores

normalmente não participam com regularidade de cursos de capacitação sobre cadeias de frutas.

A fruticultura é um tipo de atividade agrícola que permite um grande aproveitamento do espaço rural, particularmente quando dividido em lotes, e com a possibilidade do trabalho familiar. Nesse entendimento, a fruticultura em Livramento do Brumado tem sido uma importante atividade do ponto de vista econômico e social e, entretanto, as políticas públicas para a cadeia produtiva da fruta ainda são insuficientes para atender as necessidades dos produtores.

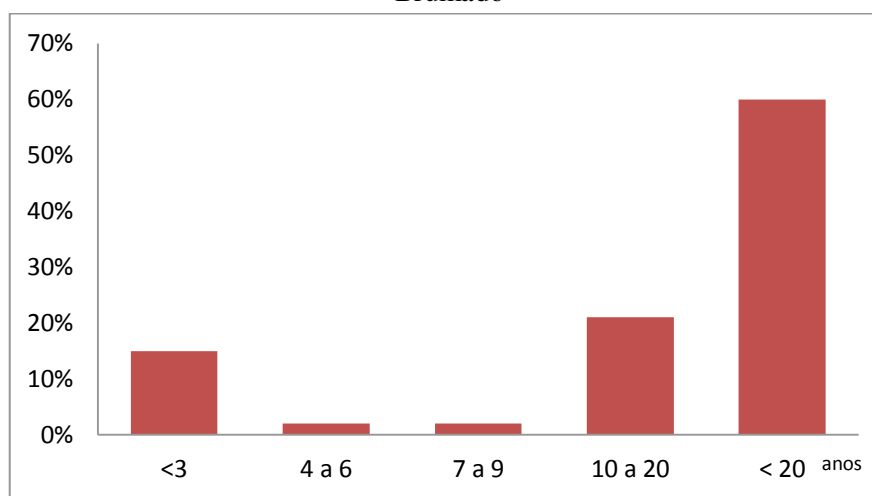
Segundo a associação de produtores, essa região produz os frutos de melhor qualidade para exportação do Brasil. Os problemas mais comuns enfrentados pelos produtores são: manter o controle das pragas, como a Mosca da Fruta, Ácaros, Trips e a Lagarta da Mangueira, e as doenças, como a Seca da Mangueira, a Antracnose, a Furariose e o Oídio.

Todas estas pragas e doenças estão bem controladas e monitoradas pela Associação de Mangas de Livramento de Nossa Senhora - APROMAL. A Cooperativa de Produtores de Manga, (COAL) reúne cerca de 400 ha em produção, dispõe de equipamento para packing house, estrutura para armazenar uma grande capacidade produtiva, seguindo as exigências da segurança alimentar baseada nos seguintes critérios: a) recepção da fruta vinda do campo através das carretas acopladas a tratores; b) armazenamento temporário da fruta vinda do campo em áreas dentro do galpão, c) pré-limpeza, ramos e folhas são eliminados nesta etapa além da seleção visual, d) pesagem do primeiro rendimento, e) classificação por diâmetro em máquina classificadora, e) tratamento pós-colheita, f) armazenamento temporário de fruta tratada, g) enceramento e embalagem.

A incorporação de tecnologia ao processo produtivo agrícola, nessa microrregião, significou um conjunto de fatores determinantes para novas relações de trabalho, no controle do manejo com o solo, nas técnicas de indução floral e, também, no uso frequente de fertilizantes, defensivos e máquinas que podem ser muito prejudiciais à população e à contaminação dos recursos hídricos, caso não seja usado da forma devida.

A maioria dos trabalhadores (60%) reside na mesma localidade há mais de vinte anos, embora seja constatada instabilidade do pessoal ocupado em decorrência da sazonalidade das atividades. (Figura 20)

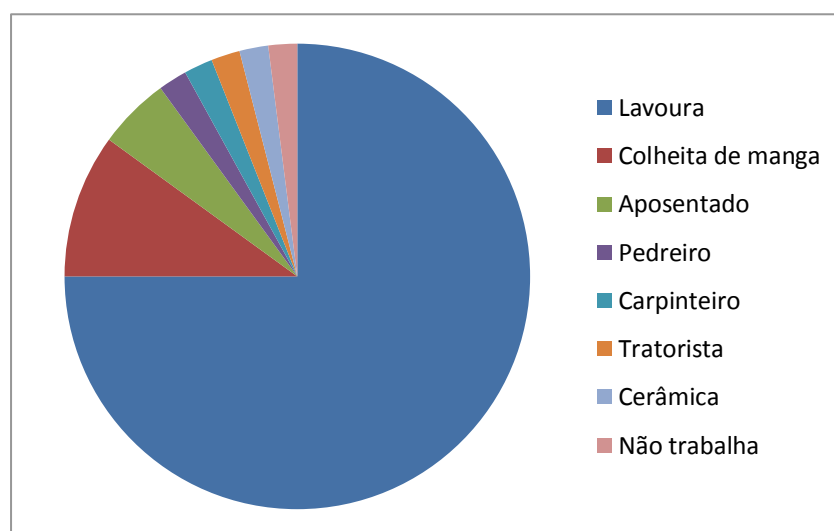
Figura 20- Anos de residência dos trabalhadores da fruticultura da microrregião de Livramento do Brumado



Fonte: Trabalho de campo, agosto de 2012

Os pais dos trabalhadores da fruticultura, em sua maioria, têm sua história ligada às atividades agrícolas, isso mostra a reprodução social do homem do campo nessa microrregião. Segundo os dados, 75% dos trabalhadores tiveram os pais como lavradores, e 10% deles trabalhado na produção de manga, somando um total de 85% de trabalho relacionado diretamente com a agricultura (Figura 21). O interessante e particular nessa análise é que houve uma permanência da população nessa microrregião e isso confirma a reprodução social do pequeno agricultor nessa localidade.

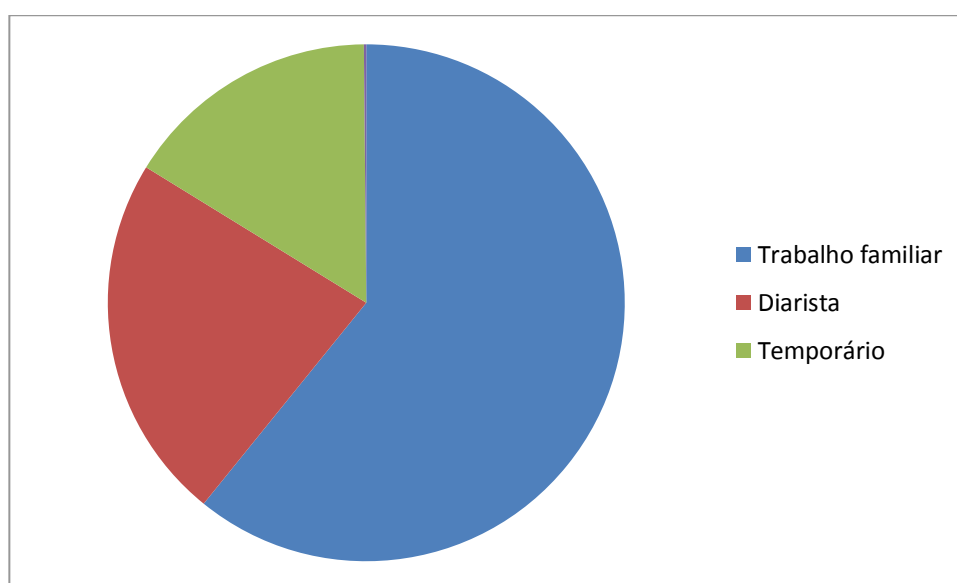
Figura 21 - Ocupação dos pais dos trabalhadores da fruticultura da microrregião de Livramento do Brumado



Fonte: trabalho de campo, agosto de 2012

Ao se analisar o tipo de mão de obra mais empregada nas atividades agrícolas nessa microrregião, percebe-se que ocorre forte participação da mão de obra familiar (53%) (Figura 22). É importante destacar que este grupo tem se mantido no campo mesmo depois das transformações ocorridas na agricultura regional, ou no Brasil, em que a modernização expulsou o homem do campo. Portanto, constata-se que nem toda atividade agrícola modernizadora contribui para a redução da mão-de-obra no campo, sendo que as atividades que utilizam a irrigação pode ser favoráveis a permanência do homem do campo.

Figura 22 - Mão de obra recorrente na fruticultura da microrregião de Livramento do Brumado



Fonte: trabalho de campo, abril de 2012.

Quando em época de colheita, a mão de obra familiar é insuficiente para atender às necessidades do trabalho, ocorre a contratação de terceiros. Segundo o pequeno produtor R.R. não existe dificuldade em contratar mão de obra, tem a turma certa para a colheita, ocorrendo a migração de trabalhadores que vem do sertão, de Anagé, Caraíbas. “Os gatos” ajudam nisso, são as pessoas que vão atrás dos trabalhadores em época de colheita, e tem conseguido contratar sem dificuldade. O produtor e comerciante P.B. contrata trabalhadores permanentes e temporários (Entrevista 3):

A atividade aqui do trabalho no galpão é dividida entre homens e mulheres, a maioria mora aqui na vizinhança. Não são produtores, são moradores das casas próximas. Serviço pesado é pra homem, serviço leve como selecionar e embalar são pra mulher. Na roça ficam outros homens que fazem a parte de colheita, poda, arrumação. A manga mudou a condição do povo. Se aqui ver o cara pedindo e ele tá são, tem que falar logo: vai trabalhar, rapaz. Tem serviço lá no lote (Entrevista 3).



De fato, mesmo em regiões tecnificadas, onde é marcante o êxodo rural pode ocorrer uma situação inversa, aumentando as possibilidades de trabalho e isso decorre da intensidade do trabalho que se apresenta nas áreas de fruticultura em que o trabalho manual é intenso. Além disso, mostra que existem possibilidades em determinadas áreas para que o homem do campo não tenha necessariamente que abandonar suas terras, seu modo de vida e suas tradições. A produção agrícola mercantilizada, como diz Martins (1975), proporcionou uma redefinição cultural ligada à constituição de uma sociedade centrada prioritariamente nos valores urbanos, que levou a construção de estereótipos, alguns negativos, do homem rural.

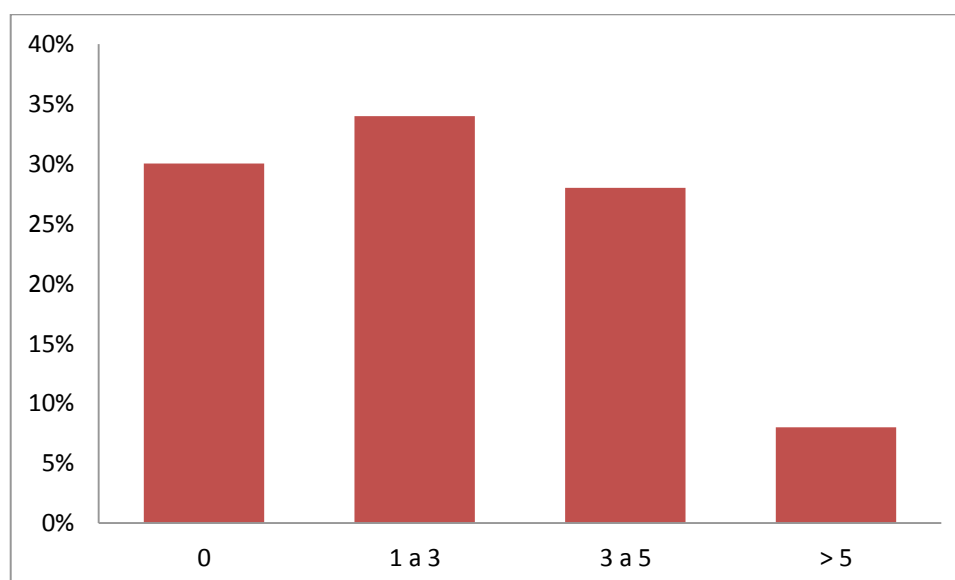
A população rural de Livramento de Nossa Senhora é superior à população urbana e tem se mantido no campo de forma estável. Esse movimento é distinto da realidade baiana, nordestina e brasileira que tem um crescimento negativo da população do campo. Os dois municípios estudados apresentaram crescimento da população urbana, acompanhado de crescimento da população rural (Tabela 21).

Tabela 21  
População Urbana/Rural (habitantes)  
1991/2000/2010

<b>País/Região/Estado/Município</b>		<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
Brasil	Total	146.825.475	169.872.856	190.755.799
	Urbana	110.990.990	137.925.338	160.934.649
	Rural	35.834.485	31.947.618	29.821.150
Nordeste	Total	42.497.540	47.782.487	53.081.950
	Urbana	25.776.279	32.959.960	38.823.690
	Rural	16.721.261	14.822.527	14.250.260
Bahia	Total	11.867.991	13.085.769	14.016.906
	Urbana	7.016.770	8.769.524	10.103.022
	Rural	4.851.221	4.316.245	3.913.884
Livramento de Nossa Senhora	Total	34.345	38.025	42.693
	Urbana	13.200	16.724	20.530
	Rural	21.145	21.301	22.163
Dom Basílio	Total	9.730	10.427	11.355
	Urbana	1.109	1.521	2.241
	Rural	8.621	8.906	9.114

A quantidade de filhos dos trabalhadores em Livramento de Nossa Senhora segue tendência nacional. Esse fato demonstra que existe uma sintonia entre os números nacionais de filhos por mãe. Segundo o IBGE (2010), em 1960, o número de filhos por mulher era de 6,28, reduzindo para 2,38, em 2000 e, em 2010 decresce para 1,9 em 2010. A diminuição da fecundidade está diretamente relacionada à renda e ao nível educacional, entretanto é um fenômeno que vem ocorrendo em todo o país em parte respaldado por campanhas antinatalistas. O número de filhos na área rural também caiu de 3,4 filhos para 2,6, entre 2000 e 2010. Dentre os trabalhadores pesquisados, predominam aqueles que têm de um a três filhos, sendo que 30% deles não têm filhos (Figura 23).

Figura 23 – Número de filhos dos trabalhadores da fruticultura da microrregião de Livramento do Brumado



Fonte: trabalho de campo, agosto de 2012

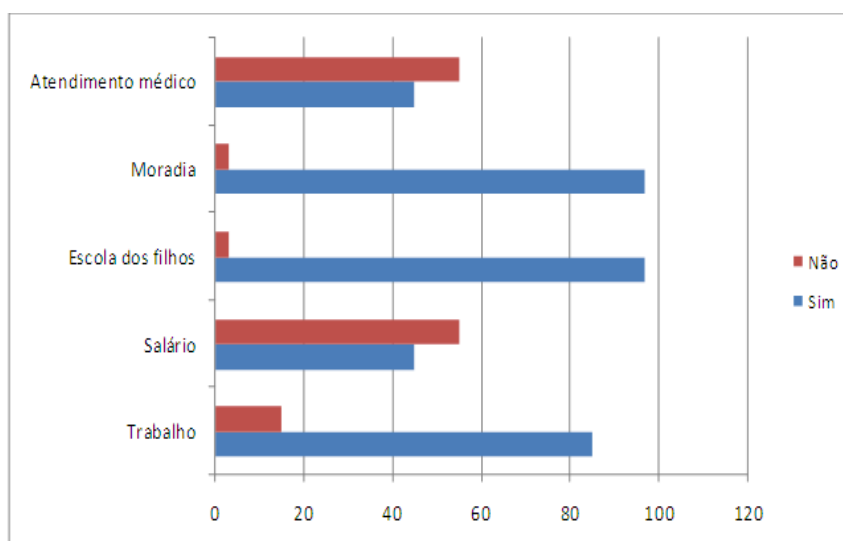
Quanto ao desejo de continuar nessa atividade, os trabalhadores demonstram um elevado grau de interesse, sendo um quadro otimista, que não se aplica ao contexto nacional, em que comumente os pequenos produtores não querem continuar no campo ou não querem que seus filhos continuem. Mesmo com forte apego à terra e a cultura agrícola, os pais querem que os filhos encontrem “melhores” caminhos na cidade. Porém, nessa realidade pesquisada, aparece uma nova situação. Eles acreditam que a atividade no campo é uma possibilidade de vida e demonstram interesse em dar continuidade ao que fazem.

Nos itens “moradia e escola dos filhos” o grau de satisfação dos trabalhadores da fruticultura é elevadíssimo, chegando a 97%, como também a satisfação com o trabalho é de 85% dos entrevistados. Estes fatos ficam mais evidentes quando 93% dos produtores

demonstram satisfação em trabalhar na produção de manga. O pequeno produtor sente que sua condição de vida tem melhorado com o passar dos anos e que além de estarem em melhor situação social, tem grandes perspectivas em continuar desenvolvendo a fruticultura.

Dos itens avaliados em que o grau de satisfação ficou abaixo de 50% foram os relacionados a atendimento médico e salário, com 45% de satisfação, embora se enquadre na situação brasileira que apresenta carências na oferta da saúde pública. Como se vê, o grau de satisfação em termos gerais superou consideravelmente o de insatisfação. Isso mostra que o campo nessa microrregião é sinônimo de boas perspectivas para viver, trabalhar e educar os filhos. Portanto, fica demonstrada a persistência da agricultura familiar, mesmo num quadro de modernização da agricultura, constatando-se a inserção do trabalhador, com mudanças satisfatórias na sua qualidade de vida (Figura 24).

Figura 24 - Satisfação do trabalhador da fruticultura da microrregião de Livramento do Brumado

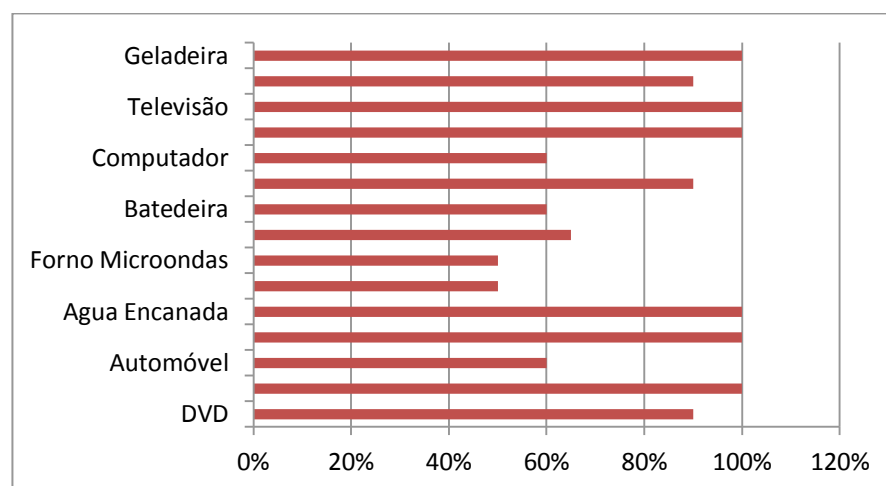


Fonte: trabalho de campo agosto de 2012

Os trabalhadores estão tendo acesso a equipamentos e bens que em outros tempos não eram comuns no campo e compartilham do mesmo conforto disponível à população urbana, dentro dos mesmos padrões de renda. Bens de consumo como geladeira, DVD e televisão são comuns em praticamente todas as residências, pois mais de 90% dos entrevistados possuem estes equipamentos. O acesso ao maior consumo de bens duráveis revela que os produtores rurais estão em boas condições de vida e de conforto. Mais da metade dos produtores têm acesso a bens que sua geração anterior não tinha, como carro, computador, forno de micro-ondas, celular, entre outros equipamentos do consumo moderno.

Entre 60% e 80% dos trabalhadores possuem telefone, liquidificador, rádio, ferro elétrico e tanquinho de lavar roupa. São sinais de novos tempos para o homem do campo, com novas e boas perspectivas estão tendo cada vez mais acesso a bens e equipamentos duráveis, outrora mais comuns aos habitantes da cidade. No entanto, essa realidade pode ser atípica, pois existem fatores naturalmente favoráveis à produção agrícola nessa área (Figura 25).

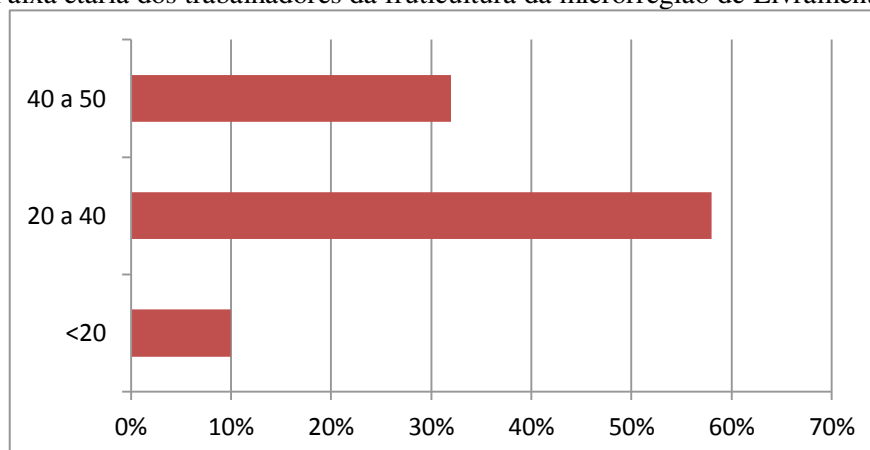
Figura 25- Equipamentos do Lar dos Produtores da Fruticultura da microrregião de Livramento do Brumado



Fonte: trabalho de campo, agosto de 2012

A maior parte da população que trabalha e produz está entre vinte e quarenta anos de idade, (58%). Esse também é um dado interessante que destoa do contexto geral que define os trabalhadores do campo como uma população envelhecida. A população do campo no perímetro irrigado de Livramento do Brumado, em sua maioria, é composta praticamente de jovens e adultos (Figura 26).

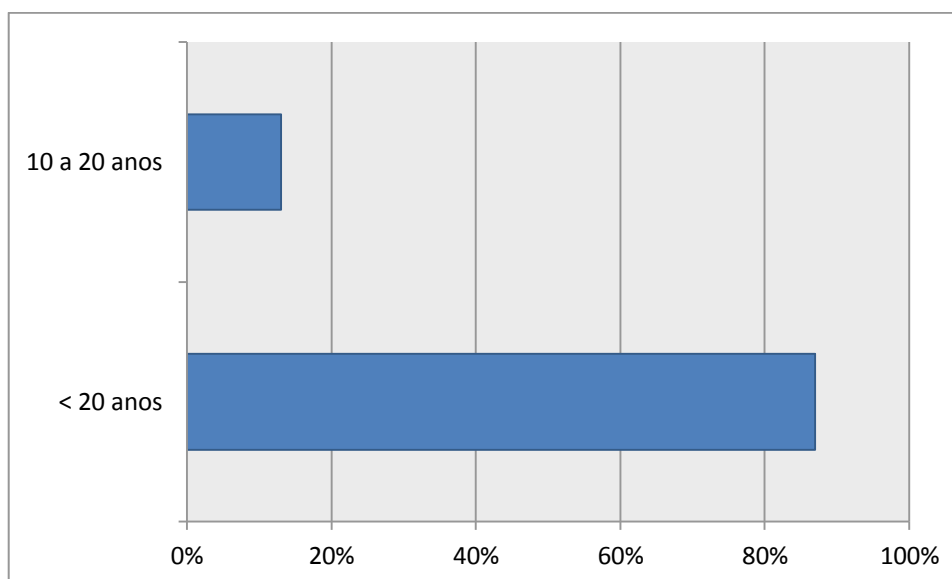
Figura 26 - Faixa etária dos trabalhadores da fruticultura da microrregião de Livramento do Brumado



Fonte: trabalho de campo, agosto de 2012

Existe uma estabilidade dos trabalhadores que vivem e trabalham nessa microrregião. Os dados evidenciam que predominam os trabalhadores que estão na área há mais de vinte anos (87%, dos entrevistados) reside há mais de 20 anos no município. Entretanto, nos períodos de colheitas, quando intensifica o trabalho chegam migrantes para atender a demanda por serviço (Figura 27).

Figura 27 - Tempo de Residência em Livramento de Nossa Senhora

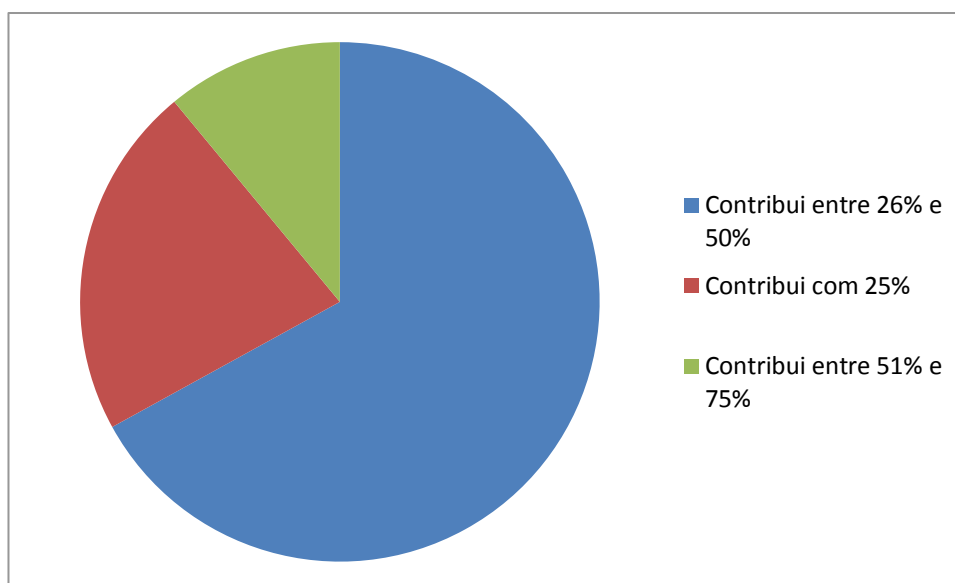


Fonte: Trabalho de campo, agosto de 2012

O tamanho do estabelecimento agrícola fica entre 5 a 6 hectares por família no perímetro irrigado, é também um aspecto favorável ao emprego de mão de obra do tipo familiar. A atividade frutífera é coerente a esse contexto e merece toda a atenção das políticas públicas, em contraponto à histórica estrutura agrária altamente concentradora no Brasil, que gerou sérios problemas sociais no campo. Esses produtores rurais, em sua maioria, 60%, são provenientes de áreas rurais, isso ocorre pelo contexto agrícola da região.

A renda dos trabalhadores da fruticultura é proveniente quase que completamente da produção agrícola. Apenas 15% das pessoas da casa são aposentadas e deste total, 67% contribuem com até 50% do orçamento doméstico. A aposentadoria em alguns casos é o principal rendimento, o mais certo e garantido. É o sustento para o período de entressafra ou de estiagem, ou de qualquer crise que os produtores agrícolas possam sofrer. É um fato comum no interior do Nordeste. Nessa microrregião os aposentados não aparecem como a principal fonte de renda, indicando o dinamismo da atividade agrícola (Figura 28).

Figura 28- Contribuição dos aposentados no orçamento doméstico das famílias dos trabalhadores da fruticultura da microrregião de Livramento do Brumado



Fonte: trabalho de campo, agosto de 2012.

Os dados referentes ao tempo de produção revelam que 87% dos produtores estão produzindo manga há mais de 10 anos. Esta realidade demonstra que há uma estabilidade produtiva e, dessa forma, ocorre reprodução social no campo nessa região. O desinteresse em ampliar a produção dá-se especificamente pelos problemas enfrentados com a falta d'água, mas ainda não é suficiente para perder o desejo em permanecer na produção e, por conseguinte reproduzir sua família.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura familiar assume um papel fundamental no processo de desenvolvimento socioeconômico do País. Portanto, torna-se necessário o desenvolvimento de estratégias capazes de criar condições para que esses agricultores permaneçam no campo.

A fruticultura é uma interessante estratégia para isso, pois têm na força do trabalho familiar condições propícias para produzir alimentos para a sociedade e manter o homem no campo. Essa atividade é capaz de garantir a reprodução social da família, propiciar a maximização da utilização da terra no espaço rural, assim como a absorção de um elevado contingente de mão de obra. Mesmo quando desenvolvida em pequenas dimensões de áreas, a fruticultura é proporcionalmente lucrativa em comparação com outras atividades agropecuárias.

O Brasil é o terceiro maior produtor mundial de frutas frescas, sendo favorecido pela diversidade das condições climáticas, pela qualidade dos solos e disponibilidade de áreas. Essa atividade apresenta uma grande capacidade de geração de emprego, renda e de sustentabilidade ambiental. Em função disso, apresenta significativa importância social, em particular nas regiões mais pobres que não contam com muitas alternativas para dinamizar a economia local.

O Brasil apresenta disponibilidade de terras e fatores climáticos favoráveis para expandir sua produtividade de frutas temperadas e tropicais. É uma vantagem sobre a maioria dos países do mundo, mesmo os que têm grande quantidade de terras não têm a mesma diversidade climática. O Brasil, além da capacidade em produzir mais de uma safra por ano pode produzir grandes variedades de frutas. Os investimentos em pesquisa e desenvolvimento têm possibilitado, cada vez mais, estas condições, inclusive nas áreas mais limitadas, como o semiárido nordestino.

O país está num franco processo de expansão externa de suas atividades econômicas e o comércio de frutas tem correspondido de forma positiva para este momento econômico e com grandes perspectivas de futuro. Entretanto, a intervenção pública na dotação de infraestrutura e no apoio às cadeias produtivas da fruticultura é de significativa importância para o sucesso da atividade. O setor é carente em iniciativas que integrem um programa coeso que envolva todo o setor, desde a produção, pós-colheita, logística, comercialização e comércio internacional. A fruticultura é, atualmente, uma atividade que exige investimentos tecnológicos em toda a cadeia produtiva.

Na cadeia produtiva das frutas ocorrem perdas em praticamente todas as etapas: na produção, colheita, armazenamento e transporte. Esse é um fator que compromete o preço e pode ser amenizado com a criação de agroindústrias que beneficiem sobremaneira os pequenos produtores e cooperativas. O volume de investimentos necessários para viabilizar a produção de frutas é inferior ao de outros segmentos agrícolas, o que torna o setor atraente para a promoção do desenvolvimento local e regional.

A fruticultura tem se mostrado um mercado com amplas possibilidades a serem exploradas. Essa atividade pode representar uma interessante saída para minimizar os conflitos no campo, quando oferece possibilidade em produzir em pequenas porções de terra e absorvem mão de obra proporcionalmente superior ao gerado por grandes propriedades.

O mercado mundial de frutas ainda é um grande desafio a ser superado. A consolidação definitiva dessa atividade depende da superação de alguns fatores, como organização e o aparelhamento das cadeias produtivas, através de investimentos públicos e privados de médios e longos prazos, seja pela elevação da competitividade da produção brasileira de frutas e derivados no âmbito internacional, seja pela conquista do grande mercado doméstico.

A busca por mercados internacionais acaba rebatendo positivamente no mercado interno. Entrar no mercado exigente significa alterar a logística de toda cadeia produtiva, por conseguinte, melhorar a qualidade dos serviços, e com isso todos podem ganhar. Essas mudanças atingem a todos, produtores e consumidores.

Entretanto, alcançar estes mercados exigentes requer mudanças nas técnicas e o uso de novas tecnologias, assim como toda uma infraestrutura capaz de apoiar o fruticultor. É necessário criar uma linha de produção eficiente de embalagem, comercialização e transporte de qualquer região do país, com equipamentos adequados, custos acessíveis e qualificação permanente.

As associações de produtores e cooperativas podem ser um caminho para viabilizar isso, assim como a criação de agroindústrias se constituem em alternativa para a inserção dos pequenos produtores nos mercados formais e nas cadeias globais de produção. Entretanto, a participação do Estado na implantação e manutenção da infraestrutura é primordial.

A fruticultura nacional apresenta um significativo potencial de crescimento, no entanto, precisa superar problemas estruturais que comprometem o futuro dessa atividade. É necessário assumir uma produção sustentável que garanta renda e emprego.

O fortalecimento da classe média brasileira é um bom sinal de aumento do poder aquisitivo da população e, por conseguinte, de mudança nos hábitos alimentares, tem havido



um maior consumo de frutas. As perspectivas para o futuro desse mercado são excelentes. Em termos de infraestrutura, é preciso investir em mais tecnologias para atender os mercados mais exigentes por frutos frescos e de qualidade. As políticas públicas para fruticultura devem priorizar ações que viabilizem toda a cadeia produtiva que reduza os desperdícios, promova a elevação do consumo doméstico de frutas e derivados e também das exportações; invista em capacitação para o setor agro alimentar, aperfeiçoe as políticas de financiamento; crie um selo de garantia de identidade e origem para frutas, acompanhe as regulamentações sobre qualidade, embalagem e rotulagem, estimulem e ampliem a pesquisa científica e tecnológica beneficiando setores mais carentes.

Essas políticas devem estar direcionadas ao acesso a equipamentos modernos e atuantes nas políticas internacionais de controle de preços. A vulnerabilidade dos mercados emergentes e as políticas tarifárias impostas por nações desenvolvidas é um desafio a ser superado. A participação do governo é decisiva nestas questões, principalmente na garantia de acordos internacionais justos e coerentes ao desenvolvimento de todos.

A microrregião de Livramento do Brumado, na Bahia se destaca pela fruticultura e mesmo diante da falta de uma maior especialização dos agricultores, a produção de manga tem conseguido excelentes resultados, bom rendimento por hectare, boas vias para a exportação e para o mercado interno.

A inserção e o desenvolvimento da fruticultura nessa microrregião, a partir de 1986, promoveram uma nova dinâmica territorial confirmada pela distribuição da manga nos principais mercados do Brasil e do mundo, o que imprime um certificado de importância e qualidade desse produto. As transformações verificadas nessa microrregião geraram, além de mudanças econômicas, também sociais e culturais. A atividade frutícola tem sido geradora de empregos temporários e permanentes. Essa atividade fruticultora foi um fator decisivo na garantia da reprodução social da família nessa microrregião e teve na agricultura familiar a principal força produtiva, pois, mesmo não dispondo de condições adequadas de trabalho e nem de produção, esse segmento resistiu e conseguiu sobreviver bem nessa localidade.

A produção frutícola constitui um mercado em potencial enquanto produto agrícola e uma atividade que dinamizou essa microrregião e promoveu uma real reprodução social do pequeno agricultor. Os pequenos produtores rurais têm suas unidades de produção comandadas essencialmente pelo trabalho familiar e apoiadas por organizações coletivas que favorecem suas estratégias de reprodução. Essa atividade apresenta fatores favoráveis à continuação do empreendimento com a fruta mesmo apresentado fatores adversos.

A fruticultura tem se apresentado como uma atividade que exige domínio técnico tanto na produção como no transporte, mas na microrregião de Livramento do Brumado tem apresentado rentabilidade satisfatória em pequenas áreas, gerando um produto de possível aproveitamento agroindustrial e que pode ser sustentado pela agricultura familiar.

A fruticultura nessa microrregião tem sido realizada essencialmente por pequenos produtores rurais, mas o suporte de vendas para grandes mercados tem se mantido nas mãos dos grandes produtores. Entretanto, os pequenos têm sobrevivido em meio às adversidades impostas à produção frutícola como a falta d'água e a falta de políticas públicas contínuas. A organização dos produtores em associações tem sido uma importante estratégia para amenizar os problemas como comercialização e controle de pragas. Os produtores demonstram grande interesse em atividades associativas e cooperativas, esse é um sinal positivo, pois essa é uma prática que fortalece os pequenos produtores, auxiliando-os na superação de dificuldades.

Embora a irrigação seja utilizada, atualmente, a grande preocupação com a produção de frutas no perímetro, particularmente nessa microrregião, é a escassez da água em períodos de longas estiagens. O uso inadequado da água e a expansão do perímetro irrigado vêm causando danos a fruticultura na microrregião estudada. Falta um projeto eficiente de captação e distribuição das águas, recurso imprescindível para a continuidade do projeto. No entanto, estas atividades devem ser garantidas por políticas públicas em infraestrutura que precisam ser feitas de imediato como a transposição dos rios Taquari e Vereda para a barragem do rio do Paulo e o redimensionamento dessa Barragem e a pressurização das canaletas do Bloco I, que, devido aos altos custos dos investimentos, fica impossível de ser realizado pelos produtores. Essas medidas asseguram a produtividade mesmo em períodos fortes de estiagem. O controle dos recursos hídricos, sobretudo sobre os poços tubulares, abertos de forma aleatória, é urgente, assim como o uso racional da água pela população.

A qualificação dos trabalhadores ainda é uma limitação na microrregião que tem na agricultura a sua base econômica, não havendo nenhum curso regular de formação técnica agrícola para os profissionais, o que exige a contratação de técnicos de outras áreas, assim como a saída de estudantes para outras áreas.

A agricultura nessa microrregião enfrenta as mesmas dificuldades encontradas em outras regiões do Nordeste brasileiro, falta de políticas públicas que atendam todas ou as principais prioridades do homem do campo, que amplie ou regulamente as linhas de crédito, pois os custos de produção são comumente superiores a outras culturas.

As transformações promovidas pela modernização da agricultura através da implantação do perímetro irrigado nessa microrregião promoveram novas relações de trabalho

e de produção que também resultaram em novas configurações espaciais e na reprodução social do pequeno agricultor. A modernização da agricultura na microrregião de Livramento do Brumado diversificou os serviços, melhorou o padrão de vida dos pequenos agricultores e imprimiu uma nova dinâmica espacial. No entanto, não foram sanadas todas as carências de bens, serviços e equipamentos que justifiquem o crescimento e o desenvolvimento dessa microrregião.

A cidade de Livramento de Nossa Senhora passa por transformações, com o surgimento de novas funções necessárias para respaldar as atividades agrícolas. Além disso, constata-se melhoria considerável dos indicadores sociais e uma ampliação no consumo de bens duráveis por parte da população. A implantação de rede de energia elétrica possibilitou uma ampliação ao acesso a bens como geladeira, televisão, liquidificador, entre outros.

Os trabalhadores dessa microrregião, em sua maioria, são oriundos dos municípios circunvizinhas. Em época de colheita, a mão de obra local é insuficiente, muitos trabalhadores temporários são contratados e acabam fixando residência em função das possibilidades de trabalho frequente nas lavouras. Os trabalhadores e produtores estão satisfeitos em trabalhar e reproduzir sua família nessa microrregião. Existe uma integração entre o mundo rural e o urbano, a ponto de não haver distinção entre as condições de vida de quem mora nessas localidades para as pessoas que pertencem à mesma classe social e vivem em áreas urbanas.

A fruticultura dessa microrregião tem na manga o principal produto, uma cultura que tem se adaptado e evoluído em produtividade e com grande aceitação no mercado nacional e internacional, embora venha enfrentando momentos de crises, sobretudo em decorrência de longos períodos de estiagem. Esse fato tem sido o grande impedimento da ampliação dessa atividade na microrregião. Grandes produtores têm transferido sua produção para as margens de rios maiores como o São Francisco, enquanto os pequenos produtores não têm o que fazer, sendo que toda a safra de 2012 e 2013 foi completamente comprometida.

Nas áreas de fruticultura existem fortes evidências da degradação ambiental e dos solos em várias áreas e, por conseguinte a necessidade de conservação dos recursos naturais, grande parte dos produtores não adotam práticas de manejo e conservação de solos. Embora se reconheça a importância da irrigação para agricultura regional, a sua utilização encontra sérias dificuldades de expansão ou manutenção em função da limitação dos mananciais. A condição de fixação do homem no campo precisa ser favorável em função das tradições que tem com a terra, das atividades que gosta de realizar mesmo em culturas de sequeiro, que agora podem ter uma complementação técnica em equipamentos e serviços.

Muito ainda precisa ser feito para atender todas as necessidades do pequeno trabalhador rural no Brasil. O fortalecimento em organizações coletivas, como associações e cooperativas são fundamentais. Na microrregião de Livramento do Brumado, as que existem são restritas ao comércio e ao controle das pragas, e, apesar de parecer suficiente para essa realidade, poderia ainda ser redimensionado no sentido de uma maior articulação política que exigisse mais linhas de crédito, acesso a melhores infraestruturas, que busque a criação de empresas processadoras de frutas e ofereça treinamento e formação a novos técnicos em agricultura. A atuação dessas associações é tímida e muito mais pode ser oferecido frente ao potencial frutífero da região.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY R. **O futuro das regiões rurais**. Editora da UFRGS, Porto Alegre, RS. 2003.
- \_\_\_\_\_. **Agricultura Familiar e Reforma Agrária. Estudo da Dimensão Territorial do PPA**. Brasília: CGEE, 2006.
- AB'SABER, Aziz Nacib. **O domínio morfoclimático das caatingas brasileiras**. Instituto de Geografia, USP, Geomorfologia, São Paulo, 1974.
- ADAB - **Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia** –: <http://www.ba.gov.br/>  
Acesso em: 05 de junho de 2011
- AGRIANUAL 2007: **anúário da agricultura brasileira**. São Paulo: FNP Consultoria e Comércio, 2006. Acesso em: 01 de agosto de 2011
- AGRIANUAL FNP. 2007. São PAULO, 2007. Acesso em: 01 de junho de 2011.
- ALMEIDA, Rômulo Barreto de. **Traços da história econômica da Bahia no último século e meio. Planejamento**, Salvador, v. 5, n. 4, 1977.
- ALMEIDA e PINTO. **Seca e política de recursos hídricos na bacia do rio Brumado**. BAHIAREVISTA GEONORTE, Edição Especial 2, V.2, N.5, p.1133 – 1145 , 2012.
- ALVES, Giovanni. **Dimensões da globalização – Londrina; Práxis**, 2001
- \_\_\_\_\_. **Dimensões da reestruturação produtiva – ensaios da sociologia do trabalho. 2. Ed. Londrina; Práxis**, 2007
- ANDRADE, Manuel Correia. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec; Recife: IPESPE, 1995.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho** – Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 4. Ed. São Paulo: Boitempo, 2001.
- \_\_\_\_\_. **O trabalho e seus sentidos**. Revista Debate & Sociedade. V. 1/nº 1. Uberlândia, 2011.
- ANUÁRIO BRASILEIRO DA FRUTICULTURA. Ministério da Agricultura e do Abastecimento. Ed. Gazeta grupo de comunicações, p. 11; 19; 23; 27; 35; 47; 59, 2009.
- AQUINO, Joacir Rufino de. **Avanços e limites da política de crédito do PRONAF no Brasil (1996-2008): uma reflexão crítica** In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (SOBER), XLVII, 2009 - Porto Alegre-RS. Anais... Porto Alegre-RS, 2009, p. 1 – 21. Disponível em: <<http://www.sober.org.br>>. Acesso em 18/18/2012.

AZEVEDO, L.G. **Visão holística e sistêmica na análise ambiental**. In: RIZZO, H.G. et.al (Org.). Seminário sobre desertificação no Nordeste. Brasília.1986

BAHIA - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL – CAR (BA) **Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável: PDRS Serra Geral; Região Serra Geral – Estratégia de Desenvolvimento. Desenvolvimento Regional Sustentável – Região Serra Geral – Bahia. I. Título. CDU: 2007**

\_\_\_\_\_. **Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária. Bahia, cenários de uma agricultura. Salvador:** (Série Estudos Agrícolas, 2).SPA/SEAGRI, 2001. Acesso em: 03 de agosto de 2011

\_\_\_\_\_. Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA). **Levantamento da produção agrícola – Livramento/Dom Basílio** – setembro-2005. Livramento de Nossa Senhora: 2005.

\_\_\_\_\_. Governo Do Estado Da Bahia. Secretaria Do Planejamento – SEPLAN Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – Car **Coordenação De Estudos E Projetos Regionais E Municipais** - Serra Geral Programa De Desenvolvimento Regional Sustentável Salvador – Bahia Julho – 2007

BAHIAINVEST: <http://www.bahiainvest.com.br>. 2005 Acesso em: 06 de agosto de 2011.

BALSAN, Rosane. **Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. Campo-território:** revista de geografia agrária, v. 1, n. 2, 2006. Acesso em 24 de agosto de 2012

BARROS, Ricardo Paes, HENRIQUES, Ricardo e MENDONÇA, Rosana. **Desigualdade e Pobreza no Brasil:** retrato de uma estabilidade inaceitável. in: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.15 n.42. São Paulo, fevereiro, 2000.

\_\_\_\_\_. **A Estabilidade inaceitável: desigualdade e Pobreza no Brasil.** IPEA, Textos para discussão n. 800, 2001.

BERNARDES, Júlia Adão. **Territorialização do capital, trabalho e meio ambiente em Mato Grosso.** Revista Terra Livre. São Paulo, v. 2, n. 21, 2003. Disponível em: <[www.periodicos.capes.gov.br](http://www.periodicos.capes.gov.br)> Acesso em: 01. Abr.2011

BECKER, Berta K. **Problemática do Uso Local e Global da Água da Amazônia,** Belém:UFPA / EDUFPA, 2003

BRASIL - **O Estatuto do Trabalhador Rural** (Lei 4.214, de 02-06-1963)

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Decreto nº 1946, de 28 de junho de 1996.** Disponível em: <[www.pronaf.gov.br](http://www.pronaf.gov.br)> Acesso em 24 agosto de 2012.

\_\_\_\_\_. Censo agropecuário 2006. **Agricultura Familiar. Primeiros resultados.** Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. 2009. Acesso em 28 agosto de 2010.

\_\_\_\_\_. **Censo Frutícola do Nordeste Brasileiro**. Codevasf. Programa de Fruticultura, 2002/2003. Acesso em 28 agosto de 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério Da Agricultura e do Abastecimento. **Secretaria Executiva Programa de Apoio e Desenvolvimento da Fruticultura Irrigada no Nordeste**. Brasília, 1997. Acesso em: 06 de maio de 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Cadeia produtiva de frutas / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretaria de Política Agrícola, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura ; Antônio Márcio Buainain e Mário Otávio Batalha (coordenadores)**. – Brasília : IICA : MAPA/SPA, 2007. Acesso em 18 de agosto de 2012

\_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Cadeia produtiva de frutas**. Série Agronegócios, v.7. Brasília: IICA, 2007. Acesso em 25 agosto de 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura. **SÉRIE AGRONEGÓCIOS. Cadeia Produtiva de Frutas** Volume 7 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA Secretaria de Política Agrícola – SPA Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA Coordenadores: Antônio Márcio Buainain e Mário Otávio Batalha Janeiro 2007. Acesso em 22 de julho de 2012

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Índice de Desempenho do SUS**. portalsaude.saude.gov.br. acesso em 20 de junho de 2012.

\_\_\_\_\_. **Perspectivas do investimento no agronegócio / coordenador John Wilkinson; equipe Luiz Carlos Oliveira... [et al.]** Rio de Janeiro: UFRJ, 2008-2009. acesso em 22 de junho de 2012.

\_\_\_\_\_. **Uso Seguro e Adequado de Agrotóxicos - Manual Básico Geral**. Ministério da Agricultura e do Abastecimento e Instituto Brasileiro de Frutas, 1998.

\_\_\_\_\_. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Brasil sem miséria no seu município**. Brasília, 2013

BRAZILIAN FRUIT. Disponível em: <<http://www.brazilianfruit.org/>>. 2008. Acessado em 30 de outubro de 2011.

BRUM, A. J. **Modernização da** Agricultura: trigo e soja. Ijuí: Vozes, 1987.

CAIRES, Roberto. 2007. **Condições Sociopolíticas e Diagnóstico Geoambiental do Município de Livramento de Nossa Senhora (BA) na Perspectiva da Criação de uma Unidade de Conservação**. 2012. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista- Bahia.

CAMARANO, A. A. & ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

CASTRO, A. C; FONSECA, M. G. **O Potencial do Agribusiness na Fronteira**. In: Revista de Economia Política, Vol. 14, São Paulo: Nobel, 1994.

CAVALCANTE, Tércia Correia; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; SOUSA, Maria Salete de et al. **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005.

CEPAL (1990). **Transformação Produtiva com Equidade: A Tarefa Prioritária do Desenvolvimento da América Latina e do Caribe**. In Bielschowsky, Ricardo (org.). Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL. Conselho Federal de Economia - COFECON/Ed. Record. Rio de Janeiro. 2000

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

DELGADO, Guilherme C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo: Ícone-Unicamp, 1985.

\_\_\_\_\_. **A questão agrária e agronegócio no Brasil**. In: CARTER, Miguel (Org.). Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil. 1ª ed. São Paulo: UNESP, 2010, p. 81-112. DINIZ, JOSÉ A. F. **Geografia da Agricultura**. São Paulo: DIFEL, 1984.

DI GIOVANI, Geraldo. **As estruturas elementares das políticas públicas**. In: Caderno de Pesquisa n. 82. UNICAMP: Núcleo de Estudos de Políticas Públicas, 2009.

DINIZ, José A. F. **Geografia da Agricultura**. São Paulo: DIFEL, 1984.

DNOCS/GEOTÉCNICA. **Perímetro Irrigado do Brumado; projeto executivo da obra de captação**. Salvador, 1985. v. 1.

DNOCS. 4. D. R. Barragem do Brumado, relatório final de execução. S.n.t.

\_\_\_\_\_. DNOCS/RODIO S.A. Brumado; reformulação do Projeto Executivo. S.I. 1976.

\_\_\_\_\_. Relatório 2006. Fortaleza. 2008. Acesso em 10 DE agosto de 2011.

ELIAS, D. Reestruturação produtiva da agricultura cearense: rumo à desintegração competitiva e à fragmentação do espaço agrário. In: SILVA, José Borzacchiello da; CAVALCANTE, Tércia Correia; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; SOUSA, Maria Salete de et al. **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005.

EMBRAPA. **Programa agrícola de fomento de fruteiras e processamento de frutas**. Disponível em: < <http://72.14.209.104/search> e <http://www.cnpmf.embrapa.br/index.php?p=> acesso em 23 de maio de 2011.

EMBRAPA/CNPMP/A.S.E. **Custo de Produção de Frutas Tropicais**. 1999/2000. et.al (Org.). Seminário sobre desertificação no Nordeste. Brasília. 1986. acesso em 23 de outubro de 2011.

FAO – **Food And Agricultural Organization**. Disponível em <http://faostat.2008.fao.org/site/567/DesktopDefault.aspx?PageID=567>. Acesso em 25 de julho de 2011.



FAVERET F., Paulo; ORMOND, José Geraldo Pacheco; PAULA, Sérgio Roberto Lima de. **Fruticultura brasileira: a busca de um modelo exportador**. In: BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 9, mar. 1999.

FERNANDES, B. M. **Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais**. In: MOLINA, M. C. (Org.). Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

\_\_\_\_\_. **Territórios da questão agrária: campesinato, reforma agrária e agronegócio**. ABRA, v. 34, n. 2., 2007.

\_\_\_\_\_. **Entrando nos Territórios do Território**. In: PAULINO, Eliane Tomiasi, FABRINI, João Edmilson (Org). Campesinato e Território em Disputa. São Paulo: Expressão Popular: UNESP: Programa de Pós Graduação em Geografia, 2008.

\_\_\_\_\_. **Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. In: BUAINAIN, Antonio M. (Ed). Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

\_\_\_\_\_. **Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual** (Org.) 1ª ed. São Paulo: Expressão popular, 2008.

\_\_\_\_\_. **Reconceitualizando a Reforma Agrária**. Boletim DATALUTA, junho de 2010. Disponível na internet: [www.fct.unesp.br/nera/territorios camponeses no Brasil](http://www.fct.unesp.br/nera/territorios_camponeses_no_Brasil).

FILIPPI, Eduardo Ernesto. **Reforma Agrária: experiências internacionais de reordenamento agrário e a evolução da questão da terra no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

\_\_\_\_\_. **O novo mundo rural brasileiro**. Campinas: Unicamp, 2000. 151 p. Série Pesquisas.

FONSECA, J. L. da; DUTRA, P. D. B. P. **A Centralidade dos Programas de Transferência de Renda no Enfrentamento da Pobreza: Análise do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil –PETI no Município de São João de Meriti**. TCC. Rio de Janeiro, UFRJ, 2006.

FONSECA, Ana Maria Medeiros e VIANA, Ana Luíza D'Ávila. **Tensões e avanços na descentralização das políticas sociais: o caso do Bolsa Família**. In: FLEURY, Sônia. Democracia, descentralização e desenvolvimento: Brasil e Espanha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FRANK, Andrew Gunder. **“Desenvolvimento e Subdesenvolvimento Latino-americano”**. In: PEREIRA, Luiz (org.). Urbanização e Subdesenvolvimento. RJ: Zahar, 1973.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. Companhia das Letras, 2007.

GERARDI, L. H. de O. **Algumas reflexões sobre modernização da agricultura**. In: **Geografia**, Rio Claro, v. 5, n. 9/10, p. 19-34, 1980. <Disponível em: [www.periodicos.capes.gov.br](http://www.periodicos.capes.gov.br).> Acesso em: 18 mai.2010.

GLEISSMAN, S.R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**, Rio Grande do Sul: UFRGS, 2000.

\_\_\_\_\_. S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 2000. 653 p.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e Agricultura no Brasil**, São Paulo: Hucitec, 1997.

GRAY, John. **Falso amanhecer: os equívocos do capitalismo global**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GRANZIROLI, C.; SABBATO, A. Di. **Agricultura Fluminense: 25 anos de Fusão**. In: Freire, Américo et al.(orgs.) Um estado em questão: os 25 anos do Rio de Janeiro. Editora Fundação Getúlio Vargas, 2001.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: HUCITEC, 1981.

\_\_\_\_\_. **A modernização dolorosa: Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.

\_\_\_\_\_. **A gestão das políticas agrícolas numa agricultura moderna**. In Anais do XXVI 1987.

\_\_\_\_\_. **Mas qual reforma Agrária?** Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária. ABRA. Campinas, SP. 1987.

\_\_\_\_\_. **Agricultura Sustentável: um Novo Paradigma ou um Novo Movimento Social?** Informações Econômicas, São Paulo, v. 25, n.11, 1995.

\_\_\_\_\_. **A agricultura contra a fome**. In: BETTO, Frei (Org.). Fome Zero: Textos Fundamentais. Rio de Janeiro. Garamond, 2004.

GRAZIANO NETO, F. **A questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

\_\_\_\_\_. **Questão Agrária e Ecologia: Crítica da Agricultura Moderna**, São Paulo: Brasiliense, 1985.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro Séculos de Latifúndio**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1968.

\_\_\_\_\_. **O complexo agroindustrial**. Revista Reforma agrária, ano 7, n. 6, nov./dez. 1977.

\_\_\_\_\_. Alberto Passos. **A crise agrária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GUIMARÃES, Emmanuel Ribeiro. **Evolução da economia baiana: algumas considerações**. Planejamento, Salvador, v. 5, n. 1, 1977.

HENDERSON, S.M. & PERRY, R.L. **Agricultural process engineering**. Westport, Connecticut, The AVI Publishing Company, 1979.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre a modernidade**, São Paulo: Ed. Loyola, 1992.

\_\_\_\_\_. **Condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural**. Ed. Loyola, 2009.

HESPANHOL, A.N. **Dinâmica agro-industrial, intervenção estatal e a questão do desenvolvimento da região de Andradina - SP**. Rio Claro, 1996. Tese (Doutorado) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista.

\_\_\_\_\_. **O desenvolvimento do campo no Brasil**. In: FERNANDES, Bernardo Mançano, MARQUES, Marta Inês Medeiros, SUZUKI, Júlio Cesar (Orgs). *Geografia agrária; teoria e poder*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

HESPANHOL, A. N.; HESPANHOL, R. A. M. **Dinâmica do espaço rural e novas perspectivas de análise das relações campo-cidade no Brasil**. Terra Livre, v. 2, 2006.

HESPANHOL, R. A. M. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na Região de Dracena (SP)** In: 47º ANAIS SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, Porto Alegre, 2009. Anais... Porto Alegre: UFRS, 2009.

HOBBSAWM, E. **O novo século**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

IANNI, Octavio. **Teorias da Globalização**. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

\_\_\_\_\_. A formação do proletariado rural no Brasil. In: STÉDILE, J.P. **A questão agrária no Brasil: o debate de esquerda – 1960 a 1980**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

IBGE. **Perfil dos municípios brasileiros 2002**. Rio de Janeiro, 2005. Acesso em 15 de agosto de 2012.

\_\_\_\_\_. **Perfil dos municípios brasileiros 2006**. Brasil. Acesso em 22 de setembro de 2011.

\_\_\_\_\_. **Perfil dos municípios brasileiros 2009**. Rio de Janeiro, 2010. Acesso em 17 de abril de 2010.

\_\_\_\_\_. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 22/03/2013.

\_\_\_\_\_. **Sistema IBGE de recuperação automática-SIDRA. Produção Agrícola Municipal**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso: Abril. 2010.

IBRAF. **Instituto Brasileiro de Frutas** (2006). Acesso em 17 de abril de 2010.

\_\_\_\_\_. **Instituto Brasileiro de Frutas Retrospectiva analítica 2010. Cadeia Produtiva das frutas (2011)**. Acesso em 07 de março de 2013.

\_\_\_\_\_. **Instituto Brasileiro de Frutas (2012)**. Acesso em 07 de março de 2013.

INCRA. **Estatísticas cadastrais – Municipais – Volume I**. 2000 Disponível em: >[http://www.incra.gov.br/\\_htm/serveinf/\\_htm/estat/1998/conc.htm](http://www.incra.gov.br/_htm/serveinf/_htm/estat/1998/conc.htm)>.

\_\_\_\_\_. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. 2000. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, Brasília. Acesso em 22 de outubro de 2011.

\_\_\_\_\_. **Plano Regional de Reforma Agrária de 2004 – 2007: Rio Branco-AC**, 2004.

\_\_\_\_\_. **Atlas territórios rurais 2004**. Brasília: INCRA/MDA, 2004. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/>.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa confirma que reforma agrária é um instrumento de combate à pobreza**.

Jornal. Publicação Especial do INCRA, ano 1, no. 2. Dezembro, 2010 (a).

INCRA/FAO. **Perfil da Agricultura Familiar no Brasil: dossiê estatístico**. Brasília, 1996. Acesso em 22 de março de 2011.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION – ILO. **The impact of global food chains on employment in the food and drink sector**. Geneva, 2007.

IPEA. PNAD 2008: **Primeiras análises** - o setor rural. Comunicados do, nº 42, 2010.

IPEA-Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Pobreza, desigualdade e políticas públicas**. Brasília: Comunicação da Presidência, n. 38, 2010.

MAGALHAES ET AL . **A experiência recente de PRONAF em Pernambuco: um a análise por medio de Propensity Score**. Economia Aplicada, 2006.

MAPA. **Uma década de bons frutos**. Informativo CGPCP Fruticultura, Brasília, v.5, n.46, 2011. Acesso em 06 de março de 2013

MARQUES, M.I.M. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Revista Nera, UNESP, Ano 11, n. 12. Jan./Jun., 2008

MARTINE, G.; GARCIA, R. C. **A modernização agrícola e a panela do povo**. In: (Org.).

Os impactos sociais da modernização agrícola. São Paulo: Caetes, 1987.

\_\_\_\_\_. **Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetes, 1987.

MARTINE; Arias. **Modernização e emprego no campo**. In: MARTINE, G.; GARCIA, R. C. (Org.). Os impactos sociais da modernização agrícola. São Paulo: Caetes, 1987.

MARTINE, George; BESKOW, Paulo Roberto. **O modelo, os instrumentos e as transformações na estrutura de produção agrícola.** IN: MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo Coutinho. Os impactos sociais da modernização agrícola. São Paulo: Caetés, 1987.

MARTINELLI, O. J. **Agroquímicos: relatório setorial preliminar:** UNESP/GEEIN/UNICAMP/DPCT, Relatório Técnico. Porto Alegre, 2003.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra.** São Paulo: Hucitec, 1979.

\_\_\_\_\_. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1981.

\_\_\_\_\_. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. Estudos Avançados.** vol. 15, n. 43. São Paulo set./dez. 2001. <Disponível em: [www.periodicos.capes.gov.br](http://www.periodicos.capes.gov.br).> Acesso em: 01/07/2009- 2000.

\_\_\_\_\_. **O Cativo da Terra.** São Paulo: Hucitec, 1986. Campinas: Editora Autores Associados, 2002.

MARX, K. **Introdução de 1857. Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos.** São Paulo: Abril Cultural, 1974.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política. 17. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. Livro 1. V. 1.

MELO E SILVA, Thiago Moreira. **A Presença Das Ligas Camponesas Na Região Nordeste.** XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2009.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MÜLLER, Geraldo. **Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária.** São Paulo: Hucitec, 1989.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Posseiros, rendeiros e proprietários: estrutura fundiária e dinâmica agromercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850).** Recife, 2003.

OHNO, Taichii. **O Sistema Toyota de Produção:** Além da Produção em Larga Escala. Porto Alegre: Bookman, 1997.

OLIVEIRA, A. U. de. **Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI.** In: OLIVEIRA, A. U. de e MARQUES, M. I. M. (Org.). O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa amarela; Paz e Terra, 2004.

\_\_\_\_\_. **A “não reforma agrária” do MDA/INCRA no governo Lula.** Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (CIRADR) - FAO, Porto Alegre - RS, 2006.

\_\_\_\_\_. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária.** São Paulo: FFLCH, 2007.

OLIVEIRA, J. T. A. **Lógicas produtivas e impactos ambientais: estudo comparativo de sistemas de produção**. 2000. 284 f. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola)- Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

PETRELLI C, V; Silva, F (2005): **Análise das liberações recentes de recursos do PRONAF - uma mudança na lógica de distribuição?** XVIII Congresso SOBER, julho/2005. Ribeirão Preto SP. Acesso em 25 de março de 2011

PNUD. **Informe sobre desarrollo humano. Los objetivos del desarrollo del milenio: un pacto entre naciones para eliminar la pobreza**. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa. 2003. Acesso em 20 de novembro de 2011.

\_\_\_\_\_. **Informe regional sobre desarrollo humano para América Latina y el Caribe Actuar sobre el futuro: romper la transmisión intergeneracional de la desigualdad**. 2010. Acesso em 15 de abril de 2011

\_\_\_\_\_. **Relatório do desenvolvimento humano 2013. A Ascensão do Sul: Progresso Humano num Mundo Diversificado** Copyright © 2013 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento 1 UN Plaza, New York, NY 10017, USA

POCHMANN, Marcio. **Outra cidade é possível**. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. **Qual desenvolvimento? Oportunidades e dificuldades do Brasil contemporâneo**. 1.ed. São Paulo: Publisher Brasil, 2009.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Geografia política e desenvolvimento sustentável**. Terra Livre, São Paulo, 1996.

\_\_\_\_\_. **A reinvenção dos territórios: A experiência latino-americana e caribenha**. In: CECEÑA, Ana Esther (Coord.) Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado. Colección Grupos de Trabajo. Buenos Aires: CLACSO. 2006

\_\_\_\_\_. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006.

PRADO JR., Caio. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

PREBISCH, Raúl. **Dinâmica do Desenvolvimento Latino-Americano**. Ed. Fundo de Cultura. 1964.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

REZENDE. Gervásio Castro de. **Programa de crédito especial para reforma agrária (PROCERA): institucionalidade, subsídio e eficácia**. IPEA, Rio de Janeiro, 1999.

RIFKIN, J. **O fim dos Empregos**. São Paulo: Makron Books, 1995.

ROMEIRO, A. R. **Reforma agrária e distribuição de renda**. In: STÉDILE, J. P. (Coord.). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1994.

SANTIAGO, M. M. D; ROCHA, M. B. **O mercado de frutas e as estimativas dos preços recebidos pelos fruticultores no Estado de São Paulo, 1990 – 2000**. Informações Econômicas. IEA, São Paulo. 2001.

SANTOS, J. A. N. dos et al. **Fruticultura nordestina: desempenho recente e possibilidades de políticas**. Série Documentos do Etene, 15. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. **A aceleração contemporânea**. In SANTOS, Milton et al. (Orgs.). *O novo mapa do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1993.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SEBRAE : **Desenvolvimento da fruticultura na mesorregião Sudoeste. Livramento de Nossa Senhora, 2005**.

\_\_\_\_\_. **Relatório de pesquisa – projeto de desenvolvimento da fruticultura – mesorregião Sudoeste, 2005**.

\_\_\_\_\_. **Programa de Cadeias Produtivas Agroindustriais Estudo da Cadeia Produtiva de Fruticultura do Estado da Bahia Análise das Principais Cadeias Produtivas de Frutas e da Fruticultura Orgânico Contexto Baiano São Paulo, Janeiro de 2005**.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento da Fruticultura da Mesorregião Sudoeste**, Seção notícias. 2006. Disponível em: <http://www.sigeor.sebrae.com.br/> acesso em 26 de abril de 2012.

\_\_\_\_\_. **Agronegócios - Fruticultura**, <http://www.agronegocios.ba.com.br>. Acesso em 28 de abril de 2012.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como Liberdade**. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

SEPLAN/SEI. **Atlas do Território de Identidade**. Estado da Bahia. Salvador. 2008.

SILVA, M. O. da S. **O debate sobre a pobreza: questões teórico-conceituais**. Revista de Políticas Públicas, v. 6, n. 2, 2002.

\_\_\_\_\_. **Os programas de transferência de renda e a Pobreza no Brasil: superação ou regulação?** Revista de Políticas Públicas, v. 9, n. 1, p. 251-278, 2005.

\_\_\_\_\_. **O Bolsa Família no enfrentamento à pobreza no Maranhão e Piauí**. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVIA et al. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda.** São Paulo: Cortez, 2008.

SINGER, Paul. **A precarização é a causa do desemprego.** Folha de São Paulo, São Paulo, 1º dez.1995. Caderno de Finanças, p. 2,

SOJA, Edward. **Geografias Pós-Modernas. A reafirmação do espaço na teoria social crítica.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores. (1993).

SPOSITO, M. E. B. **A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade.** In: SPOSITO, M.E.B.; WHITACKER, A.M. (org) Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural. 2a ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

STEDILE, J. P. **A questão agrária no Brasil: o debate de esquerda – 1960 a 1980.** 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

\_\_\_\_\_. (org.). **Programas de reforma agrária: 1946 – 2003.** A questão agrária no Brasil. v.3. São Paulo: Expressão Popular. 2005.

\_\_\_\_\_. **O aumento dos preços dos alimentos e o agronegócio.** Revista Caros Amigos; São Paulo: Casa Amarela, ano 14, n. 167, p. 11, fev. 2011.

TANAJURA, Mozart. **História de Livramento: A Terra e o Homem.** Salvador; Secretaria de Cultura e Turismo, 2003.

TAVARES, Luiz Henrique Dias. **História da Bahia.** 10.ed. São Paulo: Editora Unesp, Salvador: Edufba, 2001.

TEIXEIRA, Fernanda Benicio. **Análise da fruticultura irrigada como segmento dinâmico no desenvolvimento socioeconômico do município de Livramento de Nossa Senhora – BA.** Salvador: Faculdade de Ciências Econômicas/Universidade Federal da Bahia, 2005.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. **Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais.** Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas Três Lagoas-MS, V 2 – n.º 2, 2005.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Qualificação do trabalho: adestramento ou liberdade?** Revista Pegada, v.1, n.º 1, setembro, 2000. <Disponível em: [www.periodicos.capes.gov.br](http://www.periodicos.capes.gov.br).> Acesso em: 16 mar.2010.

TOMICH, F. A. **Frutas. Texto para Discussão , IPEA, Brasília, 1997 1998**

VASAPOLLO, L. **O trabalho Atípico e a Precariedade,** Ed. Expressão Popular, São Paulo. 2005

VASCONCELOS, Albertina Lima. **Ouro: conquistas, tensões, poder. Mineração e escravidão – Bahia do século XVIII.** Dissertação de mestrado.UNICAMP, 1997.

VEIGA, J.E, **Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula.** Campinas, São Paulo: Editora Autores Associados, 2002.



VIEIRA, D.F.A.; Viana, C.A.S. 2007. **O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e sua relação com o modo de funcionamento da Agricultura Familiar**. In: VII Congresso Brasileiro de Sistemas de Produção, 2007, Fortaleza.

VIEIRA, Oscar Vilhena. **Realinhamento constitucional**. In: SUNDFELD, Carlos Ari; Direito global. São Paulo: Max Limonade, 1999.

WANDERLEY, M. de N. B. **O camponês: um trabalhador para o capital**. Cadernos de Difusão de Tecnologia, Brasília: Embrapa, v.2, n.1. 1985.

WILLIAMSON, John. **Depois do Consenso de Washington: Uma Agenda para reforma econômica na América Latina**. Disponível em <http://www.iie.com/publications/papers/williamson0803.pdf> Acessado em 12/08/2012

WOOD, S.. **Toyotismo e/ou japonização**. In: HIRATA, H. (org.). **Sobre o modelo japonês**. São Paulo: Edusp, 1993.

## APÊNDICE A - Entrevista aos trabalhadores da fruticultura na microrregião de Livramento de Nossa Senhora- BA

1. Sexo

masculino  feminino

2. Faixa Etária:

menos de 20  de 20 a 30  de 31 a 40  de 41 a 60  mais de 60

3- Número de filhos:

nenhum  de três a cinco  menos de três  mais de cinco

4- Quanto aos filhos:

a- Estudam:  Sim  Não.

b- Trabalham:  Sim  Não

c - Idade dos filhos que estão trabalhando:

menor que 10 anos  de 10 a 13 anos  de 14 a 17 anos  mais que 18 anos

5- Escolaridade do trabalhador:

curso superior completo  incompleto:  Ensino Médio completo  incompleto

fundamental completo  incompleto:  nunca frequentou à escola mas sabe ler e escrever  não sabe ler

6- Tempo de residência no município em que mora atualmente:

menos de 3 anos  de 4 a 6  de mais de 7 a 9

de mais de 10 a 20  acima de 20

7- De onde veio?\_\_\_\_\_

8- Pretende trabalhar em outro lugar?\_\_  sim  não

Por quê?\_\_\_\_\_

9- Quanto ganhava na atividade anterior

menos de um salário mínimo  um salário mínimo  de um a dois salários mínimos  de três a cinco salários mínimos  de cinco a dez salários mínimos  mais de dez salários mínimos

10- Como ganha na produção de frutas?

por hora  por colheita  por dia  salário fixo

11- Qual é a renda mensal:

menos de um salário mínimo  um salário mínimo  de um a dois salários mínimos  de três a cinco salários mínimos  de cinco a dez salários mínimos  mais de dez salários mínimos

12- Trabalha com carteira assinada:  Sim  Não

13- Está satisfeito com relação às condições:

a) de trabalho: \_  sim  não

b) de salário: \_  sim  não

c) de moradia: \_  sim  não

e) de escola para filhos: \_  sim  não

f) de atendimento à saúde:  sim  não

14- Seus Pais trabalhavam ou trabalham em que: \_\_\_\_\_

15- Possui imóvel urbano?

não  sim

A- Em caso afirmativo: quantos? \_\_\_\_\_ Onde? \_\_\_\_\_

16. Arrenda terra?  sim  não

17. Forma de deslocamento do lote para a cidade

carro próprio  ônibus  motocicleta  a pé  outro- \_\_\_\_\_ .

18. Na sua casa tem:

geladeira  telefone  televisão  liquidificador  computador  rádio

batedeira  ferro elétrico  forno microondas  máquina de lavar roupa

água encanada  luz elétrica  automóvel  banheiro  DVD

19. Na família existe aposentado?  Não  Sim. Quantas? \_\_\_\_\_

20. Qual a participação dos aposentados nas despesas da família?

Até 25 %  26 a 50 %  51 a 75 %  76 a 100 %

21. Número de pessoas que moram na casa

Menos de 3  3 a 5  Acima de 5

22. tem outra fonte de renda? \_\_\_\_\_ qual? \_\_\_\_\_ quanto ganha? \_\_\_\_\_

23- Quanto à participação em entidade e/ou movimentos representativos:

a- filiado a sindicato –  sim  não

b- participa da associação de moradores  sim  não

24- Quem fornece os instrumentos de trabalho?  compra  o patrão fornece

25- Recebe algum benefício do governo  não  sim. Qual? \_\_\_\_\_ quanto recebe \_\_\_\_\_

**APÊNDICE B - Entrevista aos produtores da fruticultura na microrregião de Livramento de Nossa Senhora- BA**

1. Sexo

masculino  feminino

2. Faixa Etária:

menos de 20  de 20 a 30  de 31 a 40  de 41 a 60  mais de 60

3. Local de moradia \_\_\_\_\_

4- Como adquiriu o lote? \_\_\_\_\_ quando? \_\_\_\_\_

5- Possui mais de uma propriedade rural?  sim  não.

Quantas? \_\_\_\_\_ onde? \_\_\_\_\_

6. Qual a área da sua propriedade: Hectares \_\_\_\_\_ ou Alqueires:

\_\_\_\_\_

7- Qual é a renda com a produção da fruta:

menos de um salário mínimo  um salário mínimo  de um a dois salários mínimos  de três a cinco salários mínimos  de cinco a dez salários mínimos  mais de dez salários mínimos

8-. Quantos filhos:

nenhum  de três a cinco

menos de três  mais de cinco

9- Quanto aos filhos:

a-trabalham na produção:  Sim  Não.

b-estudam:  Sim  Não

c) se trabalham qual a Idade dos filhos que estão trabalhando:

menor que 10 anos  de 10 a 13 anos  de 14 a 17 anos  mais que 18 anos.

10- Escolaridade do produtor:

curso superior completo  incompleto:

Ensino Médio completo  incompleto

fundamental completo  incompleto:

nunca freqüentou à escola mas sabe ler e escrever

analfabeto

11- Tempo de residência no município em que mora atualmente:

menos de 3 anos  de 4 a 6  de mais de 7 a 9

de mais de 10 a 20  acima de 20

12. Anteriormente morava:  área urbana  área rural

Onde? \_\_\_\_\_

13- O que fazia antes : \_\_\_\_\_

14- Está satisfeito em trabalhar na produção de frutas: ( )Sim ( )Não

Por que:\_\_\_\_\_

15- Possui imóvel urbano?

( ) sim ( ) não

Quantos? \_\_\_\_\_ Onde?\_\_\_\_\_

16. Arrenda terra?

( ) sim ( ) não .

17. Forma de deslocamento do lote para a cidade

( ) carro próprio ( ) ônibus ( ) motocicleta( ) a pé ( ) outro- \_\_\_\_\_ .

18- Na casa do produtor possui:

( ) geladeira ( ) telefone ( ) televisão( ) antena parabólica( ) liquidificador

( ) computador ( ) rádio( ) batedeira ( ) ferro elétrico ( ) forno microondas

( ) máquina de lavar roupa ( ) água encanada ( ) luz elétrica ( ) automóvel

( ) banheiro ( ) DVD

19- tem outra fonte de renda? Qual \_\_\_\_\_ quanto ganha\_\_\_\_\_

20- Participa de cooperativa ( ) sim ( ) não

21- É membro de alguma associação de agricultores? ( ) Não ( ) Sim Qual (is)?

\_\_\_\_\_

22- Como avalia a atuação da associação? \_\_\_\_\_

23- Os órgãos de fiscalização costumam visitar esta propriedade ( )Sim ( )Não

24. Quais foram os avanços técnicos que você presenciou nas últimas décadas?

\_\_\_\_\_

25. Quais as consequências promovidas pelos avanços tecnológicos:

a- positivas\_\_\_\_\_

b- negativas\_\_\_\_\_

26- Quais são as dificuldades mais comuns na produção da manga.

\_\_\_\_\_

27- Quais são as dificuldades mais comuns na comercialização da manga.

\_\_\_\_\_

28- Para onde vende sua produção?

\_\_\_\_\_

29- Pretende ampliar a área ocupada com fruticultura?

( ) Não ( ) Sim. Como? \_\_\_\_\_ por quê? \_\_\_\_\_

30. Forma predominante de escoamento da produção

- ( ) Caminhão próprio
- ( ) Caminhão fretado
- ( ) Caminhão da associação
- ( ) Trator próprio
- ( ) Carroça
- ( ) Outro (s). Qual (is) \_\_\_\_\_

31- INFORMAÇÕES SOBRE AS UNIDADES PRODUTIVAS

A. Área total: Hectares \_\_\_\_\_ Ou Alqueires \_\_\_\_\_

B. Lavouras permanentes ( ) quais? \_\_\_\_\_ temporárias ( )  
quais? \_\_\_\_\_

C. qual a área da lavoura temporária? \_\_\_\_\_

D. qual a área da lavoura permanente? \_\_\_\_\_

32. Há quanto tempo desenvolve a fruticultura?

- ( ) Menos de 2 anos
- ( ) 2 a 5 anos
- ( ) 5 a 10 anos
- ( ) Mais de 10 anos

33. Renda bruta \_\_\_\_\_ líquida \_\_\_\_\_

34. Força de trabalho

A. Número de. Homens \_\_\_\_\_ Mulheres \_\_\_\_\_

B. como são contratados? \_\_\_\_\_

35- Quais destes tipos de implementos possui?

- A) Tratores:
- B) Pulverizadores
- C) Colheitadeiras:
- D) Arados de tração mecânica
- E) Arados de tração animal
- F) Semeadeira
- G) Adubadeira
- H) Carroça
- I) Outros. Quais? \_\_\_\_\_

36- Faz uso de energia elétrica ( ) Sim ( ) Não

37- Possui depósitos para produtos ( ) sim ( ) não, caso sim qual tamanho \_\_\_\_\_

38- Quanto a irrigação

A. usa irrigação?

( ) Sim ( ) Não.

B. Qual é o tipo de irrigação?

( ) aspersão ( ) micro-aspersão ( ) gotejamento ( ) Outros. Quais? \_\_\_\_\_

C. Quais culturas são irrigadas? \_\_\_\_\_.

E. Procedência da água para irrigação

( ) barragem ( ) córrego ou rio ( ) poço/cisterna ( ) poço artesiano

39- Fonte de energia utilizada na irrigação?

( ) elétrico ( ) diesel Custo mensal em R\$. \_\_\_\_\_

40- Utilização de insumos ( adubos, fertilizantes, defensivos)

A- Tipo \_\_\_\_\_

B--Em que foi utilizado \_\_\_\_\_

C—como foi utilizado \_\_\_\_\_

D- onde adquire \_\_\_\_\_

41- Qual o destino dos vasilhames dos defensivos utilizados na produção agrícola?

( ) aterra

( ) córrego ou rio

( ) reaproveitamento doméstico

( ) reaproveitamento na propriedade

( ) coleta seletiva

42- adota alguma prática de manejo de solo? ( ) sim ( ) não.

Qual \_\_\_\_\_

43- Obtenção de financiamento

a- faz uso de algum financiamento? Sim ( ) não ( ) qual \_\_\_\_\_

44- Assistência técnica

A. faz uso de assistência técnica? ( ) sim ( ) não qual? \_\_\_\_\_

C. Periodicidade das visitas do (s) técnico (s)

**APÊNDICE C - Roteiro de entrevista a associação de agricultores na microrregião de Livramento de Nossa Senhora- BA**

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

**I- IDENTIFICAÇÃO**

2. Denominação da associação:

\_\_\_\_\_

3. Município sede:

\_\_\_\_\_

4. Qual o principal objetivo da associação:

\_\_\_\_\_

5. Área de abrangência:

\_\_\_\_\_

6. Qual a frequência das reuniões:

\_\_\_\_\_

7. Ano de fundação:

\_\_\_\_\_

8. Quais fatores que motivaram a criação da associação?

\_\_\_\_\_

9. Além dos produtores, a associação recebeu a colaboração de algum órgão ou instituição para se organizar e implantar sua infraestrutura?

\_\_\_\_\_

10. A associação recebeu algum tipo de incentivo da prefeitura? De que forma?

\_\_\_\_\_

12. Quais as exigências da associação para a filiação de produtores?

\_\_\_\_\_

13. Número total de associados: \_\_\_\_\_

14. Com quais produtos a associação opera?

O que compra de associados:- \_\_\_\_\_

O que vende para associados: \_\_\_\_\_

15. Qual a capacidade de armazenamento da associação?

\_\_\_\_\_

16. Qual a quantidade média, por safra, de frutas comercializadas?

\_\_\_\_\_

17. Qual o número de funcionários da associação? \_\_\_ Permanentes: \_\_\_ Temporários \_\_\_

19. Oferece assistência técnica ( ) Sim ( ) Não. Nº de agrônomos: \_\_\_ nº de técnicos agrícolas:

20. Venda de insumos ( ) Sim ( ) Não

21. Venda de mudas e sementes ( ) Sim ( ) Não

22. Venda de implementos agrícolas ( ) Sim ( ) Não

23. Dispõe de máquinas agrícolas para uso dos associados ( ) Sim ( ) Não



24. Tem projetos para atender os associados? Quais?

---

25. Quais as perspectivas da associação em relação a fruticultura regional?

---

26. Quais as principais dificuldades que a associação está enfrentando?

---

27. Como é a convivência com outros cooperados?

---

**APÊNDICE D - Roteiro de Entrevista: Órgãos de Desenvolvimento Rural na Microrregião de Livramento de Nossa Senhora- BA**

1- Existem programas específicos voltados à fruticultura? Quais?

---

2- Os objetivos dos programas estão sendo atingidos? Se não, por quê?

---

3- Houve mudanças qualitativas e quantitativas na produção agrícola regional nos últimos anos? Quais?

---

4- Quais são as relações com outras instituições privadas ou públicas (Bancos, Prefeitura, SEBRAE, etc.) voltadas para a atividade fruticultora?

---

5- Quantos proprietários ou produtores são atendidos?

---

6- como avalia a expansão da fruticultura na Região? Quais as vantagens e desvantagens?

---

**COMPREENSÃO DO AGRÔNOMO EM RELAÇÃO AOS PROBLEMAS REGIONAIS NA FRUTICULTURA NA MICRORREGIÃO DE LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA- BA- PESQUISA DE CAMPO**

1. Quais são os maiores problemas da agricultura regional?

---

2. Como o Senhor vê a melhoria das técnicas de produção na fruticultura?

---

3. Existe na região uma tendência à especialização ou diversificação da produção?

---

4. Que avaliação o Senhor faz em relação ao desenvolvimento da fruticultura na Região?

---

5. Existe disponibilidade de águas fluviais ou subterrâneas para a irrigação das atividades fruticultora?

---

**APÊNDICE E - EMPRESA PROCESSADORA DE FRUTAS/AGROINDÚSTRIA da microrregião de Livramento de Nossa Senhora- BA**

**I- IDENTIFICAÇÃO**

1. Denominação da empresa:

---

2. Município sede:

---

3. Área de atuação:

---

4. Ano de fundação:

---

5. Quais fatores motivaram a instalação da empresa no município?

---

6. A empresa recebeu algum tipo de incentivo da prefeitura ou do governo estadual para se instalar no município? De que tipo?

---

7. Quais são os produtos processados pela empresa?

---

8. Qual a capacidade diária de processamento de frutas

---

9. Qual a capacidade de armazenamento?

---

10. Existe um período de entressafra, em que a capacidade de processamento da empresa fica ociosa? Que estratégias a empresa adota neste período?

---

11. Qual a quantidade de produção comercializada na região \_\_\_\_\_ e nacional-  
\_\_\_\_\_ e internacional \_\_\_\_\_.

12. Qual o destino da produção? Mercado interno (%): \_\_\_\_.

Mercado externo (%) \_\_\_\_ Quais lugares?-----

13. Qual o número de funcionários da Empresa? Permanentes: \_\_\_\_ Temporários: \_\_\_\_

14. A empresa enfrenta problemas na comercialização da produção? \_\_\_\_\_ quais?

\_\_\_\_\_ Quais as estratégias para amenizar estes problemas? \_\_\_\_\_

15. A agricultura regional pode ser considerada modernizada? Em que sentido?

---

16. A empresa tem projetos para ampliar a capacidade de produção e comercialização de frutas? De que forma?

---

17. Como a empresa avalia o potencial de produção frutícola regional? Quais as perspectivas da empresa em relação a fruticultura regional?

---

18. A empresa tem incentivado a expansão e a melhoria da fruticultura regional? De que forma?

---

19. Quais as principais dificuldades da empresa em relação ao mercado (interno e externo)?

---

20. Existem problemas relacionados ao sistema de transporte regional?

---